

Giovanni Alves

**Reestruturação Produtiva e
Crise do Sindicalismo no Brasil**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Campinas - 1998

AL87r

Giovanni Antonio Pinto Alves

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CRISE DO SINDICALISMO NO BRASIL

Tese de Doutorado apresentada
ao Departamento de Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas,
sob a orientação do Professor Doutor
Juarez Rubens Brandão Lopes.

Este exemplar corresponde a
redação final da Tese defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em 24/04/1998

BANCA:

Professor Doutor Juarez Brandão Lopes (Orientador)

Professor Doutor Celso Frederico

Professor Doutor Iram Jácome Rodrigues

Professor Doutor Octávio Ianni

Professor Doutor Ricardo Luiz Coltro Antunes

Professor Doutor Edmundo Fernandes Dias (suplente)

Professora Doutora Nadya de Araújo Castro (suplente)

Abril / 1998

Índice

- Agradecimentos

- Introdução

Parte 1

**Toyotismo, Novo (e Precário) Mundo do Trabalho e Crise do Sindicalismo
Sob a Mundialização do Capital**

Capítulo 1

O Toyotismo como "Momento Predominante" do Complexo de Reestruturação
Produtiva

Capítulo 2

Aspectos do Novo (e Precário) Mundo do Trabalho
- A Fragmentação de Classe

Capítulo 3

A Crise do Sindicalismo Moderno
- Um Novo Americanismo?

Parte 2

**Reestruturação produtiva e Mundo do Trabalho no Brasil:
Do Toyotismo Restrito ao Toyotismo Sistêmico**

Capítulo 4

Desenvolvimento Capitalista e Reestruturação Produtiva no Brasil
- Uma Perspectiva Histórica

Capítulo 5

Reestruturação Produtiva no Brasil dos Anos 80
- O Toyotismo Restrito

Capítulo 6

O Mundo do Trabalho no Brasil dos Anos 80
- A Nova Rotinização do Trabalho

Capítulo 7

Superexploração do Trabalho e Luta de Classes no Brasil dos Anos 80

Capítulo 8

O Novo Complexo de Reestruturação Produtiva no Brasil dos Anos 90

Capítulo 9

Aspectos do Novo Complexo de Reestruturação Produtiva no Brasil
- Rumo a um Toyotismo Sistemático?

Capítulo 10

O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho no Brasil

Parte 3

Crise do Sindicalismo no Brasil

- A Capitulação do Trabalho?

Capítulo 11

Explosão (e Crise) do Sindicalismo no Brasil

Capítulo 12

Estratégias Sindicais diante do Novo Complexo de Reestruturação Produtiva no Brasil

- Da Resistência à Concertação

- **Considerações Finais**

- **Bibliografia**

Agradecimentos

Sou grato ao prof. Dr. Juarez Brandão Lopes por ter aceito a responsabilidade de ser meu orientador. Sua tolerância e disposição ao diálogo constituem para mim sinais de maturidade intelectual e de um sincero compromisso com a verdade.

Sou grato ao Prof. Dr. Octávio Ianni e ao Prof. Dr. Ricardo Antunes, membros da banca de qualificação, pelas inúmeras críticas e pelas valiosas sugestões que me fizeram.

Agradeço ao Prof. José Benevides Queiroz, Prof. José Meneleu Neto e Prof. Francisco Soares Teixeira pela disposição em ouvir e criticar meus argumentos bem como sugerir saídas para uma série de impasses com que me defrontei ao longo do trabalho.

Sou grato ao Prof. Ruy Braga, Prof. Dr. Marcos Del Royo, Prof. José de Lima Soares e Eurenice Lima pelo estímulo à reflexão independente e o senso crítico sobre os temas tratados ao longo do trabalho.

Aos companheiros metalúrgicos do ABC, que prestaram depoimentos sobre as condições de exploração do trabalho na Volkswagen, Ford e Mercedes Benz, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço o diálogo com a Profa. Dra. Márcia de Paula Leite, Prof. Dr. Ruy de Carvalho Quadros, Profa. Dra. Leda Gitahy, e pelo corpo técnico do DIEESE-Metalúrgicos do ABC, em especial, Luis Paulo Bresciani, que me dispensou atenção em fornecer importantes informações sobre a reestruturação produtiva no Brasil.

Ao CNPq, CAPES e Funcamp, agradeço pelo auxílio financeiro nas diversas fases da pesquisa.

Finalmente agradeço a Viviane Veras e a Flavia Santos, pela "assistência técnica" de última hora, e a Valéria, Jorge e Catarina, pelo apoio, paciência e dedicação que me propiciaram ao longo do percurso.

Aos colegas, amigos e companheiros de luta, os quais isento dos eventuais equívocos cometidos neste trabalho, agradeço o apoio sincero.

“...o movimento do capital é insaciável”

Karl Marx, O Capital

Introdução

É a partir da mundialização do capital que se desenvolve um complexo de reestruturação produtiva, com impactos estruturais no mundo do trabalho. Ele surge como uma ofensiva do capital na produção, tendo em vista que debilita a classe, não apenas no aspecto objetivo, com a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho, mas principalmente subjetivo. É por isso que, na perspectiva histórico-ontológica, o novo complexo de reestruturação produtiva não possui um caráter "neutro" na perspectiva da luta de classes. Ele apenas expressa, na medida em que se desenvolvem as alterações do processo de trabalho, algo que é intrínseco à lei da acumulação capitalista: a precarização da classe dos trabalhadores assalariados, que atinge não apenas, no sentido objetivo, a sua condição de emprego e salário, mas, no sentido subjetivo, a sua consciência de classe. É nesse contexto

sócio-histórico particular que tendem a se desenvolver, com vigor, estratégias sindicais neocorporativas, que são expressões da debilitação da solidariedade de classe, intrínsecas à fragmentação das negociações coletivas, provocadas pela nova ofensiva do capital na produção.

No Brasil, a partir do governo Collor, nos anos 90, a política neoliberal impulsionou uma maior integração do capitalismo brasileiro à mundialização do capital. É a partir daí que presenciamos um salto qualitativo no processo de reestruturação produtiva, que atinge os principais pólos industriais do país, onde se localizam os núcleos do sindicalismo de classe. Na verdade, o desdobramento de uma crise do mundo do trabalho no Brasil, sob a era neoliberal, sobrepõe-se à precariedade histórica – e estrutural – do estatuto salarial em nosso país e atinge os núcleos “modernos” da sociabilidade do trabalho, instaurando novas polarizações (e fraturas) internas às “ilhas de modernidade”, constituídas sob a época da industrialização substitutiva. Surge, deste modo, uma nova exclusão social que debilita a já frágil solidariedade de classe, após uma década de “explosão do sindicalismo”. É nessa perspectiva que se desenvolve a crise do sindicalismo no Brasil, cujo principal aspecto político-ideológico – o surgimento de estratégias sindicais neocorporativas de cariz propositivo – vincula-se às determinações estruturais da nova crise do mundo do trabalho.

É nosso interesse analisarmos a crise do sindicalismo no Brasil a partir da perspectiva de constituição de uma nova ofensiva do capital na produção, que surge, de modo tênue, nos anos 80, e se impulsiona, com vigor, nos anos 90. As principais hipóteses, que tentaremos desenvolver, são as seguintes:

1. Existe uma crise do sindicalismo no Brasil, principalmente a partir do governo Collor, cujo principal sintoma é a crise das estratégias

políticas do "novo sindicalismo", expressa, por um lado, no desenvolvimento de práticas sindicais neocorporativas de cariz propositivo, e, por outro lado, nas debilidades estratégicas de cariz "obreirista" das práticas sindicais de contestação à lógica do capital na produção.

2. A principal determinação da crise do sindicalismo no Brasil é o desenvolvimento de um novo complexo de reestruturação produtiva, a partir dos anos 90, caracterizado pela passagem de um "toyotismo restrito" para um "toyotismo sistêmico", considerado, por nós, como uma nova ofensiva do capital na produção, que tende a promover, com maior intensidade (e amplitude) uma crise da objetividade (e subjetividade) do mundo do trabalho em nosso país.¹

3. Consideramos que o toyotismo é o "momento predominante" do novo complexo de reestruturação produtiva que surge sob a mundialização do capital. Ele tende a instaurar, através do obscurecimento da perspectiva de classe, uma nova captura da subjetividade operária pela lógica do capital. É o desenvolvimento capitalista em sua etapa de mundialização do capital que determina, em última instância, a nova lógica produtiva do capital, o toyotismo, ou ainda, a "produção enxuta" (a *lean production*) e seus desdobramentos em nível de luta de classes.

¹ O que denominamos "complexo de reestruturação produtiva" envolve um sistema de inovações tecnológico-organizacionais no campo da produção social capitalista – por exemplo, a robótica e a automação microeletrônica aplicada à produção; as novas modalidades de gestão da produção, tais como os CCQ's e Programas de Qualidade Total; a série de racionalizações da produção, tais como os "downsizing" e a reengenharia (muitas das racionalizações produtivas decorreram de novos patamares de centralização e concentração do capital, através de fusões, aquisições e diversificações corporativas, que implicaram – e ainda implicam – demissões em massa). Além disso, é um importante componente do complexo de reestruturação produtiva, os vários tipos de descentralização produtiva, tais como a terceirização ou as realocações industriais, que implicam o fechamento de fábricas num local e abertura em outro, ou ainda a instauração de novas legislações trabalhistas de cariz flexível, que

O nosso objetivo é apresentar, na Parte 1, um panorama do novo (e precário) mundo do trabalho que surge nos países capitalistas centrais, caracterizado não apenas pelo aparecimento de uma nova classe operária, uma força de trabalho com mais altos níveis educacionais e de qualificação, mas por um novo impulso à fragmentação de classe, em virtude do desemprego estrutural e da proliferação da precarização de empregos e salários. É a partir daí que podemos compreender a crise do sindicalismo moderno, cujas principais características são não apenas a perda da representatividade sindical, a esclerose organizacional e a crescente dificuldade em agregar interesses, mas, também, e principalmente, a debilitação político-ideológica da perspectiva de classe.

Procuramos vincular o surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho ao "momento predominante" do novo complexo de reestruturação produtiva: o toyotismo. Ao utilizarmos a expressão "novo complexo de reestruturação produtiva", não procuramos reduzi-lo apenas à sua dimensão tecnológica, mas procuramos dar uma ênfase à dimensão da organização da produção (e do trabalho) capitalista. Mais do que nunca, o paradoxo da modernidade exacerbada, quando se anuncia a perda da centralidade do trabalho na produção capitalista, é o incremento da própria manipulação do "trabalho vivo", da imposição da captura da subjetividade do trabalho pela lógica do capital em processo. A princípio, o toyotismo pode aparecer como mera operação organizacional; entretanto é através dele, da nova racionalização organizacional da produção (e do trabalho) capitalista, que é reposto, num grau superior, um novo modo de captura da subjetividade operária, uma "subordinação formal-intelectual" (no bojo da subsunção real do trabalho ao capital) adequada à época da pós-grande indústria. Na

criam uma nova regulação institucional do trabalho assalariado, adaptando-o às

passagem para a nova etapa da acumulação capitalista, busca-se constituir um novo padrão de hegemonia do capital na produção. É por isso que consideramos o conceito de toyotismo – reconstruído por nós – como o mais adequado para representar o arcabouço ideológico-prático do novo complexo de reestruturação produtiva na época da mundialização do capital. É, antes de tudo, a expressão completa do “capitalismo manipulatório” (utilizando uma expressão destacada pelo velho Lukács). Uma manipulação que perpassa não apenas a esfera do consumo, mas atinge, com inusitado vigor, a esfera da produção, dissipando nela os vestígios do antagonismo de classe.

É na parte 2 que procuramos tratar do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil, apreendendo-a numa perspectiva histórico-estrutural, procurando acompanhar a sua constituição, através da passagem do toyotismo restrito para um toyotismo sistêmico. Para isso, é imprescindível vinculá-lo ao próprio desenvolvimento capitalista no país, à sua inserção na mundialização do capital através das políticas neoliberais, capazes de promover um novo surto de modernização, tal como ocorreu sob o governo Kubitschek, mas com outro sentido histórico – a desconstituição dos pólos de modernidade, da qual é parte intrínseca o próprio sindicalismo de massa. A constituição de um novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil significa, antes de tudo, a procura de uma nova hegemonia do capital na produção, adequada à nova etapa do capitalismo mundial.

Para apreender o novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil, procuramos nos concentrar num setor da indústria brasileira onde ela assumiu uma presença significativa a partir dos anos oitenta: a indústria automobilística, concentrada no ABC paulista. Vale salientar que foi no ABC paulista que surgiu o “novo sindicalismo”, a CUT e o PT,

necessidades imperiosas do capital em processo.

Significado do
toyotismo no
Brasil

um dos principais pólos de resistência (e promessas de contestação) à lógica do capital no país.

Finalmente, na parte 3, trataremos da crise do sindicalismo no Brasil e das estratégias sindicais implementadas pelo "novo sindicalismo", diante da nova ofensiva do capital na produção, a partir da era neoliberal. Procuraremos tratar, de modo crítico, as estratégias sindicais propositivas diante das inovações tecnológico-organizacionais. O desenvolvimento de novas estratégias sindicais neocorporativas de cariz propositivo, que pode ser considerado um defensivismo de novo tipo, tende a desvincular o "novo sindicalismo" do processo de contestação social à lógica do capital no campo da produção. A partir daí, o sindicalismo tende a perder sua dimensão antagônica capaz de impulsionar o desenvolvimento da consciência de classe, abdicando de pleitear o controle da produção capitalista, uma das principais bandeiras do sindicalismo de classe e intervindo apenas para influenciar, no sentido propositivo, numa produção sob a direção capitalista. Fala-se em "concertação social". Nesse caso, o sindicalismo mantém-se no interior de seus próprios limites. Perde o seu valor moral – e político – de ser uma "escola de socialismo" capaz de aglutinar, em torno de si, o movimento social de contestação à lógica destrutiva do capital. É a partir daí que procuramos caracterizar a prostração do trabalho, no sentido político-ideológico, às imposições do capital na produção. No nosso entender, este é um dos principais sintomas da crise do sindicalismo no Brasil.

Por outro lado, a crise do "novo sindicalismo" possuiria um outro aspecto – a debilitação objetiva das estratégias sindicais "obreiristas", em sua dimensão estratégica, incapazes de efetivar, nas condições de um novo (e precário) mundo do trabalho, a passagem do momento econômico-corporativo para o momento ético-político, principalmente

em virtude da crise do "intelectual orgânico" da classe – o partido da classe dos trabalhadores.

A Título de uma Polêmica Metodológica

A análise do novo complexo de reestruturação produtiva e sindicalismo no Brasil tem sido desenvolvida por duas das principais correntes das ciências sociais no país – de um lado, uma vasta produção da sociologia do trabalho, de cariz empiricista, e de outro lado, uma pequena produção marxista no campo da crítica da reestruturação produtiva e do sindicalismo neocorporativo.

Nos moldes da pesquisa sociológica clássica, sociólogos, engenheiros de produção e economistas procuraram desenvolver estudos de caso nos vários setores industriais, principalmente no setor automotivo, sobre as recentes inovações tecnológicas e organizacionais. Concentraram a discussão sobre as mais diversas temáticas tais como desemprego, qualificação (ou desqualificação), estratégias sindicais, etc. Utilizamos, em nosso estudo, a vasta produção empírica da sociologia do trabalho no Brasil, dos anos oitenta e noventa, que contribuiu, de certo modo, para dar maior visibilidade às alterações estruturais do mundo do trabalho no país. Procuramos incorporá-las em nossa exposição, tecendo por vezes algumas considerações críticas.²

Para nós, a principal debilidade da abordagem sociológica tradicional é a incapacidade de apreender as determinações histórico-ontológicas da nova crise do mundo do trabalho, como decorrência do próprio desenvolvimento da lógica do capital sob a mundialização.

² Nossa preocupação não é divulgar novos dados primários sobre a natureza do complexo de reestruturação produtiva e do sindicalismo no Brasil, mas sim organizar, numa nova perspectiva teórico-conceitual de cariz marxista, o caos empírico propiciado pela série de análises sociológicas.

debilidade
da abordagem
sociológica
tradicional

Muitas vezes, as análises sociológicas se mantiveram meramente no nível descritivo, sem nenhuma pretensão de inseri-la numa reflexão que contemplasse a totalidade concreta. O mero acúmulo de percepções empíricas não conduziu a uma compreensão clara dos rumos do processo histórico, mais amplo, da reestruturação produtiva e sua vinculação com as determinações da sociabilidade capitalista, como a luta de classes, e da lógica do capital, como processo em contradição. A epistemologia de cariz neopositivista impediu a percepção dos nexos contraditórios da produção (e reprodução) do capital, principalmente em seus impactos sobre a subjetividade da classe.

De certo modo, a sociologia do trabalho no Brasil tendeu a admitir, nos anos 90, uma crise do sindicalismo no Brasil, mas apenas em sua dimensão "objetiva", desprezando um dos seus principais aspectos: a perda da subjetividade antagonica do trabalho, inscrita nas novas estratégias sindicais neocorporativas de cariz propositivo. A ideologia da "concertação social", incorporada por parcelas do sindicalismo brasileiro, não é vista, por eles, como um aspecto da crise do sindicalismo. Pelo contrário, a renúncia ao antagonismo de classe no plano da produção é percebida inclusive como a "solução política" para a crise do sindicalismo (Leite, 1997).

Ao lado da vasta literatura da sociologia do trabalho, surge uma pequena produção marxista no campo da crítica da reestruturação produtiva e sindicalismo no Brasil. Apenas a partir do governo Collor é que surgiram algumas reflexões críticas de cariz marxista sobre o verdadeiro sentido do complexo de reestruturação produtiva que ocorre no país. Elas procuraram destacar, principalmente, seu lado perverso, de debilitar o mundo do trabalho e instaurar uma nova dominação do capital na produção.

Entretanto, a pequena produção marxista no Brasil é permeada por viéses "politicistas", que tendem a negar as determinações histórico-ontológicas da crise do sindicalismo moderno, vendo-a tão-somente em seus aspectos políticos (e ideológicos), reduzindo-a meramente à luta de classes, não a tratando como uma verdadeira provocação do capital, no plano estrutural, à política sindical de esquerda. Na verdade, para nós, a crise do sindicalismo é caracterizada não apenas pela renúncia político-ideológica do trabalho à lógica do capital na produção, mas como uma incapacidade histórico-ontológica das estratégias sindicais clássicas, de cariz classista, diante das novas condições de acumulação capitalista, da mundialização do capital e de seus desdobramentos objetivos (e subjetivos) na classe trabalhadora.

Reestruturação Produtiva Como Acumulação Flexível – A Nova Ofensiva do Capital na Produção

Foi a nova crise do capital – a "onda longa depressiva" (Mandel), ou ainda, um "continuum depressivo" (Mészáros) – que atingiu os países capitalistas centrais a partir de 1973, que tendeu a impulsionar, principalmente nos anos oitenta e noventa, uma série de transformações sócio-históricas que atingiram as mais diversas esferas do ser social. Surge o que denominamos um novo complexo de reestruturação produtiva, uma ofensiva do capital na produção, que busca constituir um novo patamar de acumulação capitalista em escala planetária e tende a debilitar o mundo do trabalho, promovendo alterações importantes na forma de ser (e subjetividade) da classe dos trabalhadores assalariados.

Sob o impulso da mundialização do capital, houve o desenvolvimento da acumulação flexível, um novo tipo de acumulação capitalista que se impõe, cada vez mais, às corporações transnacionais.

Tal modo de acumulação decorre da necessidade de o capital reconstituir sua base de valorização, debilitada não apenas pelo desenvolvimento da III Revolução Tecnológica (que pressionou a lucratividade das corporações transnacionais através do aumento da composição orgânica do capital), mas também pela constituição do *Welfare State*, pelas barreiras à usurpação capitalista, erguidas no interior do próprio sistema produtor de mercadorias nos países capitalistas centrais durante o pós-II Guerra Mundial. Por outro lado, no plano dos múltiplos capitais, presenciemos, a partir dos anos sessenta, o aumento da concorrência capitalista no mercado mundial (Mandel, 1983; Aglietta, 1978)

As novas tecnologias microeletrônicas aplicadas à produção – no interior de novos tipos de organização da produção capitalista – possibilitaram, no plano material, a constituição de novos níveis de flexibilidade para o capital.³ Entretanto, é preciso salientar que, não apenas as determinações tecnológicas contribuíram para impulsionar a nova ofensiva do capital na produção, mas principalmente as determinações políticas, caracterizadas pelo processo político das derrotas históricas da classe trabalhadora (ocorridas sob a conjuntura

³ Depois do desenvolvimento do transistor, a partir de 1947, e do circuito integrado, a partir de 1959, foi a invenção de uma ficha de silicone, contendo toda a unidade central de processamento de um computador, isto é, o microprocessador, em 1971, que eliminou as dificuldades técnicas e, sobretudo, os obstáculos econômicos à aplicação da regulação eletrônica a uma enorme variedade de processos produtivos. A partir daí os microprocessadores têm sido instalados em instrumentos de medida que controlam processos de fluxo contínuo em refinarias de petróleo, centrais elétricas, usinas siderúrgicas e fábricas de produtos químicos; em máquinas –ferramentas que se tornam robôs, utilizados em linhas de montagem nas indústrias metalmeccânicas, inclusive em operações de fluxo descontínuo, pois são facilmente reprogramáveis; em máquinas de escritório "inteligentes" tais como pequenos computadores, máquinas copiadoras e terminais telefônicos computadorizados. A grande vantagem do microprocessador é que, além de pequeno e flexível, é muito barato, tornando, pela primeira vez, a automação economicamente viável em quase todas as esferas da produção material, numa porção de serviços de controle e na produção doméstica (mediante utensílios "inteligentes" tais como fornos e máquinas de lavar computadorizados) (Singer, 1982)

dos anos setenta e oitenta nos principais países capitalistas) (Petras, 1995). A ascensão de políticas neoliberais, a partir de 1979, com a vitória de Thatcher, na Grã-Bretanha, e de Reagan, nos EUA, promoveram a desregulamentação da concorrência e a liberalização comercial, além de adotarem políticas anti-sindicais, impulsionando, deste modo, novos patamares de flexibilidade e contribuindo, para instaurar um novo poder do capital sobre o trabalho assalariado (o que implica considerar, portanto, a reestruturação produtiva enquanto acumulação flexível, antes de tudo, um resultado sócio-histórico da luta de classes, que atingiu seu ponto decisivo, nos países capitalistas centrais, na primeira conjuntura da crise –1973/79 – ou ainda um pouco antes, a partir de 1968).

Os anos 80 podem ser considerados a “década das inovações capitalistas”, da flexibilização da produção, da “especialização flexível”, da desconcentração industrial, dos novos padrões de gestão da força de trabalho, tais como *just-in-time* / *Kan-ban*, CCQ's e Programas de Qualidade Total, da racionalização da produção, de uma nova divisão internacional do trabalho e de uma nova etapa da internacionalização do capital, ou seja, de um novo patamar de concentração e centralização do capital em escala planetária. Na verdade, foi a década de impulso da acumulação flexível, do novo complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” é o toyotismo. Apesar de o crescimento capitalista ter-se mantido aquém dos índices da *golden age* (de 1960-73), seus resultados para o capital parecem ter sido positivos: a inflação declinou, os lucros recuperaram-se e as finanças governamentais se estabilizaram nos principais países capitalistas (Glyn, 1995). Nos anos noventa, apesar da instabilidade financeira mundial decorrente da mundialização do capital, cujos principais exemplos foram a crise mexicana (em 1994) e a crise asiática (em 1997), os resultados

de crescimento da economia capitalista nos EUA seriam notáveis, principalmente em virtude da sua posição hegemônica no mercado mundial (através da OMC – Organização Mundial do Comércio, criada em 1992, os EUA negociam, cada vez mais, nos anos 90, uma política de liberalização comercial no mundo capitalista, de acordo com os interesses das corporações transnacionais).

Mas foi a partir dos anos 80, a “década neoliberal”, que se tornou clara a situação de debilitação do mundo do trabalho. O resultado histórico da acumulação flexível sobre o mercado de trabalho é deveras impressionante: instaurou-se um novo patamar de desemprego estrutural e proliferação do trabalho precário nos principais países capitalistas. Hoje, nos anos 90, um espectro ronda o capitalismo mundial – o espectro das novas formas de exclusão social – e surgem novas clivagens de desigualdades – uma nova pobreza – no interior do centro capitalista. Como atestam vários autores, a expansão da insegurança do trabalho passou a ocorrer em diversos níveis: insegurança no mercado de trabalho, no emprego, na renda, na contratação e na representação. (Mattoso, 1995: 525). Na verdade, o que ocorre é a explicitação histórica da própria condição da classe do proletariado: a insegurança, a situação de estar à mercê do acaso, submetido ao “poder das coisas” (o mercado) (Marx, 1987: 120).

A situação de crise do mundo do trabalho – a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho – contribuiu para a debilitação do movimento operário e para a crise do sindicalismo nos principais países capitalistas. Por um lado, acelerou-se o processo de dessindicalização, em vários países do capitalismo central, e o índice de greves nos países da OCDE, por exemplo, atingiu os níveis mais baixos (a média por ano dos dias ocupados em greves por 100 trabalhadores, no período de 1974–79 era de 40; no período de 1980–1990, decresce para 25, e em

1989–90, é de 16). Por outro lado, os sindicatos passaram a adotar uma ação predominantemente defensiva, de cariz neocorporativo (Glyn, 1995:52).

Novo Complexo da Reestruturação Produtiva Como Ofensiva do Capital Na Produção

O novo complexo de reestruturação produtiva se desenvolve com a nova etapa do capitalismo mundial: a mundialização do capital. Ao dizermos mundialização do capital, estamos dizendo robustecimento ontológico do “sujeito” capital no plano mundial. Ele – o capital – impõe-se como “capital em geral” e não propriamente como o capital em suas formas particulares, tais como capital comercial, capital industrial ou capital bancário. Na verdade, os “agentes” do capital em processo, as corporações transnacionais, não se identificam mais com nenhum tipo concreto de capital; tendem a existir como encarnações individuais de todas as formas de existência do capital: capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria. Só deste modo podem enfrentar a concorrência mundial e evitar que seus concorrentes se apropriem de parte do valor por elas produzido. É diante do novo panorama da mundialização do capital que podemos dizer que o capital é posto – ou aparece – como “sujeito” da modernização capitalista (Alves, 1996).⁴

⁴ O capital é um modo de atividade humana, um processo ativo e generativo, uma relação social voltada para a valorização do valor. É um modo de atividade humana vinculado ao princípio de valorização. Se se diz que o capital é “sujeito”, deve-se precisar que ele é o que é, enquanto é movimento autônomo, um objeto-movimento. Ruy Fausto esclarece que, “o capital só aparece como sujeito se o visarmos em movimento (mas só em movimento ele é o que é)”. Ou mais ainda: o sujeito não é apenas movimento, mas movimento reduzido ao crescimento quantitativo. Como diz Marx, o capital é a mercadoria “suprimida” pelo dinheiro, o dinheiro “suprimido” em mercadoria. Portanto, o capital está nessa supressão constante, ininterrupta, ou, na acepção de Fausto, poderíamos dizer que o capital está no intervalo da negatividade entre a mercadoria e o dinheiro. Na verdade, mercadoria e dinheiro são apenas formas

O novo complexo de reestruturação produtiva é conduzido pelas empresas, corporações e conglomerados transnacionais, os verdadeiros "agentes" do capital em processo. Ele expressa a perpétua sublevação e a interminável incerteza e agitação do "sujeito" da modernização capitalista: o capital. O capital não pode subsistir sem revolucionar, de modo constante, os meios de produção. A intensa e incansável pressão no sentido de revolucionar a produção tende a extrapolar, impondo transformações nas "condições de produção" (ou "relações produtivas"), "e, com elas, em todas as condições e relações sociais" (Marx, 1990(1848); Berman, 1987:94). É deste modo que o novo complexo de reestruturação produtiva surge, em sua dimensão contingente, como uma ofensiva do capital na produção, (re)criando novos mundos do trabalho, instaurando novas provocações sócio-históricas para a classe dos trabalhadores assalariados.

Por um lado, o "sujeito" capital tende a debilitar, a longo prazo, o trabalho assalariado, atingindo a classe dos trabalhadores assalariados. Aprofunda, de modo real, o que está posto, desde o início, como forma: a subsunção do trabalho ao capital (Marx, 1983). No bojo da subsunção real, ele debilita, em sua operação de reposição da subordinação formal, a própria subjetividade de classe (o que irá caracterizar, como salientaremos adiante, o toyotismo, como "momento predominante" do novo complexo de reestruturação produtiva). Aprofunda, deste modo, o

de valor, formas fetichistas do "sujeito" capital, que tendem a apresentar as relações dos homens entre si como relações entre coisas (e o próprio "sujeito" capital é um fetiche social). O "sujeito" capital – é produto do trabalho e dos homens. Mas, apesar disso, uma vez criado, o capital, cujo ponto de partida é a circulação de mercadorias, tende a assumir uma forma objetiva e autônoma, regido por leis próprias, que coagem e dominam homens e mulheres. É a partir daí que pode ocorrer o que Marx denominou fetichismo da mercadoria, característica básica da sociabilidade capitalista, caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias, onde uma relação entre pessoas interverte-se ou assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (ou relações entre coisas e pessoas).

estranhamento, posto como condição histórico-ontológica da classe dos trabalhadores assalariados.

Por outro lado, o “sujeito” capital tende a desenvolver, no plano contingente, a própria “negação” do trabalho no interior da vigência do capital, o que significa uma tendência à diminuição incisiva do trabalho, no interior de uma ordem social mercantil que preserva a obrigação de trabalhar:

Longe de representar uma liberação favorável a todos, próxima de uma fantasia paradisíaca, o desaparecimento do trabalho torna-se uma ameaça, e sua rarefação, sua precariedade, um desastre, já que o trabalho continua necessário de maneira muito ilógica, cruel e letal, não mais à sociedade, nem mesmo à produção, mas, precisamente, à sobrevivência daqueles que não trabalham, não podem mais trabalhar, e para os quais o trabalho seria a única salvação. (Forrester, 1996:112)

Cria-se, deste modo, um novo patamar de estranhamento para milhões de desempregados, excluídos da sociabilidade do trabalho, e desvinculados das promessas da modernidade, numa época de “pós-modernidade” (Harvey, 1993). Assim, o capital, em processo de mundialização, configura-se, mais do que nunca, como uma ofensiva contra o trabalho assalariado, uma ofensiva do capital na produção, debilitando o movimento operário, desintegrando-o e colocando novos desafios para o mundo do trabalho que emerge, mais ainda, complexificado, fragmentado e heterogeneizado (Antunes, 1995).

A rigor, a ofensiva do capital sobre o trabalho assalariado é intrínseca à própria lógica da valorização (seria uma tautologia dizer “ofensiva do capital sobre o trabalho assalariado”). Um é apenas a negação do outro, onde o “sujeito” capital aparece, cada vez mais, enquanto “trabalho morto”. Entretanto, a “supressão” tendencial – e nunca realizável no interior da lógica da valorização – do “trabalho vivo” não anula a centralidade ontológica da categoria trabalho, isto é, a centralidade da significação “trabalho” (como anunciam Habermas, Gorz

e Offe), posto que o que tende a emergir, de novo, é apenas o “sujeito” capital enquanto “trabalho morto”. Nesse caso, o trabalho tende a surgir, com a emergência do “sujeito” capital, como pressuposto negado, no sentido lógico (e ontológico) (Marx, 1985; Fausto, 1986; Alves, 1996).

A Flexibilidade como o ser-precisamente-assim do capital

A partir dos anos setenta e oitenta, projetam-se, em determinadas regiões do mercado mundial, uma série de experimentos produtivos de novo tipo. Eles representam o novo modo de acumulação flexível, com o capital reencontrando-se com seu ser-precisamente-assim. É possível salientar, por exemplo, a “especialização flexível”, na “Terceira Itália”; ou o “kalmarianismo”, na Suécia. Entretanto, o que possui maior capacidade de expressar as necessidades imperativas do capitalismo mundial é a experiência do toyotismo no Japão. É como se, a partir daí, o capital tivesse descoberto o “segredo” – ou o “mistério” – de um novo padrão de acumulação capitalista. No decorrer dos anos 80, ele tenderia a assumir um valor universal surgindo como “produção enxuta” – a *lean production* – uma nova racionalidade do capital em sua etapa de mundialização.

Ora, existe um perigo em exagerar a significação da acumulação flexível, de vê-la como algo essencialmente novo. Uma das características histórico-ontológicas da produção capitalista é estar sempre procurando “flexibilizar” as condições de produção – principalmente da força de trabalho. Um dos traços ontológicos do capital é a sua notável capacidade em “desmanchar tudo que é sólido”, revolucionar, de modo constante, as condições de produção; pôr – e repor – novos patamares de mobilidade do processo de valorização nos seus vários aspectos (Marx, 1990).

Deste modo, a categoria da flexibilidade é algo intrínseco à produção capitalista, surgindo, ainda em seus primórdios, quando o capital instaurou o trabalho assalariado, promovendo a despossessão do trabalhador assalariado das condições de vida, a separação do trabalhador de seus meios de produção, a separação entre “caracol e sua concha” (Marx, 1985: 411).

Na verdade, o desenvolvimento do trabalho assalariado é a própria fenomenologia de sua peculiaridade ontológica: ser “flexível” às necessidades imperativas do capital em processo. É por isso que o complexo de reestruturação produtiva apenas ex-põe, de certo modo, o em-si “flexível” do estatuto ontológico-social do trabalho assalariado: por um lado, a sua precarização (e desqualificação) contínua (e incessante), e, por outro lado, as novas especializações (e qualificações) de segmentos da classe dos trabalhadores assalariados.

Ao tratar da grande indústria, por exemplo, Marx consegue apreender, ainda em seus rudimentos, um dos desenvolvimentos da categoria da flexibilidade sob a grande indústria. Em *O Capital*, Marx afirma que “ [a indústria moderna] exige, por sua natureza, variação do trabalho, isto é, fluidez das funções, mobilidade do trabalhador em todos os sentidos” (Marx, 1985: 558). E ressalta ainda, em outra passagem, “a elasticidade que a máquina e a força humana revelam, quando são simultaneamente distendidas ao máximo pela diminuição compulsória da jornada de trabalho” (Marx, 1985: 472).

É claro que, sob a era da mundialização do capital, a partir da III Revolução Tecnológica, sob a ofensiva neoliberal, a categoria da flexibilidade se desdobra e adquire múltiplas determinações no interior do complexo de produção de mercadorias, assumindo, deste modo, novas proporções, intensidade e amplitude. Ela não se restringe apenas à “maior versatilidade possível do trabalhador”. A flexibilidade torna-se,

no sentido geral, um atributo da própria organização social da produção. Ela surge como uma abstração geral, posta pelo "sujeito" capital em diversos níveis do complexo de produção de mercadorias, assumindo, deste modo, uma série de particularizações concretas, com múltiplas (e ricas) determinações (Salerno salienta, por exemplo, oito dimensões da flexibilidade – a flexibilidade estratégica, flexibilidade de gama, de volume, de adaptação sazonal, de adaptação a falhas, de adaptação a erros de previsão, flexibilidade social intra-empresa e flexibilidade social extra-empresa (Salerno, 1995)). Na verdade, é por ter alcançado o seu desenvolvimento concreto mais rico, que a categoria da flexibilidade não pode ser pensada apenas sob uma forma particular.⁵

Entretanto, é a flexibilidade da força de trabalho que continua sendo estratégica para a acumulação do capital (o que Salerno denominou, por exemplo, de flexibilidade social intra-empresa ou extra-empresa), ou seja, é aquela flexibilidade relativa à legislação e regulamentação social e sindical, onde um aspecto muito discutido é o que diz respeito à flexibilidade nos contratos de trabalho: a possibilidade de variar o emprego (volume), os salários, horários e o local de realização do trabalho dentro e fora da empresa (por exemplo, mudança de linha dentro de uma fábrica, ou mesmo mudança entre fábricas). Ou ainda, aquela relativa aos regulamentos internos, à representação sindical interna, ao sistema de remuneração e a recompensas, etc.

⁵ Apesar disso, a categoria de flexibilidade possui uma ineliminável dimensão política – ela apenas robustece o poder do capital (contra a sua parte antagônica, o trabalho assalariado). Ela não atinge as prerrogativas "rígidas" do capital, tendo em vista que é ele quem decide ainda o que produzir e onde alocar os recursos. Inclusive, sob a III Revolução Tecnológica, com as novas tecnologias da telemática, a capacidade de centralização do capital torna-se maior. Por outro lado, apesar da polivalência operária, proclamada pelos novos experimentos da produção capitalista de cariz flexível, tais como o toyotismo, a função social do trabalho assalariado continua restrita e parcial. O trabalhador assalariado continua sendo, em sua essência, um "indivíduo parcial, mero fragmento humano que repete sempre uma operação parcial" (Marx), apesar do "enriquecimento de tarefas" (Aglietta), ou da "desespecialização" (Coriat)).

(Salerno, 1995). Em sua abordagem da flexibilidade, Boyer concentra-se apenas na flexibilidade do trabalho, enumerando-a em cinco dimensões – a flexibilidade inerente à organização da produção, à mobilidade interna dos trabalhadores, aos contratos de trabalho, à relação salarial e à regulamentação trabalhista (Boyer, 1986).

Portanto, é a flexibilidade da força de trabalho que expressa a necessidade imperiosa de o capital subsumir – ou ainda, submeter e subordinar – o trabalho assalariado à lógica da valorização, através da perpétua sublevação da produção (e reprodução) de mercadorias (inclusive, e principalmente, da força de trabalho). É por isso que a acumulação flexível se apóia, principalmente, na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho (e ainda, dos produtos e padrões de consumo). É a flexibilidade do trabalho, compreendida como sendo a plena capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho, que irá caracterizar, como iremos ver adiante, o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva (é por isso que o debate sobre a flexibilidade é vinculado às características atribuídas ao chamado “modelo japonês” ou, mais precisamente, como salientaremos, ao modo “toyotista” de organização e gestão da produção).

O Novo Patamar Histórico da Flexibilidade do Trabalho

Se não podemos exagerar a significação da acumulação flexível, tendo em vista que ela apenas ex-põe o ser-precisamente-assim do capital, por outro lado, existe o perigo de considerar que nada mudou, isto é, considerar que a flexibilidade, sob a mundialização do capital, é apenas uma mera condição ideológica – e política – que enfraquece os movimentos da classe trabalhadora, ou ainda considerá-la um mero

recurso tradicional, sempre utilizada pelo capitalismo, não possuindo, portanto, nada de essencialmente novo (Pollert, 1986).

Que a categoria de flexibilidade tenha um potencial ideológico (e político), ou que seja algo típico da produção capitalista, ninguém nega (uma leitura atenta de *O Capital* o comprova). Mas o que procuramos salientar é que a nova manifestação da categoria de flexibilidade, pela sua velocidade, intensidade, e principalmente amplitude, é uma realidade histórica (e política) de novo tipo, "uma descontinuidade no interior de uma continuidade plena" (Alves, 1993).

Na verdade, os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos caracterizam uma importante descontinuidade no desenvolvimento capitalista, capaz de inaugurar uma ofensiva do capital na produção de novo tipo, que tende a colocar novas provocações sócio-históricas do capital para o trabalho assalariado.

Entretanto, o que torna a nova manifestação da categoria de flexibilidade algo essencialmente novo, em termos qualitativos, é a sua vinculação estrutural ao novo estágio do desenvolvimento capitalista: a mundialização do capital. O predomínio da financeirização sob o capitalismo mundial, tende a incrementar a velocidade, intensidade e amplitude do ser—precisamente—assim do capital, propiciando um salto qualitativo em seu potencial ofensivo sobre o trabalho assalariado, incrementando a sua "robustez ontológica". O capitalismo mundial sob a dominância financeira, a mundialização do capital, tende a promover a perpétua sublevação das condições de produção (e reprodução) das mercadorias. Por conseguinte, incrementa-se o poder das corporações transnacionais, verdadeiros "agentes" do capital em geral. São elas que

tendem a impulsionar o novo modo de acumulação do capital – a “acumulação flexível”.

É do nosso interesse tratar, a seguir, do modo de ser da acumulação flexível sob a mundialização do capital, o toyotismo, considerado o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva. É a partir dele que iremos compreender o surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho, da fragmentação de classe, e, por conseguinte, a crise do sindicalismo moderno (principalmente em sua dimensão político-ideológica).

"Capturar o inimigo é melhor que destruí-lo.
Apanhar intacto um batalhão, uma companhia ou um
esquadrão de cinco homens é melhor que aniquilá-los.
Pois obter cem vitórias em cem batalhas não representa
o máximo da habilidade. O máxima da habilidade é
subjugar o inimigo sem lutar."
"Assim os homens experientes na guerra subjagam
o exército inimigo sem combate. Capturam suas
cidades sem assaltá-las e dominam sem delongar
as operações."

Sun Tzu, **A Arte da Guerra** (séc.VI a.C.)

Parte 1

**Toyotismo, Novo (e Precário) Mundo do Trabalho
e Crise do Sindicalismo Sob a Mundialização do
Capital**

1

O Toyotismo Como o “Momento Predominante” do Complexo de Reestruturação Produtiva

Foi nos anos 80 que o toyotismo conseguiu alcançar um poder ideológico e estruturante considerável, passando a representar o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva na era da mundialização do capital. Assumiu, a partir daí, a posição de objetivação universal da categoria da flexibilidade, tornando-se um valor universal para o capital em processo¹.

É claro que a projeção universal do toyotismo, a partir dos anos 80, vincula-se ao sucesso da indústria manufatureira japonesa na concorrência internacional. Durante os anos setenta e oitenta, diversas técnicas foram importadas do Japão, em diversas ondas, com diferentes ênfases, para diversos países e setores. A primeira onda foi a dos CCQ's e, quase que em paralelo, a do *Kanban / JIT*. Posteriormente, diversos outros elementos foram adicionados, como TQC (*Total Quality*

¹ Utilizamos a expressão “momento predominante”, utilizada por Lukács, após Hegel, para caracterizar um dos elementos de um processo que constitui, dinamicamente, em determinação predominante do sentido e da direção do processo enquanto tal (Lukács, 1990:229)

Control), *Kaizen*, técnica dos 5S's, TPM (*Total Productive Maintenance*) e outras (Zilbovicius, 1997:286).

Mas, o novo método de gestão da produção, impulsionado, em sua gênese sócio-histórica, pelo sistema Toyota, conseguiu assumir um valor universal para o capital em processo, tendo em vista as próprias exigências do capitalismo mundial, das novas condições de concorrência e de valorização do capital surgidas a partir da crise capitalista dos anos 70. Isso significa dizer que o toyotismo não pode mais ser reduzido às condições históricas de sua gênese, tornando-se adequado, sob a mundialização do capital, não apenas à nova base técnica do capitalismo, com a presença de novas tecnologias microeletrônicas na produção – o que exige um novo tipo de envolvimento operário, e, portanto, uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital – mas à nova estrutura da concorrência capitalista no cenário de crise de superprodução, onde está colocada a perspectiva de “mercados restritos” (apesar da mundialização do capital, principalmente na indústria automobilística)².

Ao surgir, portanto, como o “momento predominante” do complexo de reestruturação sob a mundialização do capital, o toyotismo passou a incorporar uma “nova significação”, para além das particularidades de sua gênese sócio-histórico (e cultural), vinculado com o capitalismo japonês. Deste modo, ao utilizarmos o conceito de toyotismo, queremos dar-lhe uma significação particular, delimitando

² Para o materialismo histórico, não existe identidade mecânica entre gênese e validade. O exemplo clássico é a observação de Marx segundo a qual a arte de Homero não perde sua validade universal - e inclusive sua função de modelo - com o desaparecimento da sociedade grega primitiva que constitui o pressuposto necessário de sua gênese histórica (Marx, 1974:131). Se, como acreditamos, a observação de Marx tem um valor metodológico geral (independente das concretizações a serem feitas em cada esfera específica do ser social), podemos extrair dela uma conclusão acerca do toyotismo, cujo modelo de gestão da produção capitalista, na etapa da mundialização do capital, não pode ser reduzida meramente às condições sócio-históricas originárias do Japão.

alguns de seus aspectos essenciais. São tais aspectos essenciais do toyotismo – seus protocolos organizacionais (e institucionais), voltados para realizar uma nova captura da subjetividade operária pela lógica do capital – que possuem um valor heurístico, capaz de esclarecer seu verdadeiro significado nas novas condições da mundialização do capital.

Para nós, o toyotismo não é considerado um novo modo de regulação do capitalismo, no estilo da Escola da Regulação (tal como fizeram, por exemplo, com o conceito de fordismo); o potencial heurístico do conceito de toyotismo é limitado à compreensão do surgimento de uma nova lógica de produção de mercadorias, novos princípios de administração da produção capitalista, de gestão da força de trabalho, cujo valor universal é constituir uma nova hegemonia do capital na produção, através da captura da subjetividade operária pela lógica do capital. Na verdade, é um estágio superior de racionalização do trabalho, que não rompe, a rigor, com a lógica do taylorismo-fordismo (é por isso que alguns autores o denominam “neofordismo”) (Aglietta, 1978). Entretanto, no campo da gestão da força de trabalho, o toyotismo realiza um salto qualitativo na captura da subjetividade operária pela lógica do capital, o que o distingue, pelo menos no plano da consciência de classe, do taylorismo -fordismo.

Uma outra utilização indevida do conceito de toyotismo ocorre quando o consideramos, por exemplo, o único responsável pelo sucesso da indústria manufatureira do Japão no mercado mundial dos anos 80 (o que implica, de certo modo, reduzir o desenvolvimento capitalista à perspectiva microeconômica, não levando em consideração as determinações “sistêmicas” da competitividade industrial). Nesse caso, a mera “transferibilidade” – ou adaptação – do “modelo” japonês às indústrias, nos vários países capitalistas, seria considerada como a panacéia da competitividade industrial. Ora, a crise do capitalismo

japonês nos anos 90 demonstrou que considerar o toyotismo uma panacéia para o desenvolvimento capitalista é uma mera ilusão ideológica.

Por outro lado, não reduzimos o conceito de toyotismo à “japonização” (Wood), ao “modelo” japonês (Hirata), ao “sistema Toyota” (Monden), apesar de ele – o toyotismo – ter a sua gênese sócio-histórica no Japão ou vincular-se, em suas origens, ao pioneirismo da Toyota. Ao desenvolver-se e assumir uma dimensão universal, as novas práticas gerenciais e empregatícias, tais como *just in time* / *kanban*, controle de qualidade total e engajamento estimulado, levado a efeito pelas corporações japonesas, assumiram uma nova significação para o capital, não mais se vinculando às suas particularidades concretas originárias. Elas surgem como uma nova via original de racionalização do trabalho, centrada na *lean production*, adequadas a uma nova etapa do capitalismo mundial, onde, a rigor, a distinção entre “oriente” e “ocidente” perde a sua significação central para a lógica da valorização (Del Royo, 1998). O que interessa, nesse caso, são as objetivações concretas dos princípios (e técnicas) organizacionais do toyotismo, capazes de garantir, em maior ou menor proporção, seu objetivo primordial: a constituição de uma nova subjetividade operária, capaz de promover uma nova via de racionalização do trabalho.

1.1 Toyotismo e Capitalismo Manipulatório na Era da Superprodução

O que consideramos como sendo o toyotismo pode ser tomado como a mais radical (e interessante) experiência de organização social da produção de mercadorias sob a era da mundialização do capital. Ela é adequada, por um lado, às necessidades da acumulação do capital na

época da crise de superprodução, e, por outro lado, é adequada à nova base técnica da produção capitalista, sendo capaz de desenvolver suas plenas potencialidades de flexibilidade e de manipulação da subjetividade operária.

Os princípios organizacionais do toyotismo tenderam, no decorrer dos anos 80, a serem adotados por várias corporações transnacionais nos EUA, Europa e Ásia (ou ainda América Latina), principalmente no setor industrial (ou até nos serviços). É claro que, nesse caso, eles – os princípios organizacionais – se adaptaram às particularidades concretas da produção de mercadorias, surgindo como o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva. Ao assumir um valor universal, o toyotismo passou a mesclar-se, em maior ou menor proporção, a suas objetivações nacionais (e setoriais), com outras vias de racionalização do trabalho, capazes de dar maior eficácia à lógica da flexibilidade. É por isso que a instauração do toyotismo articula, em seu processo, uma continuidade/descontinuidade com o taylorismo/fordismo, a via predominante de racionalização pretérita do trabalho.

Na verdade, o aspecto original do toyotismo é articular a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo e fordismo, com as novas necessidades da acumulação capitalista. É uma “ruptura” no interior de uma continuidade plena. Por isso, “embora consciente das diferenças e de suas contribuições específicas, Taichi Ohno [o “criador” do toyotismo – G.A] preferiu insistir antes sobre as continuidades que sobre as rupturas” [com relação a Taylor e Ford] (Coriat, 1993:86). Além disso, o próprio autor do rótulo pelo qual ficou conhecido o toyotismo: *lean production*, ou Produção Enxuta, posteriormente consagrado mundialmente através do estudo do MIT (Womack *et al.*, 1990), Krafcik, observou que “muitos dos princípios de Ford em suas formas mais puras são ainda válidos e formam a própria

base do que conhecemos agora como *Toyota Production System*...Fordismo original com um sabor japonês." (Krafcik Apud Zilbovicius, 1997:294) ³.

Deste modo, para Simone Weil, por exemplo, tanto o taylorismo/fordismo, como o toyotismo, são partes da Segunda Revolução Industrial (a utilização "científica da matéria viva, o trabalho vivo") – todos eles, em maior ou menor proporção, estariam preocupados com o controle do elemento subjetivo no processo de produção capitalista (para Weil, a Primeira Revolução Industrial significou a aplicação tecnológica da ciência, a utilização da matéria inerte e das forças da natureza) (Bosi, 1979).

Entretanto, pode-se perguntar: por que, em plena época da III Revolução Científico-Tecnológica, o capital tenderia a recorrer ao toyotismo e não à mera introdução de novas tecnologias microeletrônicas na produção, capazes de negar o "trabalho vivo", transformando-o, portanto, em coisa supérflua, apendicizada ao sistema de maquinaria e rompendo, deste modo, com a lógica do taylorismo/fordismo? Seria o toyotismo, que para Coriat é "meramente uma inovação organizacional", apenas uma continuidade da preocupação de controle do elemento subjetivo pelo capital, de super-intensificação do trabalho vivo como a forma por excelência de aumento da produtividade do trabalho, tal como ocorreu sob o taylorismo/fordismo?

³ Zilbovicius observa que J. F. Krafcik, no ensaio "Triumph of the lean production system", publicado no *Sloan Management Review*, de 1988, indica que as diversas técnicas associadas à Toyota são tributárias do que denomina "fordismo puro". Segundo Krafcik, o "fordismo puro é, de muitos modos, mais próximo do Sistema de Produção Toyota do que o fordismo recente" (para ele, o "fordismo puro" é o fordismo dos anos 20, enquanto o "fordismo maduro" é o fordismo dos anos 60). Krafcik aponta que "as técnicas da administração científica não foram jogadas fora; foram apenas executadas por empregados diferentes, mais apropriados" e que "o sistema de fabricação JIT é outra translação da Toyota para o que era puro fordismo (o grifo é nosso)." (Zilbovicius, 1997:294)

Acreditamos que não. Apesar de o toyotismo pertencer à mesma lógica de racionalização do trabalho, o que implica considerá-lo uma continuidade com respeito ao taylorismo/fordismo, ele tenderia, nesse caso, a surgir como um controle do elemento subjetivo da produção capitalista que estaria posto no interior de uma nova subsunção real do trabalho ao capital – o que seria uma descontinuidade com relação ao taylorismo/fordismo (é o que Fausto denominou subordinação formal-intelectual – ou espiritual – do trabalho ao capital⁴). Por isso, é a introdução da nova maquinaria, vinculada à III Revolução Tecnológica e Científica, o novo salto da subsunção real do trabalho ao capital, que exige, como pressuposto formal ineliminável, os princípios do toyotismo, onde a captura da subjetividade operária é uma das pré-condições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital. “É como se a forma material exigisse uma posição adequada na forma” – diria Fausto. As novas tecnologias microeletrônicas na produção, capazes de

⁴ É interessante o que Fausto nos diz: “[com] a manufatura, a subsunção é apenas formal, ela não existe no interior do processo material de produção, senão na relação para com uma subjetividade global (que, sem dúvida, nega à sua maneira a individualidade, ela mesma reduzida a parte). Na segunda fase, a grande indústria, onde ocorre a primeira posição adequada da forma na matéria, se tem a subsunção real, isto é, formal e material. Com a pós-grande indústria, *desaparece a subordinação material*, e é nesse sentido, e só nesse sentido, que se retoma a primeira situação [...] Não há mais ‘oposição’ entre o indivíduo e o processo material, embora ou precisamente porque se restabelece a oposição matéria e forma. Mas esta oposição tem um sentido novo: a matéria, e em particular a ‘forma material’, comanda o processo. *É como se a forma material exigisse uma posição adequada na forma*. O capital é inadequado a esse novo processo material de produção. Teríamos assim a sucessão: subordinação formal, subordinação real, subordinação formal novamente [...] Arriscaríamos alguns conceitos novos. Diríamos que pode haver uma espécie de *subordinação intelectual (ou espiritual)* do trabalho ao capital. Teríamos assim a subordinação formal, a subordinação formal-material (em sentido próprio) e a *subordinação formal-intelectual (ou espiritual)* do trabalho ao capital. As duas últimas seriam reais (na nossa versão; na de Marx, só a segunda é real, a primeira e a terceira são formais). E se no caso da subordinação formal o trabalhador é (formalmente) *suporte*, sem ser (materialmente) apêndice, se no caso da subordinação formal-material ele é *apêndice*, além de ser suporte, na subordinação formal-intelectual ele é de certo modo *servidor* do novo mecanismo, que é um autônomo espiritual. A transformação da natureza em “espírito” não garante a libertação, mesmo a libertação ‘material’, isto é, a que se dá no processo de trabalho.” (Fausto, 1989:60-61)

promover um novo salto na produtividade do trabalho, exigiriam, portanto, como pressuposto formal, o novo envolvimento do trabalho vivo na produção capitalista.

Entretanto, como o próprio Ohno (e Krafcik) reconheceram, é mais importante insistir sobre as continuidades que sobre as rupturas do toyotismo com respeito ao taylorismo/fordismo. De certo modo, o toyotismo conseguiu “superar”, no sentido dialético (superar/conservando), alguns aspectos predominantes da gestão da produção capitalista sob a grande indústria no século XX, inspirados no taylorismo e fordismo, que instauraram a parcelização e repetitividade do trabalho. Mas, por trás da intensificação do ritmo do trabalho que existe no toyotismo, em virtude da “maximização da taxa de ocupação das ferramentas e dos homens” (Coriat), persiste ainda uma nova repetitividade do trabalho. É claro que existe uma ampliação do ciclo do trabalho em virtude da “desespecialização”. Só que, ampliar o ciclo do trabalho não significa desenvolver o processo de ‘requalificação’ do trabalho. A “desespecialização” – ou polivalência operária – não quer dizer que eles tenham se convertido em operários qualificados, mas representam, como salientou Aglietta, “o extremo da desqualificação, ou seja, seus trabalhos foram despojados de qualquer conteúdo concreto.” (Aglietta, 1978:106)

Deste modo, a uniformização que o toyotismo realiza é apenas a expressão organizacional da coletivização do trabalho, sob a forma de trabalho abstrato (que permite a ampliação das tarefas). O trabalho ampliado, dos operários “pluri-especialistas”, resulta tão vazio, e tão reduzido à pura duração, como o trabalho fragmentado (Aglietta, 1978:106).

Portanto, tal como o taylorismo e o fordismo, o objetivo supremo do toyotismo – ou da Produção Enxuta – continua sendo incrementar a

acumulação do capital, através do incremento da produtividade do trabalho, o que o vincula à lógica produtivista da grande indústria, que dominou o século XX. Ele pertence, tal como o taylorismo e fordismo, ao processo geral de racionalização do trabalho (e, portanto, de sua intensificação) instaurado pela grande indústria. Por outro lado, cabe a ele – o toyotismo – articular, na nova etapa da mundialização do capital, uma operação de novo tipo de captura da subjetividade operária, uma nova *forma* organizacional capaz de aprofundar – e dar uma nova qualidade – a subsunção real do trabalho ao capital inscritas na nova forma material do capitalismo da III Revolução Científica e Tecnológica.

1.2 O Valor Universal do Toyotismo

Surge então a pergunta: por que o toyotismo pode ser considerado um valor universal para a produção de mercadorias sob as condições da mundialização do capital ?

Em primeiro lugar, as suas condições ontológicas originárias, determinaram suas próprias possibilidades de universalização. É preciso salientar, mais uma vez, que o toyotismo é instaurado, originariamente, pela lógica do “mercado restrito”, surgindo sob a égide do capitalismo japonês dos anos 50, caracterizado por um mercado interno débil ⁵. Por isso, tornou-se adequado, em sua forma de ser, às condições do capitalismo mundial dos anos 80, caracterizado por uma crise de superprodução, que coloca novas normas de concorrência. Foi o desenvolvimento (da crise) capitalista que constituiu, portanto, os novos padrões de gestão da produção de mercadoria, tal como o toyotismo, e não o contrário.

⁵ Em 1955, o montante de produção da indústria automobilística para o Japão inteiro é de apenas 69.000 unidades, quando nesse mesmo ano os Estados Unidos já produzem e vendem 9.200.000 veículos.

Em sua análise sociológica do toyotismo, Coriat – o sociólogo que apreendeu com perspicácia (e de modo sistemático) os nexos contingentes do novo modo de racionalização do trabalho – salientou que o toyotismo procurou responder à interrogação, posta pelo capital diante das condições do mercado japonês dos anos 50 (e que é, de certo modo, posta sob o capitalismo mundial sob a crise de superprodução): o que fazer para elevar a produtividade quando as quantidades não aumentam? O que impulsionou – e impulsiona – o toyotismo, em seu aspecto ontológico, foi, e ainda é, portanto, “buscar origens e naturezas de ganhos de produtividade inéditas, fora dos recursos das economias de escala e da padronização taylorista e fordista, isso na pequena série e na produção simultânea de produtos diferenciados e variados”. (Coriat, 1994: 32)

Em segundo lugar, a constituição do toyotismo tornou-se adequada à nova base técnica da produção capitalista, vinculada à III Revolução Industrial, que exige uma nova subjetividade operária – pelo menos dos operários centrais à produção de mercadorias (as novas tecnologias de base microeletrônica, em virtude de sua complexidade e alto custos, exigem uma nova disposição subjetiva dos operários em cooperar com a produção).⁶ Ora, é o toyotismo que irá propiciar, com um maior poder ideológico, no campo organizacional, os apelos à administração participativa, salientando o sindicalismo de participação e os CCQ's (Círculos de Controle de Qualidade); reconstituindo, para isso, a linha de montagem e instaurando uma nova forma de gestão da força de trabalho⁷.

⁶ O que invalida, de certo modo, a asserção de Felipe Luiz Gomes Silva de que “a automação de base microeletrônica tende [por si só? - G.A.] a superar a necessidade de gerenciamento da força de trabalho, calcada na idéia da intensificação do uso da força de trabalho (*speed as skill*)” (Silva, 1997:51)

⁷ A perfeição da gerência toyotista dos recursos humanos, em termos de controle da força de trabalho, é tamanha, que a campanha reivindicativa dos operários da Toyota,

É claro que, na perspectiva histórica, o desenvolvimento da nova base técnica da produção microeletrônica é posterior à instauração do toyotismo nos anos 50. Entretanto, é nas condições da mundialização do capital, quando se impulsiona a introdução das novas tecnologias microeletrônicas na produção, que a "cultura organizacional" do toyotismo encontrará um solo fértil, adequado às necessidades técnicas da nova materialidade da indústria mundial: o avanço das iniciativas organizacionais de envolvimento do trabalhador, a captura da subjetividade operária, a inserção engajada dos trabalhadores no processo produtivo (a auto-racionalização operária).⁸

Deste modo, uma característica central do toyotismo é a vigência da "manipulação" do consentimento operário, objetivada em um conjunto de inovações organizacionais, institucionais (e relacionais) no complexo de produção de mercadorias, que permitem "superar" os limites postos pelo taylorismo/fordismo. Na verdade, é um novo tipo de ofensiva do capital na produção que re-constitui as práticas tayloristas e fordistas na perspectiva do que poderíamos denominar uma *captura da subjetividade operária pela produção do capital*. É uma via de racionalização do trabalho que instaura uma solução diferente – que, a rigor, não deixa de ser a mesma, mas que na dimensão subjetiva é outra – daquela experimentada por Taylor e Ford, para resolver, nas novas condições do capitalismo mundial, um dos problemas estruturais da produção de

no Japão, em 1954, teve como palavra de ordem: "proteger nossa empresa para defender a vida" (Silva, 1997:45 *Apud* Coriat). Para uma interessante análise de um aspecto contingente do toyotismo - os Programas de Qualidade Total - ver Simone Wolff, "Trabalho Informatizado e Reificação: Uma Análise à Luz dos Programas de Qualidade Total", dissertação de Mestrado, Unicamp, 1998.

⁸ Castro observa que a tendência mais expressiva nos processos de reorganização do trabalho nos EUA, nos anos oitenta e noventa, é o avanço das iniciativas organizacionais de envolvimento do trabalhador: "No início da década já era significativa a proporção das firmas que adotavam pelo menos um tipo de prática dessa natureza; ao longo do período, essa proporção cresceu ainda mais, de sorte que um número considerável de firmas passou a fazer uso mais extensivo delas." (Castro, 1996:164)

mercadorias: o consentimento operário (ou de como romper a resistência operária à sanha de valorização do capital, no plano da produção).

Se o taylorismo e fordismo procurou resolvê-lo através do que Coriat salientou como sendo a parcelização e a repetitividade do trabalho, o toyotismo procura resolvê-lo (utilizando os termos do próprio Coriat), pela des-especialização dos trabalhadores qualificados, por meio da instalação de uma certa polivalência e plurifuncionalidade dos homens e das máquinas. É a operação de um novo tipo de captura da subjetividade operária pela produção do capital que consideramos como o nexos essencial da série de protocolos organizacionais do toyotismo, tais como a "autonomação" e "auto-ativação", *just-in-time* / *kanban*, etc.

1. 3. O "Mistério" do Toyotismo:

A Captura da Subjetividade Operária pela Lógica do Capital

O valor universal do toyotismo como "momento predominante" do complexo de reestruturação produtiva – e como nova ofensiva do capital na produção – é instaurar, no plano da produção de mercadorias, uma nova hegemonia do capital, articulando, de modo original, coerção capitalista e consentimento operário.

De certo modo, o taylorismo/fordismo, sob as condições de racionalização propiciadas pelo desenvolvimento histórico no século XX, principalmente nos EUA, tornou-se, a partir dos anos 20, o pioneiro na articulação entre coerção capitalista e consentimento operário. Com ele, procurou-se operar, de modo pleno, a subsunção real da subjetividade operária à lógica do capital, a articulação hábil da "força" (destruição do sindicalismo de base territorial) com a "persuasão" (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política

habilíssima"). Como diria Gramsci, com o fordismo, "a hegemonia vem da fábrica" (Gramsci, 1985: 381). De certo modo, o toyotismo dá continuidade à lógica de racionalização do trabalho na perspectiva da hegemonia do capital na produção.

Entretanto, no taylorismo e no fordismo, a "integralização" da subsunção da subjetividade operária à lógica do capital, a "racionalização total", ainda era meramente formal (ou "formal-material", como poderia dizer Fausto), já que, como salientou Gramsci, na linha de montagem, as operações produtivas reduzem-se ao "aspecto físico maquinal" (Gramsci, 1985:382). O fordismo ainda era, de certo modo, uma "racionalização inconclusa", pois, apesar de instaurar uma sociedade "racionalizada", não conseguiu incorporar à racionalidade capitalista na produção as variáveis psicológicas do comportamento operário, que o toyotismo procura desenvolver através dos mecanismos de comprometimento operários, que aprimoram o controle do capital na dimensão subjetiva.

Na verdade, o toyotismo não possui a pretensão de instaurar uma sociedade "racionalizada", mas apenas uma "fábrica racionalizada". É a partir do processo de produção intra-fábrica (e na relação entre empresas), que ele procura reconstituir a hegemonia do capital, instaurando, de modo pleno, a subsunção real da subjetividade operária pela lógica do capital. Ele procura, mais do que nunca, reconstituir algo que era fundamental na manufatura: o "velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado – a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho" (Gramsci, 1984:397).

Portanto, o toyotismo restringe o nexos da hegemonia do capital à produção, recompondo, a partir daí, a articulação entre consentimento operário e controle do trabalho. É por isso que, mais do que nunca, salienta-se a centralidade estratégica de seus protocolos organizacionais

(e institucionais). É apenas sobre eles que se articulam a hegemonia do capital na produção. Este é, com certeza, seu “calcanhar de Aquiles”, na medida em que, ao reduzir o nexo da hegemonia do capital apenas à esfera intra-fábrica (ou entre empresas), não o ampliando para além da cadeia produtiva central, para o corpo social total, o toyotismo permanece limitado em sua perspectiva política, principalmente se o compararmos ao arranjo fordista. Por isso, sob o toyotismo, agudiza-se a contradição entre racionalidade intra-empresa e irracionalidade social.

1. 4. Os Nexos Contingentes do Toyotismo

É do nosso interesse salientar os protocolos organizacionais do toyotismo que realizam, no plano da gestão da produção, a via de racionalização do trabalho adequada à nova etapa do capitalismo mundial. Uma racionalização do trabalho que, por se instaurar sob o capitalismo manipulatório, constitui-se, em seus nexos essenciais, através da inserção engajada do trabalho assalariado na produção do capital (o “engajamento estimulado”). Ocorre uma nova orientação na constituição da racionalização do trabalho, onde a “*intentio recta*” da produção capitalista, sob a etapa da mundialização do capital, exige, mais do que nunca, a captura integral da subjetividade operária (o que explica, portanto, o impulso desesperado – e contraditório – do capital para conseguir a parceria com o trabalho assalariado)⁹.

Os protocolos organizacionais do toyotismo, que inscrevem a nova via de racionalização do trabalho, são a autonomação/auto-

⁹ Utilizamos a expressão “*intentio recta*”, no sentido lukacsiano, para caracterizar o impulso à captura do ser-precisamente-assim existente, a um conhecimento verdadeiro do real. No caso do toyotismo, enquanto ideologia estruturante do complexo de reestruturação produtiva, o seu valor ontológico reside em que, pelo menos no campo da produção do capital, apreende uma das necessidades do sistema produtor de mercadorias na etapa da III Revolução Industrial (Lukács, 1981)

ativação, *just-in-time/kanban* e a polivalência operária. Eles compõem os *nexos contingentes do toyotismo*, objetos de análises concretas da sociologia do trabalho¹⁰. Ora, o que a sociologia do trabalho tende a desprezar são os *nexos essenciais do toyotismo*, isto é, a nova captura da subjetividade operária, o novo estranhamento, indispensável para o desenvolvimento da “produção destrutiva” do capital nas condições da mundialização (Mészáros, 1995).

Os nexos contingentes do toyotismo instauram uma “flexibilidade interna”, constituída no coletivo de trabalho, no espaço (e na cadeia) de produção, capazes de contribuir para os ganhos de produtividade buscados pela nova gestão da produção. De acordo com Coriat, “a flexibilidade...é pensada e construída como alavanca e fator-chave determinante da produtividade.” É por isso que o toyotismo surge como a expressão maior da acumulação flexível sob o complexo de reestruturação produtiva. A categoria de flexibilidade assume, para ele, um fundamentação inédita, ainda pouco desenvolvida, mas presente, em alguns aspectos, no taylorismo e no fordismo (é interessante observar que, Charles Babbage, um pensador notável do início do século XIX, um dos pais da “ciência da administração”, oitenta anos antes de F.W. Taylor, nos primórdios da manufatura e grande indústria, reconheceu, de certo modo, a importância, da captura da subjetividade operária. O que demonstra que a operação de subsunção da subjetividade operária pela lógica do capital é algo posto – e repost – pelo modo de produção capitalista. Só que é sob o toyotismo que a captura da subjetividade

¹⁰ Concentrar-nos-emos nas análises sociológicas de Coriat, único sociólogo que conseguiu apreender a fenomenologia do toyotismo, apesar de existir uma série de análises sociológicas fragmentárias sobre os vários aspectos do denominado “modelo japonês” (Wood, Humphrey, Zarifian, Hirata, Freyssenet, Kaplinsky, etc.

operária adquire o seu pleno desenvolvimento, um desenvolvimento real e não apenas formal)¹¹.

Salientaremos, como nexos contingentes do toyotismo, os princípios de automação/auto-ativação e o *just-in-time/kanban*, além da série de inovações "institucionais", seja intrafirma – principalmente as novas formas de pagamentos salariais – ou inter-firmas, a terceirização, sob a forma do *keiretsu*.

¹¹ Segundo Mészáros, em sua obra 'Beyond Capital', Babbage, convencido de que o conflito entre capital e trabalho é causa de muito desperdício e complicações desnecessários, propõe um novo sistema de manufatura, que começaria com um empreendimento cooperativo entre os melhores trabalhadores (que investem suas economias) e alguns pequenos capitalistas. Diz Babbage: "Uma opinião das mais errôneas e infelizes prevalece entre os trabalhadores de muitos países manufatureiros: a de que há divergências entre seus interesses e os de seus empregadores. As consequências disto são: que máquinas valiosas são às vezes deixadas sem cuidado, e até danificadas em segredo; que novas melhorias introduzidas pelo proprietário não são experimentadas como deveriam ser; e que os talentos e observações dos trabalhadores não se dirigem à melhoria dos processos nos quais estão empregados." Utilizando ainda as citações de Mészáros, eis como Babbage resume os benefícios de seu sistema: "Os resultados de tais arranjos numa fábrica seriam estes: 1. Que todo indivíduo nela empregado teria interesse direto em sua prosperidade, visto que os efeitos de qualquer sucesso ou fracasso produziram quase imediatamente uma mudança correspondente em seus proventos semanais; 2. Que todo indivíduo ligado à fábrica teria interesse imediato em prevenir qualquer desperdício ou má administração em todos os departamentos; 3. Que os talentos de todos a ela vinculados seriam fortemente dirigidos à melhoria de todos os seus departamentos; 4. Que só os trabalhadores de excelente caráter e qualificações poderiam ingressar em tais estabelecimentos; 5. Quando uma circunstância qualquer produzisse saturação de mercado, mais habilidades seriam direcionadas à diminuição do custo de produção; 6. Outra vantagem, de não pouca importância, seria a eliminação total de todas as causas, reais ou imaginárias, de associação sindical. O trabalhador e o capitalista estariam tão fundidos um ao outro, sua comunidade de interesses seria tão evidente, suas dificuldades e sofrimentos seriam tão bem compreendidos entre eles que, em vez de se associarem para oprimir uns aos outros, a única associação existente seria uma fortíssima união entre os dois partidos para superar suas dificuldades comuns." (Babbage, Charles, *On the Economy of Machinery and Manufacture*, Charles Knight, Londres, 1835, Apud Mészáros, István. *Beyond Capital*, Merlin Press, London, 1995, p.579)

– Autonomiação/auto –ativação

O princípio de "autonomiação"/"auto-ativação" consiste em fazer com que as máquinas e os modos de operação incluam protocolos de responsabilidade pela qualidade dos produtos nos próprios postos de fabricação. Nesse caso, a autonomiação designa o princípio de introduzir um mecanismo de parada automática em caso de funcionamento defeituoso, em que o trabalho interage ativamente com processos produtivos automatizados¹². O toyotismo desenvolveu o conceito de "autonomiação", aplicando-o a situações de trabalho e operações que não mobilizam necessariamente máquinas automáticas. Ohno criou o conceito de "auto-ativação" para caracterizar os dispositivos organizacionais que dizem respeito à execução do trabalho humano.

Na verdade, a idéia do toyotismo é desenvolver dispositivos organizacionais no interior do complexo de produção de mercadorias capazes de evitar rebotalhos e defeitos. Para isso, é importante uma nova concepção de linha de produção e uma novo perfil de operário. Surge, deste modo, o princípio de linearização da produção e uma concepção da organização do trabalho em torno de postos polivalentes. Ocorre a "desespecialização operária", com a substituição dos "operários parcelares" por "operários polivalentes", os profissionais pluri-operadores (Coriat, 1994:53).

Este é um dos pontos de "ruptura" do toyotismo com o taylorismo e fordismo, pois, nestes últimos, a organização da produção promovia a separação, nos postos de fabricação direta, das tarefas de execução e controle de qualidade. Nesse caso, a racionalização do trabalho

¹² "Autonomiação" é uma junção das palavras "autonomia" e "automação". É um princípio "importado" por Ohno da indústria têxtil, onde um só operário executava o trabalho em quarenta máquinas ao mesmo tempo.

procedia através da parcelização e da repetitividade do trabalho (materializada pelos protocolos taylorizados do estudo do tempo e dos movimentos) e dos micro-tempos alocados e impostos, sempre baseados em tarefas estritamente repetitivas (Coriat, 1994).

O toyotismo adotaria uma solução diversa para a organização da produção, capaz portanto de recompor uma nova racionalização (e intensificação) do trabalho, através da “desespecialização dos trabalhadores qualificados”, por meio da instalação de uma certa polivalência e plurifuncionalidade dos homens e máquinas, e do “tempo partilhado”, baseados em tarefas múltiplas e agradáveis, em padrões (de tempo e de trabalho) flexíveis.

O princípio da linearização da produção consiste em implantar as máquinas de tal maneira que elas se tornem o suporte de operações sucessivas, levadas a cabo pelos operários polivalentes. Para isso, elas seriam dispostas em “círculos abertos”, achando-se umas diante das outras. Os operários podem assim se ver designados a realizar trabalhos em várias máquinas sucessivas, e os padrões de trabalho que lhes são impostos seriam diariamente reconfiguráveis em função da qualidade e da quantidade de encomendas (Coriat, 1993:81).

A instauração do operário polivalente vincula-se à necessidade da re-introdução, nas funções de operadores diretos, das tarefas ou funções de diagnóstico, reparo e manutenção e das tarefas de controle de qualidade nos próprios postos de produção. Deste modo, em cada ponto da produção, os trabalhadores incorporam atividades de controle de qualidade (algo diverso do fordismo, que destacava essas atividades em departamentos estanques de produção). Na observação de Coriat, “...a execução de tarefas variadas (fabricação, reparo, controle de qualidade e programação) alimenta e enriquece permanentemente a ‘polivalência’ e o saber –fazer dos operadores” (Coriat, 1994: 59)

Além disso, o toyotismo tende a incentivar a participação crescente dos trabalhadores nos projetos de produtos e de processos de produção, através do incentivo às suas sugestões para o aperfeiçoamento dos mesmos. O que não deixa de ser um novo patamar de apropriação gratuita das forças naturais do trabalho social, sem nenhum custo para o capital, tal como ocorreu na manufatura e grande indústria, onde o capital se apropriava das forças produtivas que derivam da cooperação e da divisão do trabalho (Marx, 1985:440).

Por trás do novo tipo de agenciamento da linha de produção subsistiria a necessidade imperiosa da subsunção da subjetividade real operária à lógica do capital, através de um tipo de inserção engajada dos trabalhadores no processo de produção, aumentando suas responsabilidades quanto aos bons resultados do processo produtivo, e promovendo, por conseguinte, uma intensificação da exploração do trabalho (os operários atuariam simultaneamente com máquinas diversificadas).

– O *Just-in-Time/kan ban*

Vinculado à lógica da autonomação/auto-ativação, temos o princípio do *just-in-time / kan-ban*, um dos mais conhecidos dispositivos organizacionais do toyotismo. É uma inovação puramente organizacional (e conceitual), cujo “segredo” é promover mais um conjunto de re-agregações das tarefas produtivas, sob o espírito de incorporar a subjetividade operária como constituidora do novo complexo de produção de mercadorias (o *just-in-time* é considerado “a maior inovação organizacional da segunda metade do século”) (Coriat, 1994: 56).

A chave do *kan-ban* consiste em estabelecer, paralelamente ao desenrolar dos fluxos reais da produção, um fluxo de informações

invertidas que emite uma instrução especificando a quantidade exata de peças necessárias:

Em relação à lógica fordista, há uma inversão das regras tradicionais: o processo de fabricação, em lugar de ser feito em cadeia, de montante à jusante da cadeia de produção, é feito de jusante à montante. O ponto de partida é o das encomendas à fábrica e dos produtos já vendidos. (Coriat, 1994: 57)

Deste modo, é realizado o princípio do “estoque mínimo” (o *just-in-time*). De certo modo, pode-se considerar o toyotismo como um conjunto de técnicas de gestão pelos estoques (e não gestão dos estoques). Na perspectiva do toyotismo, o estoque torna-se “um instrumento quase –metodológico, um analisador das disfunções, e um indicador das vias e dos pontos de aplicação do processo de racionalização do trabalho” (Coriat, 1993).

A introdução dos dispositivos organizacionais como o *just-in-time* / *kan-ban*, seriam apenas os meios operativos para realizar um novo patamar de racionalização do trabalho, cujo impacto principal se daria sobre a força de trabalho. Nesse caso, Ohno, o “pai” do toyotismo, é muito claro: “O sistema de produção Toyota é um meio de fazer vir à tona o excesso de efetivos”, ou ainda: “Há dois modos de aumentar a produtividade, um é aumentar as quantidades produzidas, o outro é reduzir o pessoal de produção.” (Apud Coriat, 1993:84).

Um dos fundamentos do espírito do toyotismo é a “administração pelos olhos”. É de suma importância tornar visível, no interior do espaço da produção, o que é “supérfluo”, o que pode ser passível de dispensa, todos os “excessos gordurosos”, de acordo com a lógica da economia de custos para o capital. De certo modo, o que observamos é a lógica do capital em crise. É a própria crise capitalista, e não os “olhos do administrador”, que “denuncia”, faz vir à tona, o excesso de estoque, que pela lógica do toyotismo, é o “excesso de efetivos”. É por isso que o

toyotismo apenas reproduziria, com um rigor técnico (e político), a solução clássica do capital em crise: reduzir o pessoal da produção e cortar os custos de produção, atingindo o trabalho vivo.

Um dos dispositivos técnicos do toyotismo, que permite a “administração pelos olhos”, é o método *Kan-ban*, que possibilita que os padrões de operação sejam evidenciados a cada posto de trabalho. Por exemplo, é através do *Andon*, um cartaz indicador que existe em cada posto de trabalho indicando o estado das linhas e dos problemas que aí se produzem eventualmente, que o toyotismo torna visíveis as disfunções na cadeia produtiva :

Não somente se encontram esses Andon em cada um dos postos, mas ainda cartazes luminosos, colocados acima de cada seção de linha de produção, se acendem indicando se um dos operadores da linha encontra uma dificuldade qualquer que perturba o desenvolvimento ordinário e programado da produção. Luz alaranjada se se trata de ajuda, luz vermelha se é preciso parar a linha. Assim, a todo instante, a chefia dispõe das informações que lhe são necessárias para assegurar –se de que o fluxo da produção se desenrola sem maiores problemas.” (Coriat, 1994: 35)

Na verdade, o toyotismo reproduz, a um grau superior, com seus dispositivos organizacionais e sob uma base técnica mais adequada, a lógica da acumulação flexível. O seu objetivo é constituir uma fábrica “magra”, transparente e flexível – “onde a ‘magreza’ é garantida e mantida pela transparência; em que a flexibilidade garante a manutenção da magreza” (Coriat, 1994: 35).

Em suas observações sociológicas, Coriat permanece no nível da aparência contingencial do toyotismo. Não consegue ir além da epiderme da nova racionalização do trabalho. É claro que ensaia uma crítica sociológica do toyotismo, principalmente em seus aspectos que, segundo ele, não seriam reproduzíveis nas condições ocidentais, tais como a individualização das relações de trabalho (segundo Coriat, deste

modo, não se atingiria o objetivo central do próprio toyotismo: o engajamento dos assalariados). Portanto, Coriat tenderia a criticar um “toyotismo selvagem”, em prol de um “toyotismo civilizado”, que incorporasse, em seu bojo, a implicação negociada entre capital e trabalho assalariado (Coriat, 1994:169).

Na verdade, a crítica sociológica de Coriat dilui-se na perspectiva de conceber os dispositivos organizacionais do toyotismo – em sua dimensão do “engajamento estimulado” – como uma nova base para uma relação entre capital e trabalho assalariado, capaz de re-compor um novo contrato social, o qual nas condições do ocidente, teria que levar em consideração os direitos sociais dos assalariados (Coriat, 1994:169). Coriat incorpora, deste modo, os pressupostos da Teoria da Regulação, que se mantém presa, em última instância, ao fetiche do capital. Para os regulacionistas, o capitalismo só evolui “de compromisso em compromisso entre o capital e a classe operária” (Lipietz, 1993:95). A partir daí, a relação entre trabalho assalariado (e capital) tendem a tornar-se, de certo modo, algo perene. O que se modifica é apenas o modo de regulação dessa implicação estranhada: ela deixa de ser paradoxal para se tornar negociada (Alves, 1996:38). Por isso, subjacente à sua insuficiência dialética, Coriat – e os sociólogos do trabalho – tendem a não apreenderem a lógica toyotista como um mecanismo manipulatório, um “meio refinado e civilizado”, como diria Marx, de captura da subjetividade operária, ou mais precisamente, da sua subsunção real à lógica do capital (observando que o termo “subsunção” não é meramente “submissão” ou “subordinação”, uma vez que possui um conteúdo dialético – mas é algo que precisa ser reiteradamente afirmado)¹³.

¹³ O conceito de “subsunção” e seu desdobramento em “formal” e “real”, observa Galvan, é, sem dúvida, um dos mais importantes na definição dos traços básicos da história do capital. O termo “subsunção” indica e caracteriza a relação entre o trabalho e

1.5 O Paradoxo do Toyotismo:

A Exacerbação da Racionalidade Na Era da Desrazão

Alguns sociólogos, tais como Wood, consideram o *just-in-time* como o "cerne e o elemento distintivo do modelo de administração japonesa" (Wood, 1993:73). De fato, é ele que representa o que podemos considerar o princípio do toyotismo: a gestão pelos estoques. O seu pressuposto constituinte é o princípio da "fábrica mínima" e da "administração pelos olhos". São novas reposições da direção capitalista sob o "capitalismo manipulatório" (Lukács). Elas retratam a natureza de ofensiva do capital na produção, instauradas pelo toyotismo, que pode ser considerado um novo patamar para o nexos contraditório intrínseco à produção capitalista (a racionalidade intrafirma e a irracionalidade social).

o capital. À primeira vista, poderia parecer mais oportuno denominá-lo "submissão", já que se trata de expressar a relação que surge quando o trabalhador vende sua força de trabalho ao capital, a ele se submetendo. No entanto, ressalta Galvan, subsunção expressa esta submissão específica com maior precisão. Diz ele: "Trata-se da geração de uma situação social, na qual a força de trabalho vem a ser, ela mesma, incluída e como que transformada em capital: o trabalho constitui o capital. Constitui-o negativamente, pois é nele integrado no ato de venda da força de trabalho, pelo qual o capital adquire, com esta força, o uso dela; uso que constitui o próprio processo capitalista de produção." (Cesare Galvan, "Capital - Tecnologia & Questionamentos", Shorin, 1989, p.90). O termo "submissão", acrescenta Galvan, não ressalta a relação por ter em seu conteúdo uma certa carga de "docilidade"; nas relações trabalho-capital, além e apesar de o trabalho "subordinar-se" ao capital, ele é um elemento vivo, em permanente medição de forças, gerando conflitos e oposições ao outro pólo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista. Desta maneira, o que é específico é que a força de trabalho, além de ser um dos elementos constitutivos da relação social que a aprisiona e "submete", é também um elemento que nega aquela relação e por isso mesmo sua "subordinação" precisa ser reiteradamente afirmada. É neste processo que o capital visa a superar uma subordinação (melhor: subsunção) meramente formal, transformando-a em real (subsunção real), com o corolário de que a transformação da força de trabalho em capital acaba por consolidar-se socialmente. Segundo o Aurélio, o verbo "subsumir" significa "considerar (um fato) como a aplicação de uma lei." Em nosso caso, o fato é o processo de trabalho, a lei é a do capital.

Através do método *just-in-time*, a fábrica é “colocada sob tensão”, é “tensionada”, uma vez que é a partir dela – da fábrica – que a produtividade deve ser obtida. O estoque pode ser utilizado como um analisador dos pontos onde aplicar a racionalização. Na verdade, se o toyotismo surgiu – e se desenvolveu – sob a lógica de um capitalismo restrito, ele tenderá a incorporar, como estratégia de acumulação do capital, a perseguição voraz à economia intrafirma, em contraste com o desperdício social, que caracteriza a lógica da “produção destrutiva” sob o capitalismo tardio (Mészáros, 1995). Realizar economia – aplicar a racionalização – para o capital sob o toyotismo significa dispensar estoques, dispensar excesso de pessoal e dispensar excesso de equipamentos. Como observa Ohno:

Na Toyota, o conceito de economia é indissociável da busca de “redução de efetivos” e da “redução dos custos”. A redução dos efetivos é, com efeito, considerada como meio de realizar a redução dos custos que é claramente uma condição essencial da sobrevivência e do crescimento de um negócio. (Ohno, apud Coriat, 1994:33).

É deste modo que o princípio da “fábrica mínima” surge como a Produção Enxuta – *lean manufacturing* (Womack, Jones, Roos, 1990). Acontece que a exacerbação da racionalidade intrafirma se contrasta, como salientamos, com a irracionalidade social, o “dualismo” do mercado de trabalho, o desemprego estrutural, a “produção destrutiva”, que permanece como a lógica dominante do sistema produtor de mercadorias. A sua expressão contingencial é a própria crise de superprodução, que atinge o capitalismo desenvolvido, e cujo principal exemplo revela –se na indústria automobilística¹⁴.

¹⁴ Segundo analistas, até o ano 2001, a capacidade de produção mundial de veículos terá crescido para quase 80 milhões de veículos ao ano, enquanto a demanda (e a produção) terá, no melhor dos casos, aumentado para pouco menos de 60 milhões de unidades. Por volta do ano 2000, o excedente de capacidade terá aumentado de 18 milhões para 22 milhões de unidades – o equivalente à ociosidade de 80 das 630

1.5 As Inovações “institucionais” do Toyotismo:

O Novo Controle Social do Capital

O toyotismo pressupõe certas pré-condições institucionais, capazes de potencializar, no nível da consciência contingente, a captura da subjetividade operária pelo capital. O essencial é destacar o jogo de compromissos “institucionais” – explicitamente negociados ou não – instaurados entre o capital e o trabalho assalariado, materializados no sistema de relações industriais. São inovações “institucionais” voltadas a obtenção do envolvimento dos assalariados através de um controle social de novo tipo (no caso do Japão, eles eram baseados em três aspectos principais: o emprego vitalício, o salário por antiguidade e o sindicalismo “de empresa”).

Deste modo, o desenvolvimento dos nexos contingentes do toyotismo, capazes de constituir a captura da subjetividade operária pela lógica do capital, pressupõe um conjunto de contrapartidas implícitas (ou explícitas), dadas aos sindicatos e aos trabalhadores das grandes empresas, em “troca” de seu engajamento na produção. Assim, é perceptível a capacidade do toyotismo de mediar, num complexo “institucional”, organizacional e relacional, a constituição do capital pelo trabalho assalariado; um trabalho prostrado, subsumido à lógica neoprodutivista.

Um papel-chave na operação de subsunção da subjetividade operária à lógica do capital é dado, por exemplo, pelos mercados internos nas empresas. A perspectiva de promoção, claramente

unidades de montagem automobilísticas do mundo. Visto de outra forma, todas as fábricas da América do Norte poderiam fechar e, mesmo assim, ainda haveria capacidade excedente (“Uma Indústria Congestionada”, *The Economist*, In *Gazeta Mercantil*, 18 de maio de 1997).

estabelecida, de linhas de carreiras abertas e conhecidas por todos, uma organização “qualificadora” do trabalho, é um mecanismo poderoso de captura real do consentimento operário, de desenvolvimento do engajamento dos trabalhadores assalariados¹⁵.

Na verdade, a principal estratégia de captura do consentimento operário do toyotismo é a emulação individual através das estruturas “estimulantes” dos mercados internos, do emprego vitalício, e, hoje, principalmente, através dos novos sistemas de pagamento (salário por antiguidade, dos bônus de produtividade ou participação nos lucros e resultados):

...o sistema de pagamento japonês é caracterizado pelo sistema de *'seniority'* (antiguidade na empresa) e pelo sistema de bônus bianual. O *'seniority'* estimula o trabalhador a permanecer no serviço em uma mesma companhia, e também a amoldar-se à filosofia do *'living wage'* e *'family wage'*. O sistema de bônus bi-anual funciona como um meio de ajustar o pagamento às condições do negócio e, também, em curto prazo, de premiar a *'performance'* individual dos trabalhadores. Não somente a promoção para os mais altos postos, mas também o aumento salarial anual dos trabalhadores e a bonificação são determinados, tomando como base a avaliação do desempenho individual, embora o nível médio das taxas de pagamento aumente, e os bônus sejam fixados através de barganha coletiva. Enquanto o emprego e o sistema de pagamento motivam os trabalhadores a serem *'leais'* ou *'devotados'* às suas companhias, e o trabalho dá aos trabalhadores um sentimento de segurança, o sistema de avaliação de desempenho inspira-os com o espírito de competição. Uma vez que a cooperação e a comunicação com os companheiros de trabalho são altamente valorizados na avaliação, a competição entre eles não pode ser individualista e prejudicar o trabalho em equipe. (Watanabe, 1995, Apud Silva, 1997:45 –46)

¹⁵ Segundo Doeringer e Piore, “há mercado interno numa empresa quando os postos de nível superior são preenchidos a partir do pessoal ‘interno’ ocupado na empresa, e isto segundo regras mais ou menos explícitas e formalizadas que, no essencial, são conhecidas e respeitadas pelos diferentes atores.” (Coriat, 1994:97). No caso do Japão, apenas os assalariados da empresa principal, cerca de 1/3 dos trabalhadores assalariados, tendem a ser integrados à estrutura “estimulante” do toyotismo (o que não quer dizer que os trabalhadores assalariados das empresas subcontratantes e fornecedores não sejam integrados à lógica da produção capitalista, através de outros mecanismos institucionais, tais como o mercado de trabalho precário)

Deste modo, o essencial é instaurar, por um lado, um elo direto entre o desempenho do negócio e o comportamento dos operários (por exemplo: no caso da Toyota, como observou Coriat, às vezes um bônus salarial corresponde a um terço do salário anual). Mas, o sistema de bônus pode ser reduzido e até eliminado, se a empresa tiver uma baixa "performance".

É preciso salientar que utilizar o incentivo salarial como modo de gerenciar o comportamento operário e elevar a produtividade não é criação do toyotismo. Mais uma vez, o toyotismo apenas desenvolveu, com seus protocolos de emulação individual, principalmente os novos sistemas de pagamentos e, inclusive, o trabalho em equipe, um "meio refinado e civilizado" de exploração da força de trabalho, denunciado por Marx desde o século passado¹⁶ (nem tão civilizado e refinado, é claro, se levarmos em consideração, no caso do Japão, o país capitalista de onde se originou o toyotismo, os casos de morte súbita no trabalho – intitulado "karochoi" – e outras psicopatologias do trabalho, provocados pelo ritmo e intensidade, que decorrem da busca incessante do aumento da produtividade) (Watanabe, 1993:3).

¹⁶ Os incentivos salariais utilizados pelo toyotismo, voltados para a captura da subjetividade operária, reproduzem, em sua essência, os mecanismos de envolvimento operário criados por uma forma de pagamento de salário, analisado por Marx no capítulo XIX de "O Capital", intitulado "Salário por peça". Segundo Marx, o salário por peça "é a forma de salário mais adequada ao modo capitalista de produção". Observa que, com o salário por peça, "...a qualidade e a intensidade do trabalho [são] controlados pela forma de salário, tornando em grande parte desnecessário o trabalho de inspeção." "No salário por peça, [o trabalho se mede] pela quantidade de produtos em que o trabalho se materializa num dado espaço de tempo". "Dado o salário por peça, é naturalmente interesse pessoal do trabalhador empregar sua força de trabalho o mais intensivamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade do trabalho. É também interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, a fim de aumentar seu salário diário ou semanal." E ainda: "A exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza então por meio da exploração do trabalhador pelo trabalhador." (Marx, 1984:636-642)

Por outro lado, é importante estimular o comprometimento operário, através da pressão coletivamente exercida pela equipe de trabalho sobre todo elemento do *team* (o que Coriat caracterizou como sendo uma técnica de controle social denominada "ostracismo"). Sob o toyotismo, a eficácia do conjunto do sistema não é mais garantida pela rapidez da operação do operário individual em seu posto de trabalho, tal como no fordismo, mas, pela integração, ou "engajamento estimulado", da equipe de trabalho com o processo de produção. O que pressupõe, portanto, incrementar a manipulação através da supervisão e do controle operário, exercido pelos próprios operários – o que dispensa a

presença física de uma burocracia de enquadramento especialmente formada e paga para se consagrar a tarefas de controle, de medida e de avaliação da conformidade dos trabalhos efetuados em relação aos objetivos determinados.
(Coriat, 1994:168)

Sob o toyotismo, a competição entre os operários é intrínseco à idéia de "trabalho em equipe". Os supervisores e os líderes de equipe desempenham papéis centrais no "trabalho em equipe" (no caso do Japão, os líderes da equipe de trabalho – do *team* – são, ao mesmo tempo, avaliadores e representantes dos sindicatos). Permanece ainda, de certo modo, uma supervisão rígida, mas incorporada, "integrada" – vale salientar – à subjetividade operária contingente¹⁷. Em virtude do incentivo à competição entre os operários, cada um tende a se tornar

¹⁷ O que não ocorre, por exemplo, no estilo sueco - nos grupos de trabalho semi-autônomo - o qual, pelo menos na teoria, procura reduzir o papel da supervisão. A sua ênfase na autonomia e ausência de liderança manifesta e supervisão rígida, como observa Wood, revelam uma tendência à "quebra" da linha de montagem e ao aumento dos níveis de estoques de reserva (o que seria um contraste com a produção *just-in-time* à japonesa). Apesar de seu maior potencial de captura da subjetividade operária, o estilo sueco - onde é perceptível a presença de um sindicalismo forte - não parece ser adequado às novas necessidades do capitalismo mundial, com suas exigências do enfraquecimento progressivo dos obstáculos à sanha do capital no campo da produção, capazes de propiciar novas formas de extração de mais-valia num cenário de acirrada competitividade internacional (Wood, 1993:62).

supervisor do outro. "Somos todos chefes", é o lema do "trabalho em equipe" sob o toyotismo.

A Toyota trabalha com grupos de oito trabalhadores...Se apenas um deles falha, o grupo perde o aumento, portanto este último garante a produtividade assumindo o papel que antes era da chefia. O mesmo tipo de controle é feito sobre o absenteísmo. (Watanabe, 1993:5)

Eis, portanto, o resultado da captura da subjetividade operária pela lógica do capital, que tende a se tornar "mais consensual, mais envolvente, mais participativa: em verdade, mais manipulatória". Surge um "estranhamento pós-fordista", sob o toyotismo, que possui uma densidade manipulatória maior do que em outros períodos do capitalismo monopolista. Não é apenas o "fazer" e o "saber" operário que são capturados pela lógica do capital, mas a sua disposição intelectual-afetiva que é constituída para cooperar com a lógica da valorização. O operário é encorajado a pensar "pró-ativamente", a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (o que tende a incentivar, no plano sindical, por exemplo, estratégias neocorporativas de cariz propositivo). Cria-se, deste modo, um ambiente de desafio contínuo, onde o capital não dispensa, como fez o fordismo, o "espírito" operário. Aliás, não é que, sob o fordismo, o operário na linha de montagem convencional não pensasse. Pelo contrário, como salientou Gramsci, sob o fordismo

...o operário continua 'infelizmente' homem e, inclusive [...] durante o trabalho, pensa demais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, principalmente depois de ter superado a crise de adaptação. Ele não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, quando compreende que se pretende transformá-lo num gorila domesticado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas. (Gramsci, 1984:404)

Com certeza, Ford tinha consciência de que operários não eram "gorilas domesticados". só que procurava resolver o dilema da organização capitalista através de iniciativas "educativas" extra-fábrica.

O toyotismo, pelo contrário, através da recomposição da linha produtiva, com seus vários protocolos organizacionais (e institucionais), procura capturar o pensamento operário, integrando suas iniciativas afetivas-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias. É por isso que, por exemplo, a auto-ativação centrada sobre a polivalência, um dos nexos contingentes do toyotismo, é uma iniciativa “educativa” do capital, é – entre outros – um mecanismo de integração (e controle) do trabalho à nova lógica do complexo produtor de mercadorias.

Se no fordismo tínhamos uma integração “mecânica”, no toyotismo temos uma integração “orgânica” – o que pressupõe, portanto, um novo perfil de operário central (Ravelli, 1995:190). Mas o que é integração “orgânica” para o capital, de certo modo, é expressão de uma “fragmentação sistêmica” para o trabalho assalariado – em sua consciência contingente e em seus estatutos salariais.

Apesar disso, o capital continua dependendo da destreza manual e da subjetividade do coletivo humano, como elementos determinantes do complexo de produção de mercadorias. Enquanto persistir a presença do trabalho vivo no interior da produção de mercadorias, o capital possuirá, como atributo de si mesmo, a necessidade persistente de instaurar mecanismos de integração (e controle) do trabalho, de administração de empresas, mantendo viva a “tensão produtiva”. Além, é claro, de procurar dispersar os inelimináveis momentos de antagonismo (e contradição) entre as necessidades do capital e as necessidades do trabalho assalariado, intrínsecos à própria objetivação da relação social que instaurou o processo de valorização.

É claro que as contrapartidas do capital sob o toyotismo são de natureza histórica. Existe um vínculo ineliminável entre o toyotismo e a luta de classes. A série de contrapartidas do toyotismo destinadas à captura da subjetividade operária, capazes de permitir o pleno

desenvolvimento dos nexos contingentes do toyotismo, podem assumir diversas particularidades sócio-históricas (e culturais). Na verdade, elas se alteram, acompanhando o desenvolvimento do capitalismo (e da própria luta de classes). É o que podemos constatar hoje, por exemplo, com a debilitação relativa de algumas condições sócio-institucionais que garantiram, no passado, sob o período de crescimento do capitalismo japonês, a moldura do toyotismo original. Diante crise do capitalismo no Japão nos anos 90, os “mercados internos” das empresas, o emprego vitalício e o salário por antiguidade, por exemplo, estão sendo revistos pelas corporações transnacionais sediadas no Japão.

A generalização universal do toyotismo – sob a forma da *lean production*, implica adequá-lo, em suas contrapartidas para o trabalho assalariado, às novas realidades sócio-históricas da concorrência capitalista mundial. Diante da debilitação estrutural do mundo do trabalho, a partir dos anos 80, em decorrência da lógica da modernização capitalista, as contrapartidas sociais clássicas do toyotismo tenderam a ser precarizadas, revistas (ou abolidas) pelo capital, com suas condições institucionais originárias (tal como se constituíram no seu país capitalista de origem – o Japão) sendo negadas em virtude de seu próprio desenvolvimento mundial.

Na verdade, o que tende a predominar é meramente o estímulo individual através da concessão de bônus salariais, debilitando alguns protocolos institucionais clássicos, como o emprego vitalício (por exemplo: a Fujitsu e a Nissan tendem a abolir o emprego vitalício, instaurando o contrato de trabalho renovado anualmente e um sistema de concessão dos *bonasu* – gratificações – a seus empregados, com base no que chama de satisfação do consumidor (“Emprego no Japão deixa de ser para toda a vida”, *Gazeta Mercantil*, 21 de junho de 1997)).

1.6 A “Fragmentação Sistêmica”:

A Constituição da “Empresa –Rede”

A realidade da “fragmentação sistêmica” instaurada pelo toyotismo é uma das principais características da ofensiva do capital na produção sob a mundialização do capital. É ela que tende a impulsionar – e ser uma das principais causas – da crise do sindicalismo de classe, que é provocado pelo capital a reconstituir-se como instrumento clássico de resistência do trabalho assalariado.

O que denominamos “fragmentação sistêmica” pode ser considerado como sendo a constituição da “empresa-rede”, cuja principal característica é a “externalização” de suas atividades produtivas. É algo, portanto, que perpassa o complexo do mundo do trabalho (e do capital), instaurando, de diversos modos, um novo patamar de flexibilidade e de integração, tanto intrafirma, como nas relações entre empresas. É o que ocorre no espaço –território de produção do capital. Surge – e se desenvolve – uma nova forma descentralizada e externalizada de firma, o que é denominado “empresa-rede” (*firme réseau, impresa rete* ou *network firm*), mais adequada à lógica instável do capitalismo mundial: “a inovação organizacional intrafirma acresceu-se, desta forma, de uma inovação organizacional nas relações interfirmas, cada uma reforçando a eficácia da outra” (Coriat, 1994:131).

Surge uma nova realidade que se impõe sob as partes constituintes do complexo produtor de mercadorias. Torna-se decisivo, para a própria eficácia do sistema, não apenas a racionalização intrafirma, mas a racionalização intra-complexo produtivo, nas relações entre as empresas (possibilitadas, é claro, pelas novas tecnologias de telecomunicações e de informática).

A importância da relação interfirmas sob o toyotismo é a comprovação de que ocorre, com a mundialização do capital, uma nova (e complexa) reconstituição do “trabalhador coletivo”, adequando-o à nova etapa da luta de classes e do nível de concorrência capitalista mundial. Surge uma miríade de pequenas empresas, subcontratadas ou de fornecedores, em vários graus da cadeia produtiva, que instauram uma relação de longo prazo com a empresa central (o conglomerado ou corporação transnacional), cuja duração é determinada pelo ciclo do produto (no caso clássico do toyotismo, é o sistema *keiretsu*, que desenvolve uma forma particular de organizar as relações entre empresas, envolvendo uma vasta gama de procedimentos fundamentais, capazes de propiciar um funcionamento ótimo das redes de subcontratação).

Entretanto, o processo é contraditório, uma vez que a “fragmentação sistêmica” ocorre no bojo de um novo patamar de concentração (e centralização) do capital, impulsionado pelas novas condições da concorrência capitalista no mercado mundial (o que se observa com maior visibilidade no caso da indústria automobilística mundial). Deste modo, o jogo sutil de contrapartidas existente no interior da corporação transnacional – a empresa central, que instaura, no plano da subjetividade, uma nova subsunção real do trabalho à lógica do capital – é reconstituído, “*mutantis mutantis*”, na relação de subcontratação, onde ela, a empresa central, procura obter, através de protocolos “estimulantes”, o pleno engajamento – e cooperação – dos diferentes contratantes.

Pela lógica do toyotismo, obter a conciliação dos interesses das partes contratantes, seja intrafirma (capital e trabalho assalariado), ou ainda, com subcontratantes e fornecedores, é tão essencial quanto a obtenção do superlucro. É por isso que tende a existir uma profunda

analogia entre a “economia íntima das relações industriais e a economia da relação de subcontratação” (Coriat, 1994:137). São as inovações “relacionais” que, no caso das relações entre as empresas, tendem a dar origem a uma quase-renda “relacional” (Aoki, 1988).

Na verdade, a firma descentralizada e externalizada – ou diríamos flexível, não apenas nas relações entre capital e trabalho intrafirma, mas nas relações entre empresas na cadeia produtiva – aparece mais adaptada às novas formas de concorrência capitalista. A descentralização da iniciativa de resposta dá à corporação transnacional uma maior capacidade de sobreviver no mercado mundial.

As modalidades de externalização, salientadas por Aoki como sendo constituídas por relações de cooperação com as subcontratantes e fornecedores, estão, de certo modo, “des-hierarquizadas”: os contratos têm pesos equivalentes, não questionam as “hierarquias” intercapitalistas. Pelo contrário, a externalização – ou a “fragmentação sistêmica” do complexo produtivo do capital – representa meios que permitem às corporações transnacionais estabelecer relações assimétricas perante outras empresas – subcontratantes e fornecedores – e reforçar o seu próprio poder econômico, estabelecendo formas estáveis de dominação oligopolística, que foram afetadas pela nova crise do capital, a partir dos anos 70, pela passagem do oligopólio doméstico ao oligopólio mundial e pelas profundas mudanças tecnológicas. Deste modo, a instauração da empresa –rede pelo toyotismo não significa

uma “ruptura” com as hierarquias e a internalização, mas antes uma nova forma de organizar e de gerenciar essas hierarquias, bem como de maximizar as possibilidades de “internalizar” as “externalidades”... proporcionadas pelo funcionamento em rede. (Chesnais, 1996:109)

O mesmo pode ser dito sobre a instauração pelo toyotismo de novas relações industriais, caracterizadas pela cooperação e parceria

entre capitalistas e trabalhadores assalariados, pelo “envolvimento cooptado”, que permite ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho assalariado. *Elas não eliminam o antagonismo estrutural entre capital e trabalho assalariado*, pelo contrário, significam uma nova forma de organizar (e de gerenciar) a exploração do “trabalho vivo”, constituindo uma subsunção real da subjetividade operária à lógica do capital.

Este é o verdadeiro objetivo da “fragmentação sistêmica”: instituir uma nova modalidade de gerenciar (e reproduzir) a lógica do capital sob a nova crise do capitalismo mundial, constituir uma nova hegemonia do capital na produção, capaz de permitir um novo salto de acumulação capitalista.

Deste modo, o que temos observado é que o complexo de reestruturação produtiva, sob a mundialização do capital, é caracterizado não apenas pela instauração de uma nova base técnica – o controle automático da produção – mas, principalmente, por uma nova proposta de organização social da produção, uma nova (re)posição do princípio de cooperação e de divisão do trabalho, que constituíram o pressuposto organizativo do desenvolvimento da acumulação do capital sob a grande indústria (Aglietta, 1980).

São princípios de natureza formal sempre repostos no interior da subsunção real do (processo de) trabalho ao capital, onde a grande indústria de cariz flexível é seu patamar superior. Em última instância, a preocupação central continua sendo organizar (e manipular) o trabalho vivo, sempre posto como a dimensão constituinte da acumulação do capital (apesar das ideologias da perda da centralidade do trabalho sob o capitalismo tardio, inspiradas em Offe, Habermas e Kurz).

1.7. Origens Históricas do Toyotismo:

Ainda a Luta de Classes...

Muitas vezes, a sociologia do trabalho deixa de salientar que a construção do toyotismo é decorrente – ou é resultado sócio-histórico – de um processo de intensa luta de classes, onde ocorreram importantes derrotas operárias, que tornaram possível a introdução de uma nova organização social da produção. Este é o exemplo do país capitalista de origem do toyotismo – o Japão¹⁸.

Por exemplo, a instauração do sindicalismo “por empresa”, surgido nos anos 50 no Japão, tornou-se uma das pré-condições do próprio desenvolvimento do toyotismo. Na verdade, é possível considerar, como uma das condições institucionais do comprometimento operário, a instauração de um sindicalismo de envolvimento, pró-ativo, que procure colaborar com o capital na busca de soluções para os problemas da produção de mercadorias.

O sucesso do sistema Toyota vincula-se, numa perspectiva histórica, às grandes derrotas da classe operária, à própria decapitação – e neutralização – do seu “intelectual orgânicos” no plano produtivo: o sindicato industrial, de classe, transformado num sindicato de empresa, corporativo e interlocutor exclusivo do capital. Este processo de neutralização político-ideológica da classe operária no espaço da produção é tão importante para o sucesso do toyotismo que, no país capitalista de origem, o Japão, uma das passagens essenciais que asseguram a promoção dos dirigentes e a formação das elites da empresa Toyota é a atividade sindical.

¹⁸ A invenção e introdução do sistema *kan-ban* no Japão só ocorre após uma profunda mutação do caráter do sindicalismo japonês, que passou de um sindicalismo de indústria, marcado por uma tradição e vontade de confronto de classe, para um

Apesar de ser denominado "sindicalismo de empresa", é preciso observar, que, no caso do Japão, deve-se entender "empresa" no sentido amplo: o sindicato está constituído sobre uma base de múltiplos estabelecimentos, e, como observa Coriat, a tendência é de que ele organize também as principais empresas de subcontratação associadas à empresa principal (Coriat, 1994:86 –87).

Entretanto, isso não significa que a nova amplitude do sindicalismo "de empresa" sob o toyotismo, no Japão, implique o esforço de "transferir" para as pequenas empresas concessões obtidas pelos assalariados organizados. Na verdade, existe um processo de luta de classes, onde os operários das subcontratantes e fornecedores, na falta de verdadeiros sindicatos, souberam estabelecer "sociedades de colegas" ou "comitês de empresa" que se esforçam – com sucesso variável – em 'transferir', para as pequenas empresas, concessões obtidas pelos assalariados organizados das grandes firmas. No caso do Japão, a tendência do sindicato de empresa a organizar as principais empresas de subcontratação é uma tentativa de integrar, através de dispositivos burocráticos do sindicalismo corporativo (reconhecidos pelas corporações transnacionais), parcelas da classe operária japonesa que preservam potenciais de conflitos de classe.

1.8 Toyotismo e Financeirização da Riqueza

Sob a Mundialização do Capital

Temos salientando que o capital em processo é uma verdadeira "contradição viva". É o que podemos observar com o complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital. Apesar de os anos 80 terem sido a "década do toyotismo" (a ideologia prática do

sindicalismo de empresa, neocorporativo, mais disposto à cooperar com os interesses

neoprodutivismo), ele pode ser considerado, por outro lado, como tendo sido a "década da financeirização", que é a antípoda da lógica da produção (Chesnais sustenta, inclusive a hipótese, nos anos 80, do "crepúsculo de um ciclo unificado de valorização sob a dominação do capital industrial.")¹⁹.

Com a financeirização, o capital procura se valorizar, cada vez mais, sem passar pelo complexo de produção de mercadorias. Com ela, atingimos o último grau na fetichização das relações de propriedade capitalista (uma homologia estrutural ocorre no campo da produção, com o toyotismo, que pode ser considerado o último grau na fetichização do antagonismo entre capital e trabalho assalariado):

Com o capital que rende juros, a relação capitalista atinge sua forma mais externa, mais fetichizada. Temos aqui $D - D'$, ou seja, dinheiro produzindo dinheiro, valor se valorizando por si só, sem nenhum processo que sirva de mediação entre os dois extremos. (Marx, 1983)

É sob a mundialização do capital que assistimos, portanto, à vigência do capitalismo parasitário e rentista. É o desenvolvimento desta lógica da financeirização que irá instaurar um novo perfil do toyotismo, depurando -o, em sua "ocidentalização", tão-somente como técnica (e

do capital (Coriat, 1994)

¹⁹ Segundo Braga, a "dominância financeira - a financeirização - é a expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo. Por dominância financeira apreende-se, inclusive conceitualmente, o fato de que todas as corporações - mesmo as tipicamente industriais, como as do complexo metal-mecânico e eletro-eletrônico - têm, em suas aplicações financeiras de lucros retidos ou de caixa, um elemento central do processo de acumulação global de riqueza. Assim, seus departamentos financeiros vêm adquirindo maior importância estratégica que os de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), ao ponto de assumirem o perfil de bancos não-bancos, internos às empresas." (Braga, 1993:26). Como ilustração desse fato, Braga apresenta o comportamento financeiro das grandes corporações japonesas desde a década de 1960. Revela-se uma elevação estrutural da capitalização financeira, mesmo nas empresas do Japão, país notadamente voltado para o produtivismo. Assim, a relação entre lucros não operacionais e lucros operacionais tem os seguintes valores mínimos e máximos nas três últimas décadas: 1960-70 (22,9% e 37,5%; 1970-80 (34,9% e 62,5%; 1980-8 (41,1% e 60,4% (Braga, 1993:26)

princípio) de manipulação universal do “trabalho vivo” subsumido à lógica do capital.

As contrapartidas sócio-institucionais originárias do toyotismo, baseadas no “modelo” japonês, tendem a ser (re)postas e diluídas na lógica do produtivismo selvagem. O princípio da “lean production” torna-se a interpretação dominante do toyotismo. É o toyotismo ocidentalizado a serviço de “formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho” (Chesnais, 1996:16). O que parece demonstrar que, de certo modo, a “ocidentalização” do toyotismo, sob a lógica da financeirização, tendeu a “negar”, no sentido dialético, o próprio toyotismo, tal como se instaurou no país capitalista de origem, o Japão (é o princípio heurístico de que é o desenvolvimento capitalista que irá determinar a lógica do processo de trabalho).

Entretanto, a rigor, não existe uma antinomia entre financeirização e neoprodutivismo. Na verdade, a financeirização não é antípoda à centralidade da produção sob a mundialização do capital. A autonomia do setor financeiro não pode ser senão relativa. O capital que se valoriza na esfera financeira nasceu – e continua nascendo – da esfera produtiva. A esfera financeira alimenta-se da riqueza gerada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho com múltiplos níveis de qualificação.

A financeirização tende a exacerbar ainda mais a lógica do neoprodutivismo, re-fundá-la sob novas condições determinadas. É daí que surge e se dissemina, nos anos 80, o toyotismo. Hoje, todas as corporações transnacionais tendem a adotar essas técnicas (e princípios) do toyotismo. “O sistema ‘toyotista’ de terceirização e o *just-in-time* foram adotados ainda mais e facilmente”, observa Chesnais. O complexo de reestruturação produtiva, que se desenvolve a partir dos

anos 80, vincula-se, de certo modo, à própria sede do capital financeiro em procurar uma maior rentabilidade, através da imposição de racionalizações e inovações para satisfazer os acionistas com sua lógica do lucro imediato, cujo horizonte temporal é de curto ou curtíssimo prazo (o *short-termism*):

Todas as virtudes atribuídas ao 'toyotismo' estão dirigidas a obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento de uma mão-de-obra totalmente flexível, à qual se volta a contestar, cada vez mais (até nos relatórios do Banco Mundial), o direito de organização sindical. (Chesnais, 1996:17)

A natureza do toyotismo, ou da ideologia do neoprodutivismo, apesar de basear-se na introdução de novas tecnologias microeletrônicas na produção (o "trabalho morto"), sua maior preocupação ainda é manipular e constituir um novo tipo de exploração do trabalho vivo.

O nosso interesse em apreender a ofensiva do capital a partir do complexo de reestruturação produtiva vincula-se à necessidade de apreendermos algo que é fundamental para o sistema produtor de mercadorias – a (des) construção da classe dos trabalhadores assalariados como uma das condições sócio-históricas para um novo patamar de acumulação do capital. É a partir daí que se instaura, como iremos ver adiante, um novo (e precário) mundo do trabalho e uma crise do sindicalismo moderno. Na verdade, o que presenciamos é uma dimensão sócio-histórica superior do ser-precisamente-assim do "sujeito" capital.

2

Aspectos do Novo (e Precário) Mundo do Trabalho – A Fragmentação de Classe

O complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital, cujo “momento predominante” é o toyotismo, tende a impulsionar, em sua dimensão objetiva, as metamorfoses do trabalho industrial e a fragmentação de classe (cujos principais exemplos são a proliferação da subproletarização tardia e do desemprego estrutural). Surge um novo (e precário) mundo do trabalho. São novas (e cruciais) provocações do capital para o mundo do trabalho organizado. É a partir daí que emerge uma nova crise do sindicalismo moderno, de cariz estrutural, com múltiplos desdobramentos sócio-históricos (na verdade, é uma crise dos “intelectuais orgânicos” da classe, sindicatos e partidos socialistas, capazes de desenvolver a consciência necessária de classe).

É claro que as metamorfoses do trabalho industrial e a fragmentação de classe são resultados de processos sócio-históricos estruturais, de longa duração, de acumulação capitalista. É algo que percorre o século XIX e o século XX. O que o complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital faz é incorporar – e impulsionar com maior aceleração histórica – as perversidades da lei geral da acumulação capitalista, na direção do enfraquecimento do mundo do trabalho (e da perspectiva de classe). Ele dá novas características à classe operária que tende a surgir, de acordo com o seu “momento predominante” – o toyotismo.

Procuramos salientar, neste capítulo, por um lado, o surgimento de uma nova classe operária, de elevado nível educacional e de alta qualificação e, por outro lado, a fragmentação de classe em seus aspectos estruturais, vinculada à organização do complexo de produção de mercadorias. Entretanto, não podemos deixar de salientar, por outro lado, a importância da fragmentação de classe em seus aspectos étnicos, de gênero, culturais e etários, que se acentuaram nas últimas décadas, impulsionada não apenas pelo complexo de reestruturação produtiva, mas pela mundialização do capital (Ianni, 1994). Por exemplo, além do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, cresceu a presença de trabalhadores imigrantes, que incrementam os contingentes de subproletários tardios (por exemplo, os *gastarbeiters* na Alemanha e o *lavoro nero* na Itália). Contingentes de novos excluídos sociais – desempregados estruturais ou subproletários tardios – tornaram-se patentes entre jovens. É este novo (e precário) mundo do trabalho, que provoca – e exige – novas estratégias sindicais, políticas e organizacionais de sindicatos (e partidos operários), sob pena de levá-los à ruína.

2.1 A Nova Classe Operária:

As Metamorfoses do Trabalho Industrial

O complexo de reestruturação produtiva impulsionou a diminuição relativa da classe operária industrial, instalada no núcleo central do complexo produtor de mercadorias. Na medida em que ela diminuiu, incorporou novas qualificações, integrando-se mais, sob a lógica do toyotismo, à organização da produção capitalista (o que se contrasta com a sua propagação precária pelas bordas do complexo produtor de mercadorias).

Por um lado, observamos a interpenetração, cada vez maior, entre função "produtivas" e funções ditas "improdutivas". Ocorre uma reconstituição do "trabalhador coletivo" no interior da produção do capital, ocasionando, por conseguinte, a diminuição (e metamorfose) do trabalho industrial (Lojkin, 1995). Por outro lado, em termos relativos, desenvolve-se a economia do trabalho vivo, por meio do desenvolvimento crescente da produtividade (e da intensificação) do trabalho, que tende a "enxugar", cada vez mais, a participação dos operários industriais no núcleo do complexo de produção de mercadorias. Deste modo, surge um novo proletariado industrial, complexo e heterogêneo, cuja redução numérica em seu centro produtivo tende a ocultar sua expansão periférica, interpenetrada por unidades de subcontratação industrial e de "serviços" (vale dizer, um neoproletariado "pós-moderno" com estatutos sociais precários).

– A Diminuição da Classe Operária Tradicional

A contração da classe operária tradicional, vinculada a velhas indústrias, pode ser detectada, com maior nitidez, em termos

estatísticos, principalmente a partir dos anos 80 e noventa – o período de mundialização do capital, quando tende a predominar a lógica da *lean production*. Com a exceção dos EUA, onde o declínio da classe operária tradicional passou a ocorrer a partir de 1965, e com maior nitidez após 1970, o proletariado industrial clássico continuou constituindo uma parcela considerável da PEA (População Economicamente Ativa), cerca de um terço nos principais países capitalistas centrais, pelo menos até 1980 (uma constatação clara nos países da Europa Oriental e em países do Terceiro Mundo, tais como Brasil, México, Coreia, etc., em rápida industrialização) (Hobsbawn, 1995:297).

Na verdade, é a partir da nova crise do capital, sob o impulso das políticas neoliberais e do complexo de reestruturação produtiva, que a classe operária industrial declina nos principais países capitalistas:

Entre 1973 e fins da década de 1980, o número total de pessoas empregadas na manufatura nos seis velhos países industriais da Europa caiu 7 milhões, ou cerca de um quarto, mais ou menos metade dos quais entre 1979 e 1983. Em fins da década de 1980, enquanto as classes operárias nos velhos países industriais se erodiam e as novas surgiam, a força de trabalho empregada na manufatura estabilizou-se em cerca de um quarto de todo o emprego civil em todas as regiões desenvolvidas ocidentais, com exceção dos EUA, onde a essa altura estava bem abaixo de 20%. (Hobsbawn, 1995:299)

O complexo de reestruturação produtiva, impulsionado pelo surto de concorrência capitalista no mercado mundial, tende cada vez mais a reduzir o proletariado industrial clássico.¹ Procura-se alcançar a

¹ Os dados estatísticos nos principais países capitalistas centrais, apresentados a partir dos anos 90, são mais impressionantes. Por exemplo, atualmente, menos de 17% da PEA, está empregada no setor industrial nos EUA. Entre 1981 e 1991, sob a "década neoliberal", mais de 1,8 milhões de empregos na indústria desapareceram nos EUA. Mas, inclusive na Alemanha, entre 1992 e 1993, os capitalistas industriais - seguindo a lógica da economia de trabalho vivo e da intensificação do trabalho (intrínsecos à *lean production*) - eliminaram mais de 500 mil empregos apenas em um período de 12 meses. As projeções de alguns analistas sociais são mais radicais. Por exemplo, segundo um estudo da Federação Internacional dos Metalúrgicos em Genebra, citado

competitividade no mercado planetário, não apenas através do crescimento da produtividade do trabalho, por meio da automação de linhas produtivas, precedida de re-engenharia e *downsizing*, como pré-condições para instaurar a lógica do toyotismo – ou da *lean production* (o que parece predominar a partir nos anos 90 no cenário mundial), mas, principalmente, através da relocação industrial.

Desde meados dos anos 70, ocorre uma nova divisão internacional do trabalho, que conduziu a uma nova composição do proletariado nos principais países capitalistas desenvolvidos, acirrando algumas tendências estruturais que apontavam para a diminuição da classe operária industrial. A “desindustrialização” de importantes países capitalistas como os EUA, Alemanha Ocidental e Grã-Bretanha decorre, de certo modo, dos movimentos de relocação industrial. Muitas indústrias tradicionais mudaram-se para países do Terceiro Mundo de industrialização tardia – por exemplo, produtos têxteis, roupas e calçados migraram em massa (Froebel, Heinrichs e Kreye, 1980).

As novas indústrias que se desenvolveram nos países capitalistas centrais tendem a possuírem um novo perfil produtivo (e tecnológico), com uma nova classe operária industrial, reduzida e desconcentrada, onde se verifica, de modo claro, a interpenetração entre o “material” e o “informático”, onde o operário industrial central tende a ser mais qualificado e polivalente. No bojo da nova classe operária industrial se desenvolve um operário industrial periférico, um subproletariado tardio, de estatuto salarial precário.

Por outro lado, nos países do Terceiro Mundo industrializado como o Brasil, a classe operária ainda mantém, pelo menos até os anos

por Refkin, dentro de 30 anos, menos de 2% da atual força de trabalho em todo o mundo “será suficiente para produzir todos os bens necessários para atender a demanda total.” (Refkin, 1996:8,9).

80, uma presença significativa nas indústrias. Entretanto, em virtude da mundialização do capital, as empresas, conglomerados e corporações transnacionais no Terceiro Mundo, como é o caso da indústria automobilística, tendem a adotar, cada vez mais, em maior ou menor proporção, os mesmos padrões tecnológico-organizacionais do centro capitalista (desenvolve-se no Brasil dos anos 80 o que denominamos mais adiante um “toyotismo restrito”). O complexo de reestruturação produtiva que atinge o Terceiro Mundo tende a debilitar o mundo do trabalho, (re) constituindo – ou meramente extinguindo – através da desindustrialização, os pólos de modernidade industrial, instaurados na época da industrialização emergente. Os imperativos da competitividade mundial exigem das corporações transnacionais, os verdadeiros agentes da mundialização do capital, seja nos países capitalistas centrais, seja nos países do Terceiro Mundo, uma *lean production*, que tende a conduzir à redução de pessoal empregado na indústria. Ao lado da introdução de novas tecnologias microeletrônicas na produção, em escala mundial, passa-se a adotar um processo intensivo de racionalização produtiva, incorporando os princípios do toyotismo (Shaiken, 1990).

– As Metamorfoses do Fazer (e Saber) do Operário Industrial:

O Novo Estranhamento Operário

O proletariado industrial se reduz e, na medida em que se reduz – e não quer dizer que se extinga por completo – assume uma nova forma, adequada à nova materialidade do capital. Ele se complexifica, se heterogeneiza, sofre um processo de diferenciação interna – com um centro e uma periferia interna à estrutura da classe operária, onde se

interpenetram produção e serviços interiores à produção do capital (Lojkine, 1993).

Por conseguinte, ocorrem mudanças fundamentais na natureza do trabalho industrial, no fazer (e saber) do operário industrial, que se traduzem numa forte diferenciação dos estatutos, salários, condições e interesses imediatos dos operários, com impactos nada desprezíveis sobre a consciência contingente de classe (o que explica um dos aspectos da crise do sindicalismo, em sua dimensão político-ideológica). Na verdade, o que ocorre é a constituição de um novo modo de *existência* do trabalho assalariado que não elimina o seu *ser* como constituinte do antagonismo estrutural do capitalismo - as relações estruturais da sociedade capitalista permanecem fundamentalmente a mesma (Mészáros, 1993:91).

De certo modo, o toyotismo, o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva, através de seus vários dispositivos organizacionais (e institucionais), tais como o *just-in-time/kanban* (que exige, por exemplo, um operário industrial polivalente), apenas impulsiona – e desenvolve – as metamorfoses da classe operária. Por isso, apesar de não podermos considerar o toyotismo como a causalidade central das metamorfoses do operário industrial (vinculadas às próprias determinações, de longa duração, do desenvolvimento da grande indústria), ele, com certeza, contribui para que elas ocorram, com maior intensidade e amplitude, dotando-as da nova lógica de racionalização do trabalho.

A partir daí, ocorre uma cisão na estrutura da classe operária, entre seu núcleo produtivo, constituído pelos operários “polivalentes”, com capacidade de autonomia, de iniciativa e de renovação contínua de seus conhecimentos, e os demais operários industriais, o subproletariado tardio, que são incorporados à periferia da produção, em

sua maioria com empregos precários, temporários e com níveis de salários inferiores. Temos, portanto, a tendência de constituição de um mercado de trabalho "dual", adequado à lógica do toyotismo.

Com respeito ao conteúdo do trabalho industrial no pólo central da classe operária, ele tende a perder sua materialidade, a desmaterializar-se e a intelectualizar-se (ou o que Lojkin diria "interpenetrou-se com os 'serviços'"). As funções de organização tendem a predominar sobre o trabalho manual:

O homem já não transforma, nem conforma objetos materiais, mas sim vigia operações em uma tela, programa-as e, em caso de necessidade, repara ou ajusta as máquinas que efetuam o trabalho manual. (Gorz, 1990, 28).

É claro que o trabalho vivo continua indispensável, mas o que ocorre é que, sob a pós-grande indústria – termo utilizado por Ruy Fausto para caracterizar a etapa da organização da produção material do capital em que predominam as novas tecnologias microeletrônicas na produção – o operário polivalente aparece cada vez mais como um *servidor* de um "sistema de máquinas". Nesse caso, o operário passaria de um guardião que está a serviço da máquina, de um mero vigia da máquina, de um *apêndice* do "sistema de máquina, como na grande indústria, para um guardião que tem por objeto a máquina.²

Entretanto, sob a pós-grande indústria *não* desaparece a subordinação material do trabalho ao capital. Pelo contrário, se

² Um caso extremo de metamorfose do trabalho industrial é a unidade produtiva da Fujitsu Fanuc, onde há robôs que produzem robôs. Mais de 400 robôs funcionam durante 24 horas; os operários, cujo número não chega a 400, trabalham só de dia. Se fossem utilizados métodos tradicionais para se obter a mesma produção nessa fábrica, necessitariam de dez vezes mais de operários e de uma soma de capital dez vezes superiores. Em média, a cada mês estragam-se oito robôs e a tarefa dos operários consiste principalmente em prevenir e reparar os danificados. A carga de trabalho dos operários é descontínua e imprevisível. Além dos 400 operários que possui nas oficinas, a Fujitsu Fanuc emprega 1.700 pessoas nos trabalhos de pesquisa, administração e comercialização (Gorz, 1990)

restabelece uma nova oposição entre o indivíduo e o processo material (o que implicaria considerar o surgimento de um novo estranhamento). A subsunção real do trabalho ao capital assumiria um novo sentido – é a subordinação formal-intelectual (ou espiritual). Deste modo, as novas tecnologias microeletrônicas na produção, objeto de trabalho da nova classe operária sob a pós-grande indústria, permaneceriam operando no interior de um processo de trabalho sob o comando do capital. O que implica em dizer que a negação do trabalho vivo operada durante a subsunção real não é absoluta (ele – o trabalho vivo – não se torna meramente uma coisa supérflua). Pelo contrário, sob a subsunção real, como observamos, tenderia a ocorrer a própria reposição da subordinação formal, com a instauração de uma oposição de novo tipo entre o indivíduo e as condições objetivas de produção (não mais uma *oposição plena*, como ocorria sob a grande indústria, mas uma *oposição não plena*, tal como ocorria na manufatura - o que pode tornar mais complexo a constituição de uma consciência necessária de classe).

É a persistência do trabalho vivo no interior de um processo de produção sob o comando do capital que explica, deste modo, o desenvolvimento do impulso à racionalização do trabalho na era da grande indústria (e da pós-grande indústria), seja com o taylorismo/fordismo, seja com o toyotismo. Por isso, se sob a grande indústria ocorria o que Fausto denomina uma subordinação formal-material; na pós-grande indústria, surgiria uma subordinação formal-intelectual (ou espiritual) do trabalho ao capital, caracterizada pela nova captura da subjetividade operária pela lógica do capital (vale salientar que elas ocorrem no interior da subsunção real, sendo, portanto, desdobramentos, no plano da forma, da subordinação real do trabalho vivo ao trabalho morto).

Deste modo, sob a pós-grande indústria, tende a ocorrer a reposição do estranhamento capitalista. Surge um "estranhamento pós-fordista", como diria Antunes, que permaneceria ainda na relação entre o operário e o produto do trabalho, na medida em que a concepção do produto e a própria decisão de produzi-lo ainda lhe são estranhas (uma *oposição não plena* entre o indivíduo e as condições objetivas, características da manufatura).

Mas o novo estranhamento ocorre não apenas entre o operário polivalente e o produto de seu trabalho, mas ainda, embora de maneira tênue, entre o operário e o processo de trabalho, intervertido em processo de produção, pela persistência, em seu interior, de uma "rígida" divisão do trabalho, principalmente entre o "bureau" executivo, que toma as decisões estratégicas, e os operários de base, que dominam os detalhes operacionais.

O operário polivalente do toyotismo permanece ainda, e mais do que nunca, à mercê do processo de valorização. Ainda que os novos operários polivalentes possuam um alto grau de autonomia, de soberania sobre o trabalho, tornando-se "guardiães" da máquina, mantendo-se ao lado do sistema de máquinas e não submetidos a ela (como na grande indústria), eles ainda permanecem ligados a um trabalho "estranhado", pois a lógica do capital os impede de controlar o processo produtivo, no sentido geral de estabelecer e autodeterminar os objetivos de suas atividades produtivas (o que surge, através de seus resultados contingentes, como sendo uma irracionalidade social que contrasta com a racionalidade intrafirma). É um aspecto do novo estranhamento sob o toyotismo. É isso que determina o tipo de vínculo de dominação do capital sob a pós-grande indústria (é por isso que o toyotismo tende a operar a hegemonia do capital a partir da fábrica "racionalizada").

Deste modo, quanto mais a transição para a pós-grande indústria desenvolve, no local de trabalho, para os operários vinculados ao núcleo produtivo, uma maior autonomia e poder de decisão sobre os detalhes operacionais (e instrumentais) do processo produtivo, mais as decisões cruciais da atividade produtivas – as decisões estratégicas sobre os objetivos e a alocação de recursos produtivos – se concentram no “bureau” estratégico do capital. É isto que os dispositivos organizacionais – e institucionais – do toyotismo procuram “ocultar”: o novo caráter do estranhamento, através da captura da consciência operária pela lógica do capital no interior do processo produtivo.

A concentração do capital, incrementada devido as novas condições da concorrência capitalista, cresceu no plano mundial, enquanto as principais decisões estratégicas das atividades produtivas capitalistas, que afetam bilhões de homens e mulheres em todo o mundo, permanecem concentradas nas mãos de lideranças governamentais e grandes empresas – o “oligopólio global”, como diria Chesnais. Portanto, é mais uma contradição intrínseca à lógica do capital que, sob a era da mundialização, assume um patamar superior.

Na verdade, como salientamos, a captura da consciência afetiva– intelectual do trabalho vivo, a busca contínua do consentimento operário, do seu envolvimento com a lógica da produção do capital, tal como é posto sob o toyotismo, é uma necessidade “técnica” da pós-grande indústria. A organização do trabalho vivo, ou a captura da subjetividade operária pela lógica do capital, é tão necessária para a pós-grande indústria, como a própria organização do novo “sistema de máquinas” (apesar de ocorrer, é claro, uma desproporção quantitativa – e qualitativa – entre trabalho morto e trabalho vivo). Portanto, apesar da redução numérica da classe operária no núcleo central da produção do capital, o seu papel de “guardião” da máquina – e não apenas “suporte”,

tal como na grande indústria – demonstra a centralidade insuprimível da força de trabalho, comprovada pela desproporção entre o peso quantitativo do trabalho vivo e o arsenal crescente de dispositivos organizacionais (e institucionais) voltados para a manipulação do consentimento operário (que é o cerne do toyotismo, tal como temos salientado).

2. Aspectos da Fragmentação de Classe

O processo de “fragmentação sistêmica” do circuito de produção de mercadorias, em nível intrafirma ou entre empresas, conduzido pelo toyotismo, promove uma série de impactos decisivos na estrutura de classe. Surge o que denominamos fragmentação de classe, cujos principais aspectos sociais são o desenvolvimento, por um lado, de uma subproletarização tardia, e, por outro, do desemprego estrutural. É, portanto, uma das principais características do novo perfil do mundo do trabalho sob a mundialização do capital, que coloca novas provocações para o trabalho assalariado organizado. Como diria Marx, “hic Rhodus, hic salta”.³

– Desemprego Estrutural: Um Novo Patamar de Exclusão Social

Se, por um lado, sob a mundialização do capital, ocorre o crescimento da classe dos trabalhadores assalariados, com a particularidade da redução e metamorfose da classe operária tradicional,

³ “Aqui está Rodes, salta aqui!” - Esta frase é tirada de uma das fábulas de Esopo: Um fanfarrão gabava-se de ter testemunhas para provar que havia certa feita executado um notável salto em Rodes, tendo recebido a seguinte resposta: “Para que citar testemunhas, se é verdade? Aqui está Rodes. Agora salta!”. Em outras palavras: Mostra aqui mesmo, na prática, o que és capaz de fazer! Ou seja, o movimento

do crescimento dos assalariados dos “serviços” e da proliferação do trabalho assalariado “precário”, ou dos subproletariado tardio; por outro lado, instaura-se, como um componente contraditório do desenvolvimento capitalista, o crescimento do desemprego estrutural, com a constituição de um novo patamar de exclusão social nos principais países capitalistas.

No plano contingente, o processo de (re)constituição do mundo do trabalho, sob a mundialização do capital, é percebido como uma “desordem do trabalho” (Mattoso). Mas, a “desordem do trabalho” é tão-somente a determinação reflexiva da “nova ordem do capital”, sob o complexo de reestruturação produtiva, impulsionado pelas políticas neoliberais. É preciso salientar que ocorre uma alteração conceitual importante – o novo desenvolvimento do capitalismo mundial impõe um novo sentido à categoria de população trabalhadora “excedente” (utilizado, por exemplo, por Marx, em *O Capital*). Diz ele:

...a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente. (Marx, 1983: 731)

Sob a mundialização do capital, ocorre uma alteração lógico-epistemológica (e ontológica) da categoria de “população trabalhadora excedente”, capaz de expressar a nova forma de ser do mundo do trabalho sob a nova ofensiva do capital na produção. O que antes poderia ser considerado “trabalhadores assalariados excedentes”, sob a grande indústria, no período histórico de transição para a pós-grande indústria, sob a mundialização do capital, torna-se, por conseguinte, “população trabalhadora excluída”. O “excedente” interverte-se em

operário terá que mostrar, na prática, o que é capaz de fazer com aquilo que o capital em processo fez dele.

“excluído”. Deste modo, surgem os novos excluídos da “nova ordem capitalista”, que são as massas de desempregados (e subproletários) do sistema de exploração do capital, em decorrência do desenvolvimento da produtividade do trabalho, cuja impossibilidade real de serem incluídos pela “nova ordem capitalista” aparece, no plano contingente, meramente como índices do desemprego estrutural (ou ainda da subproletarização tardia) (Forrester, 1996).

Constatamos, de modo claro, o crescimento da produção industrial, sob os auspícios do complexo de reestruturação produtiva. Entretanto, ele ocorre sem o incremento do emprego (é o denominado *jobless growth*, que surge, seja nos países capitalistas centrais, seja no Terceiro Mundo industrializado). Na verdade, o imperativo do capitalismo mundial é, cada vez mais, introduzir novas tecnologias microeletrônicas e novos padrões organizacionais vinculados à lógica do toyotismo (a *lean production*), não apenas na indústria, mas no setor de serviços (inclusive os vinculados à reprodução social), que tendem a não possuir mais a capacidade de absorver a parcela de trabalhadores assalariados que estão a procura de empregos. O predomínio da financeirização da riqueza, uma das determinações intrínsecas à mundialização do capital, impulsiona o processo de valorização na perspectiva da redução do trabalho vivo como estratégia de rentabilidade acionária.

As políticas neoliberais tendem a promover a desigualdade social como virtude de um novo patamar de acumulação e alocação de riqueza (o que demonstra que, antes de ser um mero problema macroeconômico, o desemprego é um problema político) (Forrester, 1997; Meneleu, 1996).

**Taxa de Desemprego Total
(% da PEA)**

	1979	1989	1996
Alemanha	3,2	5,6	9,3
EUA	5,8	5,2	5,1
França	5,9	9,4	11,3
Itália	7,6	10,9	11,6
Inglaterra	5,0	7,1	8,2
Japão	2,1	2,3	3,2
Suécia	2,1	1,4	7,3

Fonte: OCDE

Observamos, no Quadro logo acima que o Japão não é a verdadeira exceção à tendência de crescimento do desemprego estrutural nos países capitalistas centrais (a sua taxa histórica de desemprego era mais perto de 1%). A exceção real são os EUA, cuja taxa de desemprego total declinou de 5,8 em 1979, para 5,1 % da PEA em 1996. Entretanto, a diminuição relativa dos índices de desemprego, tal como ocorre, por exemplo, nos EUA dos anos 90, tendem a ocultar a realidade silenciosa da subproletarização tardia. Enquanto na Europa Ocidental o que se favorece é o salário, em detrimento do emprego; nos EUA, o emprego é favorecido em detrimento dos salários: "Mas nada, em lugar nenhum, age em detrimento do lucro!" (Forrester 1996:120).⁴

⁴ Alguns analistas consideram a Holanda, por exemplo, a "Terra Prometida", uma vez que, nos anos noventa, tem aumentado o crescimento econômico e diminuído o desemprego. Entretanto, o que não se salienta é que a Holanda possui a maior taxa de emprego parcial do mundo: 37%.

– A Subproletarização Tardia

A subproletarização tardia é a nova precariedade do trabalho assalariado sob a mundialização do capital. Ela surge não apenas em setores tradicionais (e desprotegidos) da indústria (e dos serviços), mas, principalmente, em setores modernos da produção capitalista. Esta é a sua particularidade histórica: ela é decorrente da cisão da classe no interior de seu pólo mais desenvolvido (e organizado).

Deste modo, o que denominamos subproletarização tardia é constituída pelos trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários ou subcontratados, seja na indústria ou nos serviços interiores (ou exteriores) à produção do capital. Nesse caso, tende a predominar o que alguns sociólogos e economistas denominam “informalização” nas relações de trabalho (um eufemismo para a nova precariedade do trabalho assalariado).

O subproletariado tardio é uma parcela importante do “proletariado pós-industrial”, um “equivalente contemporâneo do proletariado sem direitos, oprimido e empobrecido” (o que Gorz denomina, por exemplo, “proletariado pós-industrial”, é constituído não apenas pela subproletarização tardia, mas pelos desempregados estruturais) (Gorz, 1992). Ela é tão importante para a nova ordem do capital quanto o desemprego estrutural. Na verdade, é um aspecto dissimulado da nova exclusão social, do qual o desemprego estrutural é sua fratura exposta (muitas vezes, a discussão da *quantidade* de empregos sobrepõe-se à da *qualidade* dos novos postos de trabalho, ocultando, portanto, o problema da subproletarização tardia como um dos maiores problemas do mundo do trabalho no limiar do século XXI).

A nova precariedade do trabalho assalariado – a subproletarização tardia – é adequada à lógica da acumulação flexível. É

um componente estrutural de um novo complexo do trabalho que se instaura no bojo do mundo “moderno” do trabalho. Este – o mundo “moderno” do trabalho – é caracterizado por um “centro” produtivo, constituído pelos assalariados em tempo integral, com vínculos permanentes e essenciais para a continuidade, a longo prazo, da organização capitalista:

Gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e reciclagem, e de uma pensão, um seguro e outras vantagens indiretas relativamente generosas, esse grupo deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel. (Harvey, 1993, 144)

Uma parte do “núcleo” de assalariados é subcontratada: são trabalhadores avulsos, mesmo para funções de alto nível (que vão, por exemplo, dos projetos à propaganda e à administração financeira), tendo em vista os custos potenciais da dispensa temporária em períodos de recessão, mantendo-se, portanto, apenas um pequeno “núcleo” central de gerentes. Por outro lado, o que poderíamos denominar “periferia” do complexo de produção do capital, seria o receptáculo da subproletarização tardia, possuindo dois subgrupos distintos. Por um lado, teríamos

...empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado. (Harvey, 1993: 144)

Estes trabalhadores assalariados possuiriam menos oportunidades de carreira e se caracterizariam por uma alta taxa de rotatividade. Por outro lado, teríamos uma parcela de trabalhadores assalariados em tempo parcial, com ainda menos segurança no emprego, e que possuiriam uma maior “flexibilidade numérica” – um eufemismo para caracterizar uma maior disponibilidade para ser explorado pelo capital – e que seriam constituídos pelos empregados

casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinando com subsídio público. Esses são os núcleos da subproletarização tardia, com um crescimento importante nos últimos anos:

A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores "centrais" e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins. (Harvey, 1993:144)

O que é disruptivo é o fato de essa cisão do mundo do trabalho ocorrer em seu pólo "moderno", onde se constituiu um potencial de organização da classe. É a partir daí que são instaurados os verdadeiros pressupostos da crise do sindicalismo moderno.

A rigor, a idéia de uma "sociedade dual" é errônea, visto que, no caso do novo complexo do trabalho, a "dualidade" entre "centro" e "periferia" de produção do capital ou "privilegiados" e "precarizados" do trabalho oculta uma contradição real: sob a lógica do capital, os altos salários precisam dos baixos salários. Além disso, a idéia de um núcleo central "privilegiado" do trabalho assalariado é um mito, pois, como observa Brunhoff, todos são afetados pela crise, "a parte 'protegida' do mercado de trabalho, ela própria, fica desestabilizada quando há milhões de desempregados" (ou ainda, exercendo um trabalho precário) (Brunhoff, 1986: 89)

Portanto, o que se observa é que, sob a mundialização do capital, com a exacerbação da concorrência capitalista, desenvolveu-se num novo patamar histórico, a "dualidade" do mercado de trabalho, sob a posição plena do imperativo da flexibilidade (com impactos decisivos na solidariedade de classe). A lógica do toyotismo, o "momento predominante" do complexo de reestruturação produtiva, impulsiona – com a noção de "fábrica mínima", ou de *lean production* – o desenvolvimento de um complexo de pequenas empresas de

fornecedores e subcontratadas, onde o contrato social de trabalho é precário, ou não possui o mesmo estatuto social da empresa principal.

O aumento da subcontratação é um indicativo da subproletarização tardia, uma vez que a precariedade do emprego e do salário é o que caracteriza, de certo modo, a condição do trabalho assalariado nas pequenas unidades produtivas que circulam na órbita das corporações transnacionais (por exemplo, no Japão, uma parcela considerável da classe dos trabalhadores assalariados, cerca de 2/3, pertencem a tais pequenas empresas subcontratantes e fornecedores, sem possuírem as mesmas vantagens e benefícios dos assalariados das grandes empresas).

Não obstante o fato de que as grandes empresas sempre precisaram das pequenas empresas, como se observa com a existência da subcontratação sob a grande indústria, sob a mundialização do capital, onde o espírito do toyotismo impulsiona novos estilos de acumulação capitalistas, a utilização das pequenas empresas tornou-se uma estratégia de organização industrial voltada para o controle de trabalho e de emprego, adequada à nova época de crise de valorização do capital, onde a instabilidade perpétua impõe a constituição, pelas corporações transnacionais, de um "colchão" de pequenas empresas capazes de amortecer as inconsistências dos mercados. É um componente decisivo para instaurar um novo patamar de flexibilidade do capital num cenário de crise de valorização e de concorrência planetária.

3

A Crise do Sindicalismo Moderno – Um Novo Americanismo?

A constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho sob a mundialização do capital contribuiu para a debilitação estrutural do poder sindical (e político) da classe dos trabalhadores assalariados. Esta é uma das principais causalidades da crise do sindicalismo moderno nos países capitalistas centrais a partir dos anos 90 (EUA, Japão e Europa Ocidental), com diversas amplitudes (e profundidades) vinculadas a particularidades sócio-históricas nacionais.

O novo complexo social do mundo do trabalho, permeado pela fragmentação de classe – seja na dimensão subjetiva ou objetiva – é cada vez mais recalcitrante à intervenção organizacional – e política – do sindicalismo de massas, tal como ele se constituiu no decorrer do

século XX.¹ Além disso, o complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” é o toyotismo, tende a instaurar uma nova hegemonia do capital na produção, promovendo a captura da subjetividade operária pela lógica do capital, debilitando o potencial das estratégias de classe, contribuindo para posturas sindicais neocorporativas de cariz propositivo, com os sindicatos tendendo a representar interesses setoriais e não mais interesses de classe. A própria capacidade de negociação e organização que o sindicato adquire, principalmente no campo da reestruturação produtiva, pressupõe o abandono de estratégias sindicais de classe e da crítica do controle do capital na produção, assumindo, pelo contrário, estratégias sindicais pró-ativas à lógica do capital (o que é compatível com o espírito do toyotismo, que incentiva o operário a pensar “pró-ativamente”, a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam).

É deste modo que, sob a mundialização do capital, surge, em sua plenitude histórica, a crise do sindicalismo moderno, considerado um dos principais baluartes de resistência da classe operária contra as usurpações cotidianas do capital. O cerne essencial (e determinante) da crise do sindicalismo moderno no limiar do século XXI é a instauração do complexo de reestruturação produtiva, capaz de impulsionar – e desenvolver – o novo (e precário) mundo do trabalho. É uma crise do sindicalismo moderno que deve ser apreendida não apenas em seus aspectos sócio-institucional, com o declínio de representação sindical (o que é salientado pelos sociólogos e economistas), mas, principalmente, em seus aspectos político-ideológico (o surgimento de estratégias neocorporativas, de colaboração com o capital). Na verdade, elas

¹ Um paralelo histórico pode ser apresentado com o complexo social do trabalho na época da I Revolução industrial, em meados do século XIX, antes do surgimento do “new unionism”, quando a classe operária organizada restringia-se a uma minoria de artesãos e operários de ofício no bojo de um vasto (e crescente) mundo de trabalho complexo e heterogêneo (Hobsbawm, 1988).

caracterizam uma crise do sindicalismo de novo tipo, de cariz estrutural (onde são postos, de modo pleno, os limites de uma práxis sócio-histórica que permanece meramente no interior da lógica da mercadoria).

Alguns sociólogos enumeraram, por exemplo, uma série de fatores econômicos, sociais, ideológicos, culturais, políticas e sindicais capazes de explicar a crise do sindicalismo em nossos dias.² É claro que tais complexos de causalidades são importantes, só que é preciso

² Deste modo, teríamos no plano econômico: "a dispersão industrial e aumento da proporção das pequenas e médias empresas, pondo fim à tendência às grandes concentrações de trabalhadores numa área ou região limitada; as novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra; o acirramento da competição internacional; as novas modalidades de gestão empresarial e políticas de relações humanas destinadas a melhorar a relação das empresas com os empregados, e evitar que suas queixas cheguem ao sindicato; flexibilização do emprego e dos procedimentos produtivos; terceirização do emprego; individualização dos salários, promoções, benefícios, etc; melhoria nas condições de trabalho; elevação do padrão de consumo das classes assalariadas; altos índices de desemprego; baixos índices de inflação." No plano da estrutura social e do mercado de trabalho: "Redução relativa e absoluta dos trabalhadores industriais e manuais que compunham, classicamente, a classe operária; aumento da proporção de técnicos e de trabalhadores de classe média de alta qualificação educacional e profissional; aumento da proporção de trabalhadores em tempo parcial e por período determinado; ampliação do mercado informal de trabalho; aumento da proporção de mulheres na força de trabalho; maior heterogeneidade das camadas assalariadas." No plano político-institucional: "Ascensão de governos conservadores; declínio dos partidos de ideologia socialista; crise das políticas sociais e dos Estados de Bem-Estar; fim dos regimes socialistas do Leste Europeu." No plano ideológico e valorativo: "Avanço das ideologias individualistas e das concepções ditas neoliberais; declínio de valores igualitários e coletivistas; revalorização dos direitos individuais e dos direitos do cidadão diante do Estado e da coletividade; rejeição da crença de que o bem-estar e a felicidade individual são alcançáveis através do bem-estar coletivo; valorização da competição e do mérito; rejeição do estatismo e do dirigismo econômico; maior hostilidade de opinião com relação ao poder das lideranças sindicais; desconfiança com relação aos partidos e à classe política; descrença e desinteresse, especialmente da juventude, com relação às modalidades de atuação política tradicional destinadas a mudar os partidos no poder; valorização dos movimentos sociais e de outras formas de atuação política apartidária com objetivos precisos (movimentos ecológicos, feministas, etc)." No plano sindical: "Dificuldade de o sindicato representar grupos de assalariados, mais qualificados, internamente mais heterogêneos e desejosos de que sua capacitação profissional seja avaliada individualmente; burocratização das organizações sindicais e distanciamento das lideranças sindicais da massa de trabalhadores; dificuldade de sindicalizar os jovens, as mulheres e os trabalhadores em tempo parcial das pequenas empresas ou das atividades 'terceirizadas'." (Rodrigues, 1992: 21-25).

hierarquizar o peso ontológico das diversas variáveis na determinação estrutural da crise do sindicalismo, sob pena de não apreendermos o seu sentido imanente, de não conseguirmos distinguir a particularidade da nova crise do sindicalismo sob a mundialização do capital (em comparação com outros períodos históricos de esvaziamento do poder sindical). Deste modo, a mera enumeração empírica de uma série de variáveis capazes de explicar a crise do sindicalismo – uma “noite onde todos os gatos são pardos” – tende a diluir a centralidade ontológica do complexo de reestruturação produtiva enquanto determinação estrutural da crise do sindicalismo, num mero fator econômico ou social).

3.1 Os Complexos da Nova Crise do Sindicalismo

A crise do sindicalismo moderno possui duas importantes dimensões históricas: por um lado, a dimensão sócio-institucional, caracterizada pelo declínio nos índices de sindicalização – é a crise do sindicalismo como crise de representação de classe, o aspecto mais salientado pelos sociólogos para comprovar a crise do sindicalismo. Por outro lado, temos a dimensão político-ideológica, caracterizada pela integração plena dos sindicatos à lógica mercantil, com a práxis de luta sindical, em maior ou menor proporção, sendo limitada ao horizonte da mercadoria, procurando garantir tão-somente um melhor preço da força de trabalho. É a crise do sindicalismo como predomínio de estratégias sindicais (e políticas) de cariz neocorporativo. Na verdade, o cerne essencial da crise do sindicalismo é a sua incapacidade (ou limitação estrutural) de preservar o seu poder de resistência de classe à sanha da valorização, diante da nova ofensiva do capital na produção e do novo (e precário) mundo do trabalho.

– O Complexo sócio-institucional: O Declínio da Sindicalização

No plano da determinação socio-institucional da crise do sindicalismo, poderíamos destacar, no nível empírico-contingente, a série de dados sobre o declínio da taxa de sindicalização nos vários países capitalistas, principalmente nos anos 80³. Observa-se o declínio, em maior ou menor proporção, dos níveis de sindicalização nos países capitalistas centrais nas últimas décadas, principalmente nos anos 80 (Estados Unidos e França são os países com os mais baixos índices de sindicalização, apesar de observarmos uma recuperação relativa nos EUA e um declínio menos acentuado na França no período de 1989 a 1994).

Da série de causalidades enumeradas por Chang e Sorrentino como responsáveis pelo declínio da sindicalização, a maioria está vinculada, direta ou indiretamente, ao complexo de reestruturação produtiva:

1. A série de racionalizações da produção que atingiu os países capitalistas nos anos 80, impulsionada pela recessão, decorrente dos ajustes neoliberais, obrigaram as empresas a cortar milhares de empregos de trabalhadores sindicalizados, levando, por conseguinte, à estagnação (ou declínio) dos efetivos sindicais de importantes categorias assalariadas do mundo do trabalho.

³ Chang e Sorrentino destacaram as dificuldades de pesquisas comparativas sobre o índice de sindicalização desses países, principalmente pelas diferenças nas técnicas de pesquisa e fontes de informação. Por exemplo, na Suécia e Dinamarca, os sindicatos administram os programas sociais para desempregados, o que significa que, mesmo estando desempregados, os trabalhadores assalariados tendem a aparecer como sindicalizados. Na Itália, por outro lado, trabalhadores por conta própria são incluídos como sindicalizados, etc. Por isso, ajustes são necessários para excluir, dos dados, principalmente, desempregados e trabalhadores por conta própria. Assim, o índice de sindicalização na Itália, sem o ajuste necessário, é de 65%, enquanto, com o ajuste, cai para 47%. Na Suécia e Dinamarca, sem o ajuste, tais índices seriam de 95% e 88%,

2. A constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho e a nova divisão internacional do trabalho, implicaram mudanças na composição da força de trabalho, que tendeu a migrar dos setores industriais, de maior densidade sindical, para os setores de serviços, cuja mobilização sindical é, historicamente, mais difícil. Nos anos 80, percebeu-se, por exemplo, o declínio (ou estagnação) de redutos tradicionais do sindicalismo nos países capitalistas centrais, tais como as indústrias siderúrgicas e indústrias automobilísticas (que se expandiram para o Terceiro Mundo industrializado).

3. Chang e Sorrentino salientam o crescimento do subproletariado tardio – o trabalho precário, por tempo parcial ou temporário – ocorrido, principalmente, na França e no Japão. Tal parcela da classe dos trabalhadores assalariados é pouco suscetível de sindicalização.

Por outro lado, a nova constituição do mundo do trabalho implicou uma proporção crescente de mulheres na composição da força de trabalho, contribuindo para o declínio dos níveis de sindicalização, na medida em que a taxa de sindicalização de mulheres sempre se manteve abaixo da taxa de sindicalização dos homens (exceto na Escandinávia).

O que se observa é que as determinações estruturais da crise do sindicalismo moderno nos países capitalistas centrais vinculam-se de certo modo, à instauração de um novo (e precário) mundo do trabalho decorrente do complexo de reestruturação produtiva.

É claro que não podemos desprezar, como observam Chang e Sorrentino, algumas determinações de ordem político-institucional, que contribuíram, mais ainda, para o declínio sindical. Por exemplo, as políticas governamentais de cunho neoliberal que, através de medidas legislativas, limitaram, de modo direto (ou indireto), o poder sindical nos

respectivamente, enquanto que, com o ajuste, cairiam para 84% e 75%.

anos 80. Deste modo, o governo conservador de Thatcher no Reino Unido é um exemplo manifesto de intervenção direta do governo sobre o movimento sindical. Por outro lado, a desregulamentação do setor de transportes e das linhas aéreas nos EUA, por exemplo, provocou intensa competição entre as empresas sindicalizadas e não-sindicalizadas nesse setor. É um exemplo indireto de adoção de legislação liberal, que tende a enfraquecer, através dos mecanismos de mercado, o poder sindical.

O que procuramos salientar, portanto, é que o complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” é o toyotismo, promoveu uma série de metamorfoses no mundo do trabalho, que afetaram a forma de ser da classe trabalhadora, principalmente da classe operária industrial, em que se desenvolveu o sindicalismo moderno, de classe, tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada. Tais transformações do mundo do trabalho, por outro lado, afetaram intensamente os organismos sindicais em escala mundial:

A fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe-que-vive-do-trabalho questiona na raiz o sindicalismo tradicional e dificulta também a organização sindical de outros segmentos que compreendem a classe trabalhadora. (Antunes, 1995:62)

É a partir da “desestruturação do mundo do trabalho”, caracterizado pela “insegurança do trabalho” em vários níveis – insegurança no mercado de trabalho, insegurança no emprego, insegurança na renda, insegurança na contratação e insegurança na representação – que tende, cada vez mais, de acordo com Mattoso, a colocar os sindicatos “na defensiva, enfraquecendo suas práticas

reivindicativas de conflito e negociação e, na grande maioria dos casos, reduzindo seus níveis de sindicalização.” (Mattoso, 1995: 102).

A própria constituição de um novo patamar de “exclusão social”, o desemprego estrutural e a subproletarização tardia, no bojo de um novo (e precário) mundo do trabalho, tende a debilitar – e colocar novas provocações – para a prática sindical tradicional. Na verdade, a crise do sindicalismo moderno, é a crise de um modo de organização burocrática da classe, de cariz vertical e corporativo, que predominou no período da grande indústria nos países capitalistas centrais. Uma prática sindical corporativa que limitou-se às lutas econômicas (e políticas) no interior da lógica da mercadoria (Bihr, 1990).

– O Complexo político-ideológico:

A Miséria do Neocorporativismo

É comum caracterizar a crise do sindicalismo sob a mundialização do capital apenas como sendo uma crise de representação sindical (como parece sugerir Mattoso, por exemplo). Ora, o declínio lento (ou acelerado) do poder sindical é tão-somente um aspecto contingente – embora não menos essencial – do processo de crise do sindicalismo moderno. Ele se vincula à lógica estrutural do desenvolvimento capitalista e à nova ofensiva do capital na produção, com o complexo de reestruturação produtiva tendendo a debilitar, cada vez mais, o mundo do trabalho assalariado.

Entretanto, um outro aspecto da crise do sindicalismo moderno – tão importante quanto o sócio-institucional – é o aspecto político-ideológico. Deste modo, a crise do sindicalismo se caracterizaria não apenas pelo declínio da sindicalização, mas, principalmente, pela intensificação das estratégias sindicais neocorporativas, de cariz

setoriais, onde a dimensão classista é abandonada em prol de práticas sindicais voltadas para a mera preservação de interesses de segmentos organizados do proletariado industrial (ou de serviços). Estamos diante, portanto, de uma determinação reflexiva da crise do sindicalismo. A miséria do neocorporativismo de cariz setorial, é um sintoma, em si, da crise do sindicalismo, além de contribuir, em seu desenvolvimento, para o seu aprofundamento.

Após 1945, as estratégias sindicais nos países capitalistas centrais têm se caracterizado pelo predomínio do neocorporativismo societal, que surge como um arranjo de interesses de corporações, articulados pelo Estado capitalista, voltados para a reprodução da acumulação do capital. É a demonstração cabal do compromisso sindical com as regras do jogo das economias de mercado. É a partir daí que se aprofunda o processo de burocratização sindical.

Em sua gênese histórica, a burocratização sindical, enquanto tendência intrínseca à práxis corporativa, contribuiu, enquanto determinação reflexiva, para a própria crise dos partidos operários (e socialistas), pressionando-os na direção da preservação da ordem capitalista. Por outro lado, a própria crise dos partidos operários (e socialistas), em sua dimensão político-ideológica, concorreu para a crise do sindicalismo moderno, contribuindo para a incapacidade de ação estratégica dos sindicatos.

Sob o período da mundialização do capital, o espírito neocorporativo tende a assumir uma nova dimensão política-ideológica, intensificando-se, em virtude da própria natureza da crise capitalista. Ele se transforma numa dimensão restrita de neocorporativismo social, um neocorporativismo de cariz setorial. Como já observou Brunhoff, sob a crise do capitalismo, incrementa-se, como um processo natural, a concorrência – e a desigualdade – entre os operários: "...é a pressão da

concorrência que gera reações 'corporativas' " (Brunhoff,1985:92). Ora, o neocorporativismo de cariz setorial é o desdobramento – no plano político-ideológico, da concorrência entre os operários, quando falta uma saída coletiva (ou um horizonte político mais amplo, em virtude da crise dos partidos operários). Deste modo, em vez de as entidades sindicais articularem interesses gerais da classe, agregando a classe como um todo, ela tende a promover apenas articulações verticais, de categorias assalariadas, muito bem organizadas, fortes e ativas, mas cuja força organizacional está associada ao peso e importância dos setores da indústria (ou dos serviços) aos quais elas – as entidades sindicais – estão vinculadas.

Além disso, a ação sindical – como a greve, por exemplo – tende a manter-se meramente nos limites da reivindicação profissional, incorporando a lógica do capitalismo organizado, reproduzindo (e intensificando) a fragmentação da classe do trabalho, circunscrita a uma dimensão de intervenção social cada vez mais excludente e parcelizada, "que se intensifica frente ao processo de fragmentação dos trabalhadores, em vez de procurar novas formas de organização sindical que articule amplos e diferenciados setores que hoje compreendem a classe trabalhadora." (Antunes, 1995:64)

Na verdade, a estratégia do neocorporativismo de cariz setorial tende a se ampliar sob o período de crise do capital, privilegiando a fragmentação da classe trabalhadora por empresas, o fracionamento horizontal da sociedade do trabalho, a debilitação da solidariedade de classe. Procura cultivar o espírito de parceria com o capital, desenvolvendo estratégias sindicais pró-ativas – ou então propositivas – compatíveis com a lógica do toyotismo, o que tende a promover a confusão, no plano da consciência necessária de classe, dos interesses dos trabalhadores com os da empresa onde trabalham. Abandona-se,

deste modo, em maior ou menor proporção, o sindicalismo de classe, de massas e de indústria, com suas ações e práticas de greves generalizadas. É um tipo de estratégia sindical que se adequa à natureza contingente do sindicalismo (e de seus “limites”) sob períodos de crise capitalista, adapta-se meramente à conjuntura de crise do mundo do trabalho, que assume, hoje, uma dimensão estrutural.

A burocratização – e fragmentação institucional – dos aparatos sindicais do trabalho assalariado, sob uma situação de crise, tendem a prejudicar uma percepção de saída coletiva. Entretanto, em maior ou menor proporção, é possível vislumbrar, nos anos 90, novos movimentos sindicais de massa na luta contra o desemprego e as políticas neoliberais, principalmente na Europa Ocidental, que indicam uma tentativa de renascimento sindical de massa, apesar da diminuição dos assalariados sindicalizados e das práticas sindicais neocorporativas predominantes (nos EUA, a nova direção da AFL–CIO parece dar alento de um novo crescimento da militância sindical) (Moody, 1997).⁴

Sob o cenário de crise do sindicalismo moderno, tendem a predominar o modelo norte-americano ou o modelo japonês de sindicalismo. Em primeiro lugar, EUA e Japão são países capitalistas onde a classe operária é mais frágil (Navarro, 1993). Depois, são os países capitalistas centrais onde a dimensão político-ideológica da crise do sindicalismo se expressaram de modo precoce (desde os anos

⁴ Observamos, no período pós-II Guerra Mundial, a institucionalização plena dos sindicatos à ordem do capital, o primado da negociação coletiva nos principais países capitalistas (algo que já possui precedentes históricos no trade-unionismo inglês do século XIX e já é visível, nos primórdios do século XX, em vários países capitalistas, onde a “burocratização sindical” já era denunciada por Gramsci e Trotsky nos primórdios do século XX). Mas é apenas no pós-II Guerra Mundial que podemos constatar uma “nova institucionalidade” para os sindicatos, principalmente nos países capitalistas centrais, onde instaurou-se um novo tipo de compromisso capital-trabalho, através do Estado Social denominado “Welfare State”, resultado histórico da luta de classes. Surge, deste modo, o que alguns autores denominam compromisso fordista, expressão maior da nova institucionalidade sindical (Boyer, 1988).

cinquenta). O traço comum do que poderíamos denominar “sindicalismo de crise” é a institucionalização da fragmentação da classe, é o privilegiamento da captura da subjetividade operária, seja pela empresa, no caso do modelo japonês; ou pelo mercado, no caso do modelo norte-americano. Eles representam, no aspecto político-institucional, os tipos de sindicalismo mais adequados à lógica do capital na era da mundialização, tendo em vista que, mais do que nunca, consideram o sindicato, em maior ou menor proporção, como um mero “bureau” de mercantilização (e controle) do trabalho, sem orientação classistas (algo que se contraste, portanto, com o modelo alemão ou modelo sueco, onde ainda persiste um tipo de institucionalidade do trabalho, através do *Welfare State*).

3.2 Um Novo Americanismo?

Nos anos trinta e quarenta, surgiu, nos EUA e no Japão, um sindicalismo industrial classista, insubmisso à ordem do capital: a CIO, nos Estados Unidos, e o sindicalismo industrial, no Japão. Foi a derrota política (e sindical) da rebeldia operária nos anos quarenta e cinquenta, nos pólos do capitalismo tardio, que conduziram o sindicalismo a uma maior integração à ordem capitalista (é claro que ocorreram, nos anos quarenta e cinquenta, verdadeiros ataques a sindicatos classistas, combativos, insubmissos à lógica do capital, não apenas nos EUA e Japão, mas na Alemanha Ocidental, Itália, Grã-Bretanha, França e Países Baixos):

A derrota dos movimentos operários radicais que ressurgiram no período pós-guerra imediato, por exemplo, preparou o terreno político para os tipos de controle do trabalho e de compromisso que possibilitaram o fordismo... Nos Estados Unidos, onde a Lei Wagner de 1933 tinha dado aos sindicatos poder no mercado (com o reconhecimento explícito de que os direitos de negociação coletiva eram essenciais para a resolução do

problema da demanda efetiva), em troca do sacrifício no campo da produção, os sindicatos viram-se sob um ataque virulento nos anos do pós-guerra por uma pretensa infiltração comunista e terminaram por ser submetidos a uma disciplina legal estrita pela Lei Taft-Hartley de 1952 (lei promulgada no auge do período macarthista...)." (Harvey, 1993:127-128)

A nova institucionalidade sindical, surgida a partir do surgimento da AFL-CIO, nos EUA, e do sindicalismo de empresa, no Japão, em meados dos anos 50, significou que os sindicatos tenderiam a não mais pleitear o controle do local de trabalho, deixando-o portanto sob a completa intervenção do capital. Em troca, concentravam a sua demanda nos salários reais indexados com a inflação passada e participação nos ganhos de produtividade – o que caracteriza o denominado compromisso fordista (Armstrong, Glyn e Harison, 1984).⁵

No caso da Europa Ocidental, é possível dizer que a constituição de um compromisso fordista possui particularidades sócio-históricas vinculadas às tradições de lutas sociais e políticas, de partidos operários de cunho socialista (ou trabalhista) com força política relativa, que impediram (ou criaram obstáculos) à deterioração do poder sindical, pelo menos tal como ocorreu a partir dos anos quarenta e cinquenta nos EUA (ou no Japão). Por exemplo, o poder sindical manteve-se intacto na Grã-Bretanha, um país do "fordismo falho ou defeituoso" (Boyer), pelo menos até os anos 70, quando os conservadores, sob a liderança de Thatcher, assumiram o poder político e adotaram uma política neoliberal, que distinguia como um de seus principais objetivos destruir o sindicalismo

⁵ A mudança da estratégia dos sindicatos, que é predominante, no caso dos EUA, a partir dos anos 50, determinou, de certo modo, a consolidação de um tipo burocrático de organização interna (a fusão AFL-CIO, ocorrida em 1954, marca o início de um sindicalismo industrial moderado, parceiro do capital oligopolista). No caso do Japão, para a implantação de um novo sindicalismo, mais integrado à empresa, ocorreu uma derrota histórica do sindicalismo de indústria, em 1953, quando o sindicalismo classista é destruído e, no caso da Toyota, instituído um "sindicalismo de empresa", conivente com o complexo de reestruturação produtiva. (Coriat, 1988: 45-46).

inglês. Além disso, o sindicalismo na França, Itália, Alemanha e Escandinávia, vinculados a partidos socialistas, sustentáculos do *Welfare State*, mantiveram seu poder político, pelo menos nos anos 60 e 70, enquanto vigorou o compromisso fordista.

De certo modo, o compromisso fordista, que decorria de um novo arranjo institucional de interesses entre capital e trabalho assalariado, significou um aprofundamento da integração sindical à ordem capitalista, da sua rendição à lógica do capitalismo tardio, às custas da participação de parcelas da classe operária na sociedade de consumo. É possível dizer que o compromisso fordista continha as próprias determinações da crise do sindicalismo, não ainda em sua dimensão sócio-institucional, mas em sua dimensão político-ideológica (o caso precoce de crise do sindicalismo moderno ocorreu nos EUA, onde, a partir dos anos cinquenta, observa-se um declínio sócio-institucional do sindicalismo).

A nova integração dos sindicatos à ordem capitalista e a “sacralização” de seus limites no interior da ordem mercantil é que podem explicar a constituição do que Bernardo denominou “capitalismo dos sindicatos”. Ele surgiria como uma decorrência natural da sua burocratização submissa à lógica do dinheiro. O declínio relativo da sindicalização – ou das lutas sindicais e operárias – tende a não causar séria preocupação aos sindicatos que administram uma imensa massa monetária objeto de perpétua valorização no mercado de capitais e de investimentos (os fundos de pensões administrados por sindicatos nos EUA, por exemplo, teriam cerca de U\$ 1 bilhão de dólares em 1985). Pelo contrário, a perpetuação do capital sindical, através da manutenção da harmonia de classe, pode tornar-se a obsessão dos dirigentes sindicais, alguns deles alçados – no caso do sindicalismo nos EUA – à própria administração de empresas (o que não impede que, para assumirem seu papel de gestores do trabalho no reino da mercadoria,

precisem agir, às vezes, com um vigor combativo). Nessa perspectiva, a crise do sindicalismo é uma admissão, pelos sindicatos, do seu papel de gestores do capital, da sua inserção nos limites restritos do capitalismo (Bernardo, 1987).

Índice de Sindicalização nos EUA
(% da Força de Trabalho)

	Taxa de Sindicalização
1930	6,8
1935	6,7
1940	15,5
1945	21,9
1950	22,3
1955	25,2
1960	23,6
1965	22,7
1970	22,6
1975	20,7
1980	20,9

Dados: Goldfield, 1989

É possível considerarmos os EUA o país do "fordismo genuíno" (Boyer), como um tipo paradigmático para compreendermos a trajetória do sindicalismo sob o período da grande indústria. É claro que o sindicalismo nos EUA possui particularidades nacionais ligadas à sua trajetória histórico-cultural. Por exemplo, a ideologia do mercado e dos valores liberais assumiram um poder hegemônico nos EUA que, muitas vezes, vieram acompanhados pela coerção violenta de classe,

impedindo a instauração de um sindicalismo – ou partido – classista de cariz socialista ou trabalhista, tal como na Europa Ocidental. Além disso, como poderosas burocracias passaram a incorporar as mazelas de corrupção.

Entretanto, é possível dizer que é nos EUA, o país capitalista onde a lógica do “moinho satânico” (Polanyi) adquiriu feições hegemônicas, que ocorreu o desdobramento pleno (e precoce) da crise do sindicalismo moderno, seja em sua dimensão político-ideológica ou em sua dimensão sócio-institucional. A crise do sindicalismo que atinge os principais países capitalistas, apenas expressa algo que adquiriu dimensões precoces na civilização do capital nos EUA (a partir dos anos cinquenta). É por isso que poderíamos considerá-la como sendo, na verdade, a expressão de um “novo americanismo”. Por exemplo, desde 1954, pode-se constatar um princípio de crise do sindicalismo nos EUA em sua dimensão sócio-institucional, com o declínio de taxas de sindicalização na indústria, que atingira nessa época, seu patamar mais elevado (cerca de 25,4%). A partir daí, ela decresce, lenta, mas com persistência, em virtude de processos estruturais ligados à lógica de desenvolvimento capitalista, que atingem o mercado de trabalho (o crescimento dos serviços e a instalação de indústrias no exterior, típicas de uma economia capitalista *par excellence*, já mundializada, desde os anos sessenta, no plano produtivo). É precoce a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho no pólo mais desenvolvido do capitalismo mundial. O lento declínio, que sucede à bancarrota político-ideológica dos anos 50, irá se desdobrar, nos anos setenta e oitenta, num novo patamar de crise do sindicalismo, sob o complexo de reestruturação produtiva, da ofensiva do capital na produção, apoiado por políticas neoliberais da era Reagan.

3.3 A Nova Posição dos Limites Histórico–Ontológicos do Sindicalismo

A crise do sindicalismo sob a mundialização do capital pode ser considerada um desdobramento lógico (e histórico-ontológico) dos próprios limites do sindicalismo. Existe um vínculo estrutural entre prostração do poder sindical, considerado como uma práxis sócio-histórica interna à própria lógica do capital, e desenvolvimento do capitalismo tardio, cujo patamar superior é dado pela mundialização do capital (e cujo componente intrínseco é dado pelo complexo de reestruturação produtiva)⁶.

Apesar da importância sócio-histórica dos sindicatos na resistência do trabalho assalariado à sanha do capital, haveria um limite estrutural da práxis sindicalista: ela tenderia a permanecer, em virtude de uma inércia estrutural, no horizonte da mercadoria e, portanto, seria incapaz de romper, por si só, a lógica da acumulação do capital. Por outro lado, o próprio desenvolvimento da acumulação capitalista tenderia a debilitar o mundo do trabalho organizado, principalmente se ele se mantivesse, em sua prática sócio-histórica, no interior da lógica da mercadoria, não se vinculando a movimentos sociais (e políticos) capazes de erigir obstáculos à sanha do capital, e ir mesmo além dela.

De certo modo, a produção capitalista avança, reduzindo a participação relativa da classe dos trabalhadores assalariados no produto social. É claro que, no plano da política, a constituição de um

⁶ Desde os clássicos do século XIX, tais como Karl Marx e Friedrich Engels (a partir da crítica da economia política), até Rosa Luxemburg (e Antonio Gramsci), no século XX, as críticas do sindicalismo possuem um caráter histórico-ontológico - e não apenas político-ideológico (Alves, 1997).

Estado social, o *Welfare State*, com o apoio dos sindicatos, contribuiu para que, no período do pós-guerra, a participação do trabalho na renda nacional nos principais países capitalistas aumentasse. Só que apenas em termos relativos, pois ela não acompanhou o crescimento da acumulação do capital oriunda do desenvolvimento crescente da produtividade do trabalho (em virtude, principalmente, da III Revolução Tecnológica). O aumento das inovações técnicas na produção, que propiciavam o aumento da produtividade do trabalho, instaurou a “lei da queda tendencial do salário relativo” (Luxemburg), um “poder completamente invisível, uma ação simplesmente mecânica da concorrência e da produção de mercadorias”, que deixa aos operários uma porção cada vez menor – *em termos relativos* – da riqueza social produzida. Contra a “queda invisível do salário relativo”, os sindicatos – e mesmo seu Estado social – nada poderiam fazer:

A luta contra a queda do salário relativo não é já uma luta que se desenvolve no terreno da economia mercantil, mas sim um assalto revolucionário, subversivo, contra a existência desta economia, é o movimento socialista do proletariado. (Rosa de Luxemburg *apud* Rosdolsky, 1986).

Sob a mundialização do capital, podemos constatar não apenas a incapacidade de ação dos sindicatos contra a “lei da queda tendencial do salário relativo”, mas é a própria dimensão de resistência do trabalho, a materialidade da ação sindical, o “ser-precisamente-assim” da práxis sindical, que hoje é debilitada pela ofensiva do capital na produção. De certo modo, ela é parte intrínseca da própria crise do mundo do trabalho, da crise política do Estado social – o *Welfare State*, apoiada pelos sindicatos.

Deste modo, os limites do sindicalismo, sob a mundialização do capital, surgem como crise “estrutural” do sindicalismo, e não apenas

crise “conjuntural” (tal como ocorreu em outros períodos de desenvolvimento da luta de classes – por exemplo, na década de 1870, quando a crise capitalista debilitou os velhos sindicatos de ofícios e impulsionou a constituição do “sindicalismo de massa” na Grã-Bretanha, conhecido como *new unionism* (Hobsbawn, 1984); e na década de 1930 em alguns países capitalistas, quando a depressão mundial e o fascismo debilitaram o sindicalismo de classe (Laserre, 1988)).

A crise estrutural do sindicalismo não representa o *débâcle* irremediável da organização sindical do trabalho assalariado (como alguns críticos liberais parecem insinuar). O que presenciamos com a crise do sindicalismo moderno é apenas a transformação estrutural de seu caráter sócio-político sob o peso das novas provocações do capital (o mesmo pode ser dito para o Estado social, que sob a mundialização do capital, tende a assumir uma nova objetivação político-institucional).

O que coloca um problema político-ideológico crucial do sindicalismo sob a mundialização do capital: o desenvolvimento do sindicalismo vai ocorrer numa perspectiva de mera adaptação à nova ordem do capital, onde o sindicato deve tornar-se um apêndice do capital, um mero gestor da participação dos trabalhadores na produção do capital, assumindo um cariz neocorporativo, estreito (e excludente), perdendo seus laços políticos com a luta pela emancipação social e econômica do trabalho, ou vai ocorrer numa nova perspectiva classista, capaz de reconstituir novos *locis* organizativos de resistência do trabalho assalariado, em escala planetária, apoiando a instauração do Estado social, com novos vínculos com movimentos sociais de contestação à nova ordem capitalista ? De certo modo, tal resposta não depende da práxis sindical em si, mas de algo que a determina: a práxis política (e ideológica) da classe. Deste modo, a crise do sindicalismo é a crise da

política da classe em seu movimento de instauração de obstáculos à sanha da valorização do capital.⁷

⁷ A práxis sindical é um complexo contraditório, em que ocorre a mediação entre "alcances" e "limites" da resistência do trabalho, no interior - e apenas dentro dela - da ordem do capital. Na perspectiva socialista, caberia à forma sindicato articular as dimensões contraditórias da natureza do trabalho assalariado e vinculá-la a movimentos políticos mais amplos, capazes de ir além da lógica da mercadoria (salientado a natureza contraditória da fonte de mais-valia, Marx dizia que a força de trabalho é uma mercadoria, mas não é uma mercadoria qualquer).

Parte 2

**Reestruturação Produtiva e Mundo do
Trabalho no Brasil:
Do Toyotismo Restrito ao
Toyotismo Sistêmico**

capítulo anterior: desenvolvimento

4

Desenvolvimento Capitalista e Reestruturação Produtiva no Brasil – Uma Perspectiva Histórica

É nosso objetivo apresentar, na Parte II, um panorama do desenvolvimento do complexo de reestruturação produtiva no Brasil, que surge nos anos 80 e toma impulso na década seguinte, e de seus impactos sobre a objetividade (e subjetividade) do mundo do trabalho. A nossa principal hipótese é que acontece, no decorrer dos anos 90 no Brasil, a passagem de um toyotismo restrito para um toyotismo sistêmico. Desenvolve-se, deste modo, uma nova ofensiva do capital na produção, com impactos decisivos sobre o mundo do trabalho. Temos a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho, caracterizado pela fragmentação de classe, no interior do pólo “moderno” do proletariado brasileiro organizado. É a partir daí que se desenvolve uma

crise do sindicalismo brasileiro, cuja principal característica é a debilitação da postura classista e da consolidação de práticas sindicais neocorporativas de cariz propositivo.

Para podermos apreender os impactos do novo complexo de reestruturação produtiva sobre o mundo do trabalho no Brasil, escolheremos, como objeto de análise, o seu pólo industrial mais desenvolvido, em que é possível discernir as principais tendências de desenvolvimento do processo de ofensiva do capital na produção e da constituição de uma nova objetividade (e subjetividade) do trabalho. Deste modo, nos concentrar-nos-emos em um dos mais importantes pólos industriais no Brasil: o complexo automotivo da região do ABC paulista, no qual se desenvolvem – e se propagam – as novas estratégias de produção capitalista. Acrescente-se ainda que, além de ser, uma das principais bases do “novo sindicalismo”, essa região é o berço histórico das correntes operárias da CUT e do PT.

No decorrer da nossa exposição, quando procuraremos caracterizar a gênese (e o desenvolvimento) do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil, manteremos um intenso diálogo com a produção científica da sociologia do trabalho. A partir dos anos 80, ela acumulou um vasto lastro empírico de considerações sobre o avanço das novas estratégias produtivas no país. O rastreamento das impressões sociológicas, não apenas de sociólogos, mas de economistas (ou engenheiro de produção), constituirá, em sua maior parte, a principal base empírica da nossa exposição.

O nosso objetivo geral é sistematizar, a partir de uma perspectiva crítica, os principais aspectos do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil, compreendido como uma nova ofensiva do capital na produção. Consideramos o toyotismo como o “momento predominante” do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil,

que ocorre a partir dos anos 80. Em seu desdobramento complexo nas condições de um país da periferia capitalista, como o Brasil, o toyotismo tende a assumir particularidades concretas que procuraremos caracterizar pela passagem de um “toyotismo restrito” para um “toyotismo sistêmico”, que expressa a constituição lenta (e contraditória) de uma nova hegemonia do capital na produção e o desenvolvimento de um novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil.

É importante ressaltar que o desenvolvimento do “toyotismo sistêmico”, no marco da particularidade sócio-histórica do capitalismo brasileiro nos anos 90, é caracterizado, por um lado, pela amplitude (e intensidade) dos nexos contingentes do toyotismo, voltados para a captura da subjetividade operária, e, por outro lado, pela preservação da superexploração do trabalho como dimensão estrutural da própria acumulação capitalista no Brasil e a reprodução ampliada de uma nova precariedade (e exclusão) no interior do mundo do trabalho.

4. 1 Uma Perspectiva Histórica

Consideramos importante traçar, a título de introdução, uma perspectiva histórica dos surtos de reestruturação produtiva no Brasil pós-1945, vinculando-os, principalmente, ao desenvolvimento (e crise) do capitalismo industrial no Brasil. O nosso objetivo é tentar salientar o sentido histórico do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil, que toma impulso sob a era neoliberal.

No presente capítulo, procuraremos situar, em primeiro lugar, os vários processos de reestruturação produtiva no país, principalmente de Kubitschek a Cardoso, como algo intrínseco à própria lógica complexa (e contraditória) do desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, sob as condições determinantes do capitalismo mundial. São verdadeiras

ofensivas do capital na produção que tendem a constituir e reconstituir a objetividade (e subjetividade) do trabalho.

Após 1945, surge o primeiro surto de reestruturação produtiva no Brasil, vinculado à instauração da grande indústria de perfil taylorista-fordista. Ele se desenvolve a partir de meados dos anos 50, sob o governo Kubitschek, representando a época do desenvolvimentismo. Depois, o segundo surto de reestruturação produtiva ocorre na época do “milagre brasileiro”, sob a ditadura militar, na passagem para os anos setenta. Na verdade, ele é decorrência dos impulsos da industrialização, constituídos em meados da década de 1950. Finalmente, o terceiro – e atual – surto de reestruturação produtiva vincula-se à época de crise do capitalismo brasileiro, com o predomínio de um novo padrão de acumulação capitalista – a acumulação flexível – cujo “momento predominante” é o toyotismo. Ele ocorre a partir dos anos 80, impulsionando-se na década seguinte – os anos 90 sob o era neoliberal. É o que denominaremos novo complexo de reestruturação produtiva, sendo vinculado à III Revolução Industrial, à proliferação dos novos paradigmas de organização industrial.

O que procuramos salientar é que, do ponto de vista do mundo do trabalho, o novo complexo de reestruturação produtiva possui um potencial de regressividade histórica, em virtude de promover a debilitação da sociabilidade contestatória da classe, a precarização da base social do sindicalismo de massa, cujo desenvolvimento ocorreu sob o período da “industrialização substitutiva”. Na verdade, é a partir do novo surto de reestruturação produtiva que surge, com maior vigor, a crise do sindicalismo, a crise de um sujeito histórico capaz de pôr obstáculos à superexploração do trabalho (um dos traços estruturais do capitalismo retardatário no Brasil).

O novo complexo de reestruturação produtiva que se desenvolve nos anos oitenta e noventa no Brasil, contrasta, por exemplo, com o surto de reestruturação produtiva que ocorreu, a partir de meados dos anos 50, sob o governo Kubitschek. A partir de então, criaram-se no país, as bases materiais de uma modernidade hipertardia, que instaurou uma nova sociabilidade do trabalho urbano-industrial, vinculada à grande indústria de cariz taylorista-fordista. Surgiu o operário-massa com seu potencial contestatório à superexploração do trabalho.

4.2 As Bases da Modernidade Hipertardia no Brasil

É apenas na década de 1930 que o capitalismo no Brasil tende a se integrar no processo da II Revolução Industrial, ainda como uma "industrialização restringida"; razão pela qual alguns autores o consideram um capitalismo hipertardio, que segue uma trajetória distinta dos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, de caráter clássico; ou da Alemanha e do Japão, de caráter tardio (Chasin, 1985). Na verdade, o processo de industrialização brasileira desenvolve-se sob a determinação estrutural do capitalismo mundial, sem nunca ter conseguido romper sua condição de país subordinado aos pólos do capitalismo desenvolvido.

Em meados os anos 50, com o Plano de Metas, sob o governo Juscelino Kubitschek, ocorre um vigoroso processo de acumulação de capital no país. O aprofundamento da abertura da economia ao capital estrangeiro, sob a forma de investimento direto, acompanhada e amparada pelo investimento público – energia, transportes, etc., irá promover, entre 1956 e 1961, um pronunciado salto no processo de "industrialização pesada" (Cardoso de Mello, 1984).

É a partir daí que se constitui um novo tipo de objetivação do capitalismo industrial no Brasil, uma nova base material de acumulação do capital no Brasil, adequada à lógica do capitalismo mundial do pós-II Guerra Mundial, que tende a restabelecer, num novo patamar histórico, a relação centro–periferia. É em seu bojo que irrompe, com maior amplitude, um surto de reestruturação produtiva, sob o predomínio do padrão taylorista–fordista, que tende a constituir um novo mundo do trabalho, um novo proletariado metalúrgico, vinculado a indústrias produtoras de bens de consumo duráveis (cujo maior exemplo é o complexo automotivo no país, sediado na região do ABC paulista).

Subjacente à constituição dos novos pilares da modernização hipertardiada no Brasil, ocorria, no plano mundial, um novo período da internacionalização do capital, que instaurava uma nova divisão internacional do trabalho. A nova etapa de internacionalização do capital ocorria não apenas em sua dimensão comercial, com o incremento dos circuitos de mercadorias e de capitais, mas em sua dimensão produtiva – os países do capitalismo central começam a deslocar seus aparelhos industriais para a periferia do sistema capitalista mundial:

...agora, a industrialização das economias dependentes entrava na divisão internacional do trabalho do mundo capitalista como uma nova forma de expansão desse sistema, elevando-se do antigo patamar de produtores de matérias-primas versus produtores de manufaturas para produtores de manufaturas de consumo *versus* produtores de manufaturas de bens de produção. (Oliveira, 1989:83)

No Brasil, ocorre uma mudança no eixo estratégico do seu processo de industrialização, com um redirecionamento do padrão de acumulação de capital no sentido da ampliação, não mais do setor de produção de capitais, mas sim do setor de produção de bens de consumo duráveis, sob propriedade do capital estrangeiro (o departamento III da economia, na acepção dos esquemas de

reprodução de Marx). O setor de produção de bens de consumo duráveis, liderados pelo complexo automotivo, tornar-se-ia o pólo "dinâmico" da nova industrialização brasileira. Seria em torno das novas grandes empresas da indústria automobilística (ou ainda, da indústria de eletrodomésticos e eletroeletrônica) que iriam circular as pequenas e médias empresas industriais, a maioria delas localizadas em São Paulo (ou ainda, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais).

Deste modo, de 1956 a 1961, desenvolve-se no Brasil um complexo de reestruturação produtiva, voltado para a realização da grande indústria de cariz taylorista-fordista, da vinculação do país às promessas da modernidade urbano-industrial. Ocorre o crescimento do proletariado industrial moderno, vinculado à linha de montagem, com um potencial de desenvolvimento de uma consciência de classe.

A instalação com um "só golpe" do Departamento III da economia, o setor de produção de bens de consumo duráveis, promoveu uma reestruturação do aparelho industrial no país, um crescimento acelerado da capacidade produtiva, um salto qualitativo com respeito à tecnologia vinculada à II Revolução Industrial, à organização industrial de cariz fordista-taylorista:

A implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, entre 1956 e 1961, correspondeu, ao contrário, a uma verdadeira "onda de inovações" schumpeteriana: de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo "salto tecnológico"; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda preexistente. (Cardoso de Mello, 1984: 117)

A instalação de imensas plantas industriais do capital internacional, concentrando uma massa de operários diretos e incentivando a criação de um complexo industrial (e de serviços), levou à constituição do "trabalhador coletivo" moderno no Brasil, que se tornaria o suporte material do sindicalismo de massa. Seria esta nova classe

operária que se insurgiria, nos anos 70, contra a superexploração do trabalho.

Ocorre um avanço da divisão social do trabalho no país, uma maior diferenciação da estrutura social, onde se destacam as novas classes assalariadas urbanas. Além do novo proletariado urbano, destacam-se as novas classes trabalhadoras não operárias – por exemplo, “uma nova classe média” – dedicadas à produção de serviços, exigência dos requerimentos da matriz técnico-institucional da produção.

Através do Plano de Metas, a partir de meados dos anos 50, o governo Juscelino Kubistchek, não só mudou o padrão de acumulação da economia brasileira, com o desenvolvimento da “industrialização pesada”, como redefiniu – e aprofundou – o papel do Estado, instaurando, de modo real, como unidade-chave do sistema social, a grande empresa capitalista industrial, seja de capital internacional (ou de capital nacional). A corporação internacional se tornaria então o principal “agente” da modernização tecnológico-organizacional no país.¹

O objetivo supremo do Estado desenvolvimentista, ou ainda, do Estado burguês tal como se constituiu no Brasil no período da “industrialização pesada”, era promover uma intervenção deliberada para a expansão da acumulação do capital industrial, que deveria se dar

¹ A expansão do capitalismo no Brasil não poderia deixar de estar apoiada no Estado. Desde 1930, o processo de modernização capitalista no Brasil ocorreu através do Estado, que promoveu um desenvolvimento compulsório do setor industrial. Em meados dos anos 50, sua ação é decisiva no processo de implantação do capital internacional no país, na inserção do capitalismo brasileiro na nova etapa do capitalismo mundial. Primeiro, por investir na ampliação e aperfeiçoamento da infraestrutura, principalmente de energia, para aumentar a capacidade de produção, e dos transportes, para colocar os produtos nos centros de consumo e a matéria-prima nos centros produtores. Em segundo lugar, por “...estabelecer as bases da associação com a grande empresa oligopólica estrangeira, definindo claramente um esquema de acumulação e concedendo-lhe generosos favores” (Cardoso de Mello, 1984:118). Constituiu-se naquele período histórico, em seus contornos essenciais, um novo padrão de financiamento do processo de acumulação capitalista no Brasil, centrado no tripé Estado, capital estrangeiro e capital nacional. É a instauração do Estado desenvolvimentista brasileiro.

a partir de uma nova inserção do capitalismo brasileiro no sistema do capitalismo mundial. É por isso que o papel de mediação do Estado é da máxima importância, principalmente se levarmos em consideração a sua particularidade histórica (o Estado desenvolvimentista como o "Leviatã" de uma "modernização conservadora")².

O capitalismo industrial, sob a direção do Estado desenvolvimentista, possuiu uma positividade histórica, não apenas do ponto de vista do capital, mas da perspectiva do trabalho: ele constituiu um processo civilizatório que assentou as bases materiais da modernidade, ainda que hipertardia, instaurando um novo patamar de industrialização (e urbanização). A partir daí, desenvolveu-se um mercado interno, as novas classes assalariadas e, principalmente, uma nova classe operária com um potencial contestatório de massa, capaz de impulsionar a democracia política (e social) no país. Surgiu uma nova sociabilidade do trabalho (e do capital) capazes de ir além dos preconceitos tradicionais locais e regionais (além é claro, de repor, num patamar superior, as contradições sócio-históricas).

² A constituição do novo padrão de acumulação capitalista no Brasil (o que Lipietz denominaria "fordismo periférico"), a partir de meados dos anos cinquenta, não é algo inteligível economicamente "em si", como algo já determinado pela nova divisão internacional do trabalho, pela lógica intrínseca do processo de acumulação do capital internacional (o que nos conduziria a um "economicismo" que isola a economia da política). Na verdade, as classes sociais - e as frações de classes - atuaram deliberadamente em busca da ampliação e consolidação de estruturas de dominação capazes de propiciar crescimento de novo tipo (Oliveira, 1971:48). É importante considerar, deste modo, o processo político, a dialética internas (e a luta) das classes sociais no interior do espaço nacional, a própria posição do Estado e suas relações com os agentes sociais internos (e externos), capazes de operar - e mediar -, por um lado, as necessidades da acumulação do capital, e, por outro lado, a pressão massiva das classes subalternas e os interesses da burguesia monopolista, nacional ou estrangeira, num novo período de internacionalização do capital.

4. 3 Ascensão e Crise do Capitalismo Industrial no Brasil

O desenvolvimento capitalista no Brasil alcançaria, de 1968 a 1973, índices de crescimento impressionantes. É o denominado “milagre brasileiro”, sustentado pela expansão do Departamento III, o setor de produção de bens de consumo duráveis. Outros “milagres capitalistas” ocorreriam alhures, tais como México e Coreia do Sul, demonstrando que o caso brasileiro vinculava-se a uma nova dinâmica do desenvolvimento do capitalismo mundial (Lipietz, 1987).

É sob o denominado “milagre brasileiro” que o novo padrão de acumulação do capital de cariz desenvolvimentista, instaurado em meados dos anos 50 iria alcançar o seu êxtase. O ABC paulista desponta como um dos principais pólos industriais do país, cujo maior símbolo é o complexo automotivo. Intensifica-se um novo surto de reestruturação produtiva com a ampliação das bases industriais vinculadas ao paradigma fordista-taylorista. Enquanto isso, nos países capitalistas centrais, sob o impulso da nova crise de valorização do capital, a partir de 1973, desenvolve-se a III Revolução Tecnológica, que impõe novos padrões de organização industrial, de cariz flexível. Como “momento predominante” do novo complexo de reestruturação produtiva, desenvolve, principalmente nos anos 80, o toyotismo.

No período da ditadura militar, a superexploração do trabalho no Brasil, iria assumir a sua maior perversidade histórica, articulando, por um lado, uma jornada prolongada de trabalho com uma intensidade extenuante do processo produtivo, e, por outro lado, uma tendência persistente à depreciação salarial, à constante subtração do *quantum* referente à remuneração do trabalho, em benefício do mais-valor apropriado pelo capital monopólico (Antunes, 1988:163). Um outro aspecto da superexploração do trabalho sob a ditadura militar era o

despotismo do capital no local de trabalho e a utilização de operários não-qualificados com alto grau de rotatividade na linha de produção (Humphrey, 1980; Carvalho, 1987; Fleury, 1985).

Após atingir seu ápice, o padrão de acumulação capitalista no Brasil de cariz desenvolvimentista experimentaria, a partir de 1974, a sua agonia, que se manifestaria abertamente nos anos 80.

É possível indicar, apenas a título de síntese, que a crise do capitalismo industrial no Brasil, que surge a partir de 1973, é a crise de um padrão de industrialização capitalista centrado na expansão do Departamento III – o setor de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc). Deste modo, é uma crise capitalista que não passa, de imediato, pelo esgotamento do padrão de organização do trabalho intensivo baseado nos princípios taylorista-fordista. Mesmo no decorrer dos anos 80, como iremos ver mais adiante, a metamorfose da superexploração do trabalho iria garantir, sob diversas formas, elevados patamares de lucratividade, articulando padrões tayloristas-fordistas no interior do novo paradigma industrial (denominado de toyotismo restrito).

Na verdade, a crise do capitalismo industrial no Brasil pós-1973 é uma crise do padrão da industrialização retardatária que exacerbou a contradição existente entre uma industrialização voltada para o mercado interno e o controle externo da propriedade do Departamento III (que requer o contínuo, e em elevação, retorno da fração dos lucros à circulação internacional do capital) (Oliveira, 1989).

No período do Estado desenvolvimentista, a industrialização retardatária, comandada pelo capital internacional, voltava-se para o mercado interno, protegido pela reserva de mercado, com os oligopólios internacionais (e nacionais) conseguindo um elevado patamar de lucratividade (principalmente em suas relações de "promiscuidade" com o Estado). Entretanto, era possível constatar, em seu desdobramento

histórico, uma contradição entre a industrialização voltada para o mercado interno e a nova etapa da economia capitalista mundial, caracterizada pela internacionalização do capital.

O incremento da industrialização no país, centrada nos setores de bens de consumo duráveis, tal como ocorre a partir dos anos 50, exigia a importação de bens de produção dos países capitalistas centrais, implicando, portanto, a necessidade de meios internacionais de pagamentos (no caso, dólares norte-americanos), que seriam adquiridos através do endividamento externo, propiciadas pela liquidez do mercado internacional nos anos 60 e 70. O limite da industrialização hipertardia era posto, portanto, pela sua condição de dependência à lógica do capital internacional, de acesso aos circuitos do capital financeiro internacional.

Portanto, em seu período de êxtase, o padrão capitalista de cariz desenvolvimentista criou seus próprios limites de crescimento ao incrementar a desproporcionalidade entre o Departamento III, o setor de bens de consumo duráveis, e o Departamento I, o setor de bens de produção. No período de 1968–1973, a expansão das importações de bens de capital (e intermediários) cresceu muito mais do que a produção interna, ocasionando a tradicional crise de balanço de pagamentos. Na mesma proporção, incrementa-se a remessa de lucros, dividendos, direitos de assistência técnica, juros de empréstimos, ocasionando uma crise na conta serviços. A recorrência ao capital financeiro internacional destinava-se a suprir o crescente déficit da balança comercial. A solução imediata é, mais ainda, a expansão mais ainda da dívida externa, capaz de propiciar os meios de pagamentos internacionais necessários para o retorno à circulação internacional de capital, dos lucros do capital internacional sediado no Brasil. Deste modo, o horizonte de

estrangulamento das contas externas tende a ameaçar a própria continuidade da expansão capitalista no país (Oliveira, 1989).³

Na perspectiva do Estado desenvolvimentista, preocupado em garantir a continuidade da reprodução interna do capital, a solução estratégica para se sair da contradição entre o progresso da industrialização e o problema dos meios de pagamentos internacionais foi dada pelo redirecionamento do padrão de industrialização no país para o Departamento I: o setor de bens de produção, com a implantação do II PND – o II Plano Nacional de Desenvolvimento. A produção proveniente do Departamento I criaria, ao exportar-se, os meios de pagamento internacionais, imprescindíveis para a reprodução capitalista no país.

O II PND, em 1976, sob o governo Geisel, tentou resolver, através da industrialização centrada na produção de bens de produção, o problema dos limites de uma industrialização voltada para o mercado interno, em um cenário de internacionalização do capital (que exige, portanto, a criação de meios de pagamentos internacionais). Mas a tentativa de completar a matriz industrial no Brasil, de inseri-lo, por completo, na II Revolução Industrial, encontrou limites:

Primeiro, em seus próprios alicerces – o padrão de financiamento do Estado desenvolvimentista:

Ao assumir um esforço de investimento muito superior à sua capacidade de arrecadação fiscal e à sua disponibilidade de recursos próprios, o Estado rompe a lógica que norteava o capitalismo brasileiro até então, sobreendividando-se em condições financeiras de alto risco e sem criar a correspondente capacidade de geração de divisas, que implicaria 'outra' conexão externa. (Goldenstein, 1994: 75)

³ Persiste ainda hoje, como uma espada de Dâmocles sob o processo de acumulação do capital no Brasil, a perspectiva de estrangulamento das contas externas; como uma ameaça à própria continuidade do novo ciclo de desenvolvimento no país instaurado pela era neoliberal, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso.

Segundo, é preciso observar que, nessa época, o cenário do capitalismo internacional era deveras hostil (principalmente após 1973). Ocorria uma nova crise do capitalismo mundial, que tendeu a promover uma instauração lenta (e contínua) de um novo padrão de acumulação do capital de cariz flexível. Alteravam-se as condições da concorrência capitalista no mercado mundial. Além disso, surgia um novo complexo produtivo vinculado à III Revolução Tecnológica. O que significava que, um Departamento I, preponderantemente orientado para as bases do paradigma tecnológico anterior (por exemplo, aço), que começava a ser ultrapassado no mundo capitalista central pelo desenvolvimento da nova base técnica – a microeletrônica – e os novos materiais (que substituíam, por exemplo, o aço), tenderia a encontrar sérias dificuldades de realização no mercado mundial.

Nos anos 80 ocorre a deterioração do cenário da economia capitalista no Brasil, caracterizada pela instabilidade macroeconômica – hiperinflação, recessão, ciranda financeira. A crise da dívida externa (1981–1982), a instauração da crise estrutural do balanço de pagamentos, o estrangulamento das contas externas, tendem a debilitar a reprodução interna de capital. A economia brasileira é colocada diante da necessidade desesperada de novos saldos na balança comercial, visando a adquirir meios de pagamentos internacionais para cumprir o serviço da dívida externa. Sob a imposição dos ajustes ortodoxos do FMI, com a tutela dos credores internacionais, o país se concentra no equilíbrio do balanço de pagamentos, adotando, para isso, políticas recessivas que deixam o circuito interno do capital paralisado. Ocorre a deterioração crescente do setor público, que se debilita ainda mais (paralelo à deterioração das condições sociais).

É na “década perdida” – os anos 80 – que o Brasil se torna um dos principais países exportadores, com uma pauta variada de produtos industriais exportados, redirecionando, portanto, a sua industrialização para o mercado externo, em busca de superávites na balança comercial (de certo modo, os investimentos públicos do II PND começaram a surtir resultados em meados dos anos 80).

É diante da nova situação da economia capitalista no Brasil, da crise do capitalismo hipertardiado em seu padrão de industrialização substitutivo de importações, que impulsiona-se um novo surto de reestruturação produtiva, vinculado à paradigmas de organização industrial incorporados à III Revolução Tecnológica. Um dos seus principais objetivos foi preparar a indústria brasileira para concorrer no mercado mundial, em busca de meios de pagamentos internacionais (em primeiro lugar, para saldar os compromissos da dívida externa e, depois, para garantir o retorno da parcela dos lucros das empresas transnacionais à circulação internacional do capital). Ocorre um novo impulso a inovações tecnológico-organizacionais nas principais indústrias do país. Surge, aos poucos, um novo padrão de flexibilidade vinculado ao toyotismo, que se desenvolve ainda, nos anos 80, como “toyotismo restrito”. É o que poderíamos salientar como sendo o início de um novo complexo de reestruturação produtiva, que assumiria um maior impulso apenas nos anos 90, indicando a constituição de um “toyotismo sistêmico”.

Mais uma vez, portanto, tal como ocorreu nos anos 50, um novo surto de reestruturação produtiva acompanhava o redirecionamento do padrão de acumulação capitalista no país, com impactos decisivos sobre o mundo do trabalho. Desta vez, o novo complexo de reestruturação produtiva vincula-se à III Revolução Industrial, à nova lógica da racionalização do trabalho sob a mundialização do capital – o toyotismo.

Ele representa uma nova ofensiva do capital na produção e uma nova lógica da superexploração do trabalho sob o capitalismo mundial.

4. As Transformações Neoliberais no Brasil dos Anos 90

A partir dos anos 90, de Collor a Cardoso, a política neoliberal surge como uma tentativa de recuperar (e promover) a reprodução interna do capital, debilitada no decorrer dos anos 80 pela incapacidade do Estado desenvolvimentista de ir além das armadilhas criadas por ele mesmo. Deste modo, procura-se instaurar um novo tipo de inserção internacional do capitalismo no Brasil, aproveitando, para isso, as condições propícias do mercado financeiro internacional. De certo modo, o novo ciclo de crescimento capitalista no Brasil, sob o governo Cardoso, não seria possível se não ocorresse diante de um panorama internacional propício para a retomada dos fluxos financeiros internacionais para o país.⁴ Através, por exemplo, da liberalização comercial, que acirra a concorrência capitalista no país, a política neoliberal procura-se dar um novo salto na concentração e

⁴ O que podemos denominar "política neoliberal" é um processo complexo de medidas de reforma da economia e do Estado capitalista no Brasil, capazes de propiciar uma transição à nova hegemonia do capitalismo monopolista no país, um novo padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil, vinculado a um modo de inserção dependente da economia brasileira em relação à mundialização do capital. Inicia-se com o governo Fernando Collor, em 1990, e prossegue, com maior eficácia política, com os Governos Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-1998). As principais características da política neoliberal no Brasil, cuja implantação é perseguida desde o governo Collor, são a liberalização comercial e o novo impulso no processo de privatização, reestruturação das políticas sociais, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, austeridade no gasto público, etc. São medidas capazes de reconstituir o Estado capitalista a serviço da nova lógica do capitalismo mundial. O que quer dizer que o neoliberalismo, considerado enquanto ideologia política da burguesia monopolista na época da mundialização do capital, não implica "negar" a centralidade do papel do Estado na economia capitalista, mas reconstitui-lo segundo a lógica das corporações transnacionais. Ou seja, o "Estado mínimo" para os neoliberais é, na verdade, o "Estado máximo" para o capital (Petras).

centralização do capital. A partir daí, ocorre a instauração de uma verdadeira onda de produtividade e qualidade nos setores industriais (e de serviços). É o desdobramento amplo (e intenso) do surto de reestruturação produtiva em um novo patamar histórico, um novo complexo de reestruturação produtiva, capaz de dar um novo ordenamento à estrutura produtiva – e de classes – no Brasil.

Além da liberalização comercial, impulsionada nos primórdios dos anos 90, sob o governo Collor, é necessário que a política neoliberal instaure medidas capazes de atrair uma nova onda de investimento de capitais no país. Procura-se dar incentivos para a constituição de novos horizontes para o investimento capitalista, principalmente do investidor internacional, capaz de trazer meios internacionais de pagamento, os dólares necessários para a nova decolagem do padrão de acumulação do capital (é importante salientar que, logo no início da década, ocorre uma mudança no cenário do capitalismo internacional: existe um novo fluxo de capitais sedentos de valorização nos mercados emergentes, tanto através de investimentos diretos – o capital produtivo –, como de investimentos financeiros – o capital especulativo). Por isso, em primeiro lugar, é preciso recompor o horizonte do cálculo capitalista, debilitado nos anos 80, pela persistente hiperinflação. Procura-se promover, como principal objetivo, a estabilização da moeda (tentou-se, em 1991, no Plano Collor e, com mais sucesso, em 1994, com o Plano Real).

Por outro lado, impõe-se a Reforma do Estado capitalista no Brasil, como a própria condição para a sustentabilidade da reprodução interna do capital no país. É importante para a preservação do ciclo de crescimento capitalista, baseado no equilíbrio das contas externas e do balanço de pagamentos, a presença de novos investimentos externos diretos atraídos pelas novas oportunidades de negócios criadas pela privatização e pelo novo espaço de valorização do capital posto pelo

Mercosul – Mercado do Cone Sul. É a tentativa de instaurar, tal como ocorreu sob o governo Kubitschek, um novo padrão de financiamento da acumulação capitalista no país, adequado à época da mundialização do capital.

5. Uma “Nova Dependência” ?

O padrão de desenvolvimento capitalista do Brasil sob o Estado desenvolvimentista era baseado na “substituição de importações”, num padrão de industrialização vinculado à II Revolução Industrial e no investimento em setores de bens de produção voltados para a “industrialização pesada”. Enquanto se implantava no Brasil o II PND, em meados da década dos anos setenta, nos países capitalistas centrais, sob o impulso determinante da nova crise de valorização do capital, ocorria um novo complexo de reestruturação industrial voltado para incorporar as novas determinações da III Revolução Tecnológica, dos complexos eletrônicos, da economia cibernética. Surgiram novos setores dinâmicos na economia capitalista vinculados à III Revolução Tecnológica, tais como o “complexo eletrônico–mecatrônico” (Coutinho, 1992).

Na verdade, a nova crise de valorização do capital, que se instala a partir de 1973, tende a promover alterações nas condições da concorrência capitalista internacional, não só na sua intensidade, mas na espécie de concorrência capitalista, cada vez mais vinculada à capacidade de lançamento de novos produtos. Surge um novo tipo de acumulação do capital, denominada “acumulação flexível”, que tende a desenvolver uma “nova dependência” no interior do sistema do capitalismo mundial.

Por exemplo, na economia das transações mercantis vigentes na era da mundialização do capital, os produtos industriais tendem a possuir um maior valor agregado por unidade, o que implica considerar que um país capitalista que não possui um complexo eletrônico – ou “complexo eletrônico-mecatrônico” – será incapaz de constituir a matriz industrial da época da III Revolução Industrial, sendo, portanto, dependente da obtenção de produtos de alta tecnologia dos países capitalistas centrais.

Além disso, o cenário mundial da concorrência capitalista exige não apenas investimentos em capital intensivo, através de novas tecnologias microeletrônicas na produção, mas, principalmente, novos padrões de gestão da produção capitalista, capazes de propiciar um elevado patamar de qualidade e competitividade (surge, deste modo, como momento predominante do complexo de reestruturação produtiva, o toyotismo). Exige-se, portanto, um novo tipo de manipulação da subjetividade operária, uma captura da subjetividade operária pela lógica do capital (o que a sociologia do trabalho diria como sendo “um novo tipo de padrão de gestão da força de trabalho, que implicaria a mudança de um modelo baseado no uso extensivo de mão-de-obra semi-qualificada, para outro baseado no uso intensivo de mão-de-obra qualificada, polivalente e cooperativa” (Gitahy e Rabelo, 1991:10)).

No Brasil, a partir de meados dos anos setenta, o II PND procurava completar a matriz de relações industriais, segundo o padrão industrial vigente sob a II Revolução Industrial. Só que a nova crise de valorização do capital, que impulsionou a III Revolução Tecnológica nos países capitalistas centrais, adiou, mais uma vez, a possibilidade objetiva de o país integrar-se na “nova modernidade”. Em vez disso, tende a instaurar-se uma “nova dependência”. Na verdade, desde os anos cinquenta, aprofunda-se a subalternidade estrutural do capitalismo

brasileiro, um processo de dependência estrutural à lógica do capitalismo mundial, que contrasta com a “ilusão de autonomia”, alimentada pela aspiração de um capitalismo nacional (o nosso paradoxo histórico é que o novo surto de industrialização, em meados dos anos 50, permitiu que se desenvolvesse uma “ilusão de autonomia” do capitalismo nacional, ao mesmo tempo que se aprofundavam, cada vez mais, seus vínculos estruturais com o capitalismo mundial).

Apesar de a “industrialização pesada” no Brasil, a partir de meados dos anos 50, ocorrer sem o interesse estratégico do país capitalista hegemônico (os EUA), ela tinha apoio dos centros de decisão capitalista emergentes no Japão e na Europa Ocidental. Ou seja, era uma industrialização que se constituía nas “brechas do policentrismo”, no plano do capitalismo mundial (Oliveira, 1972). Entretanto, sob o novo período da mundialização do capital, não interessa a nenhum pólo capitalista mundial que o padrão de industrialização capitalista no Brasil prossiga nos velhos moldes do desenvolvimentismo, baseado na “substituição de importação” e na proteção do mercado nacional, mas que haja, pelo contrário, liberalização comercial, seguindo a lógica das novas estratégias corporativas das empresas e conglomerados transnacionais⁵.

A nova etapa do capitalismo mundial implica uma alteração dos circuitos de investimentos diretos externos, das estratégias de transferência de tecnologia das empresas, corporações e conglomerados transnacionais, dos seus padrões de competição, do sistema financeiro internacional. É por isso que, para o Brasil, um país capitalista dependente e subalterno no campo do mercado mundial, o

⁵ As medidas neoliberais são, portanto, um produto das novas condições de reprodução do capitalismo mundial. A partir dos anos 80, os agentes do capital mundial – as empresas, conglomerados e corporações transnacionais, incrementaram um novo tipo de internacionalização do capital, cuja principal característica é a rede produtiva mundial, o que resulta no crescimento do comércio inter-industrial (Chesnais, 1996).

novo padrão de desenvolvimento capitalista (e o surto de reestruturação produtiva associada a ele), integrado à mundialização do capital, possui um sentido histórico negativo, principalmente na perspectiva do mundo do trabalho organizado.

É claro que o cenário de mundialização do capital promete a constituição de novos circuitos de investimentos de capital dirigidos para os países de capitalismo hipertardio como o Brasil. Contudo, resta perguntar que capital é esse. Na verdade, é um circuito de capital predominantemente de curto prazo, altamente especulativo, vinculado aos mercados financeiros internacionais e cujo único objetivo é a “reprodução hermafrodita da riqueza abstrata” (é claro que o Brasil tem recebido capitais de mais longo prazo, o que, no entanto, não os salvaguarda dos movimentos especulativos de curto prazo). Deste modo, os novos fluxos de capitais são incapazes de dar, por si só, uma solução estratégica para o problema estrutural do capitalismo industrial no Brasil: o estrangulamento das contas externas.

Por outro lado, a partir do Plano Real, em 1994, sob o governo Cardoso, observou-se o crescimento dos investimentos externos diretos no Brasil. Só que o capital produtivo não é mais o investimento direto externo que traz a promessa de novos empregos industriais, tal como ocorreu nos anos cinquenta e sessenta, no período de “industrialização pesada” no Brasil. Pelo contrário, é o investimento produtiva que é intensivo em capital e não em trabalho. É, portanto, uma nova lógica de acumulação do capital – a acumulação flexível – que incorpora os pressupostos da *lean production*, que altera o processo (e organização) de trabalho na perspectiva de uma nova hegemonia do capital na produção, re-criando um novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil, instaurando, num novo patamar histórico, a crise do sindicalismo classista no país.

É por isso que, sob a era neoliberal, o novo complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” é o toyotismo, pode ser considerado uma nova ofensiva do capital na produção. Ele é parte intrínseca de um processo sócio-histórico de desenvolvimento capitalista, cujo resultado é a desconstrução do mercado de trabalho urbano, através da precarização de empregos e salários, e da debilitação do operário-massa e do sindicalismo classista, tal como se constituiu sob a industrialização substitutiva. É, portanto, a desconstituição do terreno nacional-popular que tende a enfraquecer os principais obstáculos sócio-históricos postos à perversidade do capital em nosso país, tal como os sindicatos de classe, que se caracterizaram como baluartes à superexploração do trabalho, como trincheiras de resistência da democracia de massa contra as taras do capitalismo retardatário.

5**Reestruturação Produtiva no Brasil dos Anos 80****– O Toyotismo Restrito**

É a partir da crise da dívida externa, em 1981, que se constituíram os primeiros impulsos do novo surto de reestruturação produtiva no Brasil. A deterioração das contas externas do país debilitaram ainda mais as condições de reprodução do capitalismo industrial no Brasil. Sob inspiração do Fundo Monetário Internacional (FMI), adotou-se uma política recessiva, que contraiu, de modo brutal, o mercado interno (e as importações de bens e serviços) e incentivou as exportações para o mercado internacional. É a partir daí que surgiu um primeiro “choque de competitividade”, que obrigou as grandes empresas, principalmente a indústria automobilística, a adotarem, ainda que de modo incipiente (e restrito), novos padrões organizacionais-tecnológicos.

A palavra-chave do discurso empresarial passou a ser *qualidade*, o que mostra aspectos qualitativos importantes da nova concorrência internacional. Colocou-se na ordem do dia a necessidade de elevar o nível de produtividade e eficiência. As análises da sociologia do trabalho salientaram, por exemplo, alterações nos “padrões tecnológicos e padrões de gestão da força de trabalho” na indústria brasileira, principalmente no complexo automotivo, ainda em caráter restrito (e seletivo):

Quanto ao padrão tecnológico, observa-se a introdução de inovações de produto e de processo (utilização do sistemas CAD/CAM/CAE, MFCNC, robôs, introdução de just-in-time, celularização de produção, tecnologia de grupo, sistemas de qualidade total com utilização de CEP) relacionados com o processo de difusão da microeletrônica, que se acelera durante a crise. Já a mudança do padrão de gestão é a que se dá de forma mais lenta, através da introdução de métodos gerenciais mais participativos, revisão das estruturas de cargos e salários, políticas de estabilização da mão-de-obra, “democratização” do uso de restaurantes, valorização dos setores de recursos humanos.” (Gitahy e Rabelo, 1991:5)

5.1 As Determinações da Reestruturação Produtiva nos Anos 80

É possível considerar como as principais determinações do processo de reestruturação produtiva no Brasil dos anos 80:

(1) A crise do capitalismo industrial, cuja maior expressão é a crise da dívida externa. A recessão e seu “ajuste exportador” conduziram a um verdadeiro “choque de competitividade” nas principais indústrias do país;

(2) O processo de luta de classes no país, caracterizado pela ascensão do “novo sindicalismo”, voltado para uma maior intervenção

nos locais de trabalho, pondo, portanto, em questão, o controle do trabalho;

(3) As novas estratégias das corporações transnacionais nos anos 80, que implicaram a adoção – ainda que em caráter restrito (e seletivo) – por parte de suas subsidiárias no Brasil (no caso da indústria automobilística), de novos padrões organizacionais-tecnológicos, inspirados no toyotismo, o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital (o que não quer dizer que, no caso do Brasil dos anos 80, não se desenvolvesse ainda o fordismo, o que apenas indicaria, de certo modo, o caráter restrito do toyotismo (Carvalho e Schmitz, 1990)).

– Crise da Dívida Externa: Recessão e Ajuste Exportador

A partir de 1981, a crise da dívida externa obrigará o Brasil a adotar, sob pressão do FMI, uma política recessiva, voltada, principalmente, para a busca de superávits comerciais, capazes de garantir o pagamento integral dos encargos da dívida externa. A recessão de 1981-1983 irá promover uma brutal retração do mercado interno e a queda da produção industrial no país, obrigando algumas empresas a orientarem as suas vendas para o mercado mundial. Ocorre, portanto, o “ajuste exportador”, a retomada dos incentivos às exportações, com a sua impressionante dinâmica a partir de 1981: o *quantum* exportado cresceu cerca de 70% ao longo da década passada, quando o volume mundial do comércio aumentou pouco mais de 40% (é preciso salientar que o Brasil partia de um patamar inicial baixo de participação no comércio internacional (Ferraz, Kupper e Haguenauer, 1996)).

De certo modo, entre 1981 e 1983, o aumento das exportações neutralizou, em parte, os efeitos contracionistas da política recessiva, constituindo-se, em 1984, na principal fonte de expansão do produto industrial (Suzigan e Kandir, 1985). Na indústria automobilística, por exemplo, as exportações absorveram, entre 1981-1986, 20% do total da produção (compensando, de certo modo, a retração das vendas no mercado interno). Na indústria de autopeças, a porcentagem da produção exportada passou de 5,6%, em 1978, para 11,5%, em 1987 (DIEESE, 1988).

A retração do mercado interno, demonstrada pela queda do PIB, e a política de incentivo às exportações obrigaram, cada vez mais, as indústrias de ponta, tais como a indústria automobilística (e a indústria de autopeças), a adotarem, ainda de modo bastante restrito (e seletivo), mas persistente, novos padrões organizacionais de cariz toyotista e novas tecnologias microeletrônicas na produção. O objetivo principal era garantir uma maior competitividade dos seus produtos no mercado mundial (e nacional). Mais do que nunca, o problema da produtividade e competitividade surge para a indústria brasileira. Aumentar a qualidade, a precisão e a flexibilidade da produção, passou a ser determinante na busca dos novos padrões internacionais de competitividade. Como salientam alguns autores, no caso da indústria automobilística, a incorporação seletiva da microeletrônica na produção foi um fator de grande importância para o sucesso da reconversão exportadora (Abramo, 1990).

É claro que o êxito relativo do impulso exportador da economia brasileira nos anos 80 não pode ser explicado apenas pela modernização tecnológica das indústrias. Na verdade, pode ser considerada de suma importância, na época, a maturação dos investimentos do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que

consolidou um setor produtor de bens de capital e elevou a complexidade e a integração da indústria brasileira e proporcionou uma importante base para a evolução da economia nos anos 80. Além disso, uma política cambial agressiva e restrições salariais (até 1984) contribuíram para a competitividade dos setores industriais importadores.

Entretanto, a outra perna do tripé, responsável pelo aumento da competitividade dos manufaturados brasileiros na época, foi o aumento da produtividade do trabalho. Por exemplo, entre 1980 e 1985, a produtividade cresceu 16%, e um dos principais responsáveis por esse aumento foi a introdução seletiva de novas tecnologias microeletrônicas na produção, que contribuíram, de certo modo, para aprofundar (e enrijecer) a linha de montagem fordista (sem deixar de considerar que surgia, ainda de modo restrito, novos métodos de gerenciamento da produção capitalista de cariz toyotista, tais como o *just-in-time* e *kanban*) (Carvalho, 1987:72; Humphrey, 1993; Suzigan e Kandir, 1985:6).

– O Novo Sindicalismo: A Luta pelo Controle da Produção

Além do novo cenário de concorrência capitalista, que impulsionou uma maior preocupação pela competitividade e produtividade, não podemos deixar de salientar, como uma determinação contingente, intrínseca à lógica da valorização do capital, o novo patamar da luta de classes no Brasil dos anos 80. Temos o ressurgimento do movimento operário e, por outro lado, a necessidade de reapropriação, pelo capital, do controle da força de trabalho sob novas bases técnicas, impostas pelas novas condições da concorrência capitalista no mercado mundial.

Uma particularidade importante da luta de classes sob o processo de reestruturação produtiva no Brasil dos anos 80 é que, ao invés de ser

uma mera reação defensiva da classe operária organizada à sanha do capital, voltada para a destruição de direitos sociais do trabalho – tal como ocorreu nos países capitalistas centrais nos anos 70 e 80 (cujo principal exemplo é a Grã-Bretanha sob o governo conservador de Thatcher) – ela, a luta de classes na produção, no Brasil dos anos 80, foi, acima de tudo, uma reação ofensiva da classe operária, procurando conquistar direitos do trabalho, tais como a organização por local de trabalho, negados pelo modo de desenvolvimento capitalista no Brasil.

Na verdade, o “novo sindicalismo” dos anos 80, com suas demandas por comissões de fábrica, surgiu como um desafio à dominação do capital nos locais de trabalho, nas condições do capitalismo retardatário no Brasil. Durante muito tempo, o capitalista exerceu um poder incontestável no local de trabalho, principalmente a partir de 1964. Cabia a ele determinar, a seu bel-prazer, as condições (e a organização) do trabalho. O surgimento de um novo movimento sindical nas indústrias de ponta, sediadas no ABC paulista, em fins da década de 1970, com capacidade de pressão política e social, colocou, no horizonte do capital, a necessidade de retomar o controle do trabalho, reconstituindo uma nova hegemonia na produção, constituindo, portanto, novos tipos de controle do trabalho, que não poderiam ser puramente despóticos. Na verdade, os novos tipos de controle de trabalho nos anos 80 articulavam, de modo contraditório, um fordismo enrijecido (e aprofundado) – no plano da linha de montagem – e um toyotismo restrito (e seletivo), que apontava na direção de novos métodos de gerenciamento da produção capitalista no Brasil.

Além disso, nos anos 80, o caráter classista (e de combatividade) do “novo sindicalismo”, vinculado à CUT, colocava obstáculos a qualquer tipo de cooptação ideológica (ou política) das novas lideranças operárias e sindicais.

Por isso, o complexo de reestruturação produtiva, impulsionado a partir dos anos 80, possuiu um sentido de nova ofensiva do capital na produção, tendo em vista que as inovações organizacionais (e tecnológicas) que surgiram no campo da produção industrial no Brasil permitiram dar, para o capital, uma resposta estratégica não apenas às novas determinações da economia política mundial – o incremento da competitividade e produtividade – mas, principalmente, às novas determinações da política de classe, colocando a necessidade de uma nova hegemonia do capital na produção, adequada às novas condições da III Revolução Industrial.

É claro que nas condições do capitalismo brasileiro dos anos 80 a nova ofensiva do capital possuía um caráter restrito (e seletivo), tendo em vista que o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva que ocorria nos países capitalistas centrais – o toyotismo – surgia articulado com um aprofundamento (e enrijecimento) do fordismo, o que debilitava a nova hegemonia do capital na produção. Era o que consideramos um “toyotismo restrito”.

– A Lógica da Mundialização do Capital: As Novas Estratégias das Corporações Transnacionais

O novo surto de reestruturação produtiva no Brasil, nos anos 80, assume novas proporções – e se concentra – principalmente, nas subsidiárias das corporações transnacionais. Um dos principais exemplos são as montadoras vinculadas à indústria automobilística, um dos mais importantes setores industriais do país. Coube a elas implementarem, diante do desenvolvimento da mundialização do capital, nos anos 80, novas estratégias mundiais (adaptadas, é claro, às particularidades concretas de cada país capitalista). Por isso, tenderam

a abandonar o estilo *stand-alone*, com que tratavam suas subsidiárias. Ao invés de restringirem a coordenação mundial essencialmente às finanças, passaram a organizar o conjunto de subsidiárias através do conceito de redes mundiais, integradas por gerência, produção, marketing e tecnologia (Bielschowsky e Stumpo, 1996).

5.2 A Trajetória Histórica da Reestruturação Produtiva nos Anos 80

É possível delimitar, com um objetivo meramente heurístico, alguns períodos históricos da trajetória da reestruturação produtiva no Brasil nos anos 80, que destacaremos a seguir. Vejamos:

– 1981–1983: Rumo Ao Toyotismo Restrito

É o período recessivo na economia brasileira, que se caracteriza, principalmente, pela utilização, por parte das empresas, de uma racionalização defensiva. A redução de custos ocorreu, principalmente, através de demissões em massa de operários, principalmente do setor da indústria automobilística e da indústria de autopeças. Na verdade, o termo “racionalização defensiva” oculta, por outro lado, uma verdadeira ofensiva do capital, no plano da luta de classes, tendo em vista que, aproveitando-se da recessão, as empresas aproveitaram para demitir lideranças operárias que se destacaram no ciclo grevista de 1978–1980.

A queda dos investimentos retardou a introdução de novas tecnologias microeletrônicas, que se daria, com mais vigor, em termos relativos, a partir de 1984. Por isso, a necessidade de elevação da produtividade ocorreu através de reorganização da produção, seja através da intensificação do trabalho por meio das horas-extras e/ou da

flexibilização do uso da força de trabalho nas empresas, com a relativa proliferação, a partir daí, dos rudimentos organizacionais de um toyotismo restrito – os CCQ's (Círculos de Controle de Qualidade) e o sistema de produção *just-in-time/kan-ban* (em 1982, o Brasil era o segundo país do mundo capitalista em número de CCQ's depois do Japão) (Fleury, 1993).

Foi nessa época que surgiram, com vigor, pela primeira vez, e com uma impulsividade inédita, o discurso da qualidade e da participação, inspirados no "modelo japonês" e, portanto, no espírito do toyotismo, como componentes imprescindíveis da competitividade industrial (no plano mundial, naquela época, o toyotismo surgia como o "momento predominante" do novo complexo de reestruturação produtiva).

O movimento dos CCQ's – círculos de controle de qualidade – eram pequenos grupos de operários "voluntários", que se reuniam, com uma certa periodicidade, para analisar e propor idéias que implicassem a melhoria do processo de trabalho. Na verdade, dizia-se buscar uma racionalização do trabalho, que conduzisse a produzir com qualidade. Procurava-se constituir, portanto, no plano discursivo, um operário comprometido com os objetivos do capital, através dos modelos "participativos" de gestão da produção. A utilização dos termos participação e qualidade, que possuíam uma poderosa carga ideológica, prestavam-se a ocultar o verdadeiro objetivo do capital, nas condições de crise do capitalismo retardatário: a redução de custos, sem alterar as relações de poder no local de trabalho (Hirata, 1983). Por isso, podemos considerar o movimento dos CCQ's, em si, como sendo um toyotismo restrito.

Os CCQ's surgiram (e se desenvolveram) no período de ascensão do "novo sindicalismo" no Brasil. É a época, por exemplo, das lutas pelas

Comissões de Fábrica, que colocavam a demanda de os operários intervirem nas condições de trabalho e punham para o capital a necessidade de constituir novas estratégias de controle do trabalho (Salerno, 1987).

Na verdade, os CCQ's, sob as condições da luta de classe nos anos 80, são instaurados não apenas como um componente de "modernização produtiva", mas, principalmente, como um novo recurso de controle do trabalho, a tentativa de um novo tipo de controle de uma classe operária que se insurgia contra o despotismo tradicional e queria intervir com mais vigor no debate sobre emprego, salário e condições de trabalho:

...a difusão dos círculos ocorreu no Brasil após o vigoroso processo de mobilização operária que marcou o final dos anos setenta, tendo sua difusão coincidido com o fortalecimento da organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, através da constituição das comissões de fábrica. Nesse sentido, os CCQ's foram introduzidos em muitas empresas a partir da preocupação gerencial em desviar o ímpeto participativo dos trabalhadores para formas alternativas de organização que contassem com maior controle gerencial. (Leite, 1994:566)

A luta de classes na produção, no Brasil dos anos 80, assumiu um papel preponderante no plano do processo de trabalho. Estava em jogo, portanto, o controle do trabalho pelo capital. A combatividade sindical dos anos 80 procurava denunciar o objetivo manipulatório do capital, impedindo, desse modo, uma apropriação plena dos CCQ's. A oposição dos sindicatos aos CCQ's acabou por esvaziar muitas das iniciativas empresariais.

Mas não era apenas o papel protagonista da luta de classes na produção que limitava o sucesso da experiência dos CCQ's no Brasil. Existiam, é claro, determinações estruturais vinculadas às condições de crise do capitalismo brasileiro nos anos 80, da sua forma de inserção

limitada na mundialização do capital, que restringiam o desenvolvimento das novas estratégias capitalistas de produção (o regime inflacionário e um mercado interno protegido impediram, de certo modo, o desenvolvimento da produtividade para a venda no mercado interno – o que tenderia a desaparecer na década seguinte).

Algumas análises da sociologia do trabalho salientavam que, um dos motivos da precariedade dos CCQ's nos anos 80 era a "cultura gerencial" no Brasil, a "...própria resistência das empresas em adotar estratégias mais sistêmicas que modificassem também as formas de organização do trabalho e de gestão de mão-de-obra" (Leite, 1990). Foi o que Castro caracterizou, portanto, como sendo uma "...cultura organizacional marcada pelo autoritarismo das chefias intermediárias (supervisores e gerentes), na qual a autoridade estava centrada na posição hierárquica e não no conhecimento e na experiência" (Castro, 1995: 33).

Entretanto, o problema do autoritarismo das chefias não é apenas de cunho cultural. A resistência da "cultura gerencial" no Brasil em adotar novos procedimentos de participação dos trabalhadores nas decisões do processo produtivo nos anos 80 procurava traduzir – e isso as análises da sociologia do trabalho não salientavam – o nível da luta de classes entre capital e trabalho na época, que assumia uma nova dimensão política. A luta pela hegemonia na produção desdobrava-se através da teia hierárquica de domínio (e controle) do capital no plano da organização do trabalho.

A gerência, por sua vez, preservava suas prerrogativas disciplinares, "liberando" a iniciativa operária sem perder a possibilidade de controlá-la. Na verdade, a liberação da iniciativa operária era um recurso ideológico que procurava promover uma nova apropriação (pelo capital) da prática e conhecimento operário, levando os trabalhadores a

intervirem no processo de trabalho, mas sem incorporarem – ou promoverem – alterações substanciais nas relações de poder:

Assim, o CCQ, isolado de uma mudança mais geral da organização e administração do trabalho, não significa qualquer rompimento com padrões de trabalhos consolidados, nem significa a democratização dos locais de trabalho, democratização entendida como descentralização das estruturas de poder. (Salerno, 1985:190)

A implantação dos CCQ's no Brasil dos anos 80, em virtude de sua concepção restrita, não alterava os padrões tradicionais de trabalho, preservando – e às vezes, intensificando – a separação, planejamento e execução da tarefa, que permanecia simples e individualizada, permitindo, portanto, a rápida substituição do operário (contribuindo, deste modo, para a rotatividade do trabalho). Desse modo, o caráter restrito do toyotismo no Brasil dos anos 80 demonstra o não-esgotamento – e mesmo, muitas vezes, a intensificação – de padrões tayloristas-fordistas nas condições de um novo complexo de reestruturação produtiva. O enrijecimento de padrões tayloristas-fordistas de produção no interior de novas estratégias capitalistas de cariz toyotistas, tais como o CCQ e *Just-in-time*, contribuiu para prejudicar a confiança (e o envolvimento ativo) dos operários, sendo esta uma das características do toyotismo restrito.

Além dos CCQ's, outra estratégia do toyotismo que surgiu nos primórdios dos anos 80 foi o sistema de produção *just-in-time/kanban*. Ele parecia ser muito mais abrangente que o CCQ, em seus impactos sobre o complexo de produção de mercadorias, tendo em vista que envolvia a produção como um todo: trabalhadores, gerência e até clientes e fornecedores (o *just-in-time/kan-ban* é aplicável principalmente na produção em série, e ocorre na indústria automobilística e na indústria metal-mecânica).

Se os CCQ's tenderam a serem incorporados sem nenhuma alteração às formas de realização do trabalho e nos parâmetros da organização da produção (o que era adequado, inclusive, para aprofundar o padrão tradicional de trabalho, caracterizado pelo taylorismo-fordismo), o *just-in-time/kanban* tendeu a propiciar uma discussão mais ampla sobre as alterações no trabalho e na produção. A sua lógica era a racionalização da produção com uma alta redução de custos, proporcionada pela redução de estoque e economia de espaço, além da simplificação dos fluxos de informações e da flexibilidade da produção – inclusive do trabalho.

O *just-in-time/kanban*, no Brasil nos anos 80, desenvolveu, sob uma dimensão perversa, o que caracterizaremos, mais adiante, como sendo uma "nova rotinização do trabalho", isto é, a simplificação e padronização das tarefas, além da intensificação do trabalho, através da eliminação das porosidades na produção (o tempo dito ocioso). Este, é claro, é o próprio espírito do toyotismo. Só que a polivalência operária, instaurada com o novo sistema de produção, tornou-se apenas a capacidade de alimentar mais de um tipo de máquina, não implicando para o operário a posse de uma série de múltiplas habilidades. Nesse caso, algo que é intrínseco à lógica do toyotismo, tendeu, portanto, a ser adotado, em sua dimensão restrita, como uma mera estratégia de reprodução da superexploração do trabalho no Brasil, incapaz de articular um novo consentimento operário à produção capitalista.

Nas condições do capitalismo brasileiro dos anos 80, o *just-in-time/kan-ban* instaurou-se sem resultar, de imediato, em novas relações de trabalho. O que demonstra sua incapacidade em articular uma nova hegemonia do capital na produção. Pelo contrário, a sua adoção propiciou um maior controle do trabalho, que era uma necessidade do capital diante da contestação operária à lógica do despotismo tradicional:

Apesar de não contar com maquinário eletronicamente controlado, a administração tem um controle muito estreito da produção e dos trabalhadores. O próprio just-in-time, aliado ao sistema de informações e ao 'auto-controle', encarrega-se disto. (Salerno, 1985:200)

De certo modo, a adoção do *just-in-time/kanban*, nas condições de crise do capitalismo brasileiro dos anos 80, permitiu que o novo salto de racionalização da produção ocorresse sem necessariamente haver o incremento de novas tecnologias microeletrônicas na produção. O que era compatível, portanto, com a situação de crise do balanço de pagamentos do país (apesar disso, no período de 1984–1985, ocorreu o crescimento relativo de inovações tecnológicas na indústria automobilística) (Carvalho, 1987).

Na verdade, para implantar-se o toyotismo, em sua dimensão restrita, não eram necessários investimentos substanciais em novas máquinas e equipamentos microeletrônicos (o que tenderia a limitar, é claro, os potenciais de integração da produção, implícitos no *just-in-time*). Alteraram-se apenas – ainda que de modo bastante restrito (e seletivo) – a organização do processo de produção e a organização do trabalho.

É claro que o cenário industrial brasileiro nos anos 80 é caracterizado pela mescla de novos paradigmas industriais. Entretanto, é o espírito do toyotismo que tenderá a predominar e inspirar no Brasil, o “novo padrão de organização industrial”, centrado, por exemplo, no CCQ's e *just-in-time/kanban*. É ele que surge como o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva na época da mundialização do capital.

Temos utilizado o conceito de “toyotismo restrito” para caracterizar a particularidade do complexo de reestruturação produtiva

no Brasil dos anos 80 (o que determinava, em maior ou menor proporção, os alcances da ofensiva do capital na produção). As novas estratégias de qualidade e produtividade tenderam a se adaptar, de modo passivo (e restrito), às particularidades da exploração da força de trabalho no Brasil, principalmente em virtude da nossa inserção limitada à mundialização do capital (o que seria alterado, nos anos 90, sob a era neoliberal).¹

Um dos exemplos de “toyotismo restrito”, nos anos 80, além dos casos de implantação de *just-in-time/kanban* ou dos CCQ's, é a adoção, pela Ford do Brasil, naquela época, de um programa de aplicação mundial intitulado *Employee Involvement* (no Brasil denominou-se “Trabalho Participativo”), uma variação da abordagem japonesa dos Círculos de Controle de Qualidade, de nítida inspiração toyotista: “O objetivo do programa de ‘Employee Involvement’ é obter maior participação dos trabalhadores em decisões que afetam a fábrica” (Silva, 1990:107–108). Contra os sociólogos que salientam que o fordismo ainda estava vivo no Brasil dos anos 80 (o que poderia invalidar a tese de que o aspecto característico do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil dos anos 80 era o “toyotismo restrito” – ou o que ela

¹ Existe uma controvérsia sociológica sobre o caráter do complexo de reestruturação produtiva no Brasil dos anos 80. Por um lado, alguns sociólogos, tais como Silva, salientam o surgimento do pós-fordismo e, por outro lado, sociólogos, como Carvalho e Schmitz, destacam o fortalecimento do fordismo no Brasil. Entretanto, como salientamos, o novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil dos anos 80 assumia um caráter complexo (e contraditório), principalmente em virtude das próprias condições de desenvolvimento (e crise) do capitalismo brasileiro, a sua débil inserção na mundialização do capital. Havia um processo de transição, se poderíamos dizer assim, em que se mesclavam o “novo” e o “arcaico”. A utilização do conceito de “toyotismo restrito” procura instituir, no plano heurístico, uma nova mediação que procure recuperar, de um lado, a nova posição do “momento predominante” do novo complexo de reestruturação produtiva nos anos 80, em pleno desenvolvimento no centro capitalista, e, por outro lado, o seu caráter restrito (e limitado) nas condições do capitalismo brasileiro dos anos 80, demonstrado, por exemplo, pela permanência de práticas fordistas (e tayloristas) na produção capitalista.

denomina de "pós-fordismo"), Silva, observa, em 1993 – utilizando dados da década passada:

Os aspectos da gestão da mão-de-obra usados recentemente para aperfeiçoar a qualidade não são característicos dos modelos fordistas. A falta de tecnologia pode ser compensada por formas eficientes desse tipo de gestão." (Silva, 1993:226)

Na verdade, nas condições do capitalismo brasileiro dos anos 80, os nexos contingentes do toyotismo surgiam como meras técnicas de administração da produção, uma nova lógica da racionalização (e controle) do trabalho que persegue, ainda de modo precário, a conquista da subjetividade operária pela lógica do capital:

[...] na maior parte dos casos, o 'modelo japonês' [no Brasil] reduz-se à adoção (ou à sua tentativa) de uma ou mais 'técnicas' ou 'sistemas' tais como 'just in time', 'kanban', 'manufatura celular', 'círculos de controle de qualidade', 'polivalência', 'controle de qualidade total', entre outros. (Salerno, 1993:139)

Sob o toyotismo restrito não se conseguia articular, de modo sistêmico, o que é essencial no espírito do toyotismo – o controle do trabalho e comprometimento operário, a subsunção real da subjetividade operária à lógica do capital:

O sistema JIT/CQT envolve tanto consentimento e aquiescência, quanto engajamento e controle. Não funcionará se os trabalhadores se recusarem a participar das atividades de grupo ou a assumir a responsabilidade pelo seu próprio trabalho. No entanto, ao mesmo tempo, o sistema requer um conformismo e um direcionamento de todos os esforços no sentido do cumprimento das metas empresariais. As gerências não toleram qualquer oposição ou mesmo uma postura indiferente da parte de seus operários. A maior estabilidade no emprego e a perspectiva de promoção permanecem fortemente vinculadas à dedicação total e à subordinação às metas da empresa. (Humphrey, 1995:125)

Seria apenas a partir da captura da subjetividade operária no interior de um novo espaço de controle do trabalho que se poderia constituir uma nova hegemonia do capital na produção. Entretanto, o toyotismo restrito se tornou incapaz de constituir, em sua plenitude, a “nova subjetividade operária”. De certo modo, nos pólos industriais mais desenvolvidos, predominava, no Brasil dos anos 80, a indiferença operária às novas técnicas de administração da produção e a oposição sindical conduzida pelo “novo sindicalismo”, tendo em vista que o toyotismo restrito apenas contribuía para reproduzir a superexploração do trabalho.

– 1984-1986: Automação Microeletrônica Seletiva

Este é o pequeno período de recuperação da economia brasileira nos anos 80, caracterizado pelo incremento das inovações tecnológicas (principalmente, a partir de 1985), com a introdução de automação industrial de base microeletrônica, tais como máquinas-ferramentas a comando numérico (MFCN), sistemas CAD/CAM (“computer aided design/computer aided manufacturing”), robôs, flexibilização das linhas de montagem com base no uso de controladores lógicos programáveis (CLP), sistemas de máquinas transfer flexíveis, sistemas automatizados de testes finais, sistemas de soldagem múltipla flexível, prensas automáticas, etc. (Abramo, 1990). Entretanto, vale salientar, ainda é uma automação microeletrônica seletiva.

De 1984- 1986, observa-se, o decréscimo – apenas relativo, vale dizer – do empenho empresarial em inovações organizacionais, apesar de sua persistência no cenário industrial, tais como os CCQ's, just-in-time (principalmente, o just-in-time interno – o que demonstra seu caráter restrito), associado em geral à celularização da produção e organização

de famílias de peças (tecnologia de grupo), bem como a incorporação do Controle de Qualidade na Produção (CEP).

A partir de 1984, pode-se constatar a elevação dos investimentos industriais em novas tecnologias produtivas, bens de capital voltados para a modernização industrial, cuja liderança pertence às máquinas de controle numérico computadorizado. Segundo dados obtidos por Carvalho, “[s]e em 1981, 1982 e 1983 as taxas de crescimento do número de máquinas instaladas no ano foram respectivamente de 32%, 21% e 20%, em 1984 e 1985 as taxas subiram para 70% e 54%.” (Carvalho, 1987:74)

Foi o impulso à introdução de novas tecnologias microeletrônicas na produção que levou alguns sociólogos a considerarem, na época, que o Brasil era parte de uma onda de inovação tecnológica que atingia o conjunto das economias capitalistas. Além disso, segundo eles, tratava-se de um processo amplo e de conseqüências duradouras, pois uma nova base técnica de produção estava sendo constituída (Tauile, 1984). Na verdade, o Brasil era, nessa época (em 1986), o país latino-americano onde mais rapidamente se desenvolvia um processo de incorporação de tecnologia de ponta, em ritmos superiores aos do México e da Argentina (Díaz, 1988: 39).

O impulso de incorporação das novas tecnologias microeletrônicas na produção no Brasil, no período de 1984–1987, é colaborado, pelas novas perspectivas de recuperação da economia brasileira no período pós-1984 – e principalmente com o Plano Cruzado, em 1986, além do cenário internacional propício às exportações brasileiras (é a época do “boom” de exportações para os EUA, estimulado pela política de câmbio super-avaliado do dólar) (Mandel, 1990:246).

Entretanto, o que observamos é que a indústria brasileira demonstrava ainda uma alta defasagem na adoção de novas tecnologias microeletrônicas na produção, em relação aos países capitalistas desenvolvidos (ou mesmo aos "Tigres Asiáticos", tais como a Coreia do Sul e países capitalistas da América Latina como o México). Diz Ferro (com dados de 1990), que "apenas a seção de solda da planta da Ford em Hermosillo, no México, tem um número maior de robôs que todo o parque automotivo brasileiro". E observa ainda que "pertencem ao Brasil os menores índices de robotização e as menores porcentagens de automação encontrados pelo projeto *International Motor Vehicle Program*' (IMVP) entre as noventa montadoras de 15 países pesquisados" (Ferro, 1992:325).

Na verdade, a maioria das operações de manufatura na indústria automobilística no país, por exemplo, continuavam sendo manuais, com a adoção das novas tecnologias atingindo apenas as funções relacionadas à manutenção do andamento do fluxo da produção, e ao controle da produção. O que tendia a aumentar a integração das linhas de montagem, reforçando, deste modo, o controle gerencial sobre o fluxo de produção. É por isso que alguns autores salientavam que o "fordismo vive" no Brasil. A opção das montadoras por uma automação microeletrônica seletiva, voltada para a integração e sincronização das operações das manufaturas, significava que "as tarefas tornaram-se mais ritmadas pela máquina do que antes e o fordismo, ao invés de ser superado, é intensificado" (Carvalho e Schmitz, 1990:151).

De certo modo, a intensificação (e enrijecimento) do fordismo não nega a posição do toyotismo como uma das características do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil dos anos 80. O novo complexo de reestruturação produtiva que ocorria no país na década passada não pode ser desvinculado, em maior ou menor proporção, da

nova lógica da reestruturação produtiva que ocorria no centro capitalista (cujo “momento predominante” era o toyotismo). Na verdade, foi a preservação (e intensificação) de padrões fordistas–tayloristas, determinados pela particularidade concreta do capitalismo brasileiro dos anos 80, que contribuíram, de certo modo, para o caráter restrito dos novos métodos de gerenciamento da produção capitalista – ou dos nexos contingentes do toyotismo – no país. Mais tarde, seriam as novas condições de inserção na mundialização do capital, sob a era neoliberal, que iriam propiciar um maior desenvolvimento das novas estratégias capitalistas de produção de cariz toyotista no Brasil, surgindo o que denominamos “toyotismo sistêmico”.

Por outro lado, a mera introdução de novas tecnologias de base microeletrônica na produção, tal como se constatou com maior vigor a partir de 1984, não conduziram a uma capacidade sustentável de produtividade e competitividade da indústria brasileira no cenário mundial (enquanto em 1984 as exportações brasileiras representavam 1,5% do comércio mundial, em 1990 essa participação caiu para 0,9%) (Ferraz, Kupfer e Haguenauer, 1996:73). Na verdade, a mera adoção das técnicas de produção, tais como *just-in-time/kanban*, CCQ's, ou, principalmente, a mera automação microeletrônica da produção, não era garantia de incremento da competitividade industrial.²

No caso da indústria brasileira, a introdução das novas tecnologias microeletrônicas na produção ocorridas no período de 1984-1986, quase nunca implicaram a alteração na organização gerencial do trabalho, na direção de um toyotismo sistêmico capaz de instaurar, no

² Os condicionantes da competitividade não podem nunca se restringir apenas à dimensão do processo de trabalho. A competitividade industrial vincula-se ao que é denominado “competitividade estrutural” (que vai além, portanto, do mero conceito de “competitividade de preço”): “A competitividade de cada companhia, tomada isoladamente, possui uma dimensão sistêmica ou estrutural: é uma expressão dos atributos do contexto produtivo, social e institucional do país” (Chesnais, 1996:121)

plano da produção, o consentimento operário às novas estratégias de acumulação capitalista.

Deste modo, no caso da introdução das novas tecnologias microeletrônicas na produção no Brasil de 1984-1986 – um dos aspectos importantes do complexo de reestruturação produtiva – é possível salientar algumas características importantes:

(1) sua incorporação é parcial e seletiva, concentrando-se nas grandes empresas do setor metal-mecânico, automobilístico, petroquímica e siderurgia; a incorporação ocorre em pontos estratégicos da produção, do ponto de vista da qualidade do produto ou do controle do processo produtivo

(2) a heterogeneidade tecnológica se mantém e reproduz, o que implica dizer que as novas tecnologias convivem com o trabalho manual e as máquinas eletro-mecânicas. Na indústria automobilística, por exemplo, a estratégia mais utilizada era a instalação de novas linhas, destinadas a novos produtos, que coexistem com as antigas, o que reproduzia um grau elevado de heterogeneidade tecnológica no interior das empresas, uma “mescla” de padrões produtivos vinculados às II e III Revoluções Industriais. Entretanto, a heterogeneidade tecnológica era muito maior nas indústrias de autopeças (e metal-mecânica), tendo em vista uma maior diversidade de produtos, um grau de concentração muito menor e uma maior participação do capital privado nacional (o que tende a mudar nos anos 90). De certo modo, a heterogeneidade tecnológica reproduzia a heterogeneidade estrutural, decorrente do processo de industrialização retardatário no Brasil.

(3) as novas tecnologias microeletrônicas na produção predominavam na grande empresa vinculada à exportação, muitas vezes na corporação transnacional (que dirige ao mercado externo parte significativa de sua produção), e naquelas empresas que produziam

maquinárias, insumos ou componentes para as indústrias exportadoras. O que implica dizer que o impulso em direção à modernização tecnológica e organizacional se irradiou para outros segmentos produtivos a partir das empresas mais diretamente vinculadas ao mercado externo (o caso típico é a pressão exercida pelas automobilísticas sobre as empresas produtoras de autopeças (Abramo, 1990:24–25)).

– 1987–1989: Uma “Modernização Sistêmica” à Vista?

O terceiro período, de 1987 em diante, é caracterizado por crescente instabilidade inflacionária e por flutuações do nível de produção e de emprego, sem que se manifestasse claramente uma tendência recessiva. Prosseguem, com menor impulso, as inovações tecnológicas e desdobram-se inovações organizacionais, já indicando algum tipo de “modernização sistêmica”, ainda precária, é claro, mas persistente. Em 1987, as empresas líderes dos setores de máquinas, autopeças e aeronáutica, por exemplo, estavam tendendo a adotar estratégias mais sistêmicas de modernização (Fleury, 1988).

No caso da indústria de autopeças, havia um impulso da concorrência internacional, tendo em vista que elas estavam inseridas na rede de subcontratação das empresas, corporações e conglomerados transnacionais. Além disso, a revisão tarifária em 1987 sinalizou com a iminência do processo de abertura comercial às importações (nos anos 80, vale lembrar, a economia brasileira mantinha ainda uma significativa rede de proteção tarifária contra a concorrência internacional).

Entretanto, a crise do capitalismo brasileiro, que se prolongaria pelo menos até inícios dos anos 90, prejudicava a constituição de um horizonte de valorização para os investimentos na produção, impedindo,

portanto, que o novo complexo de reestruturação produtiva assumisse uma intensidade e amplitude que significasse um salto qualitativo na ofensiva do capital na produção (o desenvolvimento do que denominamos "toyotismo sistêmico"):

A instabilidade de políticas econômicas, todavia, tem impedido a continuidade dos investimentos, inovações e difusão das tecnologias e técnicas organizacionais. Os empresários têm relutado em investir em inovações ou têm direcionado investimentos da produção para os mercados financeiros (Silva, 1994:110).

Na verdade, a crise do capitalismo brasileiro, por um lado, deu impulso a um novo surto de reestruturação produtiva no país (que assumiu a característica fundamental de um toyotismo restrito) e, por outro lado, colocou obstáculos ao seu próprio desenvolvimento, ampliado na direção de um toyotismo sistêmico. É a partir dos anos 90, sob a era neoliberal, que tende a se instaurar, de modo persistente, um novo modo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, vinculado à mundialização do capital, que permite que o surto de reestruturação produtiva, que se desdobrou nos anos 80, assuma uma nova característica – o toyotismo sistêmico, com um avanço significativo na automação microeletrônica.

6

O Mundo do Trabalho no Brasil dos Anos 80

– A Nova Rotinização do Trabalho

O novo complexo de reestruturação produtiva dos anos 80 atingiu uma pequena parcela do mundo do trabalho no Brasil: os pólos operários das principais indústrias modernas do país, tais como a indústria automobilística no ABC paulista, berço do “novo sindicalismo”, da CUT e do PT. Possuiu um caráter incipiente (e restrito), não conduzindo a alterações disruptivas no mundo do trabalho (o que ocorreria apenas a partir da era neoliberal, com a irrupção do desemprego estrutural, da precarização de empregos e salários e o desenvolvimento de um novo padrão de flexibilidade da produção, tais

como a descentralização produtiva e a flexibilização do contrato de trabalho).

Na verdade, observamos, nos anos 80, uma mescla de rebeldia operária, caracterizada pela luta contra as novas condições de superexploração do trabalho e subordinação operária diante das intervenções estratégicas do capital na produção (a introdução de inovações tecnológico-organizacionais, apesar de restritas – e seletivas – tendeu a promover a reconstituição de novos padrões de controle do trabalho) .

O desenvolvimento do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil, nos anos 80, deu impulso a uma recomposição lenta, complexa (e contraditória) do mundo do trabalho nos pólos industriais mais desenvolvidos. Por um lado, ocorreu o princípio de uma reorganização da linha produtiva, com alterações na composição técnica da classe trabalhadora e, por outro lado, ocorreu o surgimento de novas qualificações (e desqualificações) operárias, com uma variedade de percepções, por exemplo, entre os operários da manutenção e os operários da produção, sobre o sentido da automação microeletrônica. O processo de recomposição do mundo do trabalho industrial, que se inicia nos anos 80, com o surgimento lento e gradual de uma nova classe operária, irá prosseguir, com maior intensidade, velocidade (e amplitude) nos anos 90. Na verdade, sob a era neoliberal, ocorrerá não apenas uma recomposição do mundo do trabalho, tal como ocorreu nos anos 80, mas a sua dirupção, com o surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho.

6.1 A Nova Composição Técnica da Classe Trabalhadora: Pólos de Qualificação (e Desqualificação) Operária

Sob o impacto das novas tecnologias microeletrônicas na produção e do toyotismo, que surge como o “momento predominante” do novo complexo de reestruturação produtiva, ocorre, ainda que de modo tênue, o desenvolvimento de uma nova objetividade do mundo do trabalho industrial no Brasil. O seu pólo mais desenvolvido é o complexo automotivo, sediado no pólo industrial do ABC paulista. É um processo lento, complexo (e contraditório), que ainda mescla padrões tecnológicos (e de gestão da produção) “arcaicos” e “modernos”. É caracterizado pela manutenção, recriação, criação e destruição de ocupações operárias e com impactos variados na qualificação (e desqualificação) operária.

Com o desenvolvimento, ainda incipiente, dos novos sistemas de produção vinculados à lógica do toyotismo, tais como o *just-in-time/kanban*, por exemplo, tende a instaurar-se, nos pólos industriais mais avançados, uma nova concepção de linha produtiva que implica diminuir os operários não-ligados diretamente à produção através da reintegração das atividades de manutenção e controle de qualidade à produção (o objetivo é obrigar uma parcela da classe operária a se comprometer mais com a qualidade de seu trabalho, em torná-los, portanto, mais responsáveis pela qualidade de seu produto). O trabalho de controle de qualidade é repartido pelo conjunto de pessoal da produção, com a tendência de desaparecimento do cargo do inspetor de qualidade. O controle de qualidade se restringiria ao trabalho de engenharia de qualidade que consiste na precisão dos níveis de qualidade, das normas que devem ser seguidas em todo o processo produtivo, desde a concepção até a execução (Leite, 1990).

Além disso, com as novas tecnologias microeletrônicas na produção, surgiu a possibilidade de desaparecimento ou decadência de várias profissões qualificadas (ferramenteiros) ou semi-qualificadas (soldadores e ponteadores) na indústria automatizada, e sua substituição por técnicos em programação, computação, hidráulica e eletrônica:

Isso significaria uma mudança na composição técnica da classe trabalhadora, associada a um processo de expropriação do saber dos antigos operários especializados e privilegiamento de profissionais cuja formação básica se dá fora do processo de trabalho. (Abramo, 1988:142-143).

Deste modo, tenderam a se constituir, ainda de modo localizado, nas indústrias mais avançadas, novos pólos de qualificações que passaram a assumir mais espaço, sobretudo porque estava-se diante de novas tecnologias que exigiam novos conhecimentos e habilidades do operador, de operários mais qualificados e mais aptos a interferir no processo de trabalho. A destreza manual vai perdendo importância e o que passa a ser exigido é, cada vez mais, a capacidade de raciocínio abstrato necessário para operar uma máquina computadorizada (surgia, cada vez mais, a exigência de maior escolaridade e mais experiência profissional para a contratação na indústria).

Segundo algumas análises da engenharia de produção, as novas tecnologias microeletrônicas, que surgiam nos anos 80, possuíam, pelo menos para uma pequena parcela da classe operária, um potencial de “desrotinização” do trabalho. É o ponto de vista de Fleury, que considera que, por si sós, as novas tecnologias impunham o surgimento de um novo tipo de operário, cuja principal característica é ser polivalente, capaz de operar várias máquinas na linha automatizada (salientando-se mais suas características *multi-skill*) (Fleury, 1988).

Entretanto, o que caracterizava o impacto das novas tecnologias nas qualificações do mundo do trabalho no Brasil dos anos 80 era seu caráter complexo, contraditório e aberto de possibilidades de degradação (ou realização) dos novos operários. Na verdade, elas poderia “desrotinizar” ou então promover uma “nova rotinização do trabalho”, ou ainda elas poderiam possibilitar uma polivalência com características qualificantes (*multi-skill*) ou desqualificantes (*multi-task*), que apenas implicariam um novo patamar de superexploração do trabalho (o que, de fato, acabou prevalecendo).

A percepção dos impactos das novas estratégias tecnológico-organizacionais sobre o mundo do trabalho industrial no Brasil tende a ser complexa (e contraditória), atingindo, de modo variado, os contingentes operários.

Por exemplo, Abramo constatou que, se partirmos da indústria automobilística, iremos verificar que os *operários (e supervisores) da manutenção*, por exemplo, consideravam a introdução das novas tecnologias como uma possibilidade de aprender, adquirir novos conhecimentos e crescer profissionalmente. Abramo observa que o trabalho é sentido por eles como mais estimulante e criativo: eles “têm consciência também do aumento da importância estratégica desse trabalho para a empresa, e do decorrente aumento de poder que isso significa, sentindo-se com isso mais valorizados e seguros em seus postos de trabalho” (Abramo, 1988:141).

Eles são, portanto, uma pequena parcela de operários que tendem, de certo modo, a ganhar com a constituição do novo complexo produtivo, tendo em vista a sua importância estratégica para a nova produção do capital, com o conteúdo das suas funções sendo reforçado no novo processo de trabalho (o alto custo de interrupção e o reparo

rápidos e seguros tornaram-se uma prioridade onde os custos de quebra são elevados).

Por outro lado, os *operários semi-qualificados da produção*, que representavam uma parcela significativa da classe operária na indústria automobilística no Brasil (em 1986, representavam cerca de 38,66%), possuíam uma outra percepção dos impactos das novas tecnologias, ou melhor, da forma como eram incorporadas no processo de produção (Carvalho, 1987). Para eles, as novas habilidades e conhecimentos do operador são acompanhadas de maior homogeneidade e simplificação das tarefas, deixando, por exemplo, ao pessoal técnico da manutenção as atividades mais complexas e criativas. Ao operário da produção, que opera as novas tecnologias, cabia, portanto, muito pouco a decidir, assumindo na prática a função de monitor da máquina. A padronização do trabalho poderia, inclusive, permitir às empresas maior flexibilidade na contratação dos operadores dos novos equipamentos (esse era o temor de alguns operários, que viam na padronização do trabalho ocasionado pelas novas tecnologias, um fator de redução do nível salarial) (Sousa, 1988:109).

A introdução de novas tecnologias microeletrônicas em operações estratégicas na linha de produção da indústria automobilística, tais como no setor de funilaria (onde se realiza a "soldagem" das partes que compõem o "corpo" do carro), por exemplo, tornou mais intenso, padronizado, ritmado e subordinado o trabalho operário, ao mesmo tempo que o tornava mais leve e menos insalubre.

O contraste entre a *linha de produção convencional* e a *linha de produção automatizada* na indústria automobilística demonstra o caráter complexo (e contraditório) das alterações no campo da produção e seus impactos sobre o mundo do trabalho industrial nos anos 80. Por exemplo, na linha convencional, a qualidade do produto era diretamente

proporcional à experiência do operário e as tarefas eram mais diversificadas, menos monótonas e exigiam mais habilidades manuais, apesar de o trabalho ser extremamente sacrificante fisicamente e prejudicial à saúde (não é à toa que a funilaria convencional era conhecida como “Vietnã” entre os operários no Brasil).

Na nova linha automatizada, por outro lado, ocorreram mudanças substantivas na natureza do trabalho, a partir da introdução de novas tecnologias microeletrônicas – CLP's, robôs, que promoveram mudanças importantes no conteúdo, ritmo e intensidade do trabalho dos operários da linha de produção. Em primeiro lugar, na percepção dos próprios operários, o trabalho tornou-se mais leve e mais fácil, ocorrendo menos acidentes de trabalho. Entretanto, constatou-se que ele se tornara mais padronizado, uma vez que se reduziu a diversidade das tarefas individuais, e das tarefas que exigiam habilidades especiais foram eliminadas. Devido à padronização do trabalho, os trabalhadores tornaram-se mais intercambiáveis entre si. O que implicou, portanto, uma flexibilidade na alocação do trabalho, com o capital podendo ter mais flexibilidade para deslocar o operário de um setor para o outro. Na nova linha, os trabalhadores são acostumados com as tarefas de todos os postos de sua seção, de modo que cada um pode substituir qualquer operário de sua área. Além disso, como salientamos, a padronização do trabalho contribuiu para que fossem incorporadas à rotina dos ponteadores e soldadores, tarefas típicas de inspeção dos produtos, criando, portanto, um primeiro nível de controle de qualidade (Carvalho, 1987).

Por outro lado, o que é perceptível é que os operários da produção se tornaram mais cativos da linha de montagem, com o ritmo do trabalho tornando-se mais intenso (a marcação do ritmo do trabalho era dada pelos robôs). Na verdade, era a adoção da automação

microeletrônica seletiva (a automação ocorrendo em alguns processos, mas não em outros) que iria propiciar o que alguns autores salientaram como sendo o fortalecimento – e intensificação – do fordismo no Brasil.¹ Isto é, constatou-se, na indústria automobilística, a utilização de duas estratégias principais: em primeiro lugar, pouquíssimas operações manuais foram substituídas e, como resultado, as tarefas humanas ficaram mais ainda sujeitas ao ritmo das máquinas; depois, a automação seletiva atingiu principalmente as operações de transferência e controle da produção, aumentando a sincronização e a integração. Foi a combinação das duas estratégias de organização da produção que propiciou uma intensificação das práticas fordistas de organização do trabalho, cuja principal consequência, segundo eles, foi o reforço do trabalho ritmado e fragmentado pela máquina, e, especialmente, a intensificação do trabalho (Carvalho e Schmitz, 1990)

Portanto, o que se observa é uma polarização das qualificações, que se expressa, por um lado, na desqualificação dos trabalhadores semi-qualificados de produção, nas áreas mais automatizadas (onde foram suprimidos os postos de trabalho que exigiam maior perícia), e, por outro, no enriquecimento do perfil dos operários qualificados da manutenção, com uma notável ampliação dos requisitos de conhecimento formal e da capacidade de abstração e resolução de problemas (Peliano et alii, 1987; Carvalho, 1987). Acompanhando a polarização das qualificações, ocorreu um novo patamar de

¹ A presença (e intensificação) do fordismo na linha de montagem na indústria automobilística no Brasil, nos anos oitenta, não nega que a característica essencial do novo complexo de reestruturação produtiva que se iniciava no país seja o toyotismo, ainda que de caráter restrito. A constatação de Carvalho e Schmitz de que o fordismo vive no Brasil em fins dos anos 80 – o que Humphrey iria caracterizar, mais tarde, como um “just-in-time taylorizado” – apenas denuncia o caráter restrito do novo complexo de reestruturação produtiva que ocorria no país, sob a égide do espírito do toyotismo (Carvalho e Schmitz, 1987; Humphrey, 1993).

superexploração do trabalho, caracterizado pela maior intensificação (e flexibilidade) do trabalho.²

6.2 Uma “Nova Rotinização do Trabalho”?

Nos anos setenta, Fleury denominou “rotinização do trabalho” o que poderia ser caracterizado como sendo uma incorporação peculiar do taylorismo no Brasil, sobretudo na organização do trabalho nas indústrias mecânicas. Através da indução à rotatividade do trabalho, possibilitada pelo uso indiscriminado de trabalhadores sem qualificação, executando tarefas planejadas, simples e individualizadas, tais indústrias procuravam, em última instância, instaurar um tipo de controle da força de trabalho na produção. Colocando obstáculos à organização dos operários no locais de trabalho, dava-lhes a impressão de uma permanente transitoriedade de emprego além de promover a preservação de baixos níveis salariais (Fleury, 1983).

Segundo Fleury, o esquema da “rotinização do trabalho” era “um modelo tecnicamente ineficiente”, mas adequado a uma época de

² Na indústria metal-mecânica, Leite constatou a existência de uma dupla tendência: por um lado, a simplificação do trabalho, já que a MFCN (Máquina -Ferramenta de Controle Numérico) praticamente assume as tarefas de execução das peças, e, por outro o aumento de complexidade das tarefas de preparação das máquinas, que passam a exigir mais conhecimentos e habilidades. Em sua análise da indústria metal-mecânica, alguns autores como Fleury e Elenice Leite constatarem que a tendência é o predomínio dos operários mais qualificados, o operador/preparador, com a possibilidade de evoluir para operador/preparador/programador, na medida em que se expande a difusão dos equipamentos dotados de Comando Numérico (Fleury, 1988; E. Leite, 1988). Mas, como salientou Márcia Leite, a qualificação ou desqualificação dos operadores de máquinas-ferramenta convencional, quando essas são substituídas por MFCN, depende fundamentalmente de que a tarefa de operação seja ou não integrada às tarefas de preparação e programação das máquinas (Leite, 1988). Entretanto, para ela, a integração das tarefas de preparação e programação das máquinas não depende das características técnicas das novas máquinas, mas do padrão de organização do trabalho, que se constitui, como iremos ver mais adiante, de uma variável da luta de classes na produção (o que implica dizer que, em certos casos, apesar da automação

mercado em expansão, protegido e subsidiado, contando ainda com o fato de que se vivia sob a ditadura militar, que procurava impedir a expressão da luta de classes no local de trabalho. Era, se poderíamos dizer assim, o padrão vigente da superexploração do trabalho sob o capitalismo industrial no Brasil nos anos 60 e 70.

Entretanto, a nova situação política no Brasil nos anos 80, o surgimento do “novo sindicalismo”, da pressão operária de massas e dos novos padrões de concorrência capitalista baseados nas novas tecnologias microeletrônicas, não permitiram a continuidade do tipo de controle da força de trabalho baseado no velho despotismo. Na verdade, surgiram, na produção, novos arranjos de controle do trabalho, um novo tipo de despotismo capitalista, mais sutil e envolvente, vinculado à lógica do toyotismo, considerado um modo de organização da produção (e do processo de trabalho) capitalista baseado na busca do envolvimento ativo dos operários, na captura da subjetividade operária pela lógica do capital, capaz de viabilizar os novos nexos contingentes da estratégia capitalista de produtividade e qualidade (*just-in-time/kan-ban*). Um dos principais exemplos de novos métodos de gerenciamento do trabalho de cariz toyotista que surgiram nos anos 80 no Brasil é o programa “Trabalho Participativo”, da Ford. De nítida inspiração toyotista, o programa de alcance mundial, visava a promover o envolvimento operário na produção.³

microeletrônica na produção, pode-se preservar - e inclusive intensificar - a organização taylorista do trabalho, o que denominamos de “nova rotinização do trabalho”).

³ Diz Silva: “Na Grã-Bretanha, uma maior conscientização do alto escalão da gerência [da Ford – GA] quanto aos assuntos relacionados à participação do trabalhador surgiu após um relatório de três gerentes graduados da Ford Europa sobre sua visita a sete empresas japonesas em 1983. O relatório recomendava a introdução de práticas de trabalho japonesas em fábricas britânicas como um passo para diminuir a defasagem de custos em relação aos concorrentes japoneses. A visita era parte do programa para alcançar os japoneses, que havia sido iniciado em 1979, quando da primeira visita do grupo ao Japão. Houve uma segunda visita, em 1980. Essas experiências resultaram no lançamento do programa ‘After Japão’ (Seguindo o Japão)” (Silva, 1990:325)

Mas, nas condições do capitalismo brasileiro dos anos 80, o que tende a surgir é uma “nova rotinização do trabalho”, tendo em vista que os novos métodos de gerenciamento capitalista de cariz toyotista tendem a assumir ainda um caráter restrito (e limitado), com a automação microeletrônica seletiva, por exemplo, contribuindo para intensificar, na linha de montagem, o trabalho operário; permitindo promover, num patamar superior, a degradação do trabalho de parcelas da classe operária – os *operários semi-qualificados*, não mais apenas em sua dimensão extensiva (e diríamos ineficiente), mas sim intensiva (e flexível).

Naquela época, o grosso das operações de manufatura das montadoras no país – incluindo a Ford – continuava sendo manual. Uma vez que a adoção das novas tecnologias atingiam apenas as funções relacionadas à manutenção do andamento do fluxo da produção, e ao controle da produção, tendia-se a aumentar a integração das linhas de montagem, reforçando significativamente o controle gerencial sobre o fluxo de produção. Portanto, não deixa de ser sintomático que Carvalho e Schmitz, em 1987, proclamem que o “fordismo vive” (o que apenas caracterizava o caráter restrito do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil nos anos 80). Segundo eles, a opção das montadoras por uma automação seletiva, voltada para a integração e sincronização das operações das manufaturas, implicava que “as tarefas tornaram-se mais ritmadas pela máquina do que antes e o fordismo, ao invés de ser superado, é intensificado.” (Carvalho e Schmitz, 1990:151).).

Deste modo, apesar da introdução de novas técnicas organizacionais inspiradas nos nexos contingentes do toyotismo, tais como o CCQ's e *just-in-time/kanban*, etc., as empresas continuavam preservando, no plano da organização da produção, a lógica taylorista–

fordista, caracterizada pela padronização do trabalho, rígida divisão do trabalho, a prescrição individual das tarefas, a ausência de autonomia dos operários na definição dos métodos de trabalho e na alocação das atividades no decorrer da jornada de trabalho nas empresas:

...as modificações observadas na organização do trabalho em empresas industriais brasileiras reduzem-se a pequenas adaptações, através da aplicação de alguns princípios (não técnicas) de racionalização, da introdução de versões locais dos novos modelos de organização e da criação de alguns esquemas ditos participativos. É possível, com isso, reduzir os custos, intensificar o ritmo de trabalho, atribuir novas tarefas aos trabalhadores (caso específico dos CCQ) e criar um ambiente participativo sem alterar as relações de poder no interior da fábrica. (Fleury, 1985: 64)

Além disso, preservava-se, para uma importante parcela da classe operária (os operários semi-qualificados), a alta rotatividade do trabalho, o débil investimento em programas de treinamento da força de trabalho, as complexas estruturas hierárquicas, os grandes diferenciais de salário entre o topo e a base da pirâmide salarial e a estrutura inadequada de salários e cargos (Leite, 1994: 572).

Portanto, o que caracterizava a “nova rotinização no trabalho” nos anos 80 era a articulação complexa (e contraditória) entre os nexos contingentes do toyotismo – adotados de modo restrito – e a automação microeletrônica de cariz seletivo, que reforçava e intensificava o fordismo (a extensão da linha de montagem, o controle dos ritmos e dos tempos de trabalho, a separação entre concepção e execução das tarefas).

Na verdade, nas condições do capitalismo retardatário do Brasil no anos 80, o capital procurava seguir a linha de menor resistência, promovendo uma estratégia de acumulação flexível, que articulava

elementos do "arcaico" e do "moderno" (o que possuía, com certeza, vantagens concorrenciais no plano do mercado mundial)⁴.

É importante salientar que a indústria automobilística no Brasil, em 1986, ainda dependia dos operários de produção semi-qualificados, tendo em vista que, no melhor ano da década em termos de aumento da produção (1986), aumentaram as funções semi-especializadas (de 27,89% em 1980, passaram a 38,66% em 1986) (Carvalho e Schmitz, 1990:153). Foram eles, portanto, os operários semi-qualificados, que vivenciaram o que denominamos "nova rotinização do trabalho", que pode ser considerada um processo de desqualificação, através da padronização do trabalho, que permitia uma maior flexibilidade e intensificação do trabalho, além, é claro, de maior controle do capital, com a preservação de um patamar de rotatividade do trabalho que ainda atingia uma parcela dos operários da produção:

Esta homogeneização das qualificações necessários à nova organização da produção significa também maior facilidade para remanejar a mão-de-obra, tornando a gerência mais autônoma em relação às ausências de trabalhadores experientes em postos-chaves do processo produtivo. (Sousa, 1988:119)

É por isso que, em seu balanço crítico das novas tecnologias nos anos 80 no Brasil, Abramo salientava que, o que denominamos "nova rotinização do trabalho" (ela não utiliza tal expressão), ainda permanecia como uma característica peculiar de um dos principais pólos da indústria brasileira, base do sindicalismo de classe – a indústria automobilística:

⁴ Na pesquisa sociológica comparativa realizada entre a planta da Ford em São Bernardo (Brasil) e em Dagenham (Inglaterra) em meados dos anos 80, Silva constatou que, com um nível muito menor de automação, a Ford de São Bernardo obtinha a mesma produtividade e níveis de qualidade iguais, quando não superiores, aos da Ford de Dagenham, em virtude não apenas do baixo custo da mão-de-obra, mas principalmente pela maior flexibilidade na sua utilização, pela maior intensidade do trabalho, uma disciplina mais rígida, maior controle gerencial sobre o processo de trabalho, e pela capacidade de implementação de programas de compromisso dos trabalhadores com a qualidade da produção (como o Controle Estatístico da Produção - CEP) (Silva, 1988).

Se é verdade que em algumas empresas do setor metal-mecânico (caracterizadas pela produção em pequenas séries de produtos diversificados) existem processos de mudança na organização do trabalho e nas políticas de gestão de mão-de-obra que apontam para um modelo distinto do taylorismo-fordismo, em outros setores (como a indústria automobilística), a automação microeletrônica parece estar acentuando algumas das características mais marcantes desse mesmo modelo: a extensão da linha de montagem, o controle dos ritmos e dos tempos de trabalho, a separação entre concepção e execução das tarefas. (Abramo, 1990:24)

De certo modo, a “nova rotinização do trabalho”, uma das principais características do mundo do trabalho no Brasil dos anos 80, possuiu vínculos com a densidade da luta de classes no Brasil. Ela revelava um paradoxo do sindicalismo brasileiro nos anos 80, que iremos tratar mais adiante: ele – o sindicalismo de classe – conseguiu impor-se na luta política contra o despotismo capitalista, mas não conseguiu intervir nas deliberações estratégicas sobre a organização da produção e do trabalho (inclusive em seu pólo organizado, o sindicalismo metalúrgico do ABC paulista).

Na verdade, as novas tecnologias microeletrônicas na produção possuem o potencial de instaurar – ou não – a degradação do trabalho; produzir – ou não – a desqualificação do trabalho; proporcionando – ou não – uma “nova rotinização do trabalho”. Por exemplo, a mera simplificação das tarefas de operação, proporcionada pela automação microeletrônica, não significa, necessariamente, uma desqualificação do trabalho. Por si só, elas não poderiam contribuir para instaurar a “nova rotinização do trabalho”.⁵ Pelo contrário, a sua instauração não é

⁵ Carvalho, em 1986, salientava que o sistema de organização social do trabalho, através da qual a tecnologia é incorporada, possui um papel relevante. Disse ele: “...as inovações tecnológicas, em si mesmas, não são totalmente fechadas no que diz respeito às possibilidades de utilização do trabalho, isto é, não predeterminam completamente as conseqüências no nível das qualificações e controle por parte dos trabalhadores” (Carvalho, 1987:31). Na verdade, Schmitz, em 1984, analisando a utilização da tecnologia do controle numérico nas empresas americanas e inglesas, por

determinada meramente por exigências técnicas, mas por determinações políticas, isto é, pela capacidade do trabalho de colocar – ou não – obstáculos à sanha do capital na produção, intervir na organização do trabalho, e determinar a forma de incorporação das novas tecnologias microeletrônicas na produção (o que depende não apenas da relação de poder entre capital e trabalho no local de produção, mas da capacidade de organização da classe trabalhadora no campo sócio-estatal)⁶.

um lado, e empresas escandinavas e alemãs, por outro, constatou que, se nas primeiras havia uma tendência de as gerências estabelecerem uma rígida divisão do trabalho entre operadores e programadores de MFCN, removendo, portanto, todo o trabalho inteligente ligado ao planejamento e controle (o que levaria, portanto, a uma degradação do trabalho); nas segundas, planejadores, programadores, mestres e operadores participavam em conjunto das atividades de programação (Schmitz, 1984:23-24). Na verdade, as novas tecnologias, apesar de possuírem o estigma da intenção capitalista de centralizar o controle da produção, para Schmitz (e Carvalho), "o seu resultado é a criação da possibilidade e não da necessidade desta centralização" (Carvalho, 1987:31). Entretanto, existem limites no argumento de Carvalho, que ele próprio reconhece, ou seja, alguns tipos de tecnologia, tais como aquelas relacionadas à automação rígida (por exemplo, as utilizadas na indústria têxtil e que eram objeto de análise de Marx sobre a maquinaria no século XIX) trazem embutidas em seu desenho consequências inevitáveis de desqualificação do coletivo do trabalho, com perda imediata dos trabalhadores sobre o processo de trabalho (o que implica considerar que, são apenas as novas tecnologias vinculadas à transição para a "pós-grande indústria", à III Revolução Tecnológica, que abrem a possibilidade de irmos além da divisão do trabalho).

⁶ Leite, em sua análise do processo de trabalho em indústrias mecânicas no Brasil nos anos 80, constatou que o problema da qualificação, quando se trata das novas tecnologias, é algo contraditório e complexo, só podendo ser pensado quando se trata das modalidades de organização do trabalho: "...no caso das MFCN, a qualificação ou desqualificação é em grande parte determinada pelo fato de o trabalhador se ocupar ou não da preparação da máquina, assim como da elaboração, teste e ajuste dos programas." (Leite, 1994). É a organização dos trabalhos de execução, preparação e programação que decide a qualificação (o que pode variar segundo a estratégia de organização do trabalho de cada empresa). Inclusive, segundo ela, algumas novas modalidades de organização da produção utilizadas na indústria mecânica, tais como as células de usinagem e a tecnologia de grupo, podem provocar a desqualificação (ou o que consideramos como sendo uma "nova rotinização do trabalho"), isso apesar do enriquecimento do trabalho dos operadores de máquina, tais como a integração do controle de qualidade e da manutenção na produção: "...ao destinar sempre o mesmo tipo de família de peças para o mesmo grupo de máquinas, a tecnologia de grupo não só diminui muito, e às vezes até elimina o trabalho de preparação das máquinas, que se constitui numa das atividades mais complexas do trabalho do operador, como padroniza o tipo de peça com que cada operário trabalha, rotinizando seu trabalho. Na

Foi essa debilidade estrutural do sindicalismo brasileiro que contribuiu, de certo modo, para que o capital pudesse recompor, nas condições estruturais do Brasil dos anos 80, uma “nova rotinização do trabalho”, capaz de permitir um novo patamar de superexploração do trabalho. A introdução de novas tecnologias microeletrônicas na produção, ocorridas no interior de um modo de organização do trabalho que preservava uma divisão rígida dos trabalhos de preparação e execução, bem como na divisão do trabalho de concepção e execução, que caracterizam a organização taylorista-fordista do trabalho, impôs limites a qualificação do operador e reproduziu, sob novas bases técnicas, o controle – e superexploração – do trabalho no Brasil.

6.3 Os Potenciais de Crise do Mundo do Trabalho no Brasil dos Anos 80

É possível discernir, nos anos 80 no Brasil, alguns aspectos da crise do mundo do trabalho, que se desenvolveriam, com maior intensidade, velocidade (e amplitude) sob a era neoliberal, assumindo, a partir daí, um novo patamar de dirupção do mundo do trabalho no Brasil. É possível constatar, por exemplo, a constituição – ainda limitada a alguns setores industriais e nesses, a algumas empresas e seções de trabalho – do desemprego estrutural da indústria (que surgia com o declínio da elasticidade-produto do emprego industrial, um dos principais problemas do mundo do trabalho industrial dos anos 90, atingindo

realidade, ao eliminar a diversificação do trabalho, ela acaba também com um dos elementos mais importantes que interferem na qualificação dos trabalhadores da indústria mecânica: a variabilidade do processo.” (Leite, 1994:183). Nesse caso, a apreensão subjetiva dos operários é de perda de qualificação e menor satisfação profissional, que acompanham os demais impactos das novas tecnologias sobre as condições de trabalho, tais como o cansaço mental (acompanhado pelo aumento da responsabilidade).

importantes regiões industriais do país, tais como o ABC, berço do sindicalismo classista).

Outrossim, vislumbrava-se o desenvolvimento de um modo de descentralização produtiva, a terceirização, que, sob a era neoliberal, tenderia a promover alterações disruptivas no mundo do trabalho no Brasil. Por outro lado, a maior resistência política (e sindical) no Brasil dos anos 80 contribuiu para a preservação, no bojo da Constituição de 1988, dos direitos trabalhistas (não estava posto no horizonte da estratégia capitalista no país, com vigor, um outro componente da crise do mundo do trabalho: a lógica da desregulamentação – e flexibilidade – do direito do trabalho e dos novos tipos de flexibilidade produtiva, adequada a uma racionalização de custos das principais indústrias do país).

– Desemprego Estrutural nos Anos 80 ?

A introdução de novas tecnologias microeletrônicas na produção nos primórdios dos anos 80, apesar de ser incipiente no cenário industrial brasileiro, colocava, na época, novos potenciais de crise do mundo do trabalho (em 1983, a Ford, uma das principais empresas da indústria automobilística, inauguraria, por exemplo, novos processos de produção, dos quais os robôs eram as maiores estrelas). De imediato, a automação microeletrônica na produção, pela sua seletividade (e por ser incipiente), não promoveu alteração substancial na condição do emprego na indústria brasileira. Entretanto, os novos processos de produção, caracterizados pelas novas tecnologias microeletrônicas, aliados a novos modelos de organização do trabalho, sob inspiração toyotista, apesar de sua presença bastante incipiente no cenário industrial do Brasil dos anos 80, eram vistos como uma tendência

irreversível que levaria, pelo menos a médio e longo prazo, a atingir as condições do emprego e, portanto, o próprio mundo do trabalho industrial.⁷

Na indústria automobilística, que detinha a liderança no complexo de reestruturação produtiva, constatava-se, por exemplo, em meados dos anos 80, a absorção de menor número de operários para lidar com as novas tecnologias. O processo de inovação tecnológica ocorria com mais intensidade em áreas tradicionalmente absorvedoras de trabalho, tais como a funilaria, a pintura, a estamparia e a usinagem (inclusive na área de administração, com modificações de caráter tecnológico, tais como a informatização, ocorreu a diminuição de postos de trabalho).

A recessão de 1980–1983 provocou demissões em massa na indústria brasileira, promovendo uma brusca retração no nível da produção e do emprego industrial. Ocorreu, pela primeira vez, o crescimento acentuado do desemprego aberto, com o nível de emprego da indústria diminuindo em termos absolutos, sendo em 1983 idêntico ao de 1973 (Baltar, Dedecca e Henriques, 1996:92). Mais tarde, a indústria voltaria a contratar, só que em menor proporção (e, em alguns setores industriais não ocorreu a contratação).

A perda de participação relativa do emprego industrial na estrutura ocupacional brasileira nos anos 80 deveu-se à debilidade da dinâmica setorial e apenas marginalmente a determinações estruturais vinculadas a processos de reestruturação produtiva, tais como a introdução das inovações tecnológicas (e organizacionais), que eram incipientes (ou inexistentes). Na verdade, era ainda condicionada por determinações conjunturais, vinculadas à drástica recessão do período 1980–1983. É por isso que, entre 1984 e 1986, com uma rápida

⁷ Em 1984, seria constituída pela Secretaria Especial de Informática uma comissão, coordenada pelo DIEESE, para estudar os aspectos sociais e econômicos da automatização na indústria.

elevação do nível de atividade da economia brasileira, o emprego industrial se recuperou, retornando ao nível prevalecente antes da recessão, reduzindo substancialmente o desemprego.

Entretanto, em meados dos anos 80, em termos relativos, constatava-se, em alguns setores industriais, como a indústria automobilística – onde a presença das novas tecnologias tornava-se marcante (e o novo sindicalismo possuía suas principais bases de sustentação) – o que os economistas denominam “declínio da elasticidade-produto do emprego industrial” (a não contratação, ou a redução significativa de contratações, apesar do crescimento da produção). Havia indicações, naquela época, da constituição, em nível real, de uma ofensiva do capital na produção, que poderia debilitar, pelo menos a médio e longo prazo, o mundo do trabalho na principal indústria de ponta do país:

A nova tecnologia reforça as oportunidades de demissão dos trabalhadores, sem provocar qualquer impacto negativo à produção. Muito ao contrário, os novos equipamentos obrigam os trabalhadores a acompanhar seu ritmo, alcançando níveis expressivos de produtividade. Mesmo ampliando o volume de produção, a capacidade de incorporar força de trabalho ao processo produtivo é reduzida, não permitindo recuperar os níveis anteriores. (Sousa, 1988:96)

O que se observava, portanto, a partir dos anos 80, era que o número de novas contratações foi significativamente inferior ao que seria com a utilização de tecnologia convencional. Isso significava que estava havendo, nos anos 80, uma significativa redução da capacidade de geração de emprego no principal setor industrial no país – o setor automobilístico, onde se concentra com maior intensidade e amplitude o processo de reestruturação produtiva (Abramo, 1990:50).

Deste modo, se, na linha de produção convencional, utilizada no período da “industrialização pesada”, produzia-se menos com mais

operários; com a nova linha de produção, com CNC, CLP's, células de produção, etc., produzia-se muito mais, com menos operários. O depoimento de um representante de comissão de fábrica, citado por Souza (em 1985), demonstrava, naquela época, o incremento da produtividade do trabalho no cenário industrial:

A gente nota que a produção também aumentou. Na época da primeira fábrica eram 26 carrocerias por hora. Agora estamos na base de 43 carrocerias por hora. Nessa área da pintura não aumentou o número de pessoas. Foi robotizado, mas o número de pessoas continua o mesmo. (Apud Sousa, 1988:93)

É por isso que o medo do desemprego atingia, nos anos 80, uma parcela de operários das indústrias automobilísticas (e metalmecânica) onde se tornava cada vez mais presente a introdução de novas tecnologias microeletrônicas (ou novas modalidades de organização da produção).

Ao analisar a subjetividade do trabalhador diante da automação, Abramo, que colheu depoimentos de operários das montadoras da indústria automobilística, salientava que a insatisfação é maior do que a satisfação (Abramo, 1988:136).

– Em Busca de Uma Nova Flexibilidade Produtiva

No plano institucional, o Brasil dos anos 80 é caracterizado pela luta dos trabalhadores, pela explosão do sindicalismo num cenário de transição rumo à democracia política, o que contribuiu, de certo modo, para a preservação dos direitos sociais do trabalho na Constituição de 1988. O estatuto da flexibilização dos direitos do trabalho, portanto, não conseguiu se manifestar ainda no horizonte da estratégia capitalista no Brasil.

Na verdade, o mercado de trabalho no Brasil já possuía uma “flexibilidade estrutural” nas relações de trabalho: um tipo de flexibilização adequado ao padrão tradicional de superexploração do trabalho, vigente desde os anos sessenta. A “flexibilidade estrutural” que caracteriza o mercado de trabalho no Brasil pode ser constatada, por exemplo, pela relativa facilidade para a adequação numérica do contingente de ocupados e pelas flutuações no nível real de rendimentos do trabalho. Ou ainda, pela

(1) manutenção de elevada rotatividade do trabalho, em uma estrutura ocupacional com um peso significativo do trabalho desqualificado; e (2) variações do salário nominal decorrentes do crônico processo inflacionário, da elevada rotatividade e da limitada ação sindical (Dedecca e Montagner, 1993).

No caso da indústria automobilística nos anos 80, o processo de reestruturação produtiva implicou a persistência da rotatividade do trabalho para algumas parcelas da classe operária em processo de desqualificação – semi-especializados, no caso das montadoras (os atingidos pela nova rotatividade do trabalho) – ou ainda de operários não-qualificados (ajudantes de produção). De certo modo, era sobre a parcela de operários semi-qualificados que as empresas procuravam adequar seus custos à alteração do cenário econômico (o que pode ser constatado pelo atrelamento do nível de emprego ao nível da produção, e a flutuação da rotatividade, embora a taxas mais baixas, em relação ao ciclo econômico) (Montagner e Brandão, 1994).

É claro que surgiu, nos anos 80, uma tendência à “estabilização” da força de trabalho, em termos relativos, que iria atingir, a médio e longo prazo, parcelas significativas dos operários da indústria automobilística. Por isso, a utilização da flexibilidade estrutural, baseada na rotatividade do trabalho e na própria variação do salário nominal como estratégia de racionalização de custos, tenderia a demonstrar um

relativo esgotamento, o que iria exigir, do capital, a instauração de novas estratégias de flexibilização do trabalho baseadas, como iremos ver, na racionalização de custos, desverticalização produtiva, especialização das atividades econômicas, subcontratação, uso de força de trabalho temporária, jornada de trabalho parcial e jornada de trabalho modulada (muitas vezes, negociados com os sindicatos operários).

A investida neoliberal no Brasil dos anos 90, voltada para a desregulamentação do direito do trabalho, cujo maior exemplo é a Lei do Contrato Temporário, aprovado em 1997, sob o governo Cardoso, imprimirá características disruptivas à flexibilidade estrutural do trabalho no Brasil. Ela surge como a nova lógica capitalista no Brasil, procurando criar novos patamares de flexibilidade estrutural adequados à época da III Revolução Industrial e da mundialização do capital, o que implica reduzir custos sem prejudicar a qualidade. Ela tende a atingir os mais diversos aspectos da prática operária e assumirá diversas modalidades, atingindo, de vez, o mundo do trabalho (Dedecca, C. e Montagner, P., 1993).

Mas, no Brasil dos anos 80, podem ser constatados indícios de um outro aspecto da crise do mundo do trabalho, um tipo de descentralização produtiva denominado terceirização, um componente da flexibilização produtiva voltada para a racionalização de custos, que iria irromper na década seguinte. É o impulso à descentralização produtiva nos anos 90 que irá promover, com maior amplitude (e intensidade), a desconstrução do mundo do trabalho no Brasil, constituindo um dos principais traços do novo complexo de reestruturação produtiva sob a era neoliberal.

Superexploração do Trabalho e Luta de Classes no Brasil dos Anos 80

O novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil dos anos 80, caracterizado pela nova rotinização do trabalho, não conseguiu realizar o seu principal objetivo – a constituição de uma nova hegemonia do capital na produção, capaz de instaurar um comprometimento operário com os valores capitalistas e promovendo, deste modo, uma parceria entre capital e trabalho. Na verdade, a nova rotinização do trabalho contribuía para a mera reprodução da superexploração do trabalho sob novas bases técnico-organizacionais. Por outro lado, a

depreciação salarial, o “arrocho salarial” – um outro aspecto da superexploração do trabalho nos anos 80 – era objeto da insubordinação sindical, preservando, em maior ou menor proporção, o antagonismo de classe em suas múltiplas expressões, seja no campo da administração da produção, na relação entre operários e chefias; seja no campo das relações industriais, entre sindicatos e empresas.

Por isso, a principal característica do novo complexo de reestruturação produtiva nos anos 80, o que denominamos toyotismo restrito, era a sua debilidade em instaurar uma nova hegemonia do capital na produção, tornando-se, deste modo, incapaz de realizar as promessas “integracionistas” do espírito do toyotismo. A persistência da superexploração do trabalho e do antagonismo de classes debilitavam um dos principais intentos do toyotismo: promover a direção moral-intelectual do capital na produção, articulando consentimento operário e controle do trabalho, capaz de realizar a subsunção da subjetividade operária à lógica do capital. É uma articulação que ocorre no interior da produção, realizando-se através das novas disposições organizacionais (e “institucionais”). A introdução do *just-in-time/kanban*, CCQ's, etc, pressupõe dispositivos “institucionais” capazes de garantir o comprometimento operário com a nova linha produtiva (estabilidade no emprego, novo sistema de pagamento, perspectivas de promoção, etc). Se os operários se recusarem a participar das atividades de grupo ou a assumir a responsabilidade pelo seu próprio trabalho, os dispositivos organizacionais do toyotismo, tais como *just-in-time/kanban* e CCQ's não conseguirão implementar-se. Por isso, o toyotismo pressupõe a constituição de uma nova subjetividade operária, conformista, interessada, com dedicação total e subordinação às metas do capital. Além disso, é importante anular o antagonismo de classe na produção (o

que implica considerar que uma oposição sindical de classe, tal como havia nos anos 80 no Brasil, tende a prejudicar o novo sistema).

7.1 Superexploração do Trabalho no Brasil:

A Nova Discrepância entre Capital e Trabalho

A presença da superexploração do trabalho vincula-se, de certo modo, à constituição retardatária do capitalismo industrial no Brasil. Enquanto o processo de constituição do capitalismo clássico implicava percorrer a trajetória do artesanato, manufatura e da grande indústria (o que indicava um processo de constituição histórica da subsunção do trabalho ao capital, permeado por lutas de classes), a constituição do capitalismo industrial no Brasil deu-se no interior de um contexto sócio-histórico mundial onde predominava, no plano do capitalismo central, a grande indústria. O que permitiu, de maneira precoce, não apenas a articulação, no cenário industrial do país, da mais-valia absoluta com a mais-valia relativa, mas a constituição de um novo poder do capital diante do trabalho assalariado (o que caracterizou a debilidade estrutural da organização da classe operária no país).

A partir de meados dos anos cinquenta, o novo patamar de “industrialização pesada” implicou um destacado “salto tecnológico”. As indústrias de bens de consumo duráveis (e de bens de produção), implantadas pelo capital internacional, incorporaram novas tecnologias que promoveram uma “queima de etapas” no processo de constituição do sistema industrial produtor de mercadorias. As novas plantas industriais no Brasil surgiram como um verdadeiro organismo de produção inteiramente acabado, onde o “trabalho morto” se impõe sobre o “trabalho vivo” numa dimensão inimaginável:

...o processo de reprodução do capital “queima” várias etapas, entre as quais a mais importante é não precisar esperar que o

preço da força de trabalho se torne suficientemente alto para induzir as transformações tecnológicas que economizam trabalho." (Oliveira, 1972: 42)

As novas tecnologias vinculadas à II Revolução Industrial, portanto, conduziram o Brasil, a partir de meados dos anos 50, a um salto histórico da produtividade industrial, sem que ocorresse, por sua vez, um salto proporcional do salário real. Não é que o crescimento industrial sob o capitalismo retardatário não criasse empregos, mas sim que a aceleração do desenvolvimento industrial, tal como ocorreu nas décadas seguintes – os anos sessenta e setenta, sob a posição das novas tecnologias próprias da “industrialização pesada” – iriam promover um distanciamento irrecuperável dos rendimentos do capital em relação aos rendimentos do trabalho, “uma brecha abismal na distribuição dos ganhos de produtividade entre lucros e salários” (Oliveira, 1972).

Portanto, um dos principais aspectos da superexploração do trabalho no Brasil, sobretudo nas indústrias de ponta, em que se incorporam, sob a etapa desenvolvimentista, as novas tecnologias vinculadas à II Revolução Industrial (e, mais tarde, sob a era neoliberal, as novas tecnologias vinculadas à III Revolução Industrial), é a contínua reposição da discrepância histórica entre os rendimentos do capital em relação aos rendimentos do trabalho, promovida através do incremento da produtividade industrial nas condições sócio-históricas da periferia capitalista.

No caso do Brasil, ocorre um tipo de exploração do trabalho que assume uma particularidade histórica em relação aos países capitalistas centrais: o incremento da capacidade produtiva do trabalhador assalariado – o que pressupõe a mais-valia relativa – ocorre sob determinações sócio-históricas perversas, no sentido político-

institucional. É a debilidade histórica da classe operária, em sua inserção político-sindical, que possibilita um maior potencial de apropriação de valor por meio das novas tecnologias, viabilizando, portanto, parte dos excedentes internos para a acumulação do capital no país. O que denominamos, portanto, superexploração do trabalho é um dos traços histórico-estruturais do capitalismo industrial no Brasil.

É claro que, sob os países capitalistas centrais, sob a grande indústria, a articulação entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa está presente. Só que o poder político-sindical da classe trabalhadora nos países capitalistas centrais contribuiu para a instituição de obstáculos à voracidade do capital, permitindo, deste modo, pelo menos na época de crescimento do capitalismo tardio, uma maior redistribuição das riquezas produzidas pelo trabalho.¹ O que não ocorreu nos países de capitalismo retardatário, como o Brasil, que sempre se caracterizaram pela debilidade político-sindical (e histórica) da sua classe operária. Por isso, tende a se constituir um modo particular de articulação entre mais-valia relativa e mais-valia absoluta, a superexploração do trabalho, que permite uma maior apropriação do potencial produtivo das novas tecnologias pelo capital.²

¹ Algo que parece está sendo revertido sob a mundialização do capital, como podemos depreender da observação de Mikhail Gorbachev, no Fórum Mundial, realizado no Fairmont Hotel em San Francisco, em 1995, quando disse: "Será que o mundo se transformará num imenso Brasil, em países cheios de desigualdades e com guetos para as elites ricas?" (Apud Martín & Schumann, 1997:229). O que nos permite dizer que, de certo modo, a superexploração do trabalho tende a ser a nova realidade nos países de capitalismo desenvolvido, em virtude do novo poder da sanha da valorização decorrente da mundialização do capital.

² O conceito de superexploração do trabalho que utilizamos é diverso do utilizado por Ruy Mauro Marini, onde a superexploração do trabalho não implicava um aumento da capacidade produtiva do trabalhador assalariado (Marini, 1973,41). Sob o período da nova internacionalização do capital, a superexploração do trabalho assume uma nova determinação: ela pressupõe desenvolvimento de novas tecnologias no interior de um complexo social em que a classe operária não conseguiu erguer obstáculos à sanha avassaladora do capital. Nesse caso, a discrepância entre os rendimentos do trabalho e os rendimentos do capital tende a tornar-se cada vez maior, em termos relativos (e não absolutos, posto que é possível, segundo a conjuntura do ciclo capitalista, que haja

Evolução Salarial (*) e Produto por Emprego no Setor Automotivo do ABC

Data	Montadora	Autopeças	Produto por emprego (***) (Veículo por trabalhador)
Abril/1988	83,4	83,4	9,5
Abril/1989	79,5	79,5	8,6
Março/1990	56,5	50,5	7,8
Abril/1991	54,7	47,4	8,8
Março/1992	56,0	35,9	10,2
Abril/1993	65,3	57,3	13,0
Abril/1994	64,7	57,0	14,8
Abril/1995	56,7	48,7	15,6
Dezembro/1996	47,6 (**)	38,3 (**)	17,7

Base 100,00 em 1º de abril de 1988 (salário nominal no primeiro dia do mês)

(*) Índices de evolução do salário real, nas datas de recebimento, corrigidos pelo ICV-DIEESE

(**) Estimativa de Bresciani para 1996

(***) Veículos por emprego na Indústria automobilística (montadoras e autopeças)

Fonte: (Bresciani, 1997:57) e ANFAVEA, 1997

A vigência da superexploração do trabalho, que, apesar de centrada na mais-valia relativa, mantém como sua determinação reflexiva a mais-valia absoluta, pode implicar certas conjunturas do ciclo capitalista, o crescimento do padrão de vida de parcelas da classe operária. Só que ela ocorre sob a reposição (e recriação) contínua da concentração de renda, da desigualdade social, que reflete a discrepância entre os rendimentos do trabalho e os rendimentos do

incremento de salário real - o que pode implicar melhoria do padrão de vida para parcelas da classe operária).

capital, ou ainda, do incremento da brecha produtividade industrial - salário real. É o que observamos, por exemplo, nos períodos de expansão capitalista no país, como de 1955-1962, de 1968-1973 (ou ainda, 1993-1995), onde é possível constatar o incremento da produtividade industrial acompanhada pelo crescimento da concentração de renda (e, em alguns casos, da queda de salários reais)³.

O novo complexo de reestruturação produtiva, sob o "momento predominante" do toyotismo, tende a constituir uma nova reposição (ou re-criação) da superexploração do trabalho no Brasil. Especialmente sob a era neoliberal, percebe-se que o crescimento da produtividade industrial não é acompanhado pelo crescimento proporcional do salário real. Observamos, por outro lado, a debilitação do poder social (e político) da classe operária, em virtude do crescimento do desemprego estrutural na indústria. Apesar de a superexploração do trabalho ser impulsionada pela mais-valia relativa, constituída pelo novo complexo de reestruturação produtiva, ela é permeada, mais do que nunca, pela mais-valia absoluta, demonstrando a persistência do "arcaico" na constituição do "moderno":

O sistema evidentemente se move, mas na sua re-criação ele não se desata dos esquemas de acumulação arcaicos, que paradoxalmente são parte de sua razão de crescimento; ele aparenta ser, sob muitos aspectos, no pós-64, bastante diferenciado de etapas anteriores, mas sua diferença fundamental talvez resida na combinação de um maior tamanho com a persistência dos antigos problemas. (Oliveira, 1972:75)

Na verdade, o novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil tende a re-criar a discrepância entre o potencial produtivo do trabalho e a perversa concentração de renda no país. O caso paradigmático é o ciclo de crescimento da economia brasileira no

³ Logo após o Plano Real, em 1994, é possível constatar um movimento relativo de desconcentração de renda que, entretanto, tendeu a se reverter nos anos seguintes, demonstrando que a exceção confirmou a regra.

período de 1970-1973. O “milagre brasileiro” sustentou-se, por exemplo, na correlação estrutural entre o tipo de “industrialização pesada”, baseada na expansão do Departamento III (o setor de bens de consumo duráveis), e a contenção dos salários reais, isto é, a penalização do crescimento dos salários reais dos trabalhadores. Reproduziu, deste modo, num novo patamar histórico, a exclusão social (um dos traços estruturais da objetivação do capitalismo no Brasil). Como observou Oliveira, “a expansão capitalista da economia brasileira aprofundou no pós-64 a exclusão que já era uma característica que vinha se firmando sobre as outras e, mais que isso, tornou a exclusão um elemento vital de seu dinamismo” (Oliveira, 1972:85).

Esta assimetria da distribuição dos ganhos de produtividade e da expansão do capitalismo industrial constituiu, em vários períodos históricos da industrialização brasileira, um dos principais catalisadores da contradição política entre capital e trabalho. Tal conjuntura pode ser observada, por exemplo, na crise do “pacto populista”, ou ainda, na crise do regime bonapartista-militar, quando as greves operárias do ABC paulista (em 1978-1980) expressaram a contestação à lógica estrutural da superexploração do trabalho no Brasil. Na verdade, o “novo sindicalismo” da CUT e do PT constituiu-se entre 1978-1980, a partir, portanto, das lutas de resistência contra a superexploração do trabalho.

Sob a era neoliberal, nos anos 90, tende ocorrer um novo desdobramento da superexploração do trabalho no Brasil, em virtude de o complexo de reestruturação produtiva contribuir para uma crise do sindicalismo no Brasil. O que pode conduzir, de certo modo, a uma maior discrepância entre o poder do capital e o poder do trabalho no cenário histórico do capitalismo brasileiro. Não obstante isso, contribui para a re-criação de uma nova exclusão social nos pólos modernos da economia brasileira, em virtude do crescimento do desemprego

tecnológico e da precarização do emprego e salário (como comprovam os dados sobre o crescimento da “informalização” da força de trabalho no país).

7. 2 A Superexploração do Trabalho nos Anos 80

Nos anos 80, a superexploração do trabalho no Brasil era caracterizada, em primeiro lugar, pelo arrocho salarial, onde a variação do salário nominal, em virtude do crônico processo inflacionário, impulsionou os movimentos de contestação operária nos anos 80 (principalmente do setor industrial), e, depois, pela “nova rotinização do trabalho” que, no campo da produção industrial, contribuiu para uma intensificação (e degradação) mesmo em parcelas amplas da classe operária.

A forma de superexploração do trabalho nos anos 80 no Brasil instituiu limites à consolidação de uma nova subjetividade operária, capaz de contribuir para um toyotismo sistêmico, para uma nova subsunção real da subjetividade operária à lógica do capital (o que ocorreria nos anos 90, quando a superexploração do trabalho passaria a incorporar novas determinações sócio-históricas).

1. O Arrocho Salarial

A depreciação salarial caracterizou a política salarial no Brasil nos anos 80. Foi o “arrocho salarial” – ou as perdas do salário real (e relativo) – que impulsionou as lutas operárias na indústria automobilística. O capital monopólico da indústria automobilística no Brasil nos anos 80 preservava, como uma vantagem estratégica (não mais exclusiva, é claro), a preservação dos baixos salários como um

componente da competitividade dos produtos brasileiros (por exemplo: o ferramenteiro, nos EUA, ganhava, em 1990, 15,76 dólares por hora; enquanto o brasileiro ganha 1,75) (Antunes, 1990:99):

...na particularidade brasileira, estas lutas ganham ainda mais essencialidade porque dizem respeito à própria possibilidade de sobrevivência do trabalhador. A degradação salarial intensa e extenuante obriga ao movimento operário, através da ação sindical e grevista, a centrar o eixo de sua ação neste universo." (Antunes, 1990:34)

- A Nova Rotinização do Trabalho

No campo da produção, a superexploração do trabalho no Brasil articulou-se através da combinação da dimensão absoluta da mais-valia (com a utilização, por exemplo, do recurso da hora-extra) com a sua dimensão relativa, uma "nova rotinação do trabalho" centrada na automação microeletrônica seletiva, imposta por uma nova organização do trabalho, que intensificava seu ritmo, sua flexibilidade (e seu controle) - o que alguns sociólogos salientavam como sendo um fortalecimento do fordismo no Brasil.

Apesar de a depreciação salarial impulsionar cada vez mais a rebeldia operária contra a superexploração do trabalho, nos anos 80, a dimensão da nova rotinação do trabalho tendia a surgir como um importante elemento de insatisfação operária. Foi a percepção operária das novas condições do processo de trabalho, cujo traço principal é a intensificação (e a flexibilidade), que levou à contestação sindical dos mecanismos de dominação do capital expressos nas novas políticas de gestão do trabalho. As novas condições do processo de trabalho - a "nova rotinação do trabalho" - expressavam, naquela época, o novo mecanismo de superexploração do trabalho no país.

Por exemplo, em sua pesquisa sociológica sobre o impacto das novas tecnologias sobre a subjetividade operária nas indústrias

mecânicas, Leite, observou, em 1988, que a necessidade de operar mais de uma máquina, imposta pela polivalência do trabalho, era vivida pelos operários como uma intensificação (e exploração) do trabalho. Além disso, ao desempenharem novas funções, com a quebra da demarcação das antigas profissões, ocasionada pela flexibilização do trabalho, além de intensificar o trabalho, levava-os a ter a percepção de se sentirem lesados ao serem obrigados a desempenhar um trabalho considerado mais qualificado sem compensação salarial correspondente (Leite, 1994).

Por outro lado, Sousa, constatou, em 1985, na indústria automobilística, que a principal reclamação dos operários era que a introdução das novas tecnologias microeletrônicas e, por conseguinte, o crescimento da produtividade do trabalho, não era acompanhado pela melhoria dos salários, ou ainda pela alteração no plano de classificação de cargos e na estrutura salarial (apesar de os operários da linha automatizada estarem situados em grande parte no nível mais alto da faixa salarial correspondente ao cargo, o que pode ser explicado pelo tipo de critério utilizado para o recrutamento interno dos operários para a nova linha: trabalhadores no grau mais alto de sua categoria) (Sousa, 1988:109).

Na verdade, nos anos 80 constituiu-se um novo eixo de luta operária adequado à nova ofensiva do capital na produção, representado pelo complexo de reestruturação produtiva e tendia a orientar seus conflitos e demandas para o interior das empresas, passando a denunciar os mecanismos de dominação do capital inscritos na organização da produção (Carvalho, 1987:90). É a partir daí que surgem, por exemplo, as lutas operárias pela Comissão de Fábrica e pela intervenção sindical no processo decisório de introdução de novas tecnologias na produção.

Entretanto, no plano da política operária, era o eixo de luta salarial que possuía o potencial de generalização capaz de aglutinar a classe operária contra a superexploração do trabalho. A luta sindical contra o arrocho salarial é que possuía o potencial para articular as várias frações da classe trabalhadora contra um traço estrutural da acumulação capitalista no país. Ela é que conseguiu agregar, nos anos 80, as diversas categorias da classe trabalhadora (o que não ocorria, por exemplo, com a luta operária pela organização por local de trabalho) (Antunes, 1990).

7. 3 Luta de Classe na Produção nos Anos 80:

O Antagonismo entre Capital e Trabalho

É no plano do que os sociólogos denominam “relações de trabalho” – um dos importantes dispositivos institucionais do toyotismo – que é perceptível a debilidade da hegemonia do capital na produção no Brasil dos anos 80. Sob as condições de crise (e luta de classes) do capitalismo brasileiro, o antagonismo de classes permeava a relação entre capital e trabalho assalariado. Por um lado, os próprios capitalistas procuravam colocar obstáculos a uma maior participação dos trabalhadores nas decisões do processo produtivo. Constatava-se,

a resistência do patronato em modificar as políticas de gestão da mão-de-obra e a dificuldade para a adoção de formas de organização do trabalho baseadas numa participação mais efetiva dos trabalhadores nas decisões relativas ao processo produtivo. (Leite e Silva, 1991)

É por isso que, em 1989, Humphrey observava que o processo de reestruturação produtiva no Brasil encaminhava-se para o que denominou “just-in-time taylorizado”, em que a gerência tenderia a “dirigir a fábrica como uma máquina”, numa estratégia que carecia de

envolvimento e compromisso, dependendo mais da coerção e da pressão sobre os trabalhadores (Humphrey, 1990:19):

o sistema brasileiro de relações industriais permaneceu em um estágio em que o nível de compromisso mútuo entre gerência e trabalhadores era baixo. O estilo de administração, que havia sido claramente autoritário, foi apenas ligeiramente modificado. As companhias continuavam a ver a mão-de-obra como dispensável e a principal função da gerência como sendo a de controlar." (Humphrey, 1994:132)

De certo modo, era um aspecto do que Carvalho e Schmitz denominaram "vitalização do fordismo" no Brasil (Carvalho e Schmitz, 1988). Entretanto, eles representavam importantes características do toyotismo restrito no Brasil.

O antagonismo de classes que permeava a relação capital e trabalho decorria, segundo Gitahy, do próprio cenário de crise estrutural do capitalismo brasileiro nos anos 80:

É importante destacar que o processo de modernização da indústria brasileira tem se verificado num contexto de crise, recessão, desemprego e instabilidade econômica, o que tende a acentuar o nível de conflitualidade das relações de trabalho e o viés autoritário da cultura de relações industriais herdadas do período do 'milagre', o que dificulta a introdução de formas de gestão mais democráticas e participativas. (Gitahy, 1993:5)

Entretanto, a preservação do antagonismo de classe na produção não era apenas uma decorrência do estilo "autoritário" dos capitalistas ou da crise do capitalismo brasileiro, mas expressava sim um processo político mais amplo da luta de classes no Brasil dos anos 80. Estava em jogo, na época, no plano da sociedade civil, a hegemonia do processo de transição democrática, cujo ápice ocorreria nas eleições presidenciais de 1989 (vencidas pelo candidato neoliberal Fernando Collor). O novo sindicalismo ligado à CUT procurava colocar obstáculos – resistir – à implementação das novas estratégias de qualidade e produtividade, tendo em vista que, segundo eles, os novos sistemas de produção, tais

como o CCQ e o *just-in-time*, tendiam a preservar (e a potencializar), nas condições do capitalismo hipertardió no Brasil, as linhas principais da superexploração do trabalho no país. A presença de um sindicalismo combativo de classe, comprometido com um projeto político autônomo, classista (e socialista) é sempre um obstáculo à implementação plena da hegemonia do capital na produção (apesar, é claro, das debilidades históricas do sindicalismo brasileiro).

- Anos 80: Novas "Relações de Trabalho" ?

As análises da sociologia do trabalho tenderam a ressaltar que as "relações de trabalho" no Brasil, principalmente na indústria automobilística, alteraram-se, de modo significativo, sob o novo complexo de reestruturação produtiva, no decorrer dos anos 80. A disciplina operária na produção, segundo tais análises, não era mais obtida através de métodos autocráticos. Surgiu um novo patamar de negociação coletiva e de organização por local de trabalho, que se ampliou com o reconhecimento das Comissões de Fábrica nas grandes empresas (no período de 1978-1988 constituíram-se no país cerca de 263 comissões de empresa, cuja esmagadora maioria - 85% - era do setor metalúrgico, vale dizer, do setor onde ocorria, com maior ou menor intensidade, o processo de reestruturação produtiva) (Jácome Rodrigues, 1991:154).

Deste modo, ocorreu a diminuição do despotismo tradicional no local de trabalho na indústria automobilística, com a melhoria no relacionamento entre operários e chefias. Segundo vários depoimentos de operários, diminuiu sensivelmente a vigilância homem a homem, utilizada nas linhas convencionais, e a pressão direta sobre os

trabalhadores, quando havia necessidade de fazer horas-extras (Sousa, 1988).

Por outro lado, a indústria automobilística procurou adotar programas voltados para o maior envolvimento dos operários na produção, tais como o Programa "Trabalho Participativo" (implementado pela Ford); o Programa "Qualidade de Vida no Trabalho" (na Volkswagen), etc. É por isso que se instaurou, a partir de 1980, por iniciativa delas, uma "nova abordagem" das relações industriais (Silva salienta que o próprio reconhecimento da Comissão de Fábrica da Ford, em 1981, ocorreu no bojo da implantação do programa "Trabalho Participativo", de nítida inspiração toyotista (Silva, 1990: 333)).

Tais avanços nas relações industriais levaram alguns sociólogos do trabalho a proclamarem, nos anos 80, a constituição de "um novo tipo de padrão de uso e controle da mão-de-obra industrial" (Carvalho, 1987) ou, ainda, de uma "nova abordagem das relações industriais", cuja principal característica era o processo de negociação coletiva com a organização dos operários no local de trabalho, através das Comissões de Fábrica, reconhecidas pela empresa.

Apesar disso, não podemos afirmar que, nas condições do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil dos anos 80, sob a vigência do "toyotismo restrito", ocorria uma nova hegemonia do capital na produção, capaz de instaurar uma captura da subjetividade operária pela lógica da valorização. Na verdade, estava-se diante de um processo social complexo (e contraditório), caracterizado pela predominância da luta de classes na produção e pela militância sindical operária contra a superexploração do trabalho em seus vários aspectos. Apesar dos avanços relativos nas relações entre capital e trabalho, obtidos não apenas como concessão dos capitalistas, mas em virtude da pressão sindical, a militância sindical operária assumia, no caso dos

metalúrgicos do ABC, novas proporções num cenário de democracia política (a partir de 1984), não obstante sua debilidade histórica no Brasil.

Entretanto, os avanços nas “relações de trabalho” na indústria automobilística nos anos 80 não possuíam um significado perene. É claro que eram resultado da presença sindical de massas, mas a redução do velho despotismo capitalista deu-se em decorrência, de certo modo, do novo tipo de controle capitalista adequado à nova base técnica (na linha automatizada da indústria automobilística, por exemplo, não é necessário um acompanhamento individual de cada operário, visto que as próprias máquinas automáticas são responsáveis pelo ritmo do trabalho).

Por outro lado, a mudança de postura do setor de Relações Industriais do setor automobilístico, preocupado em constituir interlocutores que pudessem representá-lo junto aos operários, surgiu, no aspecto técnico, como uma necessidade do capital sob a pós-grande indústria, caracterizada pelos novos sistemas de produção com tecnologias vinculadas à III Revolução tecnológica e novos métodos de gerenciamento capitalista de cariz toyotista. As novas metas de produção - alta qualidade e mínima interrupção – passavam a exigir um alto comprometimento, tanto dos operários de manutenção, quanto dos operários de produção. Tal exigência implicava, como uma necessidade para o capital, garantir uma força de trabalho cooperativa, responsável e habilidosa para manejar as novas tecnologias.⁴

⁴ Entretanto, a disposição de negociar com os operários, através das Comissões de Fábricas, ainda eram precárias, o que foi demonstrado pelo incidente da greve de 1986, quando ocorreu a dissolução da Comissão de Fábrica pela Ford. Na verdade, havia um paradoxo entre a estratégia de produção industrial centrada na “nova rotinização do trabalho” e a “nova abordagem” das relações industriais (Carvalho e Schmitz, 1990:155).

No aspecto político, a “nova abordagem” das Relações Industriais representava um aspecto da luta de classes na produção, uma vez que o capital procurava diminuir a hegemonia do sindicato e constituir, a partir daí, um novo consentimento operário ativo (e propositivo) (o que só tenderia a ocorrer, de fato, em fins dos anos 80, e, notadamente, sob a era neoliberal, com o desenvolvimento do toyotismo sistêmico).

Assim, a mera constatação da melhoria dos índices de qualidade dos produtos da indústria automobilística no Brasil dos anos 80, por exemplo, tal como salientou Silva, não nos permite dizer que o espírito do toyotismo tivesse sido plenamente realizado, com o surgimento na indústria automobilística no Brasil de “uma força de trabalho mais motivada”; nem que “os programas elaborados para obter um maior envolvimento dos trabalhadores nas atividades de produção”, tais como o “Trabalho Participativo” (da Ford) ou “Qualidade de Vida no Trabalho” (da Volkswagen), tivessem alcançado um êxito considerável.” (Silva, 1993:234).

Ora, o que se observa, nas análises das relações industriais da Ford realizadas por Silva, é exatamente o contrário. Pelo menos até 1987, os programas de envolvimento operário, levado a cabo por uma das principais montadoras no país, não dava sinais de pleno êxito. É demonstrado pela atitude da Comissão de Fábrica da Ford, na época, que adotava uma postura de oposição às práticas manipulatórias de inspiração japonesa (o exemplo é a sua oposição ao programa Trabalho Participativo, que a empresa tentava implementar desde 1984):

Em uma Conferência Latino-Americana dos Trabalhadores da Ford, organizada pela Comissão de Fábrica de São Bernardo em janeiro de 1986, o Trabalho Participativo foi severamente criticado como sendo uma estratégia da gerência para tornar os trabalhadores dóceis, a fim de que as ‘técnicas japonesas’ de relações industriais pudessem ser implementadas na fábrica.” (Silva, 1990:287)

Além disso, ocorreu, na época (1985), uma série de distúrbios trabalhistas na categoria metalúrgica do ABC paulista, uma das mais organizadas do país, com o sindicato denunciando a preservação da superexploração do trabalho. Em 1986, a luta entre capital e trabalho assumiu sérias proporções, com a dissolução da Comissão de Fábrica da Ford, após um período de distúrbios trabalhistas. Segundo Silva,

as condições de trabalho pioraram depois da suspensão da Comissão de Fábrica. A velocidade da linha foi aumentada...Um exemplo disso é a linha *respot*, cuja velocidade foi aumentada de 1 minuto e 15 segundos para apenas 48 segundos. (Silva, 1990:286).

Na verdade, os novos processos de produção, implantados pelas montadoras, levaram os operários metalúrgicos a implementar, em 1985, novas estratégias de greve, tais como a “greve pipoca” ou a “greve vaca brava”. Era o sindicalismo de classe procurando recompor-se, em suas estratégias de luta, contra a hegemonia do capital na produção, procurando aproveitar as “novas vulnerabilidades” do capital (Silva, 1990:275; Antunes, 1990).

Deste modo, o antagonismo de classe, inscrito nas práticas de organização da produção, que mesclavam padrões tecnológicos (e de gestão da força de trabalho) “arcaicos” e “modernos”; e nas relações entre capital e trabalho, caracterizadas pelas polarizações ideológicas, colocava ainda sérios obstáculos a um dos aspectos centrais das novas estratégias de qualidade e produtividade vinculadas à lógica do toyotismo - o envolvimento operário.

Os anos 80 são permeados de contradições: se, por um lado, observávamos um novo surto de reestruturação produtiva; por outro lado, ele era deveras incipiente e surgia como um toyotismo restrito vinculado com uma automação microeletrônica seletiva. Se, por um lado, é perceptível um avanço relativo nas “relações industriais”; por

outro lado, vigorava ainda um estilo “autoritário” na relação entre capital e trabalho no campo da produção. Se, por um lado, surgia um novo sindicalismo, combativo e classista, capaz de resistir à superexploração do trabalho; por outro lado, ele era ainda um sindicalismo débil, em constituição, ainda se inserindo no local de trabalho, incapaz de intervir – e resistir – à nova onda de reestruturação produtiva.

7. 5 Uma “Manipulação Inconclusa de Cariz Passivo” ?

O cenário industrial dos anos 80 é caracterizado pelo surgimento de novas condições de trabalho na indústria automobilística em virtude do complexo de reestruturação produtiva. Por exemplo, reduziram-se a insalubridade e os riscos de acidentes de trabalho (como, por exemplo, na indústria automobilística, em algumas seções de produção); a nova estamperia implantada numa montadora permitiu ruídos menores e trabalho mais leve para os operários; o novo *lay-out* adotado tendeu a melhorar a ventilação, iluminação e espaço para deslocamento de operários. (Souza, 1988:94).

Por outro lado, constatou-se uma maior “estabilização” do trabalho, apesar de os operários não terem conquistado o direito de estabilidade no emprego. Na verdade, a maior presença do poder sindical contribuiu para a diminuição significativa da rotatividade do trabalho, uma vez que se evitavam as demissões arbitrárias - que continuaram existindo, é claro, sobretudo entre os operários semi-qualificados (Silva, 1990).

Entretanto, tais como a “nova abordagem” das relações industriais, tais novas condições de trabalho, podem ser consideradas meras respostas seletivas - não-sistêmicas - às novas exigências postas

pelos paradigmas de produção capitalista, vinculadas às novas tecnologias da III Revolução Industrial, à lógica do toyotismo:

1. A criação do "salário-confiança" em algumas seções de trabalho na indústria automobilística nos anos 80 surgiu tão-somente como decorrência da preocupação com os novos equipamentos frágeis (Abramo, 1990).

2. A diminuição da insalubridade decorreu da própria natureza das novas tecnologias, que exigiam a melhoria dos *lay-out* (Sousa, 1985).

4. A redução significativa da rotatividade do trabalho, como observa Carvalho, era um dos requisitos necessários para que as empresas atinjam os objetivos relacionados à qualidade dos produtos e à confiabilidade exigida para a operação dos novos equipamentos eletrônicos (Carvalho, 1987:191-193). Na verdade, a "estabilização" do trabalho nos anos 80 originou-se das políticas de contratação e demissão, que passaram a privilegiar os operários mais bem qualificados. A rotatividade do trabalho continuou a flutuar junto com o ciclo econômico, embora a taxas mais baixas (Carvalho e Schmitz, 1990).

Ocorria, portanto, no campo da produção, por parte do capital, o que consideramos uma manipulação inconclusa de cariz passivo, ou seja, uma manipulação da subjetividade operária, ainda precária, passiva, não-sistêmica, já que a apropriação dos potenciais produtivos da nova base técnica, ainda incipiente, é claro, mantinha-se nos limites de um toyotismo restrito ainda sem contrapartidas reais às novas demandas da produção (como, por exemplo, novos sistemas de pagamento de bônus salariais vinculados a resultados, um dos dispositivos cruciais de emulação do toyotismo). Pelo contrário, preservava-se uma superexploração do trabalho caracterizada pela

depreciação salarial, que impulsionou, no decorrer dos anos 80, uma série de movimentos grevistas (Antunes, 1990).

7. 6 Sociologia do Trabalho:

Arauto do Toyotismo Sistêmico ?

A sociologia do trabalho no Brasil nos anos 80 concentrou a sua crítica nos limites do novo complexo de reestruturação produtiva. O que as análises sociológicas salientavam era meramente a “incompletude” do toyotismo no Brasil (a expressão “just-in-time taylorizado”, utilizada por Humphrey, revela, com clareza, o nódulo central da crítica sociológica). De certo modo, a crítica da sociologia do trabalho partia de um “modelo ideal” do toyotismo, caracterizado por um trabalho multiquificado, estável, em equipe, participativo, etc, que, em sua perspectiva, seria capazes de romper com a lógica do taylorismo-fordismo (o que conduziu alguns sociólogos, como Silva, a utilizar a expressão “pós-fordismo” para caracterizar o novo complexo de reestruturação produtiva). Na verdade, as críticas ao toyotismo restrito, realizadas pelas análises da sociologia do trabalho no Brasil, tendiam a não apreender o “momento predominante” do novo complexo de reestruturação produtiva como uma continuidade da lógica de racionalização do trabalho, impulsionada pelo capital em processo, capaz de (re)criar um novo estranhamento operário, portanto, um novo controle capitalista adequado à época da III Revolução Tecnológica.

A sociologia do trabalho procurou denunciar no toyotismo restrito, que caracterizava o complexo de reestruturação produtiva no Brasil dos anos 80, a sua incapacidade de articular o envolvimento operário (o que consideramos como sendo a hegemonia do capital na produção). Condenava, deste modo, a incompletude da captura da subjetividade

operária pela lógica do capital. A partir daí, ela constata, de modo positivo, a necessidade de um novo tipo de relação entre capital e trabalho, capaz de impulsionar os potenciais das novas estratégias de qualidade e produtividade vinculadas à lógica do toyotismo. Era, portanto, arauto do toyotismo sistêmico (o que explica a perda substantiva do conteúdo crítico das análises sociológicas do trabalho no Brasil no decorrer dos anos 90).

Deste modo, nas entrelinhas (ou diretamente), a sociologia do trabalho estabelecia, para a instauração de um novo padrão de produção capitalista no Brasil, capaz de realizar o espírito do toyotismo, as seguintes condições:

1. O maior investimento do capital em novas tecnologias microeletrônicas na produção, vinculadas à III Revolução Industrial, com a constituição de um novo tipo de operário, mais qualificado, polivalente e, sobretudo, cooperativo. Além disso, era necessário criar mecanismos de “envolvimento” do operário na nova lógica do capital, com contrapartidas reais à adesão do operário à produção com qualidade, tais como estabilização no emprego, bônus de produtividade e melhoria na relação entre operários e gerência (Humphrey, 1993; Fleury, 1992).

2. A constituição de uma nova cultura política do trabalho, ou o que poderíamos denominar “inversão ideológica de cariz neocorporativo” da prática político-sindical. É a instauração da hegemonia do capital na produção, onde o trabalho pudesse incorporar a idéia do capital como parceiro e não como algo a ser superado, o que exigiria renunciar a pretensões socialistas de controle da produção, etc. (o que precisaria, portanto, de uma alteração de postura político-sindical das lideranças operárias) (Leite, 1993).

Entretanto, persistiam no novo sindicalismo da CUT (e do PT) dos anos 80, em maior ou menor proporção, uma postura de classe, não

permitindo, naquela época, uma “convergência antagônica” (apesar de já existirem algumas disposições político-ideológicas no interior da CUT, tal como observamos na luta política entre correntes socialistas e social-democratas) (Oliveira, 1993; Rodrigues, 1990) .

Diante dos limites do toyotismo restrito, as análises da sociologia do trabalho tendiam a adotar, de certo modo, uma visão cética diante da viabilidade das novas práticas capitalistas de cariz toyotista no Brasil. A expressão “just-in-time taylorizado”, cunhada por Humphrey, é o exemplo do ceticismo sociológico vigente. Ou ainda, como Leite observou (em 1988), “é provável que a experiência brasileira [de reestruturação produtiva - G.A] tenda para um modelo controlador e relativamente desqualificador...” (Leite, 1994:315).

Entretanto, é a partir da era neoliberal, que as análises sociológicas tendem a adotar novas perspectivas de desenvolvimento do complexo de reestruturação produtiva no Brasil. Ocorre uma mescla de deslumbramento e otimismo diante dos rudimentos de toyotismo sistêmico, com a nova disposição do capital e do trabalho em implementar uma nova parceria produtivista. Por exemplo, no caso de Humphrey, o ceticismo deu lugar à auto-crítica penitente sobre a nova era de hegemonia do capital na produção, das novas possibilidades de captura da subjetividade operária pela lógica do capital:

Reconheço hoje que essa postura [de admitir um “just-in-time taylorizado” no Brasil -G.A.] estava redondamente equivocada. Aconteceram grandes mudanças, largamente decorrentes das ações do governo Collor, que, apesar de muito escarnecido (e com razão), não apenas abriu a economia para a competição externa (ou pelo menos à ameaça de tal competição) como também introduziu o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade.” (Humphrey, 1995:126)

Mas, o que é decisivo - e Humphrey não explicita - é que, subjacente a tais rudimentos do toyotismo sistêmico no Brasil, ocorreu a

constituição de uma nova disposição político-ideológica das lideranças sindicais em negociar com o capital.⁵ Como analisaremos adiante, a partir da era neoliberal, consolidaram-se, no interior da CUT, uma das principais centrais sindicais no Brasil, posturas moderadas de cariz propositivo, mais sensíveis às negociações estratégicas com o capital. É a busca da “concertação social” entre capital e trabalho. É a nova disposição do trabalho, uma inversão ideológica de cariz neocorporativo, que contribuiu, de certo modo, para o impulso do toyotismo sistêmico no país.

Para nós, como temos salientado, um dos principais condicionamentos estruturais da nova disposição sindical em negociar com o capital é a constituição de um novo - e precário - mundo do trabalho, decorrente da nova ofensiva do capital na produção sob a era neoliberal. A nova inserção do capitalismo brasileiro na mundialização do capital, propiciada pela abertura na economia, a partir do governo Collor, promoveu alterações significativas na produção capitalista no país, com impactos disruptivos na objetividade (e subjetividade) do mundo do trabalho. É apenas a partir desse novo cenário de desenvolvimento capitalista no Brasil que podemos compreender a série de inflexões político-ideológicas das lideranças sindicais da CUT na direção do campo moderado, ocupado, no flanco direito, pela Força Sindical (que surge no próprio momento de irrupção da era neoliberal).

Deste modo, tão importante quanto a disposição do capital em introduzir novos padrões técnico-organizacionais no campo da produção, é a disposição política-ideológica dos trabalhadores

⁵ O que impressionou Humphrey foi um *survey* realizado por ele e Fleury, em 1991, em dezoito empresas do parque industrial do Rio Grande do Sul, onde se constatou um “extenso catálogo de inovações inspiradas nas práticas empresariais japonesas”. O mais importante é que, segundo ele, algumas empresas haviam introduzido com êxito círculos de qualidade, esquemas multi-tarefas e a responsabilização dos operários pela qualidade (Humphrey, 1995:126).

assalariados em consentirem - e colaborarem - com a nova lógica do complexo de reestruturação produtiva, renunciando a seu horizonte classista de controle da produção. É isto que determina a nova hegemonia do capital na produção, capaz de impulsionar uma captura da subjetividade operária pela lógica do capital.

8

O Novo Complexo de Reestruturação Produtiva no Brasil dos Anos 90

Com o novo choque de competitividade imposto pelas transformações neoliberais no início dos anos 90, o novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil adquiriu um novo impulso. As grandes empresas passaram a incorporar um conjunto de novas estratégias produtivas que atingiram, com uma maior integração, intensidade (e amplitude), o mundo do trabalho. Passou a ser constituído, de modo contraditório, um toyotismo sistêmico no Brasil, caracterizado não apenas pelo avanço quantitativo, mas pelo salto qualitativo, de casos de inovações tecnológico-organizacionais. Tal complexo atingiu os

principais núcleos do sindicalismo de classe no país, caracterizando-se como um novo patamar da ofensiva do capital na produção, com resultados disruptivos sobre o mundo do trabalho organizado no Brasil. É o que constataram, por exemplo, economistas ou sociólogos do trabalho, quando observaram que, “a partir do início da década de 90, assistimos a uma generalização das pressões para modernização das empresas” (Dedecca e Montagner, 1993:21). Ou ainda, “o processo de reestruturação produtiva por que passa o Brasil nos dias atuais irrompe de maneira efetiva a partir do começo dos anos 90” (Leite, 1994:563). O novo complexo de reestruturação produtiva é, portanto, “esse esforço de reestruturação mais integrado”, da “adoção de estratégias mais sistêmicas”:

[...] diferentemente dos momentos anteriores, em que inovar significava, para muitas empresas, comprar equipamentos e/ou introduzir ‘pacotes’ e ‘programas’ organizacionais ou de motivação, que eram implantados em setores das empresas, muitas vezes por iniciativa deste ou daquele departamento, com resultados heterogêneos, a partir do final dos anos 80, passamos a encontrar um conjunto cada vez maior de empresas em processo de profunda reestruturação a partir de uma decisão da direção, introduzindo todo um conjunto de inovações articuladas entre si. Esses esforços de reestruturação mais integrados se manifestam a partir da introdução de algum tipo de Programa de Qualidade Total. (Gitahy, Leite e Rabelo, 1993:15)

É claro que, ao longo dos anos 80, o processo de reestruturação produtiva na indústria automotiva, o setor industrial que procuramos privilegiar em nossa análise, alcançara um importante desenvolvimento, tornando-se um dos setores líderes na introdução de inovações organizacionais (e tecnológicas) na indústria brasileira. Só que, como salientamos, a adoção de novas estratégias produtivas eram centradas num toyotismo restrito e na adoção de tecnologias microeletrônicas

seletivas. Elas assumiam ainda um caráter parcial e inconcluso, apesar de persistente:

...não somente era lento o ritmo da renovação tecnológica, como os novos equipamentos eram integrados em esquemas rígidos de produção. Esses dois fatores teriam impedido que a performance produtiva da indústria automobilística brasileira se acercasse dos índices de eficiência internacional.” (Castro, 1995:32)

8.1. O Novo Complexo de Reestruturação na Indústria Automobilística nos Anos 90

É na indústria automotiva (o que inclui montadoras e fornecedores – a indústria de autopeças) que o novo complexo de reestruturação produtiva deixa-se perceber com maior clareza. Desenvolve-se o que podemos considerar um toyotismo sistêmico e um impulso à adoção da automação microeletrônica generalizada. Algumas montadoras, como a Ford (e a Volkswagen), por exemplo, passaram a rever suas estratégias industriais, procurando, num primeiro momento, adaptar-se e racionalizar a produção, para, mais adiante, sobretudo a partir do Plano Real em 1995, sob o governo Cardoso, ir além em seu processo de reestruturação produtiva. Promovem novos investimentos produtivos, procurando preparar-se para o novo cenário de competitividade mundial, determinado não apenas pela abertura comercial, desde o governo Collor, mas pelo adiantamento no cronograma de implantação do Mercosul, em fins de 1994 (a espiral de concorrência na indústria automobilística decorre da crise de superprodução, com as corporações transnacionais procurando ocupar, com avidez, novos mercados emergentes – segundo analistas sociais, no ano 2000, por exemplo, a capacidade instalada da indústria

automobilística mundial alcançará 80 milhões de unidades para uma demanda global de 60 milhões).

É na indústria automobilística, um dos principais setores industriais do capitalismo mundial, que surge, com maior plenitude, a natureza da crise da acumulação do capital na era da mundialização. É uma crise de superprodução de mercadorias que, seguindo a lógica da produção destrutiva, tende a sofrer um processo de aceleração. Apesar de a capacidade de produção ser bem maior que a necessidade de mercado, ela – a capacidade produtiva – continua crescendo, principalmente nos países capitalistas emergentes – entre eles, o Brasil. Alguns dados, indicados por Betting, um comentarista econômico insuspeito de ter simpatias pela crítica do capitalismo, tornam claras as contradições candentes da produção capitalista no setor automobilístico mundial, a lógica irracional da anarquia da produção capitalista. A tendência mundial é a instalação de novas linhas de montagens da indústria automobilística nos países emergentes, tais como Brasil e China, principalmente em virtude da estagnação da demanda nos países capitalistas centrais. Além disso, as subsidiárias das montadoras nos países capitalistas emergentes tendem a assumir, cada vez mais, parcelas crescentes dos mercados desenvolvidos. Por exemplo, a Mercedes-Benz do Brasil pretende exportar cerca de 50% da produção no ano 2000. Já exporta, em 1997, 25% – incluindo os mercados da China, Malásia, África do Sul ou Austrália. Além disso, os US\$ 22 bilhões já comprometidos pelas montadoras no Brasil (as já instaladas e as em implantação) vão ampliar a oferta brasileira para 3,4 milhões de unidades no ano 2000, e desse total, as corporações transnacionais devem estar apostando em exportar pelo menos um terço da capacidade de ampliação (Joelmir Betting, "Rodizio Global", In O Estado de São Paulo, 1 de outubro de 1997).

Se, nos anos 80, ocorreu uma inércia dos investimentos na indústria automotiva no Brasil, a partir do Plano Real, em 1995, sob o governo Cardoso, assistimos a sua retomada, com o surgimento de novas estratégias de investimentos produtivos do setor automobilístico no país. Sob o incentivo do Regime Automotivo ocorre a sinalização da instalação de novas plantas industriais, mais avançadas, situando-se, às vezes, na fronteira tecnológica (tais como a planta da VW em Resende), e de novas montadoras, tais como Renault, Asia Motors, Hyundai, Subaru, etc., principalmente nas regiões sul, centro-oeste e nordeste do país (o que caracteriza uma nova realocação industrial, indo para verdadeiros *greenfields*, onde o capital pode recompor novos padrões de flexibilidade do trabalho). Além disso, as plantas industriais mais antigas, sediadas, por exemplo, no ABC paulista, passam por um processo de modernização tecnológico-organizacional (como as da Volkswagen, em São Bernardo do Campo e Taubaté, que passam a adotar, a partir de 1997, novos métodos de gerenciamento e organização da manufatura, como a denominada "célula de produção").

Deste modo, o novo complexo de reestruturação produtiva significa não apenas a aceleração da adoção da automação microeletrônica na produção, mas a utilização de novas estratégias organizacionais, inspiradas na *lean production*. Elas articulam uma nova flexibilidade da produção, não apenas no espaço do processo de trabalho intra-empresa (ocasionando o surgimento de um novo perfil operário), mas, principalmente, na relação entre empresas, onde se desenvolvem novas estratégias de subcontratação (ou descentralização produtiva). É nesse âmbito que surge algo fundamental na nova etapa da produção capitalista: uma nova logística da cadeia produtiva, cujo principal exemplo é a "terceirização", que vai permitir às corporações transnacionais do setor automobilístico desenvolver novos laços de

subcontratação, capazes de proporcionar um novo patamar de valorização. As novas plantas industriais das montadoras instaladas no país apresentam, no aspecto da organização da produção, novos tipos de flexibilidade, de estratégias de racionalização de custos, adequadas aos novos requisitos da produção vinculada às novas tecnologias da III Revolução Industrial (tais como, por exemplo, o “consórcio modular”, utilizado pela Volkswagen, em Resende/RJ, e o “condomínio industrial”, da General Motors, em Porto Alegre/RS).

O impacto sobre o mundo do trabalho surge a partir de 1993, quando, ao lado dos recordes persistentes de produção da indústria automobilística no Brasil, destacam-se o declínio persistente dos postos de trabalho nas montadoras. E não apenas nas montadoras, mas nas indústrias de autopeças, que vivem um intenso processo de centralização e concentração do capital, com enorme onda de aquisições e fusões, impulsionada pelas novas estratégias das corporações transnacionais do setor automobilístico mundial.

8. 2 As Determinações do Novo Complexo de Reestruturação Produtiva no Brasil nos Anos 90

É do nosso interesse apresentar, de modo breve, o que consideramos como as principais determinações sócio-históricas do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil dos anos 90, capazes de impulsionar uma nova ofensiva do capital na produção e instaurando, a partir daí, uma crise do mundo do trabalho no país, tal como ocorre nos países capitalistas centrais:

(1) O novo complexo de reestruturação produtiva é decorrente, em primeiro lugar, da nova etapa do capitalismo mundial, caracterizada pela mundialização do capital, que tende a projetar nas subsidiárias das

corporações transnacionais, desde os anos 80, novas estratégias de produção, exigências do novo tipo de "acumulação flexível". Essa determinação atinge o mundo da produção do capital monopolista em cada país capitalista, em maior ou menor proporção, dependendo do seu nível de integração à mundialização do capital¹.

(2) A seguir, as políticas neoliberais, tenderam a impulsionar, a partir dos anos 90, a denominada modernização industrial no Brasil. Por um lado, adotou-se uma liberalização comercial abrupta e desregulada, e constituiu-se uma nova idéia de política industrial, em que não se protege a indústria nacional; mas procura-se dar condições para que a indústria localizada no país, nacional ou não, possa concorrer no mercado mundial, com o apoio de programas institucionais tais como, por exemplo, o PCTI, PBQP e PCI ou os canais de créditos obtidos junto ao BNDES.

(3) Finalmente, a crise das estratégias políticas (e sindicais) de cariz socialista no Brasil, decorrente, por um lado, da derrota política do PT (e da CUT) nas eleições de 1989 e, depois, em 1994, e, por outro lado, do *débâcle* do "socialismo real" (que atingiu importantes parcelas

¹ Ao dizermos "mundialização do capital", temos em vista a acepção dada por Chesnais, considerando-a como sendo a nova estrutura do capitalismo mundial que se desenvolve a partir dos anos 80, a partir da crise capitalista e das políticas de desregulamentação da concorrência (no caso do Brasil, uma maior integração à mundialização do capital ocorre em fins dos anos oitenta, impulsionando-se nos anos 90). Diante da nova crise de valorização do capital, que surge na passagem para os anos 70, as corporações transnacionais promoveram uma série de novas estratégias de negócios, que tenderam a constituir um novo cenário capitalista que veio a ser denominado "globalização" – ou mundialização do capital. Deste modo, a mundialização do capital é decorrência da nova lógica de valorização do capital cujos principais agentes são as empresas, corporações e conglomerados transnacionais. É a robustez ontológica do capital transnacional, com o apoio das tecno-estruturas mundiais, FMI, Banco Mundial e OMC, que consolidam a nova estrutura do capitalismo mundial (Chesnais, 1995). Mas o que é denominado – de modo impreciso – de "globalização" não é decorrência apenas de decisões econômicas, mas de decisões políticas propícias para dar nova capacidade de ação ao capital. Deste modo, contribuiu para a consecução do novo cenário de mundialização do capital, o sucesso político de

do movimento sindical do país vinculado à perspectiva socialista), pode ser considerada uma importante determinação sócio-histórica do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil dos anos 90. A nova ofensiva do capital na produção aproveita-se, portanto, de uma situação de recuo político (e ideológico) da classe trabalhadora, para, a partir daí, promover a constituição de uma nova hegemonia do capital na produção (no plano da subjetividade política da classe ocorre o que poderíamos considerar uma “inversão ideológica de cariz neocorporativo”).

Na verdade, o novo complexo de reestruturação produtiva, com suas determinações estruturais, tais como a integração do país à mundialização do capital através da abertura da economia, atingem, de modo abrupto, a subjetividade da classe, impulsionando mais ainda a crise das estratégias sindicais (e políticas) de cariz classista e contribuindo para o desenvolvimento de uma crise no sindicalismo no Brasil, caracterizado, principalmente, pelo predomínio de um defensivismo de novo tipo, de cariz neocorporativo.

– A Liberalização Comercial no Brasil:

No Ritmo da Mundialização do Capital

A liberalização comercial é um dos principais aspectos da política neoliberal no Brasil. Ela surge como um imperativo do capital mundial, que utiliza as agências multilaterais como FMI, Banco Mundial e OMC, para pressionar as economias nacionais a facilitarem os fluxos de capitais, contribuindo, deste modo, para a instauração de novos canais de valorização para as corporações transnacionais. Por trás dessa liberalização está o crescimento do comércio mundial intra-industrial – o verdadeiro fenômeno da mundialização do capital – que tem crescido

coligações neoconservadoras de cariz neoliberal, na passagem para os anos oitenta,

mais do que as outras partes do comércio internacional (Chesnais, 1996).

É o novo cenário de competitividade internacional que coloca no horizonte das corporações transnacionais no Brasil a necessidade de impulsionar um novo complexo de reestruturação produtiva, capaz de prepará-las não apenas para a concorrência nos mercados internacionais (o que já ocorria desde a crise da dívida externa, em 1981), mas para a concorrência no mercado local e regional, constituídos como novos espaços de valorização (principalmente com o Mercosul).

É claro que, desde o governo Sarney, em 1987, logo após o Plano Cruzado, é perceptível a pressão do capitalismo financeiro internacional para que o Brasil passe a adotar uma política agressiva de liberalização comercial. No interior do país, forças políticas vinculadas às frações de classe da burguesia monopolista, contribuem para pressionar por mudanças na política econômica. Surgem as primeiras medidas de abertura comercial, vinculadas a tentativas de restaurar o dinamismo da acumulação do capital no Brasil, de desenvolver um novo vínculo do capitalismo no Brasil com a mundialização do capital, capaz de impulsionar sua acumulação sustentável. Ela tem o suporte de uma série de programas institucionais, voltados para o apoio a uma nova política industrial, que já assinalava a necessidade premente de o Brasil buscar índices de qualidade e produtividade (surgiram os PSI – Programas Setoriais Integrados, PDTI – Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial e BEFIEX – Programas Especiais de Exportação) (Arbix, 1996:62).

Mas é apenas sob o governo Collor que a liberalização comercial surge como um dos principais eixos da política neoliberal voltada para a

nos principais eixos capitalistas do mercado mundial – EUA e Grã-Bretanha.

inserção na mundialização do capital, capaz de instaurar novos patamares de valorização no Brasil. Deste modo é que, após o Plano Collor I, surgiu, em 26 de junho de 1990, um conjunto de medidas de política industrial denominado "Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior" (PICE). As propostas, segundo a Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, tinham o objetivo de promover um processo de modernização, uma "ruptura com o passado", uma mudança "de 180 graus" na rota da produção nacional, uma "grande revolução" – é o espírito do ajuste neoliberal.

As Diretrizes do PICE apresentavam uma série de importantes medidas de desregulamentação do comércio exterior e de reduções de alíquotas de importações. Promoveu-se uma abrupta liberalização comercial que provocou a queda das restrições às importações e, a partir daí, mais do que nunca, o país tende a experimentar uma gradativa exposição ao mercado mundial. As empresas deviam incrementar sua produtividade, aprendendo a viver sem os incentivos fiscais e subsídios, enfrentando a concorrência externa. Na época, João Maia, secretário nacional da Economia, observava: "Quem não mudar vai ter que fechar as portas." O Programa de Modernização, implantado pelo governo Collor, procurava, além da abertura comercial, incentivar e obrigar o capital privado nacional a "reestruturar-se e fortalecer-se", com o apoio de créditos oficiais, "utilizados seletivamente e dirigidos exclusivamente para os investimentos necessários à reestruturação da indústria brasileira e à expansão do comércio exterior" (Gouvêa, 1991:24)

Entre setembro de 1990 e fevereiro de 1991, criou-se uma série de mecanismos institucionais que, pelo menos no plano da intenção política, procurava materializar o acervo de intenções e estabelecer uma ponte entre o governo e a iniciativa privada. As Diretrizes da PICE

regulamentavam, por exemplo, os seguintes instrumentos que iriam colocar em ação as diretrizes do “Plano da Modernização” de cariz neoliberal: Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI), Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), Programa de Competitividade Industrial (PCI), além dos GEPS (Grupos Executivos de Política Setorial), que retomaram a experiência das câmaras setoriais, criadas no governo Sarney (seu objetivo era criar um espaço público que reunisse capital, trabalho e Estado na discussão de aspectos ligados à reestruturação e competitividade setorial).

A liberalização comercial prossegue sob os governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, tornando-se a pedra fundamental da era neoliberal. Um novo salto na acumulação capitalista no Brasil é capaz de ocorrer apenas, segundo a ótica neoliberal, através da constituição de novos vínculos com a mundialização do capital, da integração plena à nova lógica do capital mundial.² Deste modo, cabe à lógica do mercado impulsionar a modernização industrial, constituindo uma nova materialidade do capital, com o novo paradigma tecnológico adequado à nova etapa de acumulação capitalista surgida na década passada no cenário internacional.

– Mercosul: Os Novos Espaços de Valorização do Capital

A constituição de novos espaços de valorização do capital no âmbito regional, tais como o Mercosul, capaz de criar economias de escala voltadas para um novo dinamismo da acumulação capitalista, é um importante componente da nova política de reconstituição do

² As intervenções de Gustavo Franco, então diretor da Área Externa do Banco Central do Brasil no governo Cardoso, indicam a centralidade da liberalização comercial como indutor da produtividade industrial, capaz de propiciar um novo salto de acumulação do capital no Brasil (Franco, 1996).

capitalismo no Brasil. A própria liberalização comercial só teria o seu novo sentido histórico se vista da perspectiva da constituição dos novos espaços de valorização, de caráter regional (e continental). Ela ocorre num período histórico de mundialização do capital com a constituição de outros blocos regionais, como o NAFTA, União Européia e APEC (o que a diferencia das medidas de liberalização comercial que ocorreram em épocas passadas). Na verdade, a política de liberalização comercial é uma tendência universal do capitalismo mundial, cujo ápice ocorreu com a constituição da OMC – Organização Mundial do Comércio, em 1994, uma instituição destinada a extirpar as barreiras à livre circulação do capital planetário, além de ser incentivada pelo Banco Mundial e FMI (Puig, 1995).

É a perspectiva de crescimento de mercados emergentes, tais como o Brasil e o próprio Mercosul, que contribui para a onda de investimentos externos diretos no país, superiores, inclusive, aos que ocorreram nos anos 70. Por exemplo, apenas em 1996, o Brasil recebeu uma cifra recorde de US\$ 9 bilhões de investimentos diretos estrangeiros (um aumento de 174% em relação ao ano anterior (1995) – US\$ 3,285 bilhões).

A constituição de novos espaços de valorização do capital (tais como o Mercosul e a Alca, a partir de 2005) não é um processo perene, mas mediado por contradições políticas não-antagônicas no interior da própria classe capitalista dentro dos países da região (e do continente). O exemplo é a disputa política (e diplomática) entre Brasil e Estados Unidos sobre o *timing* – e o formato – do processo de integração das Américas (a constituição do Alca – Acordo de Livre-Comércio das Américas).

Com os novos blocos regionais de valorização, tende a ocorrer uma nova etapa de centralização (e concentração) do capital nos mais

diversos setores industriais no país, obrigados a se preparar para um novo patamar de concorrência regional (e mundial). É um processo de recomposição de blocos de capitais de caráter traumático, em que sempre existem “perdedores” e “ganhadores”, tanto dentro, como entre as classes sociais, regiões e países. A reorganização dos espaços de valorização impõe um novo ritmo (e intensidade) à reestruturação produtiva, com potenciais imensos de desordem do mundo do trabalho, não apenas em virtude do incremento da produtividade do trabalho, mas dos próprios potenciais de desindustrialização. Na verdade, a mundialização do capital, da qual a constituição dos blocos regionais é parte intrínseca, é um processo de integração e exclusão, no qual os “perdedores” não são apenas as empresas que não conseguiram adaptar-se ao novo patamar de concorrência regional (e mundial), mas principalmente indivíduos, classes, regiões e países (Chesnais, 1996).

– Crise Político-Ideológica das Estratégias de Classe no Brasil

O desenvolvimento da crise política (e ideológica) das estratégias de classe contribuiu para o desenvolvimento do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil (como salientamos alhures, estamos diante de uma relação dialética, na medida em que o próprio desenvolvimento do novo complexo de reestruturação produtiva, por conseguinte, tendeu a aprofundar a crise do sindicalismo de classe).

A crise política (e ideológica) das estratégias de classe constituiu as condições “subjettivas” para a nova hegemonia do capital na produção. É uma variável política decisiva se considerarmos que, o que se procura constituir com o novo complexo de reestruturação produtiva, caracterizado pelo toyotismo sistêmico, é uma captura da subjetividade operária pela lógica do capital, um novo consentimento operário (ativo e

propositivo), em especial no plano das suas organizações sindicais, compatível com as necessidades da produção capitalista sob a pós-grande indústria (o que implica debilitar posturas classistas de cariz socialista, avessas à parceria com o capital na produção).

Nos anos 80, um dos principais obstáculos à implementação do toyotismo no Brasil foi a política de classe do sindicalismo brasileiro, que incorporava – e desdobrava – o antagonismo entre capital e trabalho no campo da produção. O caso exemplar era o dos CCQ's – Círculos de Controle de Qualidade no Brasil dos anos 80, que esbarraram na resistência dos sindicatos. Na verdade, é importante salientar que o novo complexo de reestruturação produtiva, para adquirir suas virtualidades estratégicas para o capital, pressupõe uma derrota política (e ideológica) do trabalho. É o que ocorreu, por exemplo, no Japão, o berço do toyotismo. A derrota do sindicalismo industrial de classe no Japão dos anos 50 tornou-se imprescindível para a implementação das novas estratégias vinculadas à lógica do toyotismo (Coriat, 1994). Além disso, a experiência histórica parece ter demonstrado que a implementação do novo complexo produtivo do capital, nos anos 70 e anos 80, nos países capitalistas centrais, possuiu como pressuposto central, a derrota política da classe operária (como observamos, por exemplo, no caso da Grã-Bretanha, com Thatcher, e nos EUA, com Reagan) (Petras, 1994). Ocorreu, deste modo, uma prostração do trabalho, que, com a debilitação de seus "intelectuais orgânicos", tornou-se incapaz de constituir, no plano ideológico (e político), um obstáculo à investida capitalista na produção. Deste modo, cedem à constituição de uma nova hegemonia do capital na produção.³

³ Um exemplo de rendição ideológico-política pode ser vislumbrado na Força Sindical, uma nova central sindical que surge no cenário de alvorecer da era neoliberal e que arregimenta os potenciais neoliberais presentes em parcelas do movimento sindical brasileiro não ligado à CUT e ao PT.

É o que ocorre no Brasil na passagem para os anos 90, quando à derrota política da classe operária, expressa na candidatura do PT – o Partido dos Trabalhadores, com Luís Inácio Lula da Silva – segue-se a ressaca violenta do processo de ajuste neoliberal da economia brasileira. Esse ajuste impõe à classe trabalhadora, no período do governo Collor, os resultados perversos do desemprego de massa e da precarização do salário e condições de trabalho. O cenário de crise iria fazer recuar mais ainda os ímpetos classistas de parcelas do sindicalismo. Sob a era neoliberal, a resistência operária tende a adquirir, em maior ou menor proporção, uma nova feição de cariz neocorporativo – um “defensivismo de novo tipo” (Alves, 1995).

A nova posição ideológica (política) das lideranças sindicais contribuiu para o avanço do novo complexo de reestruturação produtiva, para a constituição, inclusive nos pólos mais desenvolvidos do sindicalismo brasileiro, de embriões de novas “relações de trabalho”, da parceria capital-trabalho, relações cooperativas de cariz neocorporativo, onde a perspectiva classista se estreita:

Quebrada a resistência da classe trabalhadora, estava aberto o caminho para a difusão e a generalização dos métodos e técnicas japonesas de administração da produção. A partir de então, em que pesem as controvérsias sobre a sua transferibilidade, estava pronto o cenário para vender a idéia de que o mundo mudou e com essa mudança a natureza do capital e a do trabalho passaram por profundas alterações. Por conta disso, impõem-se novas formas de contratação e gerenciamento da força de trabalho, de modo a enfrentar, com eficiência e prontidão, as transformações do mercado. (Teixeira, 1996:12)

É claro que assistimos, desde meados dos anos 80, um processo lento (e gradual) de mudança da política de classe na parcela hegemônica da CUT e do PT. A participação de ambos no processo eleitoral, e na própria institucionalidade democrática que surgia com a “Nova República”, abriu uma nova etapa nas negociações entre capital e

trabalho. O exemplo do sindicato dos metalúrgicos do ABC, ligados à CUT, é o caso clássico de avanço na direção de um padrão de negociação direta que implica, para o trabalho, adotar uma postura propositiva de cariz neocorporativo. Mas é apenas nos anos 90, diante da era neoliberal, da dirupção do mundo do trabalho, que ocorre um *salto qualitativo* na prática sindical dos metalúrgicos da CUT, o que Oliveira denominou "passagem de uma relação conflitante de anulação do outro para uma relação conflitante de reconhecimento mútuo: antagonismo convergente" (Oliveira,1993).

O caso do sindicalismo dos metalúrgicos do ABC paulista é exemplar. A indústria automobilística no Brasil foi um dos principais setores industriais atingidos pela nova política industrial do governo Collor, passando a enfrentar uma das suas piores crises de lucratividade, diante de um cenário mundial que exigia competitividade. A redução drástica das vendas no mercado interno, em virtude da política recessiva adotada pelo Plano Collor, e o desempenho medíocre das exportações, principalmente em virtude da precariedade competitiva da planta industrial brasileira diante da concorrência mundial, chegaram a colocar sérias interrogações sobre as vantagens da preservação da indústria automotiva no país.⁴

É o novo cenário de crise do mundo do trabalho, na indústria automobilística no Brasil, atingindo o principal pólo industrial no país, o ABC paulista, que ajuda a explicar o impulso à lógica propositiva de parcelas hegemônicas da CUT, que se abriram para "negociações estratégicas" com o capital, em novos termos, tendendo a assumir posturas neocorporativas. Surge um defensivismo de novo tipo, não

⁴ Por exemplo, em 1991, a Autolatina teve um déficit operacional de quase US\$ 150 milhões de dólares, e no período de 1990/1991, o Brasil exportou apenas 21,5% da produção automotiva da América Latina – com o México exportando 76,5% (Arbix, 1996:57)

mais centrado na *resistência* ou na *influência defensiva*, mas na *influência propositiva*, como denominaremos mais adiante. Uma nova estratégia sindical que assume um cariz reativo, com implicações estratégicas no campo da subjetividade operária, tendo em vista que conduz a uma rendição ideológica do trabalho no plano do controle da produção. Portanto, o que poderia aparecer como um avanço nas relações de capital e trabalho, é, na verdade, um recuo político-ideológico do trabalho diante da crise do mundo do trabalho no Brasil.

Mas não são apenas as condições disruptivas da era neoliberal, com o avanço do desemprego e da precarização do trabalho, que quebram a resistência sindical, nem a linha política de “concertação social” adotada pela parcela hegemônica da CUT e do PT (pólo da discórdia com os setores de esquerda no interior do movimento sindical cutista), mas algo mais amplo, que ocorria no cenário internacional e que contribuíra, de um modo ou de outro, para a prostração do trabalho, para a crise política (e ideológica) das estratégias de classe: o *débâcle* do socialismo real e a crise da ideologia socialista.

A década de noventa surge com a vitória do capitalismo liberal, no plano internacional, após a “Queda do Muro”, em 1989, e se impulsionaria mais ainda, com o desmoronamento da URSS. É um avanço político (e ideológico) impressionante da ordem do capital no plano mundial, de novas condições geopolíticas para a acumulação capitalista, que destilam, como subproduto ideológico, a proclamação universal da morte do socialismo e, portanto, da era do antagonismo de classe. É a partir daí que se anuncia, com maior intensidade, a importância da parceria capital e trabalho, da “concertação social”, incorporada inclusive por partidos da esquerda social-democrata. Deste modo, a crise das estratégias de classe no Brasil sob a era neoliberal é impulsionada pelo novo cenário de ofensiva política (e ideológica) do

capital, principalmente nos países capitalistas dependentes, recém-saídos da ditadura militar, às portas de pleitos eleitorais, onde estão sendo discutidos a saída para a crise estrutural dos capitalismos retardatários.

8.3 De Collor a Cardoso: Uma Nova Hegemonia do Capital na Produção?

A partir dos anos 90, o novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil tende a colocar novas possibilidades objetivas para a constituição de uma hegemonia do capital na produção. As transformações neoliberais tendem a debilitar a luta de classes na produção, tendo em vista que, ao constituírem um novo (e precário) mundo do trabalho, atingem o sindicalismo de classe. O cenário político torna-se propício à investida do capital na captura da subjetividade operária. Entretanto, a passagem do toyotismo restrito para o toyotismo sistêmico, é complexa, descontínua (e contraditória), sendo determinada pelo cenário macroeconômico do Brasil.

É a partir daí que podemos distinguir dois períodos na era neoliberal: o período do governo Collor (1990–1993) e o período do governo Cardoso, a partir do Plano Real, em 1994, quando se estabelecem, com maior eficácia política, as novas bases da hegemonia do capital no país, criando um clima macroeconômico capaz de impulsionar a constituição do novo complexo de reestruturação produtiva nas principais indústrias do país.⁵

⁵ O novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil, que surge com a era neoliberal, está mais desenvolvido em alguns setores industriais do que em outros. Por isso, é compreensível que, numa pesquisa, em 1994, ainda sob a inércia da era Collor, Rogério Vale tenha constatado o que denominou uma "reestruturação produtiva incipiente" no país (se tomarmos os setores industriais como um todo) (Camargo, 1996:231).

– O Governo Collor (1990–1993)

O novo complexo de reestruturação produtiva surge ainda de modo precário sob o governo Collor. Ele aparece, muitas vezes, apenas em seus aspectos reativos e perversos, incapaz, portanto, de constituir uma nova hegemonia do capital na produção (de imediato, é como se ocorresse apenas uma mera continuidade do toyotismo restrito e da automação microeletrônica seletiva, característicos do surto de reestruturação produtiva dos anos 80).

É possível dizer que, sob o governo Collor, ocorre uma descontinuidade no interior de uma continuidade plena: por um lado, a continuidade relativa decorrente das limitações estruturais postas pela crise do capitalismo brasileiro desde meados dos anos 70; é a inércia da crise do padrão de acumulação capitalista no Brasil, que tende a colocar limites às novas estratégias produtivas do capital.

Por outro lado – o que nos interessa salientar – é a descontinuidade posta, sob a era neoliberal, pelas novas condições de concorrência capitalista no país, criadas pela abrupta liberalização comercial, que tende a disseminar uma “epidemia de competitividade”, determinando, para as grandes empresas, a necessidade de implementar um novo salto de reestruturação produtiva, capaz não apenas de reduzir custos de produção, mas de criar um novo consentimento operário (o que indica, portanto, a constituição de um toyotismo sistêmico).

O período do governo Collor é caracterizado pelo sentido inercial dos horizontes de valorização do capital no Brasil. A recessão, decorrente das medidas de estabilização macroeconômica por meio de juros altos e controle da liquidez, o Plano Collor, foi uma das mais

profundas da história da República. Em 1990, o PIB atingiu um dos patamares mais baixos desde 1981 (menos 4,26%). Em 1991, o PIB foi 1,08%; e em 1992 houve uma queda de 0,83% ("Produção do país tem a maior queda da história", *Folha de São Paulo*, 25.05. 1991).

Por um lado, a abertura comercial criou um cenário de crise para a indústria brasileira, especialmente no setor automobilístico, que durante muito tempo se beneficiou de um mercado interno protegido (a partir do governo Collor, a indústria automobilística perdeu toda uma série de incentivos, criados no período da "industrialização substitutiva"). A crise da indústria automobilística no governo Collor iria assumir novas proporções com a estratégia das corporações transnacionais, sediadas no Brasil, em concentrar-se, naquele momento, na recuperação de mercados na Europa e dos EUA, perdidos para a indústria japonesa, diminuindo, deste modo, o peso estratégico das subsidiárias latino-americanas (incluindo o Brasil). Tal conjuntura implicava, num primeiro momento, cortar investimentos, promover programas de demissões e reduzir salários.

Por outro lado, a vulnerabilidade da economia brasileira, com a contração brusca do mercado interno, estreitou, num primeiro momento, as perspectivas de investimentos produtivos, principalmente de capital fixo.

Diante das condições adversas da economia brasileira, as indústrias passaram, de início, a adotar estratégias de racionalização de custos que implicaram uma redução da jornada de trabalho, salários ou simplesmente demissões (cerca de 52% das empresas brasileiras apresentaram, nesse período, balanços negativos). É possível constatar, nessa época, um impulso aos ajustes administrativos ou racionalização nas indústrias, voltadas, principalmente, para a redução de custos (sendo a principal delas, a redução do quadro de pessoal). Eram

reações de sobrevivência das empresas às adversidades da recessão. Além, é claro, de serem reações de oportunidade das empresas, que aproveitavam o cenário recessivo do Plano Collor para implementarem a reestruturação produtiva. A própria adoção de Programas de Qualidade Total, um dos aspectos do toyotismo, tendeu a possuir limitações estruturais sob as condições recessivas do governo Collor. Em virtude da instabilidade da economia brasileira, é possível dizer que os limites estruturais às novas estratégias do capital na produção, oriundos dos anos 80, prosseguiram sob o governo Collor.

Entretanto, é possível vislumbrar algo de novo no cenário da economia brasileira a partir do Plano Collor. A liberalização comercial, um dos pilares das transformações neoliberais, impedia que as estratégias do capital na produção se mantivessem apenas no plano reativo, tal como ocorreu na década passada. A pressão da concorrência desregulamentada no mercado mundial obrigou as empresas no Brasil a impulsionarem, mais ainda, o complexo de reestruturação produtiva. É claro que os investimentos em novas tecnologias, ainda se mantinham num patamar medíocre, em virtude das adversidades (e incertezas) da economia brasileira. Mas o que se observava era uma maior proliferação do conjunto de métodos (e técnicas) organizacionais inspirados no toyotismo, adaptadas às condições do capitalismo brasileiro (terceirização, *just-in-time/kanban*, círculos de controle de qualidade (CCQ), controle estatístico de processo (CEP), controle de qualidade total (CQT), kaizen (melhorias contínuas), entre outros). Surgidas no cenário industrial nos anos 80, elas vieram a proliferar, mais ainda, sob a era neoliberal. De certo modo, tendiam a ser implantadas enquanto meras estratégias de racionalização de custos, o que prejudicava, em última instância, a constituição de uma nova hegemonia do capital na produção. Só que,

nos pólos desenvolvidos da indústria brasileira, elas eram incorporadas na perspectiva do toyotismo sistêmico (o que demonstra a ruptura relativa com o complexo de reestruturação produtiva dos anos 80 no Brasil).

Na verdade, o cenário da economia brasileira sob o governo Collor, caracterizada pela recessão, crescente desemprego na indústria – principalmente nos pólos organizados da classe operária – e o predomínio da racionalização predatória de custos nas empresas, constituiu, de certo modo, uma “acumulação primitiva” que preparou o capital para a adoção de novas estratégias de negócios (quando a economia retomasse o crescimento, o que veio a ocorrer a partir de 1993). Pode-se dizer que o governo Collor criou não apenas as condições macroeconômicas indispensáveis para o sucesso da estabilização monetária, ocorrida com o Plano Real sob o governo Cardoso, mas, em especial, as condições políticas (e ideológicas) para o desenvolvimento do toyotismo sistêmico, cuja característica central é a parceria entre capital e trabalho no campo da produção.⁶

– O Governo Cardoso (1994 –...)

O novo ciclo de crescimento do capitalismo no Brasil, impulsionado pelo Plano Real, em 1994, sob o governo Cardoso, colocou novas perspectivas de superação da crise do capitalismo brasileiro (na verdade, o início da recuperação ocorre em 1993, um pouco antes, portanto, do governo Cardoso). Esse novo ciclo coloca novas bases materiais da hegemonia do capital, principalmente no

⁶ Uma das principais características da profunda recessão de 1991–1993, comparada com a recessão de 1981–1983, é que ela se concentrou principalmente nos pólos industriais do Sudeste, onde se localizavam os setores mais organizados do sindicalismo industrial no país.

campo da produção (como indica o desenvolvimento do toyotismo sistêmico).

O lastro do novo ciclo de crescimento da economia capitalista no Brasil são as transformações neoliberais, voltadas para a estabilização da moeda, abertura comercial e a reforma do Estado (com as privatizações, Reforma Administrativa, Reforma da Previdência e Reforma Tributária). Antes de tudo, é um processo político complexo, vulnerável não apenas às alianças de classes (e frações de classe) na política brasileira, mas, sobretudo, às oscilações da economia capitalista mundial.⁷

Apesar disso, o desenvolvimento do novo complexo de reestruturação produtiva é persistente, constituindo uma nova estrutura de acumulação do capital no Brasil. É algo que recorta – e reconstrói – a estrutura da produção do capital, de modo silencioso, lento, mas durável, e que, sob as condições da política neoliberal, possui um sentido ofensivo, de natureza estratégica, não podendo, portanto, ser comparado a um mero ajuste reativo, tal como ocorreu, em maior medida, na década passada.

O novo choque de competitividade, que ocorre sob a era neoliberal, tende a se incorporar ao horizonte do capital, com maior amplitude (e intensidade), as exigências da qualidade e produtividade. Impulsiona-se, mais ainda, na indústria brasileira, cada vez mais voltada para a concorrência no mercado internacional, principalmente no plano

⁷ O novo ciclo de acumulação capitalista sob o governo Cardoso procura resolver o problema estrutural do capitalismo retardatário no Brasil, ou seja, a debilitação das contas externas e a necessidade de meios de pagamento internacionais para fechar o balanço de pagamentos (indispensável para a acumulação do capital em países de capitalismo dependente), através da atração de capitais voláteis, disponíveis sob a era da financeirização da riqueza, mas que tendem a instaurar, pela sua própria natureza, instabilidades crônicas (tais como demonstram os casos do México, em 1995, e do Sudeste Asiático, em 1997). Este deve ser um dos motivos da manutenção das elevadas taxas de juros interno, prejudicando, de modo intencional, a decolagem do crescimento da economia brasileira.

regional (como o Mercosul), a necessidade de implementar novos métodos de produção, novas tecnologias e novos tipos de controle do trabalho, capazes de instaurar uma nova hegemonia do capital na produção.

Em primeiro lugar, mais do que nunca, como uma exigência ontológica do momento predominante do complexo de reestruturação produtiva – o toyotismo – é preciso buscar o consentimento operário, um dos principais requisitos para a obtenção de qualidade e produtividade na era da mundialização do capital, sob a III Revolução Tecnológica. É preciso investir na captura da subjetividade operária, integrando-a aos valores da empresa (o que demonstra a centralidade da luta ideológica no campo da produção, com o capital procurando deteriorar os impulsos classistas intrínsecos à situação objetiva do trabalho assalariado).⁸

Sob o toyotismo sistêmico, a dimensão do velho despotismo do capital é subsumida, cada vez mais, por procedimentos reais de participação operária direta em decisões operativas do processo de produção. Ocorre a adoção sistêmica de novas práticas organizacionais vinculadas à lógica do toyotismo, inclusive com mecanismos de emulação operária voltados para o "envolvimento estimulado", não apenas no nível do processo de produção (caso, por exemplo, da recomposição da divisão do trabalho), mas com a adoção de novos sistemas de pagamento capazes de capturar a subjetividade operária (é o caso dos bônus de produtividade ou participação nos lucros e resultados).

⁸ Ao dizermos "hegemonia do capital da produção", no sentido gramsciano, caracterizamos o processo político-ideológico de construção do consentimento operário no interior de um complexo coercitivo posto pelo capital, cuja principal característica é a precariedade do mercado de trabalho. O medo da exclusão social contribui, por conseguinte, para debilitar a solidariedade de classe (além, é claro, de ocorrer – e se desenvolver – uma crise dos "intelectuais orgânicos" da classe: sindicatos e partidos) (Gramsci, 1980)

Além disso, o novo cenário macroeconômico, sob o governo Cardoso, tende a impulsionar os investimentos produtivos em capital fixo, acelerando-se, deste modo, a automação microeletrônica na produção, que propicia, junto com o consentimento operário, novos padrões de qualidade e produtividade, atributos indispensáveis para a inserção no mercado mundial.

Por outro lado, o mundo do trabalho no Brasil tende a ser (re)constituído, principalmente nos pólos organizados da classe operária, com o crescente desemprego estrutural e a precarização de emprego e salário (em decorrência da descentralização produtiva). O que surge com o novo complexo de reestruturação produtiva é, portanto, uma nova ofensiva do capital na produção, um desdobramento superior do processo histórico, impulsionado a partir dos anos 80, e que, sob a era neoliberal, adquire novas determinações sócio-históricas.⁹

⁹ A posição do novo complexo de reestruturação produtiva nos anos 90 possui rebatimentos no plano ideológico-cultural. É o que pode ser constatado quando nos deparamos com uma verdadeira proliferação do apelo ideológico em cima da produtividade e qualidade, atributos indispensáveis para a competitividade. Por exemplo, os espaços da mídia impressa e eletrônica são invadidos pelas novas teorias de administração de empresas (é sintomático, portanto, o "boom" do seu mercado editorial). Além disso, o novo "imaginário do capital" não permanece no plano das indústrias, mas invade, inclusive, os serviços e a administração pública. Observa-se, por outro lado, o crescimento da contratação pela indústrias de consultorias, que recebem bônus milionários em troca de conselhos preciosos sobre como incrementar a competitividade do negócio.

9

**Aspectos do Novo Complexo de
Reestruturação Produtiva no Brasil
– Rumo a um Toyotismo Sistêmico?**

É nosso objetivo tentar construir um panorama das transformações produtivas que atingem, a partir dos anos 90, sob a era neoliberal, o mundo do trabalho no Brasil, principalmente da classe operária vinculada a uma das mais importantes indústrias do país – os metalúrgicos do setor automotivo. Eles possuem, em seu pólo industrial, no ABC paulista, uma das maiores organizações sindicais do Brasil, representada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista (o “novo sindicalismo” da Central Única dos Trabalhadores – CUT – e o próprio Partido dos Trabalhadores – PT – surgiram das lutas operárias no ABC paulista, que se tornou, nos anos 80, um referencial político e ideológico para o movimento operário brasileiro).

O que vai caracterizar a etapa superior da ofensiva do capital na produção em nosso país é o desenvolvimento, nos anos 90, de um novo complexo de reestruturação produtiva. Um dos seus principais aspectos é, como vimos, a busca de um toyotismo sistêmico, com a adoção, em maior intensidade (e amplitude), dos nexos contingentes do toyotismo, tais como *just-in-time/kan-ban*, Gerenciamento pela Qualidade Total, novos sistemas de pagamento e terceirização. A constituição do toyotismo sistêmico procura desenvolver, cada vez mais, um dos objetivos supremos da produção capitalista sob a mundialização do capital: *uma nova captura da subjetividade operária pelo capital*. É por isso que, em 1996, observa-se no complexo automotivo do ABC

...um grande esforço no treinamento comportamental de gerentes, chefes, mestres, supervisores, líderes. Enfim, de todos aqueles que detêm alguma parcela do poder hierárquico da organização. Este novo comportamento enfatiza a motivação dos trabalhadores comandados, seu treinamento e a aquisição de competência gerencial como papéis fundamentais dos "chefes". Com isso, mais o grande corte de níveis hierárquicos e redução do número de chefes, ocorridos na maior parte das empresas, em alguns casos cresce a autonomia dos próprios trabalhadores quanto à condução dos processos produtivos [...] adotam-se os sistemas "participativos" visando a motivar e envolver os trabalhadores com a lógica da necessidade de competitividade pela empresa. Além disso, vêm à tona os prêmios por idéias, através de Planos de Sugestões, Círculos de Controle de Qualidade etc. Algumas empresas lançam ou negociam seus programas de remuneração variável, através da participação nos lucros ou resultados, visando estimular os trabalhadores no alcance de algumas metas. (DIEESE, 1996: 44-47).

Outrossim, é importante salientar, a partir do Plano Real, em 1994, um maior impulso na adoção da automação microeletrônica nos pólos industriais mais desenvolvidos. Ocorrem importantes mudanças na base técnica industrial, com uma introdução intensa da automação industrial e informática. Além disso, dá-se uma irrupção da flexibilização do contrato de trabalho, cujo desdobramento legal é a Lei do Contrato

Temporário de Trabalho, promulgada pelo governo Cardoso em 1998 e cujo principal objetivo é constituir novas estratégias de racionalizações de custo da produção capitalista no país.

A principal característica do novo complexo de reestruturação produtiva é seu potencial disruptivo sobre a materialidade (e subjetividade) do trabalho, constituindo, a partir daí, um novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil, que coloca sérias provocações do capital para o sindicalismo industrial no país:

Direitos e conquistas históricas do mundo do trabalho são substituídos e eliminados do mundo da produção. Substitui-se (ou mescla-se, dependendo da intensidade) o despotismo taylorista pelo estranhamento do trabalho levado ao limite, por meio da apropriação, pelo capital, do saber e do fazer operário. Este pensa e faz pelo e para o capital. É a manipulação da fábrica levada ao extremo. (Antunes, 1997:72)

9.1 A Irrupção da Descentralização Produtiva:

O Processo de Terceirização

O objetivo do novo complexo de reestruturação produtiva é instaurar, de modo sistêmico, a acumulação flexível no Brasil. Um dos seus principais aspectos que procuraremos salientar é a descentralização produtiva, caracterizada, por um lado, pelo processo de terceirização e, por outro, pela deslocalização industrial (a descentralização geográfica em áreas *greenfields*).¹ Ela – a

¹ A relocação industrial – ou descentralização geográfica em áreas “greenfields” – não ocorre apenas com as indústrias “tradicionais”, tais como a indústria de calçados ou a indústria têxtil, que, sob a alegação da necessidade de concorrer com as mercadorias da China e do Sudeste Asiático, tendem, por exemplo, a sair da região de Franca, no interior de São Paulo, ou da região do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, para instalar-se nos Estados do Ceará e Bahia, na Região Nordeste, mas ela atinge indústrias “modernas”, do ramo metal-mecânico, ou do ramo eletrônico, que tendem a sair, principalmente, da Região da Grande São Paulo para áreas do interior paulista – tais como Rio Claro ou São Carlos – ou para áreas do interior do Rio de Janeiro – tais

descentralização produtiva, em seus múltiplos aspectos – tende a promover, de modo real, a dirupção do mundo do trabalho, sendo considerada, portanto, como um dos maiores desafios do capital à luta sindical da classe operária no Brasil.

É do nosso interesse salientar como um dos principais tipos de descentralização produtiva que ocorre no Brasil, principalmente a partir dos anos 90 – a terceirização. Ela surge não apenas como um mero comportamento reativo, mas como um procedimento estratégico das corporações transnacionais que procuram recompor os circuitos de valorização, desenvolvendo novas redes de subcontratação².

A passagem para a “acumulação flexível” implica (re)compor o espaço-território da produção capitalista, que se torna, deste modo, descentrado e segmentado – diríamos melhor, polarizado e fragmentário em suas múltiplas expressões sociais, culturais e tecnológicas. No espaço da produção de mercadorias, articulam-se dimensões “modernas” e “arcaicas”, não apenas do estatuto salarial, mas do processo de trabalho e da base tecnológica – o que implica considerar, por conseguinte, a constituição de um novo “trabalhador coletivo” vinculado a um novo (e precário) mundo do trabalho.³

como Resende, ou ainda próximas do sudeste do país, como o interior de Minas Gerais ou do Paraná (uma nova articulação para debilitar o poder do trabalho organizado é percebida pelos entusiastas do capital como sendo uma desconcentração industrial saudável para o Brasil).

² Ela é incentivada pelo desenvolvimento do capitalismo mundial, com a liberalização comercial, (impulsionada pela OMC – Organização Mundial do Comércio) permitindo às corporações transnacionais comprar, cada vez mais, componentes e peças no exterior, muitas vezes das próprias matrizes das montadoras. Além disso, as novas tecnologias de comunicação e transporte permitem às corporações transnacionais otimizar as várias etapas do circuito de produção de mercadorias. Por isso, tem-se observado o crescimento impressionante do comércio intra-firma, mais do que o comércio entre países (esta é uma das principais características da nova etapa do capitalismo mundial) (Chesnais, 1995:26).

³ Ao entender a terceirização como externalização das atividades produtivas, Druck de Faria constituiu a seguinte tipologia da terceirização: (1) Trabalho Doméstico ou Trabalho Domiciliar – com a subcontratação de trabalhadores autônomos, em geral, sem contrato formal, prática mais recorrente – embora não exclusiva – nas empresas

A terceirização é um componente central do espírito do toyotismo, capaz de instaurar uma "fragmentação sistêmica" do circuito de valorização, o suporte material do "trabalhador coletivo". Articula-se, deste modo, com o *just-in-time/kanban*, utilizando-se das vantagens comparativas postas pelas novas tecnologias microeletrônicas na produção. Ao "desintegrar" o campo da produção de mercadorias, o capital opera uma nova integração (e centralização) da produção capitalista (Murray, 1987). Só que, da perspectiva do mundo do trabalho, seu resultado é constituir um verdadeiro obstáculo à elaboração da consciência de classe, na medida em que pulveriza o coletivo do trabalho. É por isso que a terceirização é uma das inovações produtivas mais temidas pelo sindicalismo no Brasil.

Na medida em que constitui uma rede complexa de produção de mercadorias, em nível mundial, a nova (e radical) terceirização, desenvolvida pelas corporações transnacionais, tende a impulsionar, com maior intensidade (e amplitude), a racionalização da produção capitalista na cadeia produtiva. As novas técnicas de gestão (e organização) da produção, tais como os Programas de Gerenciamento pela Qualidade Total, crescem e se propagam pelas empresas fornecedoras, subcontratadas pelas montadoras. Cabe a elas incrementar a qualidade e a produtividade, necessárias para a redução de custos, cuja parcela de valor tende a ser apropriada pelo capital

dos setores mais tradicionais da produção industrial; (2) Empresas Fornecedoras de Componentes/Peças – é a subcontratação na forma de redes de fornecedores, que produzem independentemente, isto é, que têm a sua própria instalação, maquinaria e força de trabalho, embora sua produção esteja voltada, quase exclusivamente, para as grandes empresas contratantes; (3) Subcontratação para Serviços de Apoio – é a subcontratação de empresas especializadas prestadoras de serviços realizados, em sua maioria, no interior das plantas contratantes; (4) Subcontratação de Empresas e/ou Trabalhadores Autônomos nas Áreas Produtivas/Nucleares – neste tipo podem ocorrer duas formas: a) realização do trabalho no interior da planta da contratada e b) realização do trabalho fora, na empresa contratada; (5) Quarteirização – empresas contratadas com a única função de gerir os contratos com as terceiras. (Druck de

oligopolista.

No Brasil, o processo de terceirização assumiu uma notoriedade no campo da administração da produção capitalista a partir dos anos 80, onde um dos principais exemplos era o da Riocell (em 1986), do setor de papel e celulose (Leiria, 1992). Mas, desde os primórdios da nova industrialização brasileira, uma parcela da produção da indústria automobilística era externalizada. Desde os anos 50, a partir do governo Kubitschek, constituiu-se, ao redor da montadora, um complexo industrial formado por uma rede de empresas de autopeças. Eram empresas fornecedoras de componentes e peças para as corporações transnacionais do setor automotivo, que chegavam ao Brasil. Foi a externalização da produção automotiva que constituiu a indústria de autopeças, um dos principais exemplos da indústria nacional brasileira (apesar disso, os produtores de autopeças, como as próprias montadoras, possuíam uma estrutura industrial verticalizada, principalmente como uma resposta prática às dificuldades de encontrar produtos e insumos de boa qualidade, a um preço razoável, em quantidade suficiente e com prazos de entrega confiáveis. Com o tempo, a verticalização tornou-se parte integrante da cultura das empresas no Brasil) (Posthuma, 1997: 394).

Entretanto, o que se observa, a partir dos anos 90, sob a era neoliberal, é que tende a ocorrer uma aceleração das transferências de atividades produtivas, principalmente pelas fábricas mais verticalizadas, localizadas no ABC paulista. Mas não apenas isso – ocorre uma mudança qualitativa na própria concepção do espaço-território da produção capitalista. É o caso especialmente das plantas Anchieta, da Volkswagen, e São Bernardo, da Mercedes-Benz (outras fábricas, como as da Fiat, Volvo, Scania e Ford Taboão, foram planejadas ou

remodeladas de forma a contar com grande participação de fornecedores externos).

Deste modo, se antes a terceirização atingia, principalmente, os serviços de apoio à produção, tais como alimentação, transporte, vigilância, assistência médica, ela tende a atingir, hoje, atividades diretamente vinculadas à esfera da produção, promovendo alterações importantes na materialidade do capital. Assim, de início, a terceirização pode atingir as tarefas menos estratégicas e especializadas, que exigem trabalho pouco qualificado, para depois atingir o trabalho mais qualificado, oferecendo uma divisão especializada do processo produtivo aliada à manutenção do nível tecnológico. É o que se observa, portanto, quando ocorre o aumento de transferência de atividades de manutenção, ferramentaria, estamparia, fornecimento de peças e subconjuntos, anteriormente realizados pelos operários da montadora.⁴

O processo de terceirização é um tipo de descentralização produtiva, centrado, por um lado, na lógica da focalização da produção, isto é, a empresa tende a concentrar seus esforços, e, portanto, a se especializar na produção daquelas mercadorias sobre as quais ela detém evidentes vantagens competitivas. Diz-se, por exemplo, que o "negócio" das montadoras é montar automóveis, e nada mais do que isso.⁵

⁴ A utilização de novos materiais, tais como os plásticos, as resinas, cerâmicas e vidros especiais, tem sido um importante indutor da terceirização de componentes dos veículos automotores (DIEESE, 1996).

⁵ A experiência do consórcio modular (ou condomínio industrial), utilizado pela Volkswagen, Ford ou General Motors, parece demonstrar que o "negócio" das montadoras tende a ser "administrar" – e não "produzir", no sentido estrito – a montagem de automóveis, realizada por empresas contratadas no espaço cedido pela própria montadora. Elas se vêem, portanto, como futuras organizações de marketing e vendas, desenvolvendo novos produtos e controlando a cadeia de valor agregado. Entretanto, vale salientar, o novo ato de "administrar" pressupõe aspectos estratégicos da produção capitalista sob a pós-grande indústria, tais como o pensar/planejar o complexo de produção capitalista, compreendidos não apenas como mero trabalho improdutivo. Na verdade, a própria distinção entre trabalho produtivo/improdutivo tende

Por outro lado, a estratégia da terceirização – com a constituição de um complexo de redes de subcontratação, conduz a uma crescente importância das relações entre firmas, especialmente entre grandes e pequenas empresas. Surge, portanto, a necessidade de qualificação de fornecedores pelas empresas contratantes, com vistas a garantir a qualidade dos produtos fornecidos e de assegurar seu *just-in-time* (Gitahy, Rabelo e Costa, 1991).

A princípio, a terceirização promove a externalização da produção dos demais componentes necessários à produção do produto final. Os processos tipicamente produtivos passam a ser executados nas instalações da empresa subcontratada pela montadora, ou nas próprias instalações da montadora, que cede espaço e equipamento para que o fornecedor opere internamente em sua própria fábrica, como é o caso do consórcio modular ou do condomínio industrial. É uma nova (e radical) terceirização, que se caracteriza pela desverticalização total da empresa, criando uma rede de subcontratação com as empresas das quais passam a comprar o produto que antes produziam.⁶

a ser analisado sob novas determinações (Fausto, 1987).

⁶ Os apologistas da terceirização salientam o incentivo à criação de novos pequenos (e médios) negócios, considerados como uma das saídas do desemprego estrutural, resultado da própria lógica da "produção enxuta". Mas, o que eles não percebem é que o mercado não é para todos. É a pressão do mercado, que surge como o deus Juggernaut, que obriga, cada vez mais, o pequeno empresário a aumentar a intensidade do trabalho e o prolongamento da jornada de trabalho, de si e de seus trabalhadores assalariados, sob pena de ir à ruína. Como observou Teixeira: "Se o capital no século XVI ressuscitou a escravidão, no avizinhar do século XXI ele reinventa a mais-valia absoluta, embora dela nunca tenha renunciado, como forma adequada de obtenção de mais-trabalho. A unidade dialética entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa nunca fora tão evidente a olho nu." (Teixeira, 1993) Na verdade, a reinvenção da mais-valia absoluta ocorre no interior da dominância da mais-valia relativa, o que quer dizer que a terceirização, que ocorre em nossos dias, não é meramente o *putting-out* do século XIX. Existem novas determinações da "fragmentação sistêmica" que articulam, de forma complexa (e mediada), o "arcaico" com o "moderno", com a descentralização produtiva não implicando, de modo necessário, a degradação das condições de trabalho, pelo menos para os fornecedores subcontratados de primeira, segunda e terceira linha da cadeia produtiva.

Diante de um cenário de competitividade (e instabilidade) do capitalismo mundial, sob a etapa da mundialização do capital, o incremento da estratégia da terceirização implica uma série de vantagens para o capital, tais como níveis ótimos de escala, redução dos custos administrativos, possibilidade de determinação ótima de custos e preços (tendo em vista que ocorreu a redução do número de processos e atividades), maior concentração em atividades estratégicas, tais como logística da produção, planejamento, marketing, vendas, etc, e maior possibilidade de controle da gestão da produção, inclusive – e principalmente – controle da força de trabalho, reduzindo potenciais de luta entre capital e trabalho assalariado devido à menor concentração dos trabalhadores.⁷

Os problemas de custos e qualidades contribuíram, nos últimos anos, para que algumas grandes indústrias tenham recuado, pelo menos temporariamente, da terceirização (o que é denominado desterceirização). Por exemplo, a Scania, em São Bernardo do Campo, contratou, há dois anos, 150 operários para voltar a fazer dentro da fábrica a montagem de cabines de caminhões. Segundo um sindicalista do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, os problemas que levaram à desterceirização foram de qualidade: “As cabines chegavam com defeitos e nós tínhamos que fazer o serviço de novo.” (Liliana Pinheiro, “Qualidade faz empresas recuar da terceirização”, *O Estado de São Paulo*, 16 de outubro de 1997). Na verdade, o processo de desterceirização é apenas uma comprovação da necessidade candente de uma racionalização sistêmica da produção capitalista, que permeie o complexo social, atingindo não apenas a montadora, mas a rede de

⁷ A lógica da terceirização penetra um espectro amplo da materialidade do capital, indo do setor das indústrias para os serviços interiores (ou não) à produção capitalista – inclusive Administração Pública. É a própria expressão da lógica de racionalização intrínseca à valorização do capital, que perpassa hoje as mais diversas esferas das

subcontratação em todos os seus níveis, sob pena de a nova lógica da terceirização radical não contribuir para a obtenção de novos ganhos para as corporações transnacionais.

Por isso, a constituição das redes de subcontratação é permeada por uma série de contradições (como tudo aquilo que diz respeito à lógica do capital). Por um lado, a nova (e radical) terceirização tende a criar, no caso da indústria automotiva, uma relação de dependência mútua cada vez mais forte entre as montadoras e seus fornecedores principais. Constitui-se não só uma nova subordinação não-antagônica dos fornecedores de peças e componentes às estratégias de negócios das corporações transnacionais (as quais exigem da indústria de autopeças novas responsabilidades e riscos nunca antes exigidos na produção automotiva, reconstituindo, deste modo, a “hierarquia capitalista”), mas também uma tendência a tornar as próprias corporações transnacionais dependentes, em maior proporção, da estratégia de custos e qualidade dos seus parceiros capitalistas: “Especialmente quando um componente é tecnologicamente sofisticado, a relação entre a montadora e o fornecedor normalmente se torna exclusiva, permitindo a ambos desenvolver planos de longo prazo (Posthuma, 1997:399).

É o que observa, por exemplo, o presidente da montadora coreana Daewoo: “O desenvolvimento tecnológico tornou muito complexa a produção para que tudo pudesse continuar a ser feito por uma empresa só. Em dez anos, a tecnologia dos fornecedores será mais importante que a das montadoras. Em termos de tecnologia, a montadora vai depender cada vez mais do fornecedor” (José Roberto Campos, “Brasil terá fábricas mais modernas do mundo”, *O Estado de São Paulo*, 3 de março de 1997). O que exige, portanto, um novo

sistema de subcontratação, cujo principal “modelo” é o sistema “keiretsu” japonês, caracterizado pelo maior controle, pelas montadoras, dos fornecedores de subsistemas completos de peças e componentes (o que não quer dizer que seja necessariamente igual, em todos os seus detalhes institucionais, ao “keiretsu” japônes).

Por outro lado, a nova (e radical) terceirização tende a desenvolver não apenas uma nova subordinação antagônica do trabalho às imposições das corporações transnacionais, mas, tendem, elas mesmas a depender, mais ainda, das parcelas de operários mais qualificados para pôr em movimento o novo complexo de produção de mercadorias. É isso que impulsiona, por exemplo, o capital a constituir, de modo real, a captura da subjetividade operária através de novos sistemas de pagamentos. Mais do que um momento de consolidação capitalista, o que presenciamos, na verdade, é uma prova da vulnerabilidade do capital, o “calcanhar de Aquiles” da nova acumulação flexível, que pode abrir espaços de intervenção operária capazes de reconstituir a resistência (e luta) contra a lógica do capital.

Motivos Indutores da Nova (e Radical) Terceirização

1. Captura da Subjetividade da Força de Trabalho	A terceirização concorre para a desconcentração operária, o que possibilita, por parte do capital, um maior controle do trabalho e uma redução da luta de classes na produção, contribuindo, deste modo, para a elaboração de um novo consentimento operário, imprescindível para a adoção dos novos paradigmas de produção capitalista.

2. Maior Flexibilidade Produtiva	A terceirização propicia às empresas uma maior capacidade de suportar alterações de <i>mix</i> de produção dentro de uma dada gama (família) de produtos e partes – o que pode ser considerado um dos principais aspectos da flexibilidade produtiva exigida pelos novos padrões de concorrência capitalista.
3. Redução de Custos da Produção	A terceirização reduz custos administrativos, transformando custos fixos em custos variáveis.

9. 2 Consórcio Modular e Condomínios Industriais:

Uma Nova (e Radical) Terceirização ?

O novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil tende a desenvolver uma nova (e radical) terceirização na indústria automotiva no país. A lógica da subcontratação, que acompanhou o próprio surgimento da indústria automotiva no país, desde os anos 50, assume uma nova intensidade, amplitude e qualidade, constituindo, portanto, a partir daí, um novo (e radical) modelo de produção capitalista. Ocorre uma verdadeira revolução no conceito da engenharia de produção capitalista, pelo menos no setor da indústria automobilística (é preciso salientar que a indústria automotiva sempre se caracterizou por disseminar novos conceitos de organização (e gestão) para o mundo da produção capitalista).

A nova (e radical) terceirização é uma inovação meramente organizacional, tal como a própria lógica do toyotismo. O que não significa que não seja acompanhada de um salto na adoção de novas

tecnologias microeletrônicas na produção (a implantação, em 1995, do condomínio industrial na planta industrial da Ford em São Bernardo do Campo, veio acompanhada da introdução de 97 robôs na linha de montagem, contra os 5 que a fábrica possuía na época).⁸

Apesar de não se localizar no ABC paulista, onde procuramos concentrar nossa análise, procuraremos salientar, em virtude do seu caráter inédito, a experiência do "consórcio modular" utilizado na planta da Volkswagen em Resende (RJ). Além disso, destacaremos a experiência dos condomínios industriais, utilizados pela Ford Taboão, em São Paulo (SP), e pela General Motors, em Porto Alegre, (RS) (outra variante da terceirização radical é a nova planta industrial da Chrysler em Curitiba-PR, que montou um sistema de produção onde o fornecedor entrega montados cerca de 35% dos componentes de cada veículo).⁹ Tais experiências representam a nova configuração da relação montadora-fornecedores que está surgindo no Brasil, a partir do novo complexo de reestruturação produtiva.

A nova (e radical) terceirização tende a impor uma (re)constituição da rede de subcontratação, instaurando uma verdadeira recomposição na "hierarquia capitalista", cujo objetivo é redimensionar os custos (e

⁸ Nas condições da pós-grande indústria, a separação entre inovação organizacional e inovação tecnológica precisa ser repensada. A adoção de novas formas de organização da produção capitalista, vinculadas à lógica do toyotismo, que instauram a subordinação formal-intelectual, ocorrem no interior da subsunção real do trabalho ao capital. Deste modo, são pressupostos indispensáveis à nova produção capitalista, ocorrendo no próprio bojo do processo de instauração das novas tecnologias microeletrônicas na produção.

⁹ Para Amato Neto, procura-se deste modo, aproximar-se do "modelo" dos *keiretsu* japoneses, o que demonstra que o toyotismo é o "momento predominante" do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil. Nos *keiretsu*, as relações entre as empresas ocorrem a partir de uma série de procedimentos fundamentais para o funcionamento das redes de subcontratação: participação acionária cruzada entre as empresas, participação cruzada entre diretorias e outros cargos de comando das empresas, vinculação conjunta a um mesmo banco, processos de consulta gerencial e técnica recíprocas e, principalmente, relações estáveis de fornecimento de insumos entre as empresas clientes e as subcontratadas (Amato Neto, 1993)

riscos) de produção entre as corporações transnacionais e seus parceiros capitalistas. Portanto, é um processo de (re)elaboração da hegemonia do capital oligopolista, impulsionado pela nova concorrência imposta pela mundialização do capital. O processo de reconstituição da "hierarquia capitalista", que ocorre no setor automotivo no Brasil, caracteriza-se pelos seguintes aspectos:

1. A redução, seleção e a hierarquização dos fornecedores de peças e componentes.

Visando a assegurar um fluxo estável de suprimentos, as corporações transnacionais da indústria automotiva tendem a promover, através da fusão, incorporação e fechamento das indústrias, a redução do número dos seus fornecedores e a sua hierarquização, pelas montadoras, em 3 ou 4 níveis de cadeias de suprimentos de semi-sistemas completos de peças e componentes.

As empresas de autopeças do primeiro nível, por exemplo, conseguem desenvolver produtos e administrar uma rede própria de fornecedores, de modo a capacitá-la a atender à montadora, com sub-sistemas completos e prontos para entrar na linha de montagem (é o caso, por exemplo, dos 7 consorciados da VW na experiência do "consórcio modular" em Resende-RJ). A tendência das montadoras é cada vez mais repassar aos fornecedores a tarefa de produzir os subsistemas completos dos componentes do carro, restando a elas a tarefa de montar (no caso da experiência do "consórcio modular", como veremos adiante, a Volkswagen, em Resende (RJ), não participa do processo produtivo propriamente dito).

As empresas de autopeças do segundo nível são fornecedoras de componentes, peças e materiais para as empresas do nível superior,

uma vez que conseguem maior desempenho em tecnologia de processo. Com elas, relacionam-se as empresas de autopeças de terceiro e quarto nível, destinadas a suprir peças isoladas e materiais sem alto valor agregado (Arbix e Zilbovicius, 1997:465).

O que observamos é que tende a haver um pequeno número de fornecedores diretos, enquanto os demais permanecem sub-fornecedores de segundo, terceiro e quarto nível. Por isso, a disputa no setor de autopeças tem sido em torno de quais empresas farão parte da rede de subcontratação constituída pela montadora, ou seja, que empresas deverão se tornar fornecedores de classe mundial ("world class") das montadoras, cujos projetos de carros assumem, cada vez mais, um perfil global e cujo fornecimento passa a dirigir-se para dentro e para fora do país.

O número de empresas de autopeças no Brasil diminuiu em dois terços desde 1991, ou seja, em 1991 havia 3.200, enquanto em 1997, são apenas 930 (com a participação do capital estrangeiro saltando de 14%, em 1991, para 29% em 1996). A redução do número de operários de autopeças é significativa, passando de 259.600, em 1991, para 193.000, em 1997 (DIEESE, 1995; Sindipeças, 1997). Entretanto, os investimentos produtivos no setor de autopeças têm crescido, podendo chegar a cerca de US\$ 15 bilhões até o ano 2000 (Cleide Silva, "Setor de autopeças deve investir US\$ 15 bilhões", *O Estado de São Paulo*, 9 de março de 1997).

O que presenciamos é, portanto, um processo de desverticalização, operado pelas montadoras brasileiras, aumentando, deste modo, através da terceirização, a demanda junto às empresas de autopeças. Por outro lado, observa-se um processo de concentração no setor de autopeças, tendo em vista que um número pequeno de empresas são capacitadas para produzir sub-sistemas de componentes,

a atender as rigorosas exigências de qualidade e, principalmente, a alcançar um padrão de preços competitivos internacionalmente. Sem escala, sem suporte tecnológico, sem apoio para pesquisa e desenvolvimento, a maior parte das empresas do setor de autopeças no Brasil entra em colapso (é preciso observar que o processo de concentração no setor de autopeças é mundial, assumindo, em 1997, um valor estimado de 15 bilhões de dólares nas transações de fusões, aquisições, incorporações e associações de empresas do setor em várias partes do mundo capitalista) (Posthuma, 1997).

2. A aproximação geográfica dos principais fornecedores de peças e componentes e a constituição dos novos pólos industriais:

A exacerbação da descentralização produtiva conduz, de modo paradoxal, à procura de maior aproximação dos fornecedores, seja numa localidade próxima à montadora, constituindo um novo pólo industrial, como observamos no caso da Fiat em Betim, que só procura trabalhar com fornecedores diretos localizados até 80 a 100 km da linha de montagem, seja no interior da própria montadora, o denominado "condomínio industrial", desenvolvido pela Ford, em São Bernardo do Campo e General Motors, ou o "consórcio modular", da Volkswagen. Essa proximidade entre a unidade industrial da corporação transnacional e seus fornecedores contribui ainda para que alguns nexos contingentes do toyotismo sistêmico possam ser implantados com maior eficácia – é o caso do *just-in-time* externo, com a possibilidade de entrega mais rápida e freqüente das peças necessárias, melhorando a sincronização da produção (foi a decisão da General Motors norte-americana, a partir de 1992, de emprestar parte de sua área em plantas nos EUA, para a

instalação de fornecedores, empregando, inclusive, seus próprios trabalhadores. Esse programa foi denominado “internalização estratégica de fornecedores”) (DIEESE, 1995:21).¹⁰

A diferença que existe entre o “condomínio industrial” e o “consórcio modular” é que, no caso do “condomínio industrial”, o processo de montagem final do veículo pertence à corporação transnacional, à contratante. Tanto um quanto o outro promovem a redução do volume de trabalho executado através do insumo de propriedade da montadora e uma redução do tempo de montagem dos veículos. Só que, como iremos ver, o consórcio modular implica a ausência total da corporação transnacional do processo de montagem: “Funcionários da Volks não apertarão um único parafuso. Os caminhões serão integralmente montados por sete fornecedores.” (Mara Luquet e Ricardo Grinbaun, “Resende dá o show”, *Veja*, 23 de outubro de 1996)

9. 3 A Experiência do Consórcio Modular:

A Nova Face Radical da Descentralização Produtiva

No caso da experiência do consórcio modular, desenvolvido pela Volkswagen (VW), em sua unidade industrial em Resende (RJ), onde se produzem caminhões e ônibus, os fornecedores de peças e componentes se mudam para dentro da unidade industrial da montadora, tornando-se responsáveis pelo processo de produção direta, sob a supervisão, é claro, de um “mestre” ligado à VW.¹¹

¹⁰ A Fiat do Brasil diversificou regionalmente sua base de fornecedores, atraindo 70 dos seus fornecedores a instalar fábricas dentro de um raio de 120 quilômetros da sua fábrica em Betim (MG). É a denominada “mineirização”, que permite uma utilização mais eficaz do sistema *just-in-time*. Atualmente, cerca de 60% das compras de peças da Fiat é feita nesta nova rede industrial (Posthuma, 1997:408).

¹¹ Arbix e Zilbovicius consideram a experiência do consórcio modular não como um caso de terceirização radical, tendo em vista que, para eles, ela – a terceirização – é caracterizada por relações de exterioridade entre a corporação transnacional e seus

A linha de montagem é dividida em 7 módulos responsáveis por fases específicas do processo produtivo. A cada módulo, corresponde um parceiro – por exemplo, o módulo de motores é coordenado pela Cummins e MWM; o de Chassis, pela Iochpe-Maxion; o de Eixos/Suspensão, pela Rockwell-Braseixos, etc. Eles são os consorciados da VW, responsáveis, com seus próprios operários, por um módulo produtivo, onde se realizam a montagem de conjuntos completos dos veículos (algo estranho para cada parceiro da VW, tendo em vista que a tecnologia de montagem sempre pertenceu, por tradição, à corporação transnacional. O que demanda, portanto, capacitação tecnológica para os parceiros da VW). Cada um deles é responsável pela definição do *lay-out* (e da logística) do processo de montagem de cada módulo, organizando a rede de subfornecedores e realizando parte do investimento em capital fixo.¹²

Os operários vestem o mesmo uniforme do consórcio, diferenciando-se apenas pelo logotipo de sua empresa. O objetivo é que todos os parceiros da VW observem os mesmos padrões de remuneração e de benefícios; inclusive com a possibilidade de empréstimos de operários inter-consorciados. Em alguns casos, os consorciados da VW dividem a coordenação com outras empresas. A VW passa a ser a coordenadora do processo de produção, cuidando de aspectos estratégicos da produção capitalista sob a pós-grande indústria, tais como as atividades de logística geral, controle de qualidade e desenvolvimento de produtos – no caso, os veículos ônibus

fornecedores (o que não ocorreria no caso do consórcio modular, onde o relacionamento entre a VW e os demais consorciados baseia-se em uma nova repartição de investimentos, custos, responsabilidades e, principalmente, riscos, distanciando-se das relações de exterioridade que marcam as terceirizações) (Arbix e Zilbovicius, 1997: 454).

¹² Uma dificuldade técnica para a implementação do novo processo de descentralização produtiva é que, para viabilizar a técnica modular de produção, impõe-se a necessidade de reduzir em módulos as partes componentes do veículo.

e caminhões com a marca "Volkswagem". Uma das inovações introduzidas na produção refere-se ao "mestre", operário experimentado que acompanhará cada caminhão ou ônibus durante as distantes fases de sua montagem, e que deverá se responsabilizar diretamente pelo produto final atestando sua qualidade. O "mestre" é o único operário da Volkswagem ligado, de certo modo, à atividade produtiva propriamente dita e que tem o papel de um representante da contratante VW no espaço da produção.

A contribuição da corporação transnacional VW no caso do consórcio modular é seu acervo tecnológico – na verdade, uma nova (e complexa) tecnologia de produção – e sua marca no mercado. Mesmo no caso do acervo tecnológico, a longo prazo, ele deve ser transferido para seus consorciados, que incorporarão a competência tecnológica da VW em montagem de veículos. Nesse caso, de que dependerão os consorciados, com o passar do tempo, em relação à VW? Dedicar-se-ia a VW apenas à gestão de sua marca? Ou, como observou, Arbix e Zilbovicius: "Estará a VW em busca de uma forma de valorização de capital que prescindir do ancoramento em um processo de produção?" (Arbix e Zilbovicius, 1997:461).

Entretanto, vale ressaltar que não é que a VW passe a adotar uma forma de valorização não ancorada no processo de produção, tornando-se "rentista", como Arbix e Zilbovicius parecem insinuar, mas sim, que é o processo de produção capitalista que, nas condições da pós-grande indústria, tende a assumir uma nova materialidade, incorporando em seu cerne estratégico, o trabalho imaterial como trabalho produtivo. Assim, atividades de coordenação, logística e controle de qualidade, por exemplo, tendem a ser tão produtivas – ou mais – do que atividades de produção propriamente ditas, tais como a "montagem" do veículo. Esta é a novidade da nova (e radical)

terceirização, cujo exemplo mais desenvolvido, é a experiência do "consórcio modular".

Na verdade, o que ocorre com a experiência do "consórcio modular" da Volkswagen, em Resende, ainda em andamento (e limitado à produção de caminhões e ônibus), é uma tendência da indústria automotiva mundial. Como observou o presidente da Renault: "Podemos transferir praticamente tudo para nossos parceiros, desde que a identidade da marca seja mantida." (Arthur Pereira Filho, "Montadoras prevêm mais terceirização", Folha de São Paulo, 26 de fevereiro de 1997).

A grande diferença da experiência do "consórcio modular" em relação a uma fábrica normal, inclusive com relação ao "condomínio industrial", não é apenas que ela propicia a redução do tempo total de montagem (que é 10% menor do que em outras fábricas). Mas, a grande diferença é que, com ele, ocorre uma nova repartição do risco vinculado ao negócio, antes assumido totalmente pela montadora (mesmo nos casos de condomínio industrial). Por isso, a experiência do consórcio modular tende a ser uma nova (re)composição da "hierarquia capitalista" a serviço da corporação transnacional no cenário da mundialização do capital. Ela instaura, de certo modo, no campo intercapitalista, uma nova subordinação dos seus parceiros capitalistas à lógica do capital oligopolista.

Sob a experiência do consórcio modular, os parceiros da VW, por exemplo, comprometem-se a investir em equipamentos e instalações e a contratar a força de trabalho dedicada à produção de partes de um produto final – caminhões e ônibus – que é propriedade da corporação transnacional. O capital investido por cada consorciado VW fica dedicado, portanto, à produção dos módulos do veículo da marca VW. Eles se transformam numa espécie de "sócios" minoritários da VW. Não

apenas fornecem peças e componentes dos veículos, mas dividem os riscos do investimento e vão ter maior participação nas decisões. Por exemplo, a VW só paga a peça colocada pelo fornecedor depois de vender o caminhão¹³ (nos casos tradicionais, na situação de oscilação no mercado do produto final, o fornecedor poderia buscar alternativas para manter ocupado seu investimento fixo, buscando novos compradores, alterando seu mix de produção, etc., o que não pode ocorrer sob o "consórcio modular", tendo em vista que a VW adquiriu uma exclusividade de fornecimento):

Talvez o único arranjo com alguma semelhança seja o da propriedade cruzada entre montadoras e fornecedores existente no Japão. Esse caso aproxima-se mais, no entanto, da situação de verdadeira associação e não de consorciamento. (Arbix e Zilbovicius, 1997:460)

Portanto, se, por um lado, os consorciados da VW conseguem contratos de longo prazo e possibilidades de acesso no mercado internacional; por outro lado, cresce o nível de risco assumido por eles.

No caso da experiência do consórcio modular ocorre o "enxugamento" radical do *locus* produtivo – no sentido clássico – da corporação transnacional. É a exacerbação da *lean production* – a produção enxuta – preconizada como sendo um tipo superior de organização da produção capitalista (Womack, Jones e Roos, 1993). Enquanto um novo processo de descentralização produtiva, a experiência do consórcio modular (e do condomínio industrial) tende a reduzir não apenas o custo (e o tempo) da produção de veículos, através da nova organização do território-espço da produção capitalista, mas é uma nova engenharia da produção de mercadorias que tende a potencializar a apropriação de valor na cadeia produtiva pela empresa central, que, de modo contraditório, ausenta-se, cada vez mais, do

¹³ Mara Luquet e Ricardo Grinbaun, "Resende dá o show", *Veja*, 23 de outubro de 1996

processo de produção propriamente dito¹⁴ (como salientamos, à Volkswagen caberá a supervisão, comercialização e projeto – que não deixam de ser aspectos estratégicos da produção capitalista sob a pós-grande indústria. Algo, por exemplo, que é feito pela Benetton e a Nike, corporações transnacionais de ramos industriais tradicionais, que, por seu lado, tendem a explorar, à exaustão, a relocação industrial em busca de países de baixos salários) (Chesnais, 1996).

9.4 A Leitura “Dualista” da Terceirização no Brasil

Alguns sociólogos tendem a salientar um contraste entre dois tipos de terceirização no Brasil. De um lado, existiria uma terceirização “autêntica”, que integraria uma estratégia relacional, com tecnologias gerenciais de qualidade, buscando a parceria em todo o fluxo produtivo, instaurando, o que eles denominam (utilizando a linguagem da teoria dos jogos) relacionamento “tipo ganha-ganha” (é típica da denominada “especialização flexível”, propugnada por Sabel e Piore). Por outro lado, existiria uma terceirização “espúria”, que integraria uma estratégia de confronto, buscando reduzir custos de produção, mantendo o antagonismo com os operários e o movimento sindical, instaurando um relacionamento “tipo ganha-perde”:

Por um lado, um tipo de terceirização associado a um esforço articulado entre a grande e a pequena empresa no sentido de qualificar fornecedores e aumentar a qualidade dos produtos e, por outro lado, formas associadas a estratégias “restritivas”, ou

¹⁴A nova experiência do condomínio industrial ou do consórcio modular tende a promover, no plano da produção, o que Harvey considerou como sendo a “contração espaço-tempo”. De certo modo, com tais experiências, tende a ocorrer, no campo da produção, o que Marx prefigurou, nos *Grundrisse*, como sendo a “anulação do espaço por meio do tempo” (Marx, 1987). Tendo em vista que se “aboliu”, em termos relativos, o espaço físico entre a montadora de veículos e os fornecedores de subconjuntos completos de peças e componentes, reduz-se, portanto, o tempo de circulação das peças e componentes, algo que é decisivo para a nova etapa de acumulação do capital (Harvey, 1992).

seja, externalização de atividades para redução de custos via precarização das condições de emprego, mesmo comprometendo a qualidade do serviço prestado. (Gitahy, 1994: 151)

O primeiro "modelo" de terceirização, seria identificado, por exemplo, com as indústrias "modernas", tais como as indústrias do setor de autopeças no interior de São Paulo, onde encontramos um tipo de terceirização associado a um esforço articulado entre grande e a pequena empresa, no sentido de qualificar fornecedores e aumentar a qualidade dos produtos, aproximando-se, segundo Gitahy, do modelo de "especialização flexível". Por outro lado, o segundo "modelo" de terceirização é identificado com indústrias "tradicionais", tais como a indústria de calçados do Rio Grande do Sul (o complexo calçadista de Novo Hamburgo) e a indústria de confecções do Rio de Janeiro, onde existem formas híbridas de combinação entre inovações em empresas grandes e médias, com formas mais tradicionais de precarização e instabilidade do emprego.

Entretanto, consideramos problemático tratar as determinações perversas da terceirização apenas como expressões "espúrias", vinculadas a setores industriais "tradicionais" (tais como indústria de calçados e indústria de confecções). O novo complexo de reestruturação produtiva, onde predomina a nova (e radical) terceirização, muitas vezes caracterizada como um tipo de terceirização "autêntica", tende a desenvolver, em maior ou menor proporção, no interior da cadeia de subcontratações de indústrias "modernas" (tais como, por exemplo, a indústria automotiva e a indústria eletrônica), uma série de segmentações que articulam, de modo dialético, e portanto contraditório, pólos "arcaicos" e "modernos". Na verdade, a cadeia de subcontratações é permeada, em seus últimos níveis, por fornecedores de peças e componentes que praticam os piores salários e péssimas condições de

trabalho¹⁵.

É claro que em alguns setores industriais "tradicionais", tais como a indústria de calçados ou a indústria têxtil, é mais perceptível a predominância de traços "espúrios". Mas, mesmo em setores industriais "modernos", tais como a indústria automotiva (e a indústria eletrônica), onde se desenvolve a nova (e radical) terceirização, a presença da precarização e instabilidade do emprego e salário no interior da cadeia produtiva, nos últimos elos da cadeia de subcontratação, indicam a persistente articulação complexa – e dialética – entre o suposto "autêntico" e o "espúrio".¹⁶ Mesmo os casos clássicos de "especialização flexível", salientados por Piore e Sabel, não estão isentos das perversidades da valorização, inclusive em seu pólo original – a "Terceira Itália" – onde ela acarretou a intensificação do trabalho operário e a fragmentação de classe, debilitando seu poder de constituir

¹⁵ Segundo Watanabe, é na base da pirâmide de subcontratação, utilizado pela Toyota Corporation, que se localizam os fornecedores de peças e componentes cujos salários e condições de trabalhos são os mais baixos e precários. Para ele, o processo de hierarquização das empresas subcontratadas pela corporação transnacional, denominado sistema "*keiretsu*", obedece à seguinte ordem: (1) no cume da pirâmide fica a montadora; (2) no primeiro nível ficam as fábricas onde são produzidos os componentes estratégicos como motores e caixas de câmbio, cujos diretores, gerentes e supervisores são muitas vezes ex-funcionários da Toyota. Nestas, os salários caem para 95%, se comparados aos da Toyota; (3) no segundo nível, o salário corresponde a 80% do que é pago pela montadora; (4) no quarto nível, o salário corresponde a 60%. Segundo ele, geralmente não existem mulheres na produção da montadora. No entanto, nas pequenas fábricas, que se localizam nos níveis mais baixos, mais de 50% dos trabalhadores são mulheres. Assim, o sistema de subcontratação parece ter sua própria lógica: "as empresas do primeiro nível contratam as do segundo; as do segundo contratam as do terceiro." Com isso, através do sistema *keiretsu*, a Toyota garante o controle dos fornecedores até o piso da pirâmide, sem manter nenhum contrato com estas empresas." (Watanabe *Apud* Soares, p.185–186)

¹⁶ No caso do Brasil, a terceirização na indústria automobilística assumiu um perfil de degradação salarial. É o que se constata com o salário médio nas pequenas firmas de autopeças – ele corresponde a apenas 2/3 do salário pago nas montadoras. Por exemplo, na base territorial de São Bernardo do Campo e Diadema, o salário médio nas autopeças era, em junho de 1992, US\$ 386, enquanto que nas montadoras alcançava US\$ 599 (DIEESE, 1994). É uma discrepância salarial que tendeu a se acentuar nos anos 90, principalmente em virtude das estratégias de negociação coletiva utilizadas no setor metalúrgico, que tende a consolidar a fragmentação de classe.

obstáculos à sanha da valorização (Clarke, 1991:124–125; Ruggiero, 1987). Na verdade, uma análise dialética tenderia a ver o discurso da “especialização flexível” como um recurso ideológico – um *wishfull thinking* – da nova social-democracia, que buscava constituir um novo contrato social entre capital e trabalho assalariado, adaptado à era da mundialização do capital (Clarke, 1991:124–125). Ele tenderia a ocultar um novo (e precário) mundo do trabalho, perpassado por práticas neocorporativas, onde pequenas parcelas da classe, vinculadas às corporação transnacionais ou a empresas subcontratadas de primeiro, segundo e terceiro nível, com estatutos salariais privilegiados, inscritas na relação “tipo ganha-ganha”, garantiriam vantagens salariais na medida em que se tornassem parceiros do capital, indiferentes a um precário (e vasto) mundo do trabalho, ampliado e disperso.

Deste modo, a lógica da terceirização pode representar, por um lado, na perspectiva do capital, “eficiências coletivas”, tendo em vista que tende a contribuir para a captura da subjetividade operária, instaurando um novo contrato social entre trabalho assalariado e capital, em que se expressaria – utilizando uma terminologia sociológica – a relação tipo “ganha-ganha” (além, é claro, de contribuir para uma maior flexibilidade produtiva).

Por outro lado, ela tende a possuir, em alguns casos, como motivo indutor, a redução de custos da produção, com a corporação transnacional – a montadora – procurando “jogar” para as firmas subcontratadas (ou para pequenos empresários terceirizados e autonomizados, executando trabalho “por conta própria”), parcelas menos rentáveis da produção capitalista. É por isso que as firmas subcontratadas, principalmente dos últimos níveis da cadeia produtiva, tendem a contratar operários com estatutos salariais mais precários, quase sempre driblando a legislação trabalhista e tributária.

No caso da indústria automotiva no Brasil, por exemplo, com a nova (e radical) terceirização, a rede de subcontratação, no primeiro nível, tende a fornecer subsistemas completos dos veículos, além de participar no desenvolvimento de projetos, sendo ocupada por empresas de capital estrangeiro ou por grandes firmas nacionais. Mas, na medida em que descemos no nível de subcontratação, surgem as pequenas e médias empresas, a maioria de capital nacional, onde se debilitam o estatuto salarial e a base tecnológica, com as firmas fornecendo produtos com menor valor agregado.

É claro que, em alguns casos, dependendo do grau do poder sindical, pode prevalecer, em maior ou menor proporção, a precariedade de emprego ou de salários. Mas são reconhecíveis as dificuldades de organização sindical nas pequenas e médias firmas, onde o controle capitalista é maior. Por isso, o crescimento da estratégia de terceirização, que tende a "enxugar" a montadora e a incentivar a proliferação das firmas subcontratadas, tende a debilitar, em última instância, o poder de barganha sindical da classe. Uma debilitação da classe no plano não apenas do estatuto salarial, mas principalmente do estatuto político-ideológico, tendo em vista que a possibilidade de constituição de uma consciência necessária de classe é maior nas grandes empresas do que nas firmas subcontratadas – principalmente nas pequenas e médias subcontratadas¹⁷. Por outro lado, a estrutura de organização sindical no Brasil constituiu-se, em termos históricos, no sentido "verticalizado"; incapaz, portanto, de organizar uma categoria assalariada cada vez mais "horizontalizada" pela nova (e radical) terceirização e de contribuir para a resistência da classe contra a sanha

¹⁷ O que explica, em parte, as dificuldades em constituir estratégias de classe na categoria metalúrgica de São Paulo, sob a hegemonia da Força Sindical, onde predominam as pequenas – e médias – firmas metalúrgicas; em contraste, por exemplo, com a categoria metalúrgica do ABC paulista, onde predominam as grandes

do capital.

Portanto, na perspectiva da luta de classes, a terceirização não é um processo social "inocente". Ela tende a debilitar a solidariedade do mundo do trabalho, tornando precária a constituição de estratégias de classes e contribuindo para a captura da subjetividade operária pela lógica do capital (essa subsunção real da subjetividade operária à lógica do capital, que é intrínseca à lógica do toyotismo, seria traduzida, em termos sociológicos, como a relação "tipo ganha-ganha").¹⁸

9.5 O Brasil nos Anos 90:

Em Busca do Toyotismo Sistêmico

A partir dos anos 90, sob a era neoliberal, impulsiona-se, com intensidade e amplitude, em alguns setores de ponta da indústria brasileira, a adoção sistêmica dos nexos contingentes do toyotismo, caracterizado, principalmente, pelos Programas de Qualidade Total; *just-in-time* (JIT), interno e externo; do Controle Estatístico de Processo (CEP), do Sistema de Estoque Mínimo (SEM), além de formas de gestão participativa do trabalho como o *Skokai* (sistemática de reuniões matinais) e os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), além de novos sistemas de pagamento como os programas de participação em lucro e resultados (PLP).

O caráter "mais amplo da modernização" inclui um vasto complexo de reestruturação produtiva onde se observam, por exemplo, a

montadoras de veículos.

¹⁸A própria utilização pela sociologia do trabalho da lógica da teoria dos jogos para caracterizar um tipo de relação antagônica, tal como é a relação do capital e trabalho assalariado, não deixa de ser sintomática, pois oculta, através do recurso lingüístico, a constituição, no plano da produção, de um novo patamar de hegemonia do capital. O seu reflexo político é dado pela ocorrência do que denominamos "inversão ideológica de cariz neocorporativo".

implantação de células de produção, a reorganização espacial de fábricas, a divisão de instalações industriais em “minifábricas” (e seu desdobramento radical no consórcio modular e condomínios industriais – uma nova e radical terceirização), o desenvolvimento de “relações de cliente” entre setores da fábrica, o *kanban*, a flexibilização das funções e a polivalência (Leite, 1994).

Na verdade, todas as novas técnicas de organização da produção capitalista incorporam o espírito do toyotismo – a captura da subjetividade operária pela lógica do capital diante da constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho. Se, nos anos 80, ele se desenvolveu como um toyotismo restrito, a partir da era neoliberal, tende a se desenvolver como um toyotismo sistêmico. O seu caráter sistêmico decorre da utilização integrada do processo de inovação, com a adoção, por exemplo, dos Programas de Qualidade Total, que implicam mudanças mais abrangentes no processo de produção capitalista (Rachid, 1994).

– Os Limites do Toyotismo Sistêmico Sob o Governo Collor

A partir de 1990, sob a política neoliberal do governo Collor, com a abertura comercial e a desregulamentação do comércio exterior, surge uma verdadeira “epidemia de competitividade”, com várias indústrias passando a introduzir, com maior amplitude – e intensidade – os nexos contingentes do toyotismo, tais como *just-in-time* e Controle de Qualidade Total, bem como novas formas de gestão do trabalho, mais compatíveis com as necessidades de flexibilização do trabalho e com o envolvimento dos trabalhadores com a qualidade e produtividade. Muitas indústrias optam por aderir ao PBQP – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, lançado pelo governo Collor em 1990.

A busca de um toyotismo sistêmico, sob o governo Collor, ocorre diante de um cenário recessivo, provocado pelo Plano Collor I, com as empresas brasileiras buscando uma racionalização de custos de produção, através de um intenso processo de "enxugamento" de pessoal. Por exemplo, o setor de autopeças, composto em sua maioria por pequenas e médias firmas nacionais, descapitalizadas pelo Plano Collor, tiveram não apenas que cortar gastos, mas ainda promover mudanças estruturais aptas a capacitá-las para o novo cenário de competitividade. Essas firmas promoveram a redução de seus níveis hierárquicos, o enxugamento de suas estruturas administrativas, a reavaliação de procedimentos e a designação de novas áreas de responsabilidade. O resultado foi o crescimento da produtividade que, de 1991 a 1996, cresceu 132%. Ela foi alcançada às custas da busca de um toyotismo sistêmico: adoção da Produção Enxuta (a força de trabalho diminuiu 25%, entre 1989 e 1992, representando uma redução de 78.700 empregos), Programa de Qualidade Total, *just-in-time/kan-ban* e o uso abundante de horas-extras (Posthuma, 1993)¹⁹.

Na verdade, a principal peculiaridade da busca do toyotismo sistêmico sob o governo Collor é que ele ocorre (e se propaga) nas condições de crise do capitalismo brasileiro, com seu cenário recessivo, impedindo que as empresas adotassem, com maior amplitude (e

¹⁹ A vasta aplicação dos nexos contingentes do toyotismo sob o governo Collor pode ser constatada a partir, por exemplo, da procura crescente pela implantação de Programas de Gerenciamento pela Qualidade Total, visando à obtenção dos Certificados de Qualidade da série ISO 9000. Em 1993, a maioria das empresas no país – 60,9% – tinha implantado Programas de Qualidade e Produtividade, apesar de reconhecerem uma série de obstáculos para a sua implementação ("Economia instável atrasa programas de qualidade", Folha de São Paulo, 25.03.1993) Os certificados de Qualidade da série ISO 9000 são não apenas exigências necessárias para obter mercados para exportação (sem o ISO fica mais difícil fazer negócio com empresas americanas, que o exigem, e é quase impossível vender para os europeus), mas uma das condições para alcançar competitividade em mercados regionais no Brasil (tais como empresas do Rio Grande do Sul, que concorrem com produtos de empresas de São Paulo no mercado do Sudeste brasileiro) (Ruas, 1994).

eficácia), novas estratégias de envolvimento dos operários, tais como bônus de salários vinculados à lucratividade e obtenção de metas de qualidade e produtividade (os sindicatos passaram a reivindicar o repasse para os operários metalúrgicos dos resultados do aumento da produtividade e lucratividade).

Na verdade, havia uma contradição entre a busca do comprometimento operário e o momento recessivo, com o aumento dos cortes de pessoal. De qualquer modo, aos trancos e barrancos, os dois processos avançam. A prioridade dos capitalistas era instaurar um processo de racionalização da produção, através da adoção da *lean production* – a Produção Enxuta (o que era, de certo modo, uma das pré-condições da própria adoção do toyotismo sistêmico). Mas, o processo abrupto de racionalização de custos de produção através do *downsizing*, tendia a degradar – na prática – o discurso da parceria entre capital e trabalho, comprometendo, deste modo, a captura da subjetividade operária pela lógica do capital:

Gerentes de algumas companhias que tinham demitido grande número de trabalhadores reportaram uma diminuição clara no compromisso assumido pelos trabalhadores com os novos sistemas. Isto foi expresso pelo declínio no uso de esquemas de sugestões, uma diminuição de atividades de pequenos grupos e quedas nos níveis de qualidade. A gerência fez uma ligação direta entre as demissões e estes efeitos." (Humphrey, 1994: 134)

Alguns sociólogos consideravam que a perpetuação do caráter "descartável" da força de trabalho, na ótica dos empresários brasileiros, era incompatível com os princípios da nova hegemonia do capital na produção, inspirados no toyotismo sistêmico:

[...] a tendência à diminuição das taxas de rotatividade vem convivendo muitas vezes com processos de demissões em massa, nos quais as empresas tratam de se desfazer dos trabalhadores considerados pouco adequados, como os de baixa escolaridade e os de mais idade, que têm mais dificuldade para se reciclar e se adaptar aos novos conceitos de produção ou

ainda os ativistas sindicais e líderes operários, especialmente os representantes dos trabalhadores em grupos ou comissões de empresas. (Leite, 1994:579)

Entretanto, a destruição de velhos coletivos assalariados e a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho tornam-se pressupostos necessários para o desenvolvimento do toyotismo sistêmico. É claro que, num primeiro momento, torna-se problemática a instauração de uma nova hegemonia capitalista, da conquista do comprometimento operário. A instauração de políticas tipo *downsizing*, sob o impulso da Produção Enxuta, tende a prejudicar, portanto, a constituição de lealdades corporativas.²⁰

– A Produção Enxuta: Uma Nova Disciplina do Capital no Brasil

A nova lógica da Produção Enxuta, como um momento de constituição do toyotismo sistêmico, instaurou uma nova disciplina do capital no Brasil. Sob o governo Collor, a racionalização de custos da produção, através do *downsizing*, mesclado com a instauração de nexos organizacionais do toyotismo, tais como os Programas de Qualidade Total, implicaram, como salientamos, o crescimento da produtividade industrial:

Os dados do IBGE para o período 1971–92 mostram que a produtividade no Brasil vem crescendo acentuadamente a partir de 90, depois de quase cinco anos de estagnação. Entre os anos de 1971 e 1984, a produtividade foi crescente em função de um maior investimento em capital fixo. O mesmo não ocorre no período recente. A partir de 1990, o aumento da

²⁰ Este é o verdadeiro paradoxo do toyotismo sob a mundialização do capital, expresso, por exemplo, na seguinte interrogação: "Ademais, que novos 'mapas cognitivos' sustentarão as representações sobre o trabalho e as identidades micro-corporativas quando até mesmo as camadas gerenciais e o terciário das empresas vêm esgaçar-se suas lealdades corporativas num contexto de políticas tipo *downsizing* e redução de níveis hierárquicos que desestabilizam atributos como o "capital-confiança" que unia gerentes e corporação gerenciada". (Castro, 173)

produtividade não está sendo acompanhado de um investimento substancial em novas máquinas, em novos equipamentos. A produtividade cresce, portanto, em virtude de mudanças organizacionais e de mudanças gerenciais da produção, o que representa uma importante transformação nesse processo." (In DIEESE, 1994:14-15)

O que observamos é que, mesmo mudanças organizacionais, não acompanhadas pelo crescimento do comprometimento operário, como observamos principalmente sob o governo Collor, resultaram em aumentos da produtividade. No período da nova retomada da economia brasileira, a partir de 1994, quando implantou-se o Plano Real, constatou-se, portanto, um ganho de eficiência do capital, em decorrência, principalmente, do desenvolvimento da Produção Enxuta no país. As empresas tornam-se cada vez mais capazes de produzir mais com menos (um dos preceitos da Produção Enxuta).

O período recessivo do governo Collor, de 1990 a 1993, surgiu como uma oportunidade histórica para o capital implantar, numa época de debilidade do sindicalismo brasileiro, aturdido pela política neoliberal, as virtualidades perversas da Produção Enxuta, como uma das pré-condições para a adoção do toyotismo sistêmico. O processo de racionalização da produção impulsionou o crescimento do desemprego industrial, o que contribuiu para debilitar o poder de barganha – e a ideologia de classe – do sindicalismo. Deste modo, criaram-se as condições propícias para o aumento da capacidade de superexploração do trabalho (o crescimento da intensidade do trabalho e de horas-extras na indústria brasileira atingiram níveis impressionantes). Na verdade, o crescimento do desemprego na indústria, sob a era neoliberal, surge, portanto, como uma variável política para o desenvolvimento da nova acumulação flexível no país (Meneleu Neto, 1996).

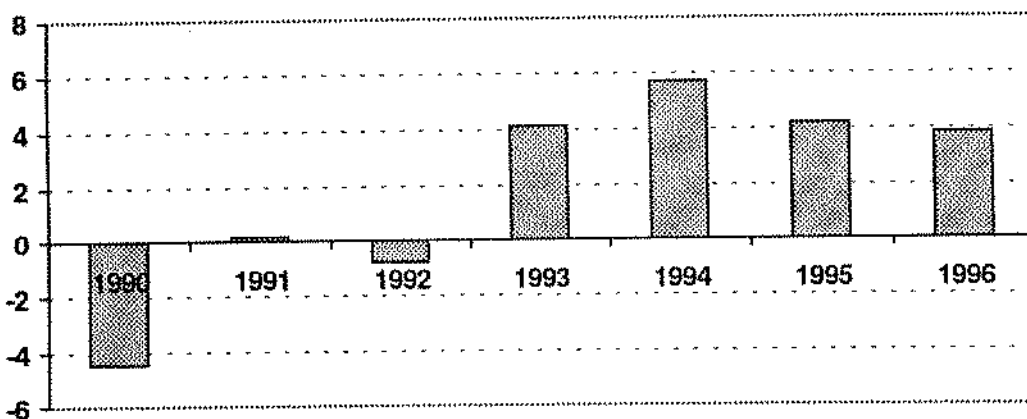
**Venda, Emprego e Produtividade na Indústria de Autopeças no Brasil
(1991–1996)**

Ano	Faturamento (milhões de US\$)	Emprego	Aumento Anual da Produtividade
1991	9.848	255.600	
1992	10.122	231.000	13,7%
1993	13.222	235.900	27,9%
1994	14.376	236.600	8,4%
1995	16.584	214.000	27,5%
1996	17.000	190.000	15,5%

Fonte: Sindipecas, Apud Posthuma, 1997:395.

Nessa época, de 1990 a 1993, ocorreu uma melhoria significativa no desempenho da indústria brasileira. O caso da indústria de autopeças é exemplar – apesar do cenário recessivo, as firmas de autopeças mantiveram o crescimento do faturamento e da produtividade (o declínio brusco do emprego ocorre, principalmente, a partir do Plano Real, em 1994, com o acirramento da desnacionalização e concentração do setor de autopeças no Brasil, impulsionado pelo Novo Regime Automotivo, sob o governo Cardoso, que instaurou, em 1995, uma alíquota de importação de apenas 2% para as autopeças).

Taxa de Crescimento do PIB Real no Brasil (%)



A nova disciplina do capital, que surge sob a era neoliberal, sem alcançar ainda um aumento significativo do nível do comprometimento operário, foi comprovada por uma pesquisa da IMAM, uma empresa de consultoria empresarial, que analisou, em 1993, um universo de 950 indústrias de todos os setores industriais distribuídos pelo território nacional. Segundo ela, a indústria brasileira, naquela época, gastava menos com assistência técnica, entregava o produto em menos tempo, quebrava menos máquinas e até investia um pouco mais em pesquisa e desenvolvimento, tudo isso com menos trabalhadores e menos níveis hierárquicos, se comparada com o período pré-recessão. É o que observou, por exemplo, em 1993, um executivo da Cofap, uma empresa da indústria de autopeças: “Hoje não vejo razão nenhuma para cortar mais funcionários. Mas nunca mais vou voltar à situação anterior, ampliar as vagas.” E arrematou: “As empresas aprenderam com Collor a produzir mais barato.” (“Crise torna indústria mais eficiente”, *Folha de São Paulo*, 29.06.1993).

A recuperação capitalista no país, que vinha desde 1993 – lenta, mas persistente – adquiriu um novo impulso com o Plano Real, em 1994, como comprovam os índices de crescimento do PIB. O contexto da estabilização da economia brasileira, com a passagem de um regime superinflacionário para um regime de controle inflacionário, contribuiu deveras para o desenvolvimento, num plano superior, da nova disciplina do capital, que vinha desde o governo Collor. É por isso que Kanitz, por exemplo, projetou que o Brasil, a partir de 1994, passaria a viver um novo “milagre capitalista”, um novo ciclo de crescimento da economia brasileira, não mais sob o regime do bonapartismo militar, como ocorreu no período de 1968–1973, mas sob um regime democrático com hegemonia neoliberal (Kanitz, 1994). É o crescimento da produtividade, através da racionalização dos custos de produção (e da busca do

toyotismo sistêmico) que, segundo Kanitz, tenderiam a instaurar novas bases para o desenvolvimento da economia capitalista do país, posto que, para voltar a crescer, elas – as empresas – necessitariam de muito pouco investimento adicional:

Calcula-se que os primeiros 18% de crescimento no período de retomada da economia brasileira serão conseguidos a baixos custos, já que as empresas não precisarão comprar terrenos nem galpões, apenas equipamentos necessários para a produção. (Kanitz, 1994:42)

– A Busca do Toyotismo Sistêmico Sob o Governo Cardoso:
Uma Nova Era do Capital no Brasil?

Após 1994, com o Plano Real, sob o governo Cardoso, os nexos organizacionais do toyotismo sistêmico, tais como os Programas de Qualidade Total, sistema *just-in-time/kan-ban* e, principalmente, os bônus de salários vinculados à lucratividade e obtenção de metas de qualidade e produtividade, teriam um cenário macroeconômico propício para a sua adoção no cenário industrial do país (é significativo o impacto do regime de controle inflacionário). É por isso que, após o Plano Real, tende a ocorrer, no ritmo da reestruturação capitalista no país, uma importante mudança nas pautas sindicais – as reposição salariais pela inflação passada são deixadas de lado e generalizam-se os bônus de produção, vinculados à produtividade. É a instauração das novas formas de pagamento que contribui para a constituição do toyotismo sistêmico, colocando a possibilidade objetiva da captura da subjetividade operária pela lógica do capital. Na verdade, é um novo tipo de controle de trabalho, exercido sobre a nova classe operária:

A troca implícita entre gerência e trabalhadores – aceitação de novas práticas de trabalho em retorno por alguma estabilidade

no emprego, a possibilidade de salários melhores e uma atmosfera melhor no local de produção – propicia ganhos reais para os trabalhadores. (Humphrey, 1994:136)

O período recessivo dá lugar, a partir de 1993, a uma lenta, persistente (e instável) recuperação da economia brasileira. Surgem novos horizontes de valorização, cuja principal característica é o crescimento dos investimentos externos diretos. A partir do Plano Real, em 1994, os capitalistas tendem a encontrar melhores condições para promover o “envolvimento estimulado” do operário à lógica da produção capitalista – não apenas condições macroeconômicas, tais como a redução brusca da inflação, mas condições sociais e políticas, como o surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho e um sindicalismo debilitado em termos estruturais e político-ideológicos.

Por isso, ao lado da busca do toyotismo sistêmico ocorre, como um dos seus pressupostos necessários, o surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho. A partir de 1994, tende a crescer o desemprego estrutural na indústria, debilitando o poder de barganha sindical. Desenvolve-se uma nova cisão no pólo “moderno” do mercado de trabalho: por um lado, os operários “sobreviventes” da nova ordem do capital, os mais qualificados (e os mais organizados), tornam-se alvos prioritários dos vários mecanismos de consentimento à nova lógica da parceria com o capital; por outro lado, os outros – a massa de operários menos qualificados, instáveis, temporários e subcontratados na borda da cadeia produtiva – são excluídos da Produção Enxuta e compõem uma nova exclusão social no Brasil. O novo (e precário) mundo do trabalho tende a exercer um efeito sócio-psicológico perverso sobre a nova classe operária, instigando seus sentimentos corporativos, debilitando a solidariedade de classe e contribuindo para o desenvolvimento de uma crise do sindicalismo no Brasil em sua dimensão político-ideológica.

– Uma Nova Hegemonia do Capital na Produção ?

Tanto o PBQP – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, quanto o PCI – Programa de Competitividade Industrial, implantados sob o governo Collor, em 1991, se inspiram, em sua prática concreta, no espírito do toyotismo sistêmico: concessão de prêmios às empresas brasileiras que se adaptarem às normas de qualidade e produtividade; participação de todos na produção da qualidade; *kaizen* (melhorias contínuas dos produtos e dos processos), etc. (Hirata, 1994).

Uma das principais preocupações das novas estratégias de organização do trabalho (e da produção) é investir na integração dos trabalhadores na empresa, alterando, em maior ou menor proporção, as relações de poder no espaço da produção, reduzindo – ou mesmo extinguindo – as hierarquias intermediárias e instaurando uma maior autonomia da deliberação sobre detalhes operacionais no processo de trabalho (é claro que estamos tratando, de certo modo, dos operários mais qualificados). Deste modo, o desenvolvimento do toyotismo sistêmico tende a constituir uma nova hegemonia do capital na produção no Brasil (uma hegemonia que, parafraseando Gramsci, “nasce da fábrica”).

A principal preocupação do toyotismo sistêmico é com a captura da subjetividade operária. É detonar uma poderosa carga ideológica de envolvimento operário. O caráter ideológico das novas práticas organizacionais sob o novo complexo de reestruturação produtiva pode ser constatado quando observamos, por exemplo, o novo treinamento dos operários que tende a assumir não apenas um caráter técnico-operacional, mas sobretudo um caráter comportamental (ou motivacional). O que explicita o seu sentido manipulatório (ou

disciplinador), preocupando-se em despertar nos trabalhadores uma postura cooperativa com relação às estratégias gerenciais .

Por isso, uma importante parcela da classe operária – a nova classe operária – não experimenta o despotismo do capital, tal como ocorria em décadas passadas. Ele – o velho despotismo dos supervisores imediatos – tende a tornar-se prejudicial à nova lógica do capital na produção, voltada para capturar a subjetividade operária, para conseguir o envolvimento do operário em busca dos ícones da nova modernidade capitalista – Qualidade e Produtividade, procurando constituir uma nova hegemonia do capital na produção. É por isso que se pode dizer que a busca do toyotismo sistêmico tendeu a dotar a prática da produção capitalista no Brasil de um novo arcabouço ideológico. Surgem idéias de parceria capital-trabalho, uma “concertação social”, instaurando, deste modo, o potencial para um novo corporativismo.

É parte importante do toyotismo sistêmico, o crescimento da utilização de novos sistemas de pagamento. Ela ocorre no bojo da “desindexação” dos salários e da ausência de política salarial a partir do governo Cardoso. Deste modo, cresce a utilização de bônus salariais vinculados a lucros e resultados, obtidos através – ou não – de negociação sindical. O índice de reajuste salarial está cedendo espaço, nas pautas de reivindicações dos trabalhadores, a uma garantia de participação nos lucros ou resultados das empresas (PLR) (na Grande São Paulo, apenas nas categorias mais organizadas, como os metalúrgicos do ABC, por exemplo, os sindicatos conseguiram participar das negociações sobre PLR. Na maioria dos casos, cerca de 58%, segundo dados da consultoria Mercer MW, o sindicato só assinou o plano de PLR e, em 6%, não teve nenhum envolvimento) (Denise Neumann, “63% das empresas pagam participação nos resultados”, O

Estado de São Paulo, 21 de abril de 1997). No caso dos metalúrgicos do ABC, cerca de metade dos operários metalúrgicos, até 1996, conseguiram firmar acordos de PLR ("Participação nos resultados: 58 mil já conquistaram", *Tribuna Metalúrgica*, 23 de agosto de 1996).

O objetivo das novas formas de pagamento, na perspectiva do capital, é claro: fortalecer a relação de parceria entre a empresa e os empregados. Na verdade, a pauta das negociações sobre PLR tende a ser "ditada" pura e exclusivamente pelos interesses da empresa:

As negociações entre empresas, comissões de fábrica e o sindicato dos metalúrgicos do ABC para delimitar a quantia a ser recebida prevê, entre outros aspectos, metas de produção e produtividade durante o ano, um patamar a ser alcançado em termos de qualidade dos produtos, diminuição do absenteísmo e ampliação da participação no mercado. (Jacomé Rodrigues, 1997:121)

Como observou, com orgulho, um sindicalista, que negociou com a montadora General Motors o acordo de PLR: "Cumprimos todas as metas de produtividade e qualidade" (Liliana Pinheiro, "Participação nos lucros injeta bilhões na economia", *O Estado de São Paulo*, 26 de janeiro de 1997).

Alguns analistas salientam, por exemplo, a mudança de gerações na categoria metalúrgica, constituída, em nossos dias, por jovens "com uma postura mais pragmática ou, se quisermos, mais realista na relação capital/trabalho." (Jácome Rodrigues, 1997:122). Entretanto, antes de ser apenas uma mera mudança de geração operária, ela é resultado de uma nova ofensiva do capital na produção, do surgimento de um novo complexo de reestruturação produtiva, da articulação material de mecanismos de captura da subjetividade operária, inscritos na lógica do toyotismo sistêmico. É, de certo modo, um aspecto da nova flexibilidade do trabalho, que tende a fazer com que, cada vez mais, as negociações sindicais ocorram no campo restrito da empresa, pulverizando as

negociações sindicais, fragmentando a classe e impulsionando a captura da subjetividade operária pela lógica do capital.

O desenvolvimento do toyotismo sistêmico enquanto motivação ideológica para o novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil, por exemplo, possui profundas implicações políticas e não meramente econômicas (o sucesso econômico do Japão nos anos 80). Em primeiro lugar, a dimensão das "relações industriais" do modelo japonês possui, como principal particularidade, o "sindicato de empresa", que não atua privilegiando o conflito, mas a cooperação de classe, ou seja, o toyotismo possui um poderoso potencial ideológico de cooptação de classe através da cooperação e do envolvimento a que foram incitados os operários.²¹ Por outro lado, o toyotismo é o "momento predominante" da nova ofensiva do capital na produção, na etapa da mundialização do capital. Foi incorporado pelas corporações transnacionais que atuam no Brasil, como um recurso estratégico para criar novas condições de acumulação do capital através da debilitação do mundo do trabalho organizado (é o que observamos nos pequenos pólos organizados da classe operária no país, alvo principal das novas estratégias de reestruturação produtiva).

A incorporação da lógica do toyotismo no Brasil possui um poderoso vezo conservador, tendo em vista que pressupõe a desconstituição do sindicalismo de classe, a integração ideológica (e política) do trabalho assalariado à lógica da empresa (o que ocorreu no Japão dos anos 50, com o aniquilamento do sindicalismo de indústria, um dos sindicalismos mais combativos no pós-guerra). Na verdade, o

²¹ Em vez disso, o "modelo" sueco, por exemplo, instaura o "envolvimento negociado" dos trabalhadores nos novos processos de produção de qualidade e produtividade e só se realizam com sindicatos fortes e independentes – o que mantém uma perspectiva de classe. Além disso, embora tenha por objetivo, como todos os modelos industriais, alcançar a produtividade por meio de um máximo de eficiência, o "modelo" sueco não se baseia, como o "modelo" japonês, na "produção enxuta".

toyotismo sistêmico torna-se parte da “modernização conservadora” impulsionada pela “onda neoliberal”. Em um país capitalista com uma débil organização sindical, com perversas desigualdades sociais, a incorporação das novas estratégias neocorporativas, intrínsecas à lógica do toyotismo, com o decorrente enfraquecimento da perspectiva classista, tende a possuir, numa perspectiva histórica, um caráter retrógrado. Desde os anos 80, o sindicalismo de classe se constituiu, não apenas como um baluarte de combate à superexploração do trabalho, mas de luta pela democracia social no Brasil.²²

9.7 Automação Microeletrônica nos Anos 90:

Um Novo Salto?

A partir da era neoliberal, o novo complexo de reestruturação produtiva procura instaurar uma “acumulação flexível” no Brasil. Surge, a partir daí, não apenas um impulso à descentralização produtiva, cuja principal característica é a nova (e radical) terceirização, e a instauração de novos nexos organizacionais inspirados no toyotismo sistêmico, capazes de capturar a subjetividade operária, mas o desenvolvimento de uma nova base técnica da produção de mercadorias, com a generalização da automação microeletrônica na produção (na verdade, a mudança organizacional é pré-condição para a etapa de introdução da automação microeletrônica na produção). É um novo recurso estratégico do capital para desenvolver, num nível superior, a flexibilidade produtiva. Na medida em que são introduzidas no bojo da descentralização

²² Alguns sociólogos salientam que um dos principais limites do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil é seu modo de implementação, procurando manter os sindicatos distantes das mudanças no plano da organização da produção. Ora, tal consideração é de quem desconhece que a postura anti-sindical é intrínseca à lógica do toyotismo, o “momento predominante” do novo complexo de reestruturação produtiva.

produtiva, e com a adoção do toyotismo sistêmico, as novas tecnologias microeletrônicas na produção tendem a impulsionar, ainda mais, o potencial de dirupção do mundo do trabalho.

No início dos anos 90, as inovações tecnológicas no cenário industrial no Brasil ainda são restritas e setoriais. As incertezas da economia brasileira impediram, tal como ocorreu na década passada, uma disposição capitalista para investimentos industriais em capital fixo (o que continuou, pelo menos, até o Plano Real). É por isso que, comparando-se o Brasil, naquela época, com os países capitalistas centrais (e inclusive com alguns países capitalistas periféricos), percebe-se que o processo de inovações tecnológicas no país ainda é parcial, limitado e basicamente pontual. Sua concentração ocorre, por exemplo, na indústria automobilística. Mas, mesmo assim, com respeito à indústria automobilística, estudos realizados no início dos anos 90, indicavam ser extremamente baixo o nível de automação microeletrônica do complexo automotivo brasileiro, principalmente quando comparado ao alcançado pelos demais produtores em nível internacional. Mesmo quando a comparação se restringia a México e Coréia, a inferioridade se mantinha. Ferro (1991:324) observa que, quanto à robotização (número de robôs por veículo por hora) e à porcentagem de automação (volume total das atividades automatizadas), os índices da indústria brasileira são os menores do mundo. E exemplifica:

O Brasil tem índice de robotização de 0,2 e 3,9% de automação, enquanto o Japão, com maior nível de automação, apresenta um índice de robotização de 4 e 38% de automação. Mesmo comparada com os países em desenvolvimento, a distância é significativa. A Coréia tem índices próximos dos países desenvolvidos (1,9/22,6%), enquanto o México (0,4/6,6%), mesmo distante do padrão mundial, tem uma tecnologia mais avançada do que o Brasil. Apenas a seção de solda da planta da Ford em Hermosillo-México tem um número maior de robôs que todo o parque automotivo brasileiro. (Ferro, 1991:324:325)

Segundo pesquisa do Instituto de Economia Industrial da UFRJ, em 1990, o uso da automação na produção, em mais de 50% das operações, restringia-se a apenas 11% das empresas pesquisadas (entre 10% e 50% das operações automatizadas estavam 47% das empresas). Ou ainda, dados obtidos na pesquisa de campo do ECIB – Estudo da Competitividade Industrial Brasileira, em 1993, indicavam uma grande cautela das empresas no que diz respeito aos investimentos em capital fixo (Ferraz, Kupfer e Haguenauer, 1995:76).

**Quantidade de Robôs nas Indústrias no Brasil
(1989–1996)**

Ano	Número de Robôs
1989	50
1991	63
1995	500
1996	960

Fonte: Sobracom

Entretanto, percebe-se uma persistente tendência de crescimento da utilização da automação microeletrônica na produção no Brasil. Assim, na pesquisa do Instituto de Economia Industrial da UFRJ, em 1992, salientava-se que, com respeito à intenção dos empresários para o ano 2000, 53% das empresas manifestaram intenção de uso da automação em mais de 50% das operações produtivas ("Modernização visa superar crise, diz estudo", *Folha de São Paulo*, 12.08.1992). De acordo com outro dado, até 1991, a indústria brasileira havia instalado

5.600 máquinas com comando numérico computadorizado (CNC). Em 1993, verifica-se que o parque industrial nacional já reunia 7.000 máquinas chamadas inteligentes. Ou seja, ocorreu um avanço de 25%, que, por outro lado, parece ainda bastante modesto, consideradas as dimensões da indústria brasileira e o valor dos investimentos aplicados nos países capitalistas centrais ("Aumenta 25% em dois anos uso industrial da automação", *Folha de São Paulo*, 22.11. 1993) Tal constatação corrobora o estudo que mostra que estão crescendo os gastos com automação no país, que passou de 16,1%, no período de 87/89, para 25% em 1993 (Coutinho e Ferraz, 1994: 215).

No tocante a investimentos em novas tecnologias microeletrônicas na produção, o novo salto do capital só tende a ocorrer – e isso ainda lentamente, mas com persistência – quando surgem novos horizontes de valorização. É o que ocorre a partir do Plano Real, em 1994, com as plantas industriais das corporações transnacionais sediadas no país, principalmente as do setor automotivo, que se preparam para o novo cenário de concorrência capitalista, determinado não apenas pela estabilização da economia brasileira, através do Plano Real, e da liberalização comercial, mas pelo novo espaço de valorização, o Mercosul. É o que pode ser constatado com o crescimento na importação de máquinas e equipamentos a partir do governo Cardoso. Deste modo, os 55 robôs industriais que o país tinha em 1992 quase triplicaram em 1993 e, desde então, vêm-se multiplicando. Estima-se que em 1996 a indústria brasileira tenha quase 650 robôs, dos quais 80% estão no setor automobilístico. Por exemplo, a nova planta da Ford, em São Bernardo do Campo, utilizará 97 robôs na linha de montagem contra os cinco que a fábrica possuía. Desde 1995, ocorreu, portanto, um aumento de 1.300% no número de robôs na montadora de veículos Ford. Segundo um metalúrgico, as máquinas passaram a fazer, sem

erros, toda a funilaria do Fiesta e do Ka, lançamentos da Ford no Brasil. Ou ainda, segundo dados da empresa ABB, indústria sueca de automação, as vendas no Brasil cresceram quase 35% em 1995 (Eugenio Esver e Cristine Prestes, "Automação – O que as Máquinas vão Fazer por Nós", *Amanhã*, outubro de 1996).

Além disso, o barateamento de sistemas avançados de automação microeletrônica na produção permitem que o médio (e pequeno) capitalista possam utilizá-las, pressionados, por exemplo, pelas corporações transnacionais, tais como as montadoras de veículos, que exigem de seus fornecedores (e subfornecedores) a redução nos custos e o aumento da qualidade (o que pode ser propiciado pela introdução de novas tecnologias microeletrônicas). Diz o presidente da Sobracom (Sociedade Brasileira de Automação Industrial e Computação Gráfica): "O sistema CAD, por exemplo, usado para projeto e desenho de produtos, custava há 10 anos US\$ 60 mil e hoje a tecnologia equivalente está no mercado por US\$ 3 mil, no máximo US\$ 4 mil" (Liliana Pinheiro, "Robotização avança e chega à pequena empresa", *O Estado de São Paulo*, 15 de junho de 1997).

É claro que a continuidade da importação crescente de novos equipamentos microeletrônicos de produção, capazes de incrementar ainda mais o novo complexo de reestruturação produtiva, decorre de um câmbio sobrevalorizado e das taxas de juros baixas no exterior, o que induz a indústria brasileira, sob a pressão da competitividade, a dar um salto na introdução de novas tecnologias microeletrônicas na produção. Na verdade, o ritmo do novo salto de automação microeletrônica na produção, que surge como uma verdadeira ofensiva do capital, atingindo o nível de emprego assalariado na indústria brasileira, dependerá da situação de seu balanço de pagamentos, da sua capacidade de manter a política de liberalização comercial com uma taxa de câmbio elevada.

8. A Flexibilidade do Contrato de Trabalho no Brasil

A partir dos anos 90, a instauração da “acumulação flexível” no Brasil atinge, de modo articulado, as várias dimensões da materialidade do capital. Ela ocorre não apenas na relação inter-industrial da cadeia produtiva, com a descentralização produtiva impulsionando os novos arranjos de rede de subcontratação; nem apenas na relação intra-industrial, com as inovações tecnológicas e organizacionais de cariz toyotista; mas tende a ocorrer na dimensão jurídico-institucional da relação capital e trabalho assalariado. Deste modo, surge, cada vez mais, a necessidade de uma nova regulação do trabalho, capaz de “traduzir” em normas legais, os imperativos da flexibilidade.

Na verdade, estamos diante de um processo histórico onde o capital, em suas múltiplas expressões, é posto como o verdadeiro “sujeito” em processo, que promove alterações nas condições de produção em geral, seja na cadeia produtiva – como temos salientado em nossa análise do novo complexo de reestruturação produtiva – seja na dimensão da regulação político-institucional do trabalho. O capital em processo tende a “revolucionar o conjunto das relações sociais”. Esta é uma reestruturação capitalista que atinge os mais variados aspectos da economia política local, regional ou mundial, e da organização da hegemonia (e das relações entre as classes), no campo da produção, da sociedade e do Estado.

Apesar da sua implementação legal tardia – no caso do Brasil, apenas agora, em 1997, é aprovada a Lei do Trabalho Temporário – o desenvolvimento da flexibilidade do contrato do trabalho, de um novo arcabouço jurídico-institucional de regulação do trabalho no Brasil é imprescindível para o pleno desenrolar do novo complexo de

reestruturação produtiva. É o “cimento jurídico-político” do novo (e precário) mundo do trabalho. Por isso, o novo salto de acumulação capitalista exige uma nova racionalização de custos, que atinge, de modo irruptivo, o pólo “moderno” do mercado de trabalho. Na verdade, a nova flexibilidade produtiva (re)põe a flexibilidade estrutural do trabalho no Brasil.

Nos países capitalistas centrais, a nova ofensiva do capital na produção, a partir de meados dos anos 70, tendeu a debilitar a condição operária, desmontando vantagens e benefícios sociais, inscritos no *Welfare State*, elevando os patamares do desemprego estrutural, como no caso da Europa Ocidental, ou tornando precário o mercado de trabalho, como no caso dos EUA. É um processo histórico de longa duração, que prossegue ainda em nossos dias.

No caso do Brasil, em virtude de particularidades sócio-históricas, o novo nível de ofensiva do capital na produção, que se desenvolve a partir do novo complexo de reestruturação produtiva, sob a era neoliberal, encontrou um mercado de trabalho flexível, ou pelo menos com um tipo de flexibilidade perversa, baseada na precarização do emprego e salário (é o que Montagner e Brandão salientam como sendo uma “flexibilidade estrutural” do mercado de trabalho no Brasil).

A principal característica da “flexibilidade estrutural” do mercado de trabalho no Brasil é a vigência de um contrato de trabalho flexível, o que significa a facilidade relativa para a adequação numérica do contingente de ocupados (a prática da acelerada rotatividade da força de trabalho) e as flutuações no nível real de rendimentos de trabalho (o chamado “arrocho salarial”) (Montagner e Brandão, 1994; Dedecca e Montagner, 1993). Este é um tipo de *flexibilidade estrutural* que permitiu o desenvolvimento da industrialização capitalista no Brasil,

principalmente nos setores “tradicionais” da economia brasileira.²³

Entretanto, sob o novo complexo de reestruturação produtiva, que se desenvolve nos anos 90, surge a necessidade de *um novo tipo de flexibilidade do trabalho* no Brasil que tende a se sobrepor - e a conviver, de modo articulado à “flexibilidade estrutural” do mercado de trabalho no país. Poderíamos dizer que esta é um tipo de flexibilidade compatível com as novas exigências de qualidade e produtividade, vinculada à nova etapa da mundialização do capital. A nova flexibilidade do trabalho tende a penetrar os setores industriais de ponta da economia brasileira, atingindo, deste modo, a parcela mais qualificada do mundo do trabalho. É um tipo de flexibilidade do trabalho de cariz “moderno”, mais adequada para recompor a hegemonia do capital na produção e portanto, mais capaz de articular o consentimento operário, necessário para a devida operação das novas tecnologias microeletrônicas na produção:

a enorme flexibilidade do trabalho, já existente [diríamos nós, a “flexibilidade estrutural” de cariz tradicional – G.A], tem prejudicado o treinamento dos empregados e sua cooperação com a empresa para o aperfeiçoamento do trabalho em prejuízo da produtividade. (Mattoso e Baltar, 1996:19)

A nova flexibilidade do trabalho tende a atingir a nova classe operária do novo (e precário) mundo do trabalho, não consistindo, como na flexibilidade do trabalho tradicional, em mera espoliação de salário e emprego (apesar de as determinações da superexploração e da precariedade continuarem sendo características do estatuto operário no Brasil). Pelo contrário, ela busca se instaurar, num primeiro momento, através da negociação coletiva, para depois, de modo tardio, assumir a

²³ Segundo pesquisas da Fundação SEADE, no período 1990–1993, apesar da parcela de trabalhadores assalariados do setor privado na Indústria ter permanecido mais tempo no mesmo emprego, os níveis de rotatividade da mão-de-obra continuavam bastante elevados (na região da grande São Paulo). O que confirma a manutenção da flexibilidade no mercado de trabalho nacional, mesmo considerando o seu segmento mais estruturado, que se encontra no setor industrial da Grande São Paulo.

forma da lei, sujeitando, cada vez mais, o operário às exigências do capital e permitindo, portanto, uma ampla margem de racionalização da produção capitalista, sem os entraves de regulamentações generalizantes.

Portanto, essa nova flexibilidade é um novo recurso de racionalização de custos de produção, que tende a não prejudicar os requisitos imprescindíveis da competitividade industrial – qualidade e produtividade. É, de certo modo, um complemento à “flexibilidade estrutural”, utilizada como recurso histórico de acumulação capitalista no Brasil, mas que, diante da III Revolução Tecnológica e, principalmente, do poder sindical organizado, tornou-se inadequada – e, diríamos mais, anti-econômica.

O processo de implementação da nova flexibilidade do trabalho no Brasil ocorre, a partir do governo Collor, sob a pressão de profunda recessão. Seus princípios de desregulamentação (e flexibilização) do contrato de trabalho se disseminam, de modo negociado, entre capital e trabalho assalariado, através de acordos sindicais, a partir do novo complexo de reestruturação produtiva. Algumas vezes, ela se articula com a “flexibilidade estrutural” (o que implica considerar que *persiste* uma articulação – e não uma contraposição – entre os tipos de flexibilidade).

Num primeiro momento, a nova flexibilidade do trabalho surge através da negociação coletiva entre trabalho assalariado e capital. Por isso, sob a era neoliberal, tendem a ser instaurados acordos sindicais que permitem uma nova flexibilidade do contrato de trabalho no Brasil. Discutem-se, por exemplo, as jornadas de trabalho “modulares”, os bancos de horas (ou bancos de dias), promulgados pela Lei do Contrato Temporário, em 1998, em que se procura promover a sincronia da atividade do trabalho com a disposição do capital. De acordo com essa

lei, os trabalhadores cumpririam jornadas variáveis em consonância com o programa de produção, assumindo débitos ou créditos de horas.²⁴ A utilização do banco de horas, no lugar do mero recurso à hora-extra, parece uma demonstração da passagem para uma nova flexibilidade do trabalho – no caso, flexibilidade da jornada de trabalho – negociada com os sindicatos de metalúrgicos. O que se observa é que os sindicatos tendem a se dobrar às necessidades do capital, aceitando acordos para a flexibilização do trabalho, procurando, deste modo, garantir empregos e salários (apesar disso, pelo menos no caso do sindicalismo da CUT, resiste-se a aceitar a proposta de redução da jornada de trabalho com redução de salários).²⁵

Na verdade, a instauração da nova flexibilidade do trabalho, através da negociação coletiva entre capitalistas e sindicalistas, apenas demonstra a condição histórica de um sindicalismo prostrado pela ofensiva do capital na produção, pelas novas condições da concorrência

²⁴ A nova lógica da flexibilização do contrato de trabalho traduz apenas a condição operária sob a mundialização do capital – a disposição do tempo torna-se cada vez mais uma função das necessidades da valorização. Ou como diria Robert Reich: “O tempo deles não pertence a eles”. A rigor, nunca pertenceu, desde que o capital passou a dominar o processo de produção social (In “Nova Economia Expõe sua face mais cruel”, *O Estado de São Paulo*, 12 de maio de 1996) A suprema contradição histórica da nova lógica da flexibilização, que coloca cada vez mais a classe trabalhadora à mera disposição do capital (inclusive, submetida à “disposição negativa”, que é o desemprego estrutural), é que isso ocorra numa das etapas superiores do desenvolvimento da produtividade do trabalho sob o capitalismo industrial, quando, em virtude do nível de acumulação de riqueza, todos poderiam trabalhar menos, e, portanto, dedicar-se, com segurança, à plena realização do desenvolvimento humano (Schor, 1992).

²⁵ Diz o diretor de relações trabalhistas da Ford: “A hora extra é usada somente para trabalhos esporádicos de manutenção, trabalhos incompletos, movimentação de material.” (desde janeiro de 1996, através acordo sindical, a Ford tem utilizado o banco de horas para regular ou compensar o crédito das horas utilizadas ou devidas dentro da variação de 38 a 44 horas semanais. A jornada de trabalho normal na Ford no Brasil é de 42 horas semanais (Livia Nunes e Christiane Malta, “As empresas usam mais horas extras”, *Gazeta Mercantil*, 15 de abril de 1997)). Na verdade, as horas-extras tem sido utilizadas na Ford, como comprova o depoimento de um soldador da Ford que afirmou ter feito em um ano cerca de 100 a 120 horas extras por mês. Os operários aceitam fazer mais hora-extras para aumentar a renda familiar. Em virtude do desemprego, é comum haver outros familiares sem trabalho (Cleide Silva, “Fim das horas extras

capitalista sob a era neoliberal e, algumas vezes, rendido, em termos político-ideológicos, à lógica da valorização (cujo maior exemplo é o caso da Força Sindical).²⁶

É por isso que os proponentes da nova flexibilidade do trabalho tendem a ressaltar o aperfeiçoamento das relações de trabalho no interior da empresa, da negociação coletiva setorial – ou por empresa – que propicie uma maior interação entre patrão e empregado, uma “concertação social”, que seja mais positiva para a eficiência da empresa. O que se observa é que, por trás do mero discurso do aperfeiçoamento das relações de trabalho no interior da empresa, existe um poderoso conteúdo neocorporativista, que implica uma tendência a ocultar, ainda mais, as novas polarizações no mundo do trabalho, não apenas entre os operários integrados na produção capitalista (divididos entre os operários “estáveis” e os operários “temporários”), mas entre estes e os excluídos das escassas oportunidades de emprego (Mattoso e Baltar, 1996:19).

De certo modo, a disposição do sindicalismo brasileiro para realizar a negociação coletiva por empresas, sob a pressão das corporações transnacionais, contribui para a instauração da lógica da “acumulação flexível”. Na verdade, eles se submetem à lógica da fragmentação da classe inscrita no novo complexo de reestruturação produtiva, que contribui para a instauração de um tipo grosseiro de “niponização dos sindicatos” :

compromete renda”, *O Estado de São Paulo*, 16 de novembro de 1997).

²⁶ Por exemplo na Voith, empresa metalúrgica na cidade de São Paulo, foram os sindicalistas, ligados à Força Sindical, central sindical de orientação liberal, que tomaram a iniciativa, em 1993, de propor uma jornada de trabalho anual, que se adequasse semanalmente às necessidades sazonais de produção da empresa. Por outro lado, apesar de significativas, as experiências de negociação de redução da jornada com banco de horas, entre empresas e sindicato na região do ABCD, tratam ainda de medidas defensivas e limitadas que, se bem podem assegurar o emprego dos trabalhadores envolvidos, não teriam efetivamente capacidade de geração de novos empregos (Mattoso e Baltar, 1996:20)

[...] a crescente singularidade dos modelos de organização, gestão, qualificação e remuneração do trabalho, cada vez mais restritos ao âmbito das empresas individualmente, configura-se num poderoso impulso para a descentralização das negociações coletivas, com forte impacto sobre as estruturas mais centralizadas de representação de interesses. (Comin et alii, 1997:418)

Na verdade, o que tende a predominar – embora não exclusivamente – são os acordos coletivos por empresas, principalmente em categorias assalariadas com experiência de acordos gerais, abrangentes, inclusive de implicação nacional. Por exemplo, Galvão observa que, na base sindical dos metalúrgicos do ABC, nos anos 90, têm predominado acordos descentralizados sobre os acordos coletivos, o que caracteriza uma fragmentação da prática sindical (Galvão, 1996). Manter a luta entre capital e trabalho assalariado no espaço restrito da empresa ou ainda incentivar negociações descentralizadas que, em vez de agregarem amplos segmentos de assalariados em torno de interesses comuns, contemplam um contingente cada vez mais reduzido de trabalhadores, é contribuir para o reforço dos interesses corporativos mais estreitos e ocultar os interesses de classe. É a partir daí que se configura a hegemonia do capital na produção, dando base jurídico-institucional a um novo corporativismo societal – ou, para ser mais preciso, neocorporativismo setorial (Costa, 1994).

Entretanto, a nova flexibilidade do trabalho não é instaurada apenas através da “livre” negociação entre capitalistas e sindicatos. Ela é constituída, no campo institucional, através de novas leis trabalhistas, capazes de “desconstruir” a Consolidação das Leis do Trabalho, símbolo da era Vargas. No caso do Brasil dos anos 90, apenas em 1998, promulgou-se, sob o governo Cardoso, uma legislação trabalhista que permite novos tipos de flexibilidade do trabalho, dando legitimidade jurídico-institucional a acordos sindicais voltados para a instauração de

contratos temporários e precários. É a Lei do Contrato Temporário que procura adotar uma nova legislação trabalhista capaz de reverter (ou diminuir) uma série de direitos trabalhistas, implantados na CLT ou na Constituição de 1988, considerados componentes do “custo Brasil” e causas da suposta “rigidez” no mercado de trabalho no país:

A modificação global ou parcial dos institutos e do próprio direito do trabalho é um assunto também em pauta no Brasil dos anos 90. Neste contexto, a necessidade de consagrar-se um ordenamento jurídico que seja flexível é constantemente enfatizada. A justificativa fundamental da flexibilidade das normas trabalhistas é a imperiosa e inexorável adaptação do país aos padrões da concorrência internacional. Nestas circunstâncias, o direito do trabalho brasileiro é definido como rígido, caracterizado pelo intervencionismo exacerbado do Estado e, portanto, insuscetível de viabilizar uma regulamentação do trabalho capaz de atender a rapidez e a dinâmica do mercado. (Siqueira Neto, 1996: 327)

A Lei do Contrato de Trabalho Temporário, aprovada em 1998, permite a institucionalização do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil. Permite, por exemplo, às empresas, instaurar contratos de trabalho onde o percentual de recolhimento do FGTS cai de 8% para 2%, sem aviso prévio, sem a multa de 40% sobre o FGTS e sem a estabilidade provisória em virtude de gravidez e exercício do mandato sindical. As horas extras poderão ser compensadas em prazo de até um ano (quando a legislação trabalhista atual estabelecia o limite de uma semana).

Argumenta-se que a redução dos encargos trabalhistas, poderia permitir a inclusão no mercado formal de trabalho de uma parcela de trabalhadores assalariados que, noutras condições, permaneceriam no mercado informal. Por outro lado, não podemos deixar de reconhecer que, com a Lei do Trabalho Temporário, cria-se, pelo menos, a possibilidade legal de os capitalistas promoverem o enfraquecimento do estatuto salarial de parcela da classe que ainda mantinha um vínculo

empregatício formal, transformando-a em força de trabalho temporária, precária, vulnerável às imposições relativas a salário e condições de trabalho (o que pode, de certo modo, ser contraditório com os objetivos do capital em instaurar o comprometimento operário com a lógica da valorização). Apesar das garantias legais de que os contratos de trabalhadores admitidos por tempo indeterminado não serão transformados em contratos de trabalho temporário, a possibilidade real de aprofundar a nova exclusão social está posta, tendo em vista que, os únicos sujeitos sociais de resistência (e fiscalização) à sanha de valorização do capital, os sindicatos, encontram-se debilitados, tanto no plano institucional, quanto no plano corporativo. Além disso, a precarização de empregos e salários tende a diluir a capacidade de arregimentação sindical, tendo em vista que, como observa Comin et alii, “o grau de adesão dos trabalhadores aos sindicatos é diretamente proporcional à extensão de sua experiência profissional e à dilatação de seus vínculos empregatícios.” (Comin et alii, 1997:417)

10**O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho no Brasil**

A principal característica do novo complexo de reestruturação produtiva, que surge sob a era neoliberal, é seu caráter irruptivo sobre o mundo do trabalho, constituindo, a partir daí, um novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil. O sentido irruptivo da nova ofensiva do capital na produção decorre, principalmente, do seu caráter sistêmico, que articula (e concentra), num período histórico, com uma maior amplitude (e intensidade), um verdadeiro complexo de reestruturação capitalista no país.

Nos anos 90, o Brasil passou a incorporar uma pauta de problemas sociais característicos do mundo do trabalho no cenário do capitalismo mundial e que são impostos pela nova ofensiva do capital na produção (uma das características estruturais da mundialização do

capital). Surge, como novo estigma do mundo do trabalho, o desemprego estrutural e a precariedade de emprego e salário que atinge o pólo “moderno” da classe operária. Além da parcela imensa de “marginalizados” com relação à legislação trabalhista (que em virtude da nova Lei do Trabalho Temporário, pode ser parcialmente incorporada, mas com estatuto salarial precário), tende a surgir uma nova exclusão social no próprio campo da modernidade. A precariedade e a insegurança penetram no núcleo “integrado” da classe dos trabalhadores assalariados, atingindo os que ainda mantêm vínculo “formal” de emprego. Desenvolve-se, em maior amplitude, portanto, um mundo do trabalho no Brasil, mais diversificado, mais segmentado, polarizado, que tende a tornar ainda mais difícil a própria constituição da solidariedade de classe.

10.1 O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho no Brasil

Ainda não eram perceptíveis, sob o governo Collor, os resultados estruturais do novo complexo de reestruturação produtiva sobre o mundo do trabalho no Brasil. A política recessiva, imposta pelo Plano Collor, tendeu a ocultar os resultados estruturais da nova ofensiva do capital na produção sobre o mundo do trabalho industrial no país. É a partir do Plano Real, em 1994, sob o governo Cardoso, com o novo ciclo de crescimento da economia brasileira, que surge, com maior clareza, a percepção de um novo (e precário) mundo do trabalho. O crescimento do desemprego industrial e da precariedade de emprego e salário não se vinculavam apenas às contingências da recessão sob o governo Collor, mas pertenciam, de certo modo, à própria lógica do novo crescimento capitalista sob a era da mundialização do capital. Por exemplo: apesar do aumento relativo dos índices de PIB no país, a partir

de 1993, o desemprego cresceu, principalmente em setores industriais e nos centros urbano-industriais importantes como a Grande São Paulo, onde o processo de reestruturação produtiva tornou-se mais acelerado nas principais indústrias. Surge, a partir daí, um *jobless growth* (expressão utilizada para caracterizar o crescimento da economia sem o crescimento proporcional do emprego).

É claro que o desempenho medíocre do mercado de trabalho no Brasil se deve, outrossim, não apenas às determinações estruturais, como vimos salientando, mas a determinações conjunturais, vinculadas a ciclos de crescimento da economia brasileira e, principalmente, à política de ajuste neoliberal, que, além de promover a desintegração de cadeias produtivas em virtude da liberalização comercial abrupta, tende a restringir, a níveis medíocres (apesar de persistentes), o crescimento da economia brasileira. Entretanto, é importante salientar que o novo complexo de reestruturação produtiva, sob a mundialização do capital, tende a alterar a dinâmica do crescimento do emprego assalariado, principalmente na indústria, onde ocorrem, com maior intensidade (e amplitude) a reestruturação produtiva. Ele tende a alterar a lógica que constitui os mercados de trabalho nos países capitalistas, promovendo, cada vez mais, a "desconexão virtual" entre investimento produtivo e criação de emprego. O caso da indústria automobilística no Brasil, sob o novo complexo de reestruturação produtiva, é exemplar. Apesar do crescimento dos investimentos, tende a ocorrer o "enxugamento" do emprego assalariado no setor automobilístico.

**Investimento, Produção e Emprego na Indústria Automobilística
no Brasil (1989–1996)**

Ano	Investimento (A) (em milhares de US\$)	Produção em Unidades	Nível de Emprego (B)	A/B
1989	601.511	1.013.252	118.369	5.08
1990	789.827	914.466	117.396	6.72
1991	880.099	960.219	109.428	8.04
1992	908.200	1.073.861	105.664	8.59
1993	885.746	1.391.435	106.738	8.29
1994	1.195.037	1.581.389	107.134	11.15
1995	1.693.813	1.629.008	104.614	16.19
1996	2.359.440	1.804.328	101.857	23.16

Fonte: Anfavea, 1997

No Brasil dos anos 80, o complexo de reestruturação produtiva, caracterizado como toyotismo restrito, tendeu a atingir, principalmente, a natureza da organização (e das qualificações) do trabalho na indústria. Ele caracterizou-se pela adoção restrita (e parcial) dos nexos contingentes do toyotismo e por uma automação microeletrônica seletiva. Seu principal resultado foi o desenvolvimento do que denominamos uma “nova rotinização do trabalho” (ou o que poderia surgir para alguns como um aprofundamento do fordismo no Brasil). De certo modo, preservava-se a materialidade (e subjetividade) do trabalho, o que garantia a preservação do poder do coletivo organizado dos trabalhadores. Entretanto, a partir da era neoliberal, a reestruturação produtiva tendeu a assumir uma dimensão sistêmica (e integrada), que alterava com maior amplitude (e intensidade), os múltiplos aspectos do complexo produtor de mercadorias.

**Taxa de Exploração na Indústria Automobilística no Brasil
(1989–1996)**

Ano	Faturamento Líquido Total (A) (Milhões de US\$)	Emprego (B)	A / B
1989	21.769.	118.369	183,90
1990	15.698	117.396	133,71
1991	15.834	109.428	144,69
1992	19.330	105.664	182,93
1993	21.966	106.738	205,79
1994	27.176	107.134	253,66
1995	24.501	104.614	234,20
1996	26.206	101.857	257,28

Fonte: Anfavea, 1997

Na verdade, existe uma descontinuidade no processo de ofensiva do capital na produção na passagem para os anos 90. É claro que algumas características do complexo de reestruturação produtiva dos anos 80, tais como a nova rotinização e superexploração do trabalho se mantêm, *se reforçam (e adquirem novas formas)* assumindo, sob as novas condições do capitalismo brasileiro – principalmente a abertura comercial e a desregulamentação do comércio exterior – uma nova intensidade (e amplitude) no interior de novas determinações (tais como o desenvolvimento do toyotismo sistêmico, a descentralização produtiva e o crescimento da automação microeletrônica na produção). Deste modo, as determinações passadas, vigentes sob o toyotismo restrito, são repostas sob as novas determinações de dirupção abrupta (e

manipulação crescente) da objetividade (e subjetividade) do mundo do trabalho. É a partir daí que tende a se constituir uma nova hegemonia do capital na produção no Brasil.

O novo complexo de reestruturação produtiva tende a impulsionar, mais ainda, a *superexploração do trabalho*, na medida em que, a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho e enfraquecimento do poder de barganha dos sindicatos, tendem a elevar, ainda mais, principalmente nos setores industriais onde tinha se constituído um poder sindical organizado, a discrepância entre os rendimentos do capital e os rendimentos do trabalho, apesar dos aumentos reais de salários – que não acompanharam a produtividade do trabalho – e dos bônus de participação em lucros e resultados, ocorridos a partir de 1994 nas montadoras (a discrepância entre os rendimentos do capital e os rendimentos do trabalho pode ser comprovada pela taxa de exploração na indústria automobilística salientada na tabela logo acima). Por outro lado, mantém-se ainda, de certo modo, a deterioração salarial através das perdas inflacionárias (é claro que em ritmo menor que na década passada), com as negociações salariais, sob o Plano Real, ocorrendo com muitas dificuldades¹.

As principais características da nova ofensiva do capital na produção sobre o mundo do trabalho, que se impulsionou a partir da era neoliberal, são as seguintes:

Por um lado, desenvolve-se uma nova hegemonia do capital na produção, em virtude do desenvolvimento do toyotismo sistêmico e um novo salto na automação microeletrônica, principalmente a partir de 1993, tendendo a criar um novo perfil operário, mais qualificado (e

¹ Mas, segundo o DIEESE, quase a maior parte dos acordos salariais realizados em 1996 situaram-se abaixo do nível da inflação. Por exemplo, dos 125 acordos realizados entre janeiro e setembro de 1996, 40% tiveram aumentos abaixo da inflação, com apenas 7% repondo as perdas inflacionárias. Os outros 53% incluíram pequenos

estável) e, portanto, mais integrado às novas práticas produtivas.

Por outro lado, ocorre a dirupção do mundo do trabalho industrial, decorrente da descentralização produtiva, da prática empresarial da terceirização, tendendo a criar uma rede complexa do trabalho, diversificado e segmentado, onde surgem novos estatutos precários de emprego e salário. Surge, portanto, no interior do pólo “moderno” do mundo do trabalho no Brasil, uma subproletarização tardia. Constitui-se, se poderíamos dizer assim, uma nova “dualidade” no mercado de trabalho, onde, no interior do próprio setor “moderno”, base do poder sindical organizado, se instauram pólos “arcaicos” de relações de trabalho. É por isso que, pode-se dizer, presenciamos um processo estrutural – e cumulativo – de ofensiva do capital sobre a materialidade da classe, que repõe uma nova (e precária) sociabilidade do trabalho, fragmentária, cindida e resistente a práticas de solidariedade de classe. Surge, portanto, um novo (e precário) mundo do trabalho, que põe provocações decisivas à prática sindical de classe no Brasil.

Na verdade, o novo complexo de reestruturação produtiva atinge o mundo do trabalho, seja em sua dimensão organizacional, seja em sua dimensão real: em sua dimensão organizacional, ele institui uma nova sociabilidade no campo da produção capitalista, caracterizado pelo desenvolvimento do toyotismo sistêmico, que promove (e articula) o consentimento operário e o controle (e intensificação) do trabalho. Além disso, instaura-se, em alguma medida, um novo tipo de regulação do trabalho, baseada na flexibilização do contrato do trabalho, que expõe, cada vez mais, o trabalho assalariado à disposição contingencial do capital em processo. Em sua dimensão real – que está articulada, intrinsecamente, com a dimensão organizacional – o novo complexo de reestruturação produtiva desenvolve, a partir da lógica da

descentralização produtiva (e da introdução de novas tecnologias microeletrônicas na produção), a precariedade de emprego e salário, ou impulsiona o desemprego estrutural na indústria, debilitando, de modo radical, a própria sociabilidade do trabalho.

Deste modo, o poder sindical da classe operária organizada é debilitado não apenas em sua *dimensão subjetiva*, com o incremento das práticas de captura da subjetividade operária pelo capital, mas em sua *dimensão objetiva*, com a “implosão” do mundo do trabalho, principalmente em seus pólos “modernos”, onde havia se constituído, nas últimas décadas, uma relativa integração dos estatutos salariais. Surge, a partir daí, uma nova classe operária mais diversificada e mais segmentada, recalcitrante às práticas sindicais convencionais.

Portanto, o cenário do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil, que surge a partir do novo complexo de reestruturação produtiva, é constituído, de um lado, por um mundo do trabalho reduzido, em seu núcleo central, com operários que permanecem mais qualificados e dispostos a colaborar com o capital e, por outro lado, um mundo do trabalho amplo (e heterogêneo) em suas ramificações periféricas, constituído pelos operários precários.

No caso dos metalúrgicos do ABC, o novo (e precário) mundo do trabalho é caracterizado, principalmente a partir de 1990, pela redução do contingente operário, que se torna mais estabilizado no emprego, em termos relativos e com maior nível de escolaridade e qualificação (em 1986, o tempo de emprego de 5 anos ou mais correspondia a 47,5% dos metalúrgicos e, em 1994, correspondia a 70% !).

Entretanto, aumenta (ou se mantém) o contingente operário que experimenta a precarização das condições de emprego e salário no interior da cadeia produtiva do setor automotivo (ou seja, os setores terceirizados e/ou alocados nas malhas de fornecedores das grandes

empresas de produtos finais) (Comin et alli, 1997:435).

10. 2 O Novo Controle da Subjetividade Operária

Desde os anos 80, alguns sociólogos apresentavam o complexo de reestruturação produtiva não apenas como uma necessidade da acumulação do capital, que induzia as empresas a reduzirem a incerteza e o risco através da diminuição dos custos de produção e da reconstrução de seus espaços de mercado ameaçados pela crescente concorrência capitalista, mas, principalmente, como uma necessidade de um novo tipo de controle do trabalho. O complexo de reestruturação produtiva no Brasil possuía, portanto, um nítido caráter político, tendo em vista que o surgimento, nos centros industriais mais densos, de um movimento sindical com poder de pressão política e social, obrigava os capitalistas a instaurar um novo controle sobre a organização de trabalho, que incorporava – ainda que de modo restrito (e incipiente) nos anos 80 – a lógica do toyotismo articulado com a automação microeletrônica na produção. O complexo de reestruturação produtiva era, portanto, a resposta estratégica dos capitalistas à luta de classes na produção, tendo em vista o poder de comando das empresas. Este era o caráter político das transformações produtivas no país, a partir da década de 80, salientado por alguns autores (Neder, 1988; Leite, 1994).

A partir dos anos 90, com o desenvolvimento do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil, articula-se, de modo sistêmico, um novo – e mais potente – tipo de controle da subjetividade operária. Ele possui uma maior amplitude (e intensidade) – e, portanto, adquire uma nova qualidade, se tivermos que compará-lo com o complexo de reestruturação produtiva nos anos 80. O novo controle capitalista da produção social que surge nos anos 90 no Brasil, vinculado à lógica do

toyotismo, passa pelo processo de constituição das *novas qualificações operárias*. Apesar de a perspectiva de constituição de novas qualificações operárias (ou seja, um novo perfil da classe operária) ocorrer desde a década passada, é apenas sob a era neoliberal que ela surge com maior intensidade (e amplitude), em decorrência da adoção do toyotismo sistêmico e do crescimento das novas tecnologias microeletrônicas na produção. A própria idéia de “qualificação” passa a sofrer um novo recorte – é menos considerado como sendo “um estoque de conhecimentos/habilidades”, mas sobretudo competência ou capacidade de agir, intervir, decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis (o que exige uma postura operária pró-ativa ou pró-positiva). Na verdade, é algo adequado à lógica do toyotismo, vinculada à captura da subjetividade operária pela valorização do capital. Surge não apenas como um procedimento técnico, mas principalmente como uma poderosa operação ideológica, capaz de constituir uma nova hegemonia do capital na produção. É o que demonstram os critérios de seleção profissional adotados pelas empresas no Brasil sob o novo complexo de reestruturação produtiva:

Os atributos destacados pelas empresas delineiam um tipo ideal: responsável, maduro, equilibrado, motivado, criativo, ágil de raciocínio, dedicado, com facilidade de relacionamento. Diferentemente do operário padrão, a quem se pedia que ‘vestisse a camisa da empresa’, parece tornar-se mais importante a capacidade de ‘pensar com a cabeça da empresa.’ (Monteiro Leite, 1995: 162)

Por exemplo, no caso das montadoras da indústria automobilística no Brasil, onde procuramos concentrar nossa análise, a partir do Plano Real, em 1994, percebe-se que elas passam a buscar, cada vez mais, uma integração dos operários aos objetivos da empresa, instaurando novos mecanismos de captura da subjetividade operária à lógica do capital. Muda-se o próprio sentido de Recursos Humanos (RH),

adaptando-o às necessidades da acumulação flexível. Por exemplo, a Ford do Brasil tem procurado dar ênfase, no setor de RH, a cursos e planejamento de carreira. Diz o gerente de Programas a Empregados, Treinamento e Desenvolvimento: "A área é fundamental para a Ford, dando um destaque especial ao homem. Só através dele atingiremos as nossas metas." Nos anos 80, a Ford tornou-se pioneira na implementação de um programa de envolvimento operário intitulado "Trabalho Participativo", aplicado em todos os escalões da empresa e voltado para a melhoria da relação gerência-operários em sua subsidiária no Brasil (Silva, 1990:324). Nos anos 90, ela dá continuidade à busca de captura da subjetividade operária, através de uma operação ideológica em que o discurso da valorização do homem oculta um recurso de integrar, mais ainda, o operário às novas demandas da produção capitalista, no sentido de se apropriar do saber operário. Para isso, como parte do "programa de valorização do homem", a Ford do Brasil possui um banco de idéias, alimentado pelos próprios operários: "Em nossa fábrica de São Bernardo (SP), só este ano recebemos cerca de 1.500 sugestões. Dez por cento delas foram aproveitadas, gerando uma economia de US\$ 1,5 milhão".

Outra montadora de veículos, a Volkswagen, em 1997, deu destaque às palestras, teleconferências e *workshops* procurando envolver os operários com o discurso da qualidade e produtividade (inclusive, o último deles, intitulado "Construindo o Futuro", reuniu representantes da empresa, sindicatos e comissões de fábrica, para uma análise da atual situação do mercado) (João Ricardo Penteado, "Montadoras reforçam o sentido de RH", *Gazeta Mercantil*, 14 de outubro de 1997).

Dentro da nova da produção capitalista, a Volkswagen montou um programa de desenvolvimento pessoal, com uma cartilha sucinta

sobre os caminhos, para se atingir, segundo reza, "o perfil de um profissional do século 21". Nas entrelinhas, percebe-se um dos princípios do toyotismo sistêmico, a necessidade de um nova classe operária cooperativa e polivalente. A principal idéia que vem sendo difundida pela Volkswagen é a necessidade de se construir um operário, cuja formação básica "precisa reunir novos conhecimentos e habilidades e se livrar de uma visão compartimentalizada das coisas." Diz um supervisor de treinamento da Volkswagen: "Nesse contexto, o eletricitista de manutenção deve procurar entender também de mecânica e eletrônica." (Virginia Silveira, "Volks prepara funcionários para o século XXI, Gazeta Mercantil, 16 de junho de 1997).

Portanto, dos novos operários do núcleo da produção capitalista é exigida uma maior capacidade de intervenção nos procedimentos operatórios diretos e imediatos. Procura-se ampliar o campo de intervenção operária no processo produtivo. É o que ocorre, por exemplo, com os novos métodos de gerenciamento e organização da manufatura, utilizados pela Volkswagen em São Bernardo do Campo. Eles são denominados "célula de produção", verdadeiras mini-fábricas, que conferem maior participação e autonomia aos operários ligados diretamente à produção. Na "célula de produção", cada líder de célula tem poder de decisão e controle total das operações. Para isso, ele conta com o apoio de uma equipe de profissionais, formada por tecnólogos, especialistas em manutenção, abastecedor de materiais e inspetor de qualidade. O líder de célula tem ainda sob seu controle indicadores gerais e diários sobre produtividade, qualidade, custo e pessoal do seu núcleo de produção. Sob o toyotismo sistêmico, mais do que nunca, o processo produtivo é dependente da competência dos trabalhadores assalariados mais qualificados, ligados ao núcleo da produção capitalista. Segundo um supervisor de treinamento da

Volkswagen, "os integrantes da célula de produção passaram por um imenso programa de treinamento [...] com aulas teóricas e práticas, envolvendo até noções de administração e informações sobre todo o processo produtivo." ((Virginia Silveira, "Volks prepara funcionários para o século XXI, *Gazeta Mercantil*, 16 de junho de 1997).

Os novos procedimentos da produção capitalista inspirados no toyotismo sistêmico tendem a dar aos novos operadores da nova classe operária um senso de "poder" e autovalorização comparável aos das "elites" profissionais, como as constituídas pelos antigos ferramenteiros (Laville, 1993); o que, de certo modo, pode contribuir – ou não – para o desenvolvimento de uma cultura neocorporativa.² Estabelece-se, deste modo, uma nova autonomia operária na produção, só que é uma autonomia restrita e limitada (ainda mais porque, embora haja uma redução da supervisão e mesmo da gerência, existe, muitas vezes, uma redução potencial da autonomia no método de trabalho, em decorrência da automação industrial, dado que, uma vez programados, os equipamentos funcionam sem interferência).

Na verdade, os novos controles capitalistas da produção social, mais amplos e voltados para o consentimento operário, traduzem apenas um novo nível da luta de classes na produção, onde está posta uma contradição social, de ampla proporção:

Por um lado, uma classe operária central mais qualificada, de maior grau de escolaridade, mais estável, com maior intervenção operativa no processo de trabalho, com o processo de produção capitalista tendendo a depender cada vez mais de sua competência

² Por exemplo, nas condições políticas de fins dos anos 70, coube aos ferramenteiros – os operários qualificados – um papel decisivo nas agitações operárias das greves gerais metalúrgicas de 1978–1980, no ABC paulista (Frederico, 1979; Sader e Sandroni, 1981:21). Entretanto, nas condições políticas dos anos 90, sob a era neoliberal, a prática sindical do sindicalismo metalúrgico da CUT no ABC paulista, apoiado por uma parcela significativa de operários mais qualificados, tende a assumir

profissional, e, por outro lado, uma apropriação do processo decisório da produção social, concentrado nas mãos de tecno-burocratas das corporações transnacionais.³

O impacto do novo complexo de reestruturação produtiva sobre a subjetividade operária é relevante, pois a recomposição do complexo produtor de mercadorias tende a instaurar novas mediações – mais problemáticas – para a construção da solidariedade de classe. A polarização entre um núcleo operário, mais qualificado e estável, uma “elite” profissional, e um subproletariado tardio, menos qualificado e precário, contribui, de certo modo, principalmente em um país capitalista como Brasil, marcado por profunda desigualdade social, para a operação ideológica da nova hegemonia do capital na produção. Na medida em que integra – e concentra – o núcleo da produção capitalista, segmentando (e excluindo) uma parcela ampla da classe, o novo complexo de reestruturação produtiva, exerce, através da recomposição do complexo produtor de mercadorias, uma operação ideológica que, por um lado, potencializa a captura da subjetividade operária pela lógica do capital e, por outro, debilita a perspectiva classista. Tal conjuntura é terreno fértil para o surgimento potencial de uma cultura sindical neocorporativa.

O novo controle do trabalho articula-se com a intensificação da superexploração do trabalho no Brasil, que se mantém – e se potencializa – não apenas com o desenvolvimento do toyotismo sistêmico, mas com a introdução generalizada de tecnologias microeletrônicas na produção. Na verdade, é uma dimensão insuprimível

um caráter setorial e fragmentário, de cariz neocorporativo.

³ Com a mundialização produtiva, as corporações transnacionais, em vez de restringirem a coordenação mundial essencialmente a finanças, passaram a organizar o conjunto de subsidiárias através do conceito de *redes mundiais*, integradas por gerência, produção, marketing e tecnologia, além de finanças, abandonando, portanto, o estilo *stand-alone* com que tratavam suas subsidiárias (UNCTC, 1993, Apud

da lógica do toyotismo a articulação, em maior ou menor proporção, da intensificação do trabalho, combinada com o prolongamento da jornada de trabalho (segundo a pesquisa do IBGE, em 1993, o crescimento das horas-extras ocorreu, principalmente, na indústria metalúrgica de São Paulo, um dos pólos avançados de reestruturação produtiva ("Indústria corta vagas e produz mais", *Folha de São Paulo*, 11.12.1993))⁴. Por outro lado, as novas práticas organizacionais do toyotismo sistêmico, criam o suporte comportamental capaz de envolver — e construir o consentimento operário — nos novos procedimentos produtivos, dando-lhe a idéia (e a realidade) de uma autonomia relativa no processo de trabalho.

A hegemonia do capital na produção não é baseada apenas no consentimento operário, no "envolvimento estimulado", mas na instauração de uma série de "dispositivos coercitivos" implícitos nos mecanismos do despotismo de mercado (impulsionados pelas políticas neoliberais). Por exemplo, o medo do desemprego estrutural, da nova exclusão social, que, no caso do Brasil, é um estigma sócio-histórico de larga proporção, é um poderoso recurso sócio-psicológico de integração social, mais sutil, mas não menos eficaz, de controle capitalista do trabalho nas condições de um novo (e precário) mundo do trabalho.

Bielschowsky e Stumpo, 1996:175)

⁴ Segundo Montagner e Brandão, a utilização de jornadas de trabalho muito extensas parece ser característica importante da forma de uso da mão-de-obra na Região Metropolitana de São Paulo, que, mesmo na fase de recessão, persistiu com intensidade. Segundo dados do SEADE/DIEESE, desde 1991, na Região Metropolitana de São Paulo, cerca de 40% dos assalariados do setor privado (equivalente a pouco mais de 1/5 dos ocupados) têm realizado jornadas semanais superiores à legal (44 horas). Estes percentuais são ainda maiores no Comércio e na Construção Civil (53% e 47%, respectivamente). (Montagner e Brandão, 1994:164)

10.3 Os Novos Excluídos Sociais:

O Desemprego Estrutural no Brasil

O mundo do trabalho sob o novo complexo de reestruturação produtiva é permeado não apenas por novos tipos de controle do trabalho, mas principalmente por uma nova exclusão social, caracterizada pelo desemprego estrutural, que atinge os pólos industriais mais desenvolvidos. A adoção de inovações tecnológicas (e organizacionais), vinculadas à lógica da produção enxuta, contribuiu para o desenvolvimento crescente da produtividade industrial, o que, tende, por conseguinte, a ampliar a superpopulação relativa supérflua para o capital. É o que está ocorrendo na indústria automobilística no Brasil, um setor industrial onde, a partir da era neoliberal, se constituiu, com maior intensidade — e amplitude — o novo complexo de reestruturação produtiva (segundo projeções do DIEESE, apesar dos US\$ 17 bilhões de investimentos anunciados para o setor automobilístico até o ano 2000, o nível de emprego do setor deverá ser reduzido em algo entre 25% e 30%, com uma perda de mais de 30 mil empregos diretos e com a produção de veículo por empregado/ano em torno de 35) (DIEESE, 1996).

Uma série de análises sociológicas comprova que o crescimento da produtividade industrial, num contexto recessivo da economia brasileira, tal como ocorreu no período do Plano Collor, de 1990–1992, ou ainda, depois, sob o Plano Real, quando a economia brasileira entra num novo ciclo de crescimento, tendeu a promover, como nunca ocorreu em nosso país, o desemprego aberto. Ele decorre, sobremaneira, de mudanças estruturais no emprego industrial, em decorrência do novo complexo de reestruturação produtiva (Carvalho e Bernardes, 1996:54). Por exemplo, em 1993, o IBGE constatou um crescimento de 18,20% na

produtividade da indústria brasileira (de janeiro a julho daquele ano), um índice superior à produtividade acumulada nos últimos sete anos, de 1987–1993 (cerca de 17,4%). A elevação da produtividade industrial se deu às custas do emprego. Segundo o IBGE, “a elasticidade emprego–produto (relação entre o nível de emprego e o total produzido pela indústria) está se reduzindo drasticamente no país.” Entre setembro de 1992 e maio de 1993, a produção industrial cresceu 20,1% e o nível de emprego cresceu apenas 0,2%. Para o IBGE, o aumento da produtividade à custa do desemprego teria duas razões principais: uma, de caráter conjuntural — o período recessivo — que se observou no governo Collor, que ocasionou redução de pessoal; e outra, de caráter estrutural, “a reorganização da indústria por conta da abertura da economia.” Ou seja, processos de gerenciamento da produção, como “Qualidade Total” e *just-in-time*, segundo o IBGE, seriam processos que geram produtividade sem necessidade de investimento de máquinas.

É a disseminação sistêmica do complexo de reestruturação produtiva nos principais pólos industriais no Brasil, tais como a indústria automobilística e a indústria de autopeças, que têm conduzido a um notável crescimento da produtividade industrial, resultando, por conseguinte, em índices de desemprego aberto. Um componente do desemprego aberto é o desemprego tecnológico, que atinge pólos operários da indústria moderna, dispensados em virtude da introdução de novas tecnologias microeletrônicas na produção. É mais perceptível, por exemplo, na indústria automobilística. No caso do Brasil, assume características particulares. Por exemplo, os violentos vaivéns do ciclo da economia capitalista no Brasil dos anos 80, ocultaram o impacto do desemprego tecnológico na indústria moderna. Pelo menos até 1986, segundo Diaz, as inovações tecnológicas (e organizacionais) parecem não ter ocasionado, de modo significativo, dispensa de trabalhadores.

Nessa época, a recessão e a recuperação da economia são os fenômenos que mais impactaram sobre a evolução do emprego industrial no período 1981–1986. Deste modo, o desemprego tecnológico não teve, nesse período, nem de longe, a magnitude do que aconteceu, por exemplo, na Europa Ocidental e nos EUA (Diaz, 1988).

**Produção por emprego na indústria automobilística
1980–1997**

Ano	Produção	Emprego	Veículos por empregado
1980	1.165.174	133.683	8,7
1981	780.883	103.992	7,5
1982	859.304	107.137	8,0
1983	896.462	101.087	8,9
1984	864.453	107.447	8,0
1985	966.708	122.217	7,9
1986	1.056.332	129.232	8,2
1987	920.071	113.474	8,1
1988	1.068.756	112.985	9,5
1989	1.013.252	118.369	8,6
1990	914.466	117.396	7,8
1991	960.219	109.428	8,8
1992	1.073.861	105.664	10,2
1993	1.391.435	106.738	13,0
1994	1.581.389	107.134	14,8
1995	1.634.100	103.912	15,7
1996	1.804.328	101.857	17,7

Fonte: ANFAVEA, 1997

Apesar disso, o processo de reestruturação produtiva nos anos 80, por ser limitado e seletivo, tendia a ocasionar, de fato, desemprego tecnológico, que se manifestava sob outra forma. É o que ocorre, por exemplo, quando as empresas, que passaram por um processo de racionalização produtiva durante a recessão (o que ocorreu no período de 1981–1983, ou ainda 1990–1992), no contexto da recuperação, deixavam de contratar assalariados que empregariam se não houvessem introduzido inovações tecnológicas. O que significa que, muitas vezes, a dispensa não existe (ou não se torna necessária). O que ocorre é que, a necessidade de trabalho vivo da empresa tende a não acompanhar, de modo relativo, o incremento dos níveis de produção. A partir de 1993, isso se tornou saliente, quando a recuperação dos níveis de produção na indústria automobilística no país, por exemplo, não foram acompanhados de um crescimento dos níveis de empregos de metalúrgicos.

Para alguns autores, tais como Castro, é difícil sustentar a hipótese de um processo de desemprego tecnológico na indústria automobilística no Brasil. Para a autora, “é no movimento conjuntural da economia que deve ser buscada a explicação para a retração no nível de emprego.” (Castro, 1994). Entretanto, o que se observa é que, em sua análise da indústria automobilística, ela reúne uma série de evidências que indicam o contrário, ou seja, que as inovações técnico-organizacionais que ocorreram no complexo automotivo tenderam a deprimir o nível de emprego, seja no setor, na planta ou na seção da indústria. Castro afirma que:

No âmbito setorial, a literatura reuniu evidências empíricas suficientes para sustentar que, nos últimos anos, os movimentos de crescimento da produção não apenas deixaram de ser acompanhados no mesmo ritmo pelos movimentos do emprego, como também tem-se verificado (ao menos até o Acordo de 1992 na Câmara Setorial) uma tendência à redução absoluta do número de trabalhadores.

E salienta ainda que “em 1980 havia 133,7 mil empregados no setor, passando para 122,2 mil em 1985, 113,5 mil em 1987 e 109,3 mil em 1991. (Castro, 1994:121)

Portanto, o que se constata é que, desde os anos 80, a recuperação do emprego na indústria automobilística no Brasil não tem seguido o mesmo ritmo da produção. A produção cresceu mais rapidamente que o emprego, e a explicação não pode ser encontrada apenas nos ciclos da economia brasileira. Na verdade, desde 1984, ocorre no parque industrial brasileiro, ocorre um crescimento da produtividade do trabalho, ocasionada pela denominada “modernização tecnológica”. No âmbito da planta industrial é Castro que observa: “a nova tecnologia incorporada à produção abre a possibilidade de maior quantidade de produto com número de trabalhadores relativamente menor que aquele mobilizado pela antiga tecnologia” (Castro, 1994:122).

Entretanto, o impacto das transformações produtivas no volume de emprego é perceptível não apenas no setor ou na planta industrial, mas também no âmbito das seções, sujeitas a mudanças tecnológicas e organizacionais. Existe nas seções, segundo observou Castro, uma sistemática redução de postos de trabalho. Assim, os sistemas de controle de qualidade total, a introdução do controle estatístico de processos, a informatização do trabalho em escritório, a incorporação das *transfer-lines* controladas eletronicamente, os sistemas de estocagem automatizada e a busca da flexibilidade, entre outras coisas, parecem instigar as empresas a “enxugar” a força de trabalho, a incorporar a lógica da produção enxuta.

O novo complexo de reestruturação produtiva sob a era neoliberal tendeu a gerar mudanças estruturais no mercado de trabalho, instituindo um novo “padrão de uso da força de trabalho”, vinculado às novas

exigências da racionalização capitalista. Segundo o SEADE/DIEESE, em sua análise da indústria no Brasil (de 1994), dentre os postos de trabalho eliminados em 1993, em decorrência do novo complexo de reestruturação produtiva que se desenvolve a partir do cenário recessivo sob o governo Collor, a maior parte corresponde aos de menor qualificação, nas tarefas ligadas à produção. Percebe-se que a proporção de postos de trabalho ligados a tarefas de gerência, planejamento e supervisão voltou a diminuir (em 1989, atingia 1,9% da PIA da Indústria e, em 1993, 1,6% da PIA), comprovando a tendência à redução de níveis hierárquicos (o que indica a constituição de um novo tipo de controle de trabalho, baseado na lógica do toyotismo, onde a supervisão capitalista é introjetada na subjetividade operária, dispensando a presença de uma série de níveis hierárquicos). Além disso, houve o decréscimo na participação de postos ligados a atividades de serviços gerais (limpeza, conservação, vigilância, portaria, etc), o que pode estar associado ao processo de terceirização das atividades que não são consideradas estratégicas, mas que envolvem custos não desprezíveis de controle da força de trabalho. A análise do SEADE/DIEESE, de 1993, observa ainda que parcelas de trabalhadores assalariados do setor privado na Indústria permanecem mais tempo no mesmo emprego. Em 1989, os qualificados que permaneciam mais de 2 anos no trabalho principal correspondiam a 60,3% da PIA da Indústria; em 1993, 66,7% da PIA. Entre semi-qualificados e não qualificados, em 1989, 41,2% da PIA da Indústria permaneciam mais de 2 anos no mesmo emprego; em 1993, 45,6%. A mesma tendência verificou-se nas atividades de escritório e de suporte operacional. Estes resultados demonstram que os novos processos produtivos envolvem participação ativa dos trabalhadores assalariados em atividades inéditas, "ampliando o grau de cooperação entre trabalhador e empresa" (SEADE/DIEESE,

1994).

10. 4 A Debilitação da Sociabilidade do Trabalho: Da Captura da Subjetividade Operária à Precarização do Salário e do Emprego

Uma das principais características do novo complexo de reestruturação produtiva é a sua capacidade de debilitar a sociabilidade do trabalho, não apenas pela via da captura da subjetividade operária, através de uma série de dispositivos “organizacionais” de envolvimento operário; nem apenas pela via da desconstituição real da classe, por meio do desemprego estrutural; mas, principalmente através da precarização do salário e do emprego de amplas parcelas da classe, processo intrínseco à nova lógica da flexibilidade do trabalho (portanto, o novo complexo de reestruturação produtiva tende a produzir um impacto não apenas sobre a *quantidade* de empregos — quando observamos, por exemplo, o crescimento do desemprego aberto — mas, principalmente, sobre a *qualidade* dos postos de trabalho criados).⁵ Surge, deste modo, uma série de trabalhos precarizados, que inclui o trabalho autônomo, *part-time*, informal, incluindo o trabalho em domicílio.

Ao lado no novo mundo do trabalho, caracterizado pela nova classe operária, mais qualificada, estável, comprometida com as novas práticas produtivas e com acesso a novos benefícios sociais – e inserida, muitas vezes, no bojo de uma nova (e radical) terceirização – desenvolve-se um mundo do trabalho precário, não apenas em seus

⁵ O que explica, de certo modo, o que ocorre nos EUA, onde os índices de desemprego tão baixo (em torno de 5%), ocultam, por outro lado, uma disseminação crescente de empregos de má qualidade. Como observam alguns analistas, a capacidade de gerar emprego dos EUA estaria fortemente associada à flexibilidade “para baixo” de seus

pólos industriais “tradicionais”, mas inclusive nos pólos industriais “modernos” (nos pólos industriais “tradicionais”, a estratégia de terceirização está vinculada ao que Ruas denominou “flexibilidade rudimentar”, um mero eufemismo da precariedade de emprego e salário) (Ruas, 1993).

O mundo do trabalho precário é decorrente de uma das motivações indutoras da terceirização. Por trás da lógica da precarização do trabalho, que atinge parcelas das firmas de subcontratação da cadeia produtiva, como salientamos, está a necessidade das grandes empresas – e de seus fornecedores de primeira, segunda e terceira linha – em descentralizar a produção, com o objetivo de reduzir custos, repassando os riscos dos negócios para as pequenas empresas e, por conseguinte, para as condições de trabalho, emprego e salário. Mas não é apenas a terceirização, em seus múltiplos aspectos, que tende a debilitar o mundo do trabalho. A adoção de uma flexibilidade do contrato do trabalho, cuja expressão jurídica é a Lei do Contrato Temporário, tende a constituir um estatuto salarial precário para parcelas amplas da classe trabalhadora, colocando-a, cada vez mais, à disposição das idiossincrasias do capital.

– A Terceirização

O processo de terceirização, que tomou impulso a partir da era neoliberal no Brasil, assumindo uma dimensão nova e radical, possuiu um impacto disruptivo sobre o mundo do trabalho. Ao constituir uma rede de subcontratação complexa, o capital tende a criar uma polarização na classe operária, constituindo, por um lado, uma “elite” de novos operários polivalentes (e mais qualificados), inseridos no novo

salários reais (Urani, 1995:27).

estranhamento capitalista, convivendo, por outro lado, no seio de uma cadeia produtiva, com uma classe operária com estatutos salariais precários e segmentados.

No caso da nova (e radical) terceirização surge um novo tipo de controle capitalista da produção, operado pelas subcontratantes inscritas no interior do novo espaço da produção redimensionado. Na nova planta industrial, desapareceu – ou diminuiu sobremaneira – o poder de interferência coletiva dos trabalhadores sobre o espaço da produção. A fragmentação (e pulverização) do coletivo operário prejudicou o contato, por exemplo, da comissão de fábrica com os trabalhadores transferidos (ou com operários de firmas subcontratados que operam no mesmo espaço da produção). Deste modo, a nova (e radical) terceirização possui uma importante – e estratégica – dimensão política, na medida em que tende a *fragmentar o coletivo operário*, debilitando a organização da classe e, por conseguinte, seu poder de resistência (e de barganha) às usurpações do capital.⁶

Mesmo que os sindicatos consigam garantir, de certo modo, os benefícios salariais de operários terceirizados, a perda política da pulverização do coletivo operário é irreversível (o que, do ponto de vista do capital, contribui para a captura da subjetividade operária). Na verdade, a nova (e radical) terceirização tem atingido os setores que tendem a representar a espinha-dorsal do movimento operário organizado, atingindo, de certo modo, parcelas de operários qualificados, mais organizados e mobilizados, tais como a ferramentaria. Nas empresas subcontratadas, o poder do coletivo organizado dos trabalhadores parece frágil, quando não totalmente inexistente:

⁶ Por exemplo, na Inglaterra, “10% das fábricas que empregavam menos de 400 trabalhadores vivenciaram greves entre 1971 e 1973, enquanto mais de 50% das fábricas empregando mais de 5.000 trabalhadores vivenciaram greves no mesmo período.” (DIEESE, 1993)

Quanto à ação sindical no contexto da 'terceirização' percebe-se que o declínio do número de empregos na categoria metalúrgica tem fragilizado a resposta organizada dos trabalhadores e que o movimento sindical vem enfrentando sérias dificuldades para reagir e procurar estancar, pelo menos parcialmente, a perda de postos de trabalho. (Ramalho, 1997:92)

Os obstáculos à ação sindical se circunscreviam não apenas às novas relações de controle capitalista no interior de médias (e pequenas) empresas subcontratadas, mas a presença crescente de um contingente de trabalhadores assalariados do sexo feminino nas empresas subcontratadas, principalmente do final da cadeia de subcontratações, o que exige do sindicalismo brasileiro uma nova postura política (e organizativa) diante das questões de gênero.

Por outro lado, a terceirização cria novas cisões no estatuto salarial da categoria metalúrgica. O operário "terceirizado", apesar de ser metalúrgico, não é reconhecido como tal, sendo discriminado com relação não apenas a salários, mas a cargos. Ele nunca se tornará mestre, supervisor, encarregado, etc, uma vez que, no interior da hierarquia da empresa contratante não há espaço para os operários terceirizados.⁷ Além disso, a própria estrutura sindical corporativa, inscrita na CLT, coloca entraves burocráticos que permitam que os trabalhadores terceirizados possam ser representados pelo sindicato dos metalúrgicos, por exemplo. Apesar de trabalharem em firmas que compõem a categoria metalúrgica, os trabalhadores não podem ser representados pelo sindicato dos metalúrgicos:

Das empresas 'terceiras' que operam hoje no interior da Mercedes, o conjunto de seus trabalhadores são metalúrgicos,

⁷ O crescimento da terceirização no pólo industrial do ABC paulista pode ser percebido pelo crescimento de empresas especializadas em manutenção industrial, ferramentaria e usinagem, pelo crescimento do trabalho temporário através de agências de intermediação e dos vínculos de empregos precários (autônomos, sem carteira assinada, etc), contribuindo para a expansão do setor informal da economia; pelo surgimento de várias empresas intermediadoras da terceirização (Soares, 1997:176)

mas não pertencem a esta categoria. Portanto, não são considerados metalúrgicos e estão literalmente fora do sindicato. Como se vê, o simples direito à sindicalização é negado aos 'terceirizados'. Com mais um detalhe importante: conforme observamos, na hierarquia da fábrica, o trabalhador 'terceirizado' é discriminado, desde a relação cargos e salários, até o direito elementar à sindicalização. (Soares, 1996:158)

Mas, além de instaurar um novo controle capitalista da produção, pulverizar o coletivo de trabalho, prejudicando a ação sindical de cariz classista, a terceirização pode surgir como uma estratégia capitalista de redução de custo de produção, o que pode ser constatado no pólo da classe operária inserido no mundo do trabalho precário. Apesar de o motivo indutor da terceirização sob o novo complexo de reestruturação produtiva não se reduzir apenas à precarização de empregos e salários – o que seria desprezar a sua dimensão nova (e radical), caracterizada como uma nova estratégia capitalista voltada para um redimensionamento do espaço da produção capitalista que propicie a captura da subjetividade operária e permita uma maior flexibilidade produtiva (condições indispensáveis diante do novo padrão de concorrência capitalista) – a sua utilização como estratégia de debilitamento do estatuto salarial não pode ser menosprezada. É por isso que uma análise do DIEESE, intitulado "Os trabalhadores frente à terceirização" (1993), apontou como um dos principais efeitos da terceirização sobre o mundo do trabalho no Brasil, o ataque aos benefícios sociais – e salários – dos trabalhadores da empresa principal, que tendem a serem superiores aos vigentes nas firmas subcontratadas. Outras consequências consideradas perversas pelo DIEESE dizem respeito às condições ambientais e de segurança no trabalho, muitas delas consideradas insalubres.⁸

⁸ O estudo do DIEESE realizado entre outubro e dezembro de 1992 possui um caráter genérico. Ele abrange os trabalhadores de 40 empresas que realizaram algum tipo de

Efeitos da terceirização sobre as condições de trabalho

– Diminuição dos benefícios sociais.....	72, 5%
– Salários mais baixos.....	67,5%
– Ausência de equipamentos de proteção/ falta de segurança/insalubridade.....	32,5%
– Trabalho menos qualificado.....	17, 5%
– Trabalho sem registro.....	7,5%
– Perda de representação sindical.....	5,0%
– Jornada mais extensa.....	5%

Fonte: DIEESE, 1993

Deste modo, a terceirização tem permitido às empresas contratantes livrarem-se dos encargos sociais e legais, além de não repassarem as conquistas dos acordos coletivos aos trabalhadores das empresas contratadas. Ela surge, portanto, como uma estratégia de redução de custos de produção que atinge, de modo irruptivo, o mundo do trabalho. Mesmo nos pólos “modernos” da indústria brasileira, tais como o setor automobilístico, a terceirização contribui para a degradação salarial. Por exemplo, o salário médio pago nas empresas de autopeças, principalmente nas pequenas firmas, do último nível da cadeia produtiva, costuma ser 2/3 do salário pago nas montadoras de veículos. Na base territorial de São Bernardo do Campo e Diadema, o salário médio nas autopeças era, em junho de 1992, US\$ 386, enquanto que nas montadoras alcançava US\$ 599 (DIEESE, 1994). Na indústria automobilística do ABC, em pesquisa a partir de um questionário às

terceirização. 52,50% delas pertencem ao setor metalúrgico; 15% ao setor elétrico; 12,50% são companhias telefônicas; 7,5% pertencem ao setor vestuário; 5% são bancos; 5% correspondem ao setor de processamento de dados e os 2,5% restante, ao

Comissões de Fábrica (CF) e Delegados Sindicais, e respondido por 12 das 26 representações, em 1993, constatou-se que, nas empresas onde ocorreu a terceirização, 92% ressaltaram a redução de salários; 58%, perda de benefícios; 42%, pior segurança no trabalho e 33%, maiores jornadas:

Para o movimento sindical, até o momento, a terceirização tem sido, na maioria das vezes, de desemprego e precarização das condições de trabalho. Concretamente, a terceirização brasileira tem conduzido à redução dos salários, à perda de benefícios sociais, à piora das condições de trabalho, à fragmentação da representação sindical, ao ataque às organizações e às conquistas sindicais. (DIEESE, 1994: 13)

É sobre este aspecto da terceirização – a precarização do trabalho – que tem se concentrado, com muitas dificuldades, a ação sindical no Brasil (Salerno, 1993).

10.5 As Novas Polarizações do Mundo de Trabalho

Na medida em que se desenvolve o novo complexo de reestruturação produtiva, ele reconstitui, segundo a lógica do capital, o mundo do trabalho, através da instauração de um novo controle capitalista da produção (voltado para a captura da subjetividade operária), e da constituição de novos excluídos sociais, em virtude do desemprego estrutural e da subproletarização tardia, com a precarização de emprego e salários. Na verdade, ele tende a criar – e desenvolver – novas polarizações no mercado de trabalho no Brasil.

Se a polarização “clássica” do mercado de trabalho no Brasil era entre o setor “moderno” e o setor “tradicional”, surge, sob o novo complexo de reestruturação produtiva, uma nova polarização no mundo do trabalho, com “rupturas” de estatuto salarial no interior do próprio pólo

“moderno” do mundo do trabalho. Surgem novas linhas de segmentação onde havia, até então, uma integração relativa. Ela atinge o setor organizado da classe trabalhadora no Brasil.⁹

As novas polarizações do mundo do trabalho no Brasil decorrem da precarização do mercado (e do estatuto) de trabalho nos pólos “modernos” da indústria brasileira. Constituem-se novas disparidades no interior da cadeia produtiva dos setores “modernos” da produção capitalista. Ocorre uma fragmentação de classe, com a desintegração entre segmentos operários “privilegiados” e segmentos operários “perdedores”, seja no interior da cadeia produtiva, seja no interior da planta industrial. Surge uma série de discriminações de estatutos salariais, de gênero e faixa etária (é exemplar, o caso da disparidade dos estatutos salariais entre os operários metalúrgicos das montadoras – os “ganhadores” – e os operários metalúrgicos da autopeças – “os perdedores”, no complexo automotivo do ABC paulista, principalmente a partir de 1990).

Na verdade, a lógica da descentralização produtiva, desregulamentação e flexibilização de contratos de trabalho, os principais traços do novo complexo de reestruturação produtiva, só tendem a constituir novas polarizações no mundo do trabalho (o que é, de certo modo, um determinante estrutural da debilitação da solidariedade de classe e da constituição da cultura neocorporativa, característica básica da crise do sindicalismo no Brasil).

⁹ Sob a era da mundialização do capital, existe uma tendência do capital em implodir a integração relativa dos mercados de trabalho (o que não ocorre com os demais mercados, tais como o de mercadorias, de tecnologia e o de capital) (Chesnais, 1995:39–40). Nos anos 80, a constituição de segmentações do mercado de trabalho, que acompanharam processos de “neoindustrialização”, é a constatação da possibilidade de formas modernas de uso do trabalho se combinarem com formas de utilização bastante tradicionais (Kern e Schumann, 1988).

No caso do Brasil, o novo complexo de reestruturação produtiva que impõe a racionalização intra-industrial, tende a preservar – e a ampliar – por outro lado, a irracionalidade social, intrínseca não apenas à nova exclusão social, mas à nova polarização do mundo do trabalho.¹⁰ Se, no caso do Brasil, as estruturas industriais são menos integradas, mais desiguais e complexas, as linhas de polarização do mercado de trabalho tendem a se acirrar, debilitando setores “organizados” do mundo do trabalho, colocando, portanto, maiores provocações para a mobilização sindical.

Um dos aspectos da nova polarização do trabalho sob o novo complexo de reestruturação produtiva, além da polarização entre estatutos salariais, de gênero, de faixa etária, é a *polarização entre qualificações profissionais* do mundo do trabalho. De certo modo, o novo complexo de reestruturação produtiva contribui para a aceleração da velocidade com que se criam novas qualificações operárias, enquanto outras se tornam obsoletas. É claro que, na perspectiva histórica, no caso do Brasil, a velocidade da alteração na qualificação do trabalho sempre tendeu a ser menor do que nos países capitalistas desenvolvidos. Pelo menos é o que se constatou nos anos 80, onde, em virtude da reestruturação produtiva incipiente (e seletiva), as velhas qualificações operárias tenderam a se manter, principalmente porque equipamentos convencionais não eram desativados e tendiam a conviver, lado a lado, com novas tecnologias (como observaram vários autores, na perspectiva da década de 1980, ainda é parcimonioso o sucateamento de velhos equipamentos) (Carvalho, 1993).

¹⁰ A nova heterogeneidade estrutural do complexo industrial no Brasil, onde se misturam o “arcaico” e o “moderno”, tende a ser uma vantagem competitiva da economia brasileira no cenário do mercado mundial (do ponto de vista para o capital). Ela incorpora, em seu interior, o que há de mais “arcaico” (ou mais “moderno”) no capitalismo mundial – a competitividade “selvagem” da China, nas indústrias de calçados, instaladas no Nordeste, por exemplo, ou a competitividade “moderna” do

Só que, a partir do novo complexo de reestruturação produtiva sob a era neoliberal, com a instalação de novas plantas industriais, com o crescimento dos investimentos produtivos, a velocidade da alteração na qualificação do trabalho no país tende a se acelerar. O desenvolvimento do desemprego estrutural é resultado, de certo modo, de um processo de polarização, no plano de qualificações operárias, cujo desdobramento, para os possuidores de "qualificações obsoletas" – ou inadequadas – é a exclusão permanente do mercado de trabalho ou a queda para outros setores, mais arcaicos.

Parte 3

Crise do Sindicalismo no Brasil - A Capitulação do Trabalho?

11**Explosão (e Crise) do Sindicalismo no Brasil**

O surgimento de um novo complexo de reestruturação produtiva, a partir da era neoliberal, nos anos 90, com seu impulso disruptivo sobre o mundo do trabalho, contribuiu para a instauração de mudanças estratégicas nas práticas sindicais do sindicalismo brasileiro. Ocorreu o desenvolvimento de estratégias sindicais propositivas de cariz neocorporativo no seio do sindicalismo da CUT, com um claro esvaziamento da perspectiva classista (o que poderíamos considerar um “defensivismo de novo tipo”). A principal característica da nova etapa do sindicalismo no Brasil é a passagem, no plano da estratégia sindical, da “confrontação à cooperação conflitiva” com o capital (Jácome Rodrigues, 1995). Na verdade, o que procuraremos salientar é que as alterações substanciais nas estratégias sindicais no Brasil refletem, no plano político-ideológico, a debilitação estrutural do mundo do trabalho

organizado, o surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho¹. Se por um lado observamos o surgimento de estratégias sindicais neocorporativas de cariz propositivo; por outro, constatamos as sérias dificuldades do sindicalismo em preservar o horizonte da classe diante da nova etapa de acumulação capitalista flexível, em levantar obstáculos consistentes à sanha do capital na produção. É, deste modo, uma incapacidade relativa de erguer uma contra-hegemonia à lógica do capital. Eis, portanto, as principais características da crise do sindicalismo no Brasil, que tende a assumir amplas proporções.

¹ Se a estrutura sindical no Brasil caracterizou-se pelo corporativismo de Estado, a partir da era neoliberal, tendem a desenvolver-se, de modo híbrido, tendências neocorporativistas – um novo corporativismo, o corporativismo de mercado (apesar da permanência da estrutura sindical corporativista). Utilizamos a expressão “neocorporativismo” para caracterizar um novo tipo de corporativismo – o corporativismo de mercado, diverso do corporativismo estatal e que, tal como o outro, tende a impedir a livre manifestação do interesse antagônico da classe dos trabalhadores assalariados. A particularidade do neocorporativismo – na sua expressão sindical – é que, não seria mais o Estado que promoveria, segundo obscuros princípios tecnocráticos, a conciliação de classes (obstaculizando o desenvolvimento da consciência necessária de classe), mas sim a própria regulação publicizada e consciente do mercado, através das entidades representativas e autônomas da sociedade civil – sindicatos e associações empresariais (com o Estado desempenhando apenas o papel de árbitro). Seria a partir delas que seria instaurada uma nova contratualidade entre capital e trabalho assalariado, em que o antagonismo de classe tenderia a ser anulado, pelo menos no campo da produção. A luta de classes se manifestaria de outra forma – na esfera da circulação, do intercâmbio de mercadorias, na sociedade civil (no sentido gramsciano), o “verdadeiro éden dos direitos naturais do homem” (Marx). O neocorporativismo – na sua expressão sindical – seria, portanto, um novo modo de organizar, no plano institucional, o que Gramsci denominou “egoísmo de fração”, ou seja, a manifestação de interesses particularistas da classe que tenderiam a se desenvolver a partir de sua “consciência contingente” (Mészáros, 1993). Sob a era da mundialização do capital, o neocorporativismo tenderia a assumir a forma setorial, que o levaria a preservar – e mesmo aprofundar – no campo sindical, a lógica do velho corporativismo. Uma lógica, no sentido de “egoísmo de fração”, tão denunciada pelo marxismo clássico, tais como Rosa Luxemburg, Vladimir Lênin e Antonio Gramsci, que, acima de tudo, foram críticos do sindicalismo, principalmente pela sua tendência ontológica – e histórica – de manter-se no interior da ordem do capital (Alves, 1992). O neocorporativismo é, portanto, a consolidação político-ideológica do espontaneísmo sindical, de um novo defensivismo que incorpora o fetichismo da mercadoria como ardil da própria sobrevivência da institucionalidade sindical, mantendo-se, por opção ideológica, no horizonte dos valores capitalistas.

É nosso objetivo apresentar, de modo breve, neste capítulo, o desenvolvimento do sindicalismo no Brasil nos anos 80, época dos primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva. Logo depois, nos capítulos seguintes, iremos apresentar, numa perspectiva crítica, as estratégias sindicais no Brasil diante do novo complexo de reestruturação produtiva, concentrando-nos na experiência dos metalúrgicos do ABC paulista. Ela serve para demonstrar, de certo modo, uma crise do sindicalismo no Brasil, caracterizada, principalmente, pela sua rendição política (e ideológica) à lógica do capital. Portanto, antes de ser um avanço nas relações sindicais no Brasil, como salientam uma série de autores, tais como Bresciani, Oliveira, Leite, entre outros, a nova prática sindical de cariz propositiva é sintoma de um debilitamento estrutural da contestação operária à lógica do capital, com tendências a cortar os elos reais do sindicalismo operário com o movimento social anti-capitalista.

11.1 Marxistas e Sociólogos: A “Cegueira Analítica” Diante da Nova Ofensiva do Capital na Produção

Apesar da “explosão do sindicalismo”, é possível já perceber nos anos 80, as debilidades estratégicas do trabalho organizado diante da nova ofensiva do capital na produção, ou das investidas da nova hegemonia capitalista na produção (que mais tarde iria condensar-se na crise do sindicalismo, tal como nós a caracterizamos). Na verdade, os anos 80 não podem ser considerados apenas a “década dos trabalhadores”. De certo modo, ela pode ser considerada a “década do capital”, tendo em vista que é possível constatar, ainda que em seus primórdios, de modo lento (e incipiente), mas persistente, um processo de reestruturação produtiva, pelo menos nos setores industriais de

ponta, tais como a indústria automobilística. Surgiam, portanto, pouco a pouco, novos tipos de controle da força de trabalho nos pólos industriais onde o sindicalismo possuía uma presença organizada (e militante) (como é o caso dos metalúrgicos do ABC paulista).

Entretanto, os anos 80 possuem a sua particularidade histórica – o avanço da nova ofensiva do capital na produção ainda é precário, em sua intensidade e amplitude, e principalmente em sua incapacidade de constituir, de modo sistêmico, uma nova hegemonia do capital na produção (inclusive nos pólos industriais mais desenvolvidos). Esta particularidade da reestruturação produtiva no Brasil nos anos 80 contribuiu, de certo modo, para que o sindicalismo brasileiro mantivesse, na década passada, um potencial de luta, de confronto com o capital na produção. Entre os fatores determinantes para a explosão do sindicalismo nos anos 80 destacamos ainda a conjuntura política e econômica. Uma conjuntura política de transição democrática marcada, por um lado, pela crise do Estado (e da economia) capitalista no Brasil, paralisado pelos impasses políticos das frações da burguesia brasileira, e, por outro lado, pela ascensão do PT e da CUT, principalmente no plano institucional; uma conjuntura econômica hiperinflacionária em que a economia brasileira ainda se mantém protegida da concorrência capitalista no mercado mundial, e portanto, ainda resistente à mundialização do capital.

As principais análises sociológicas (e marxistas) sobre o desenvolvimento do sindicalismo no Brasil nos anos 80 preocuparam-se, principalmente, em salientar as determinações político-ideológicas da prática sindical e operária no País, tais como as greves, os limites da estrutura sindical corporativa, as correntes político-ideológicas no interior das centrais sindicais – CUT, CGTs, etc. Criou-se, portanto, de certo modo, uma “cegueira analítica” sobre a nova ofensiva do capital na

produção e seus desdobramentos duradouros na objetividade (e subjetividade) da classe, que ocorria, a passos largos, nos países capitalistas centrais. As análises das transformações das determinações sócio-históricas de cariz estrutural e das condições objetivas do processo de trabalho (e de produção do capital), subjacentes à subjetividade política da luta de classes, não tiveram uma maior consideração analítica, principalmente por parte dos pesquisadores voltados para a crítica do capitalismo, que permaneceram, portanto, centrados na dimensão política (e ideológica) da luta de classes. Mais tarde, nos anos 90, a persistência da "cegueira analítica" sobre a nova ofensiva do capital na produção tenderia a levar alguns críticos marxistas a considerar o desenvolvimento da prática sindical neocorporativa no Brasil apenas como decorrente do universo político-ideológico – o que nos conduziria a cair num viés politicista.

Deste modo, a literatura crítica, de esquerda, tendeu a desprezar a análise da reestruturação produtiva como um processo de hegemonia do capital na produção, de impacto disruptivo sobre a objetividade (e subjetividade) da classe, capaz de colocar, por um lado, limites estruturais à prática reivindicativo-econômica de cariz "obreirista", predominante nos anos 80 e, por outro lado, catalisar – tal como ocorreu, mais adiante – tendências sindicais propositivas de cariz neocorporativo inscritas na prática sindical de setores majoritários da CUT. Seria o desdobramento do novo complexo de reestruturação produtiva nos anos 90 que iria desvelar, em setores moderados da CUT, o conteúdo neocorporativo de rendição à lógica do capital.

Se coube aos sociólogos do trabalho, engenheiros de produção e economistas analisar, numa perspectiva estrutural, a empiricidade das metamorfoses do trabalho no país, por outro lado, eles não levaram às últimas consequências suas implicações político-ideológicas para a

subjetividade da classe. De certo modo, a análise sociológica tendeu a permanecer num nível a-crítico (o que é comum às elaborações empiricistas), tendendo a não apreender o processo de reestruturação produtiva como ofensiva do capital na produção, como luta pela consolidação de uma nova hegemonia do capital, que tornaria realidade efetiva os limites estruturais do sindicalismo moderno na era da mundialização do capital.

11. 2 A explosão do sindicalismo brasileiro nos anos 80

Os diversos enfoques sociológicos (e marxistas) sobre o sindicalismo brasileiro nos anos 80 admitem que o sindicalismo em nosso país caminhou em direção contrária à do sindicalismo nos países capitalistas desenvolvidos, e mesmo nos demais países capitalistas latino-americanos (como é o caso da Argentina). Enquanto, nesses países, os sindicatos passavam por uma crise profunda, caracterizada pela diminuição do número de sindicalizados e de greves; no Brasil, presenciávamos, nos anos 80, o que pode ser denominado "explosão do sindicalismo":

No Brasil, ao contrário, das brechas abertas pela crise do autoritarismo emergiu um movimento sindical cujo peso social não encontrava paralelo em momentos passados da história nacional. A democracia nascente propiciou condições para a expansão da organização sobre a qual se alicerçaria uma capacidade de influência política também ampliada (Almeida, 1996:126)

Enfim, para a maioria dos analistas sociais, os anos 80 foram, na expressão utilizada por Leôncio Martins Rodrigues, a "década dos trabalhadores". Diz ele: "A entrada dos trabalhadores na cena política se deu de modo fulminante e surpreendente." Ou ainda: "Ao contrário do que aconteceu nos principais países industrializados, os anos oitenta

não foram uma década perdida para o sindicalismo brasileiro” (Rodrigues, 1992).

E arremata:

Aqui, o fato marcante foi o aparecimento do que poderíamos chamar de poder sindical, entendido como a capacidade das lideranças sindicais de intervir no sistema político e, ainda que de modo limitado, influenciar o sistema decisório em suas instâncias executivas, legislativas e judiciárias. (Rodrigues, 1992)

Em outro ensaio, Mattoso e Oliveira chegaram à mesma conclusão: “Apesar da extraordinária crise econômico-social que se abateu sobre a economia e a sociedade brasileiras, os anos 80 foram de dinamismo e de busca de novos caminhos para o sindicalismo” (Mattoso e Oliveira, 1990: 111).

Por outro lado, Antunes observa que ocorreram significativas transformações no sindicalismo brasileiro nos anos 80 – a explosão das greves e do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, o aumento de índices de sindicalização, as tímidas mudanças (e as muitas conservações) no âmbito da estrutura sindical pós-Constituição de 1988, etc. Após enumerar tais alterações no mundo do trabalho no Brasil, o autor descortina o contraste entre o cenário brasileiro e o capitalismo desenvolvido, sob o impacto da automação, da robótica, das novas técnicas de flexibilização e desregulação da produção, das novas formas de gestão da força de trabalho, determinando, além de profundos abalos na materialidade e na subjetividade do trabalho, a diminuição das taxas de sindicalização (e o predomínio das políticas defensivas). Antunes observa que o Brasil sente as repercussões e os impactos das mudanças tecnológicas, entretanto, admite que o nosso complexo sindical nos anos 80 está no contra-fluxo do sindicalismo do Primeiro Mundo. Ou seja, enquanto o

sindicalismo dos países capitalistas centrais está em crise profunda, o nosso sindicalismo parece estar em franca expansão (e consolidação) (Antunes, 1991: 11–12).

Outro analista marxista que destaca a expansão sindical dos anos 80 no Brasil é Armando Boito. Ele salienta que "o sindicalismo brasileiro mudou muito ao longo dos anos 80 e nesse início dos anos 90." Para o autor, tais mudanças indicam, no seu conjunto, um indubitável "fortalecimento e ampliação do movimento sindical." Mais uma vez, os indicadores sociais de tais mudanças significativas do sindicalismo no Brasil seriam o surgimento de novos sindicatos oficiais e, no setor público, centenas de associações de caráter sindical. Além disso, destaca a expansão do sindicalismo rural (concomitante com a difusão do trabalho assalariado na agricultura) e do sindicalismo de classe média (comprovado com a disseminação de greves de médicos, de professores, de funcionários públicos, de jornalistas e outros setores da "classe média universitária") (Boito, 1992).

Enfim, a particularidade do complexo sindical brasileiro nos anos 80 reveste-se para tais autores, de uma clareza fatual: enquanto nos países capitalistas centrais ocorreu a diminuição das taxas de sindicalização (configurando o que muitos autores denominam de "crise do sindicalismo"); no Brasil, ocorreu, pelo contrário, a explosão do sindicalismo, o estabelecimento do "poder sindical", a difusão das greves, o surgimento das centrais sindicais (sob o cenário do processo de democratização política que, de certo modo, contribui sobremaneira para a explosão do sindicalismo). Em todas estas análises, os fatos parecem falar por si – em termos estatísticos, nada poderia refutar os dados expostos pelos diversos autores (crescimento do número de sindicatos, difusão das greves, criação das centrais sindicais).

11.3 Características (e Debilidades) do Sindicalismo nos Anos 80

A explosão do sindicalismo no Brasil nos anos 80 indica, por outro lado, um complexo de debilidades estruturais, políticas (e ideológicas) que tenderiam a explicitar-se – e a assumir novas proporções – diante do surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho. Por isso, o novo complexo de reestruturação produtiva iria colocar, de modo claro, novas determinações para a crise do sindicalismo no Brasil.

A) O Crescimento da Estrutura Sindical:

A Fertilização do "Egoísmo de Fração"?

Apesar da explosão do sindicalismo, a maioria dos analistas sociais tenderam a salientar, como uma das principais fraquezas do sindicalismo brasileiro nos anos 80, a estrutura sindical corporativa. De certo modo, ela crescera, mas permanecia com os "pés de barro", incapaz de contrapor-se às novas provocações do capital que surgiam com o novo (e precário) mundo do trabalho.

É possível discernir algumas das principais características da estrutura sindical no Brasil. Em primeiro lugar, ela é descentrada, fragmentada e dispersa por uma miríade de sindicatos municipais, em sua maioria pouco expressivos e com exígua capacidade de barganha². A partir de 1988, a nova Constituição favoreceu tanto o aparecimento de novos sindicatos quanto a fragmentação de categorias já organizadas, surgindo inclusive alguns sindicatos por profissão (Oliveira, 1994:503)).

² A dispersão sindical no Brasil pode ser comprovada pelos seguintes dados – após a "década dos trabalhadores", os anos 80, o IBGE registrou a existência, no país, de 9.118 sindicatos de empregados e empregadores, 4.635 nas áreas urbanas e 4.483 nas áreas rurais.

Em segundo lugar, a estrutura sindical brasileira é descentralizada, com poucas iniciativas e formas de ação unificadas (apesar da constituição das centrais sindicais a partir de 1983).

Em terceiro lugar, ela é desenraizada, em virtude de não ter inserção nos locais de trabalho, sendo uma estrutura externa às empresas. Deste modo, segundo Almeida, "ela tem as limitações de um sindicalismo que, sendo de massas, organiza um contingente minoritário dos assalariados e que está assentado em uma estrutura organizativa em que o poder de comando é fragmentado e centrífugo" (Almeida, 1996:130).

Finalmente, é uma estrutura sindical verticalizada, com imensas dificuldades de articular, numa perspectiva horizontal mais ampla, a organização (e a resistência) da classe, permanecendo vinculada à categoria assalariada. Sob o novo complexo de reestruturação produtiva, que tende a promover a descentralização produtiva; com a nova (e radical) terceirização, assumindo uma maior intensidade (e amplitude); o padrão de organização vertical encontra sérias dificuldades para instaurar a nova resistência da classe à ofensiva do capital na produção.

Por outro lado, a vida sindical organizada no país ainda é uma experiência compartilhada por um segmento minoritário da classe dos trabalhadores assalariados no país. O Brasil possui uma taxa de densidade sindical modesta, comparada aos países capitalistas centrais.³ Mesmo no decorrer dos anos 80, a "década dos trabalhadores", ocorreu uma pequena queda na densidade sindical no país. Tomando apenas a população urbana, exclusive trabalhadores

³ Por exemplo, a densidade sindical, em proporção à população ocupada em 1985 na Itália e Alemanha, era de 41,4% e 38%, respectivamente. Enquanto isso, no Brasil, ela atingia, em 1988, 16,0% (referente apenas à população urbana, exclusive trabalhadores autônomos) ou 25,8% (referente a população urbana e rural, exclusive a

autônomos, de 1980 a 1985, por exemplo, segundo dados do IBGE, a densidade sindical chegou a cair 0,6% (de 15,8 a 15,2 da PEA). Por outro lado, se tomarmos em conta a população urbana e rural, exclusive a região Norte, a densidade sindical aumentou 3,6% (de 21,9 a 25,5 da PEA), o que demonstra que o grande salto na densidade sindical entre 1970 e 1988 deveu-se essencialmente à expansão do associativismo rural.⁴

É claro que a densidade sindical é apenas um dos indicadores do poder sindical. As características da estrutura sindical brasileira que contribuíram para a visibilidade do poder sindical nos anos 80, e que precisam ser levadas em consideração, foram, por exemplo, a capacidade de mobilização, os recursos materiais disponíveis, as prerrogativas legais – tais como o monopólio de representação e os trunfos políticos mobilizáveis, num cenário de redemocratização política do país, tão mais importantes que o número de associados (Almeida, 1996:13).

Entretanto, o poder sindical nos anos 80 esteve prenhe de potenciais neocorporativos, que iriam se desdobrar sob o novo complexo de reestruturação produtiva. A estrutura sindical descentrada, descentralizada, desenraizada e principalmente verticalizada, seria propícia à metamorfose do “egoísmo de fração” do corporativismo estatal para um neocorporativismo setorial, em que categorias assalariadas tenderiam a preservar a sua institucionalidade sindical no meio da precariedade da classe. É no interior da inércia estrutural do corporativismo de Estado inscrito na estrutura sindical brasileira, que se

região Norte) (Almeida, 1996:131).

⁴ O percentual de sindicalização no Brasil é de apenas 13,8 % da população ocupada (em 1988). Apesar do crescimento do número de sindicatos nos anos 80, não ocorreu um salto no índice de sindicalização. Em 1978, algo em torno de 10% da população economicamente ativa estava sindicalizada. Em 1988, o percentual de sindicalização aumentou pouco menos de 4% – ou seja, atingiu os 13,8% (Boito, 1991: 86).

desenvolveriam as estratégias sindicais de cariz neocorporativo, que procurariam, mais do que transformar, adequar-se à estrutura sindical vigente, inclusive como estratégia de sobrevivência política (principalmente sob o impulso disruptivo do novo complexo de reestruturação produtiva).

B) Surgimento (e Burocratização) da CUT

A criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, em 1983, é o marco histórico do sindicalismo brasileiro nos anos 80, sendo ela considerada hoje “a mais poderosa em número de entidades a ela filiadas e em capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores” (Rodrigues, 1990a:39). Segundo Boito, o surgimento da CUT, “uma das centrais mais duradouras e talvez com maior capacidade de mobilização da história do sindicalismo brasileiro”, seria um dado significativo da ampliação e fortalecimento do sindicalismo nos anos 80, cuja repercussão na cena política (e eleitoral), segundo ele, seria dada pela criação e crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT) (Boito, 1991).

Nessá época, por outro lado, surgem as CGT's, oriundas da CONCLAT, que adotaram, no decorrer da década passada, posições políticas diversas da CUT. Mais tarde, nos primórdios dos anos 90, sob a era neoliberal, surgiria a Força Sindical, central sindical do “sindicalismo de resultados”. Diz Antunes: “A fundação da Força Sindical (que contou com o apoio de cerca de trezentos sindicatos, duas confederações e vinte federações), no início de 1991, caminha no sentido de consolidar o projeto neoliberal do sindicalismo de resultados” (Antunes, 1991:69).

É nos anos 80 que se instaura, de modo pleno, o pluralismo sindical na cúpula sindical no país. O que demonstra o acirramento da luta político-ideológica na direção do movimento sindical no Brasil. Entretanto, é no interior da própria CUT que ocorre o verdadeiro debate político-ideológico no sindicalismo brasileiro, entre socialistas revolucionários e sociais-democratas (Antunes, 1991:83). O seu ponto decisivo ocorre no IV Concut, quando é discutido o modelo organizativo da CUT e vence a proposta da CUT-organização e não da CUT-movimento. Acelera-se, deste modo, o que alguns analistas indicam como sendo a "burocratização" da CUT (Rodrigues, 1994). Na passagem para os anos 90, sob o novo complexo de reestruturação produtiva, ele tende a se acirrar, quando a tendência política majoritária da CUT, a Articulação Sindical, de cariz social-democrata, passa a incorporar, segundo seus críticos, valores neoliberais (Boito, 1996:80).

Entretanto, mais do que a incorporação de valores neoliberais, a tendência majoritária da CUT passa a adaptar-se à institucionalidade sindical vigente no país, incorporando a sua inércia estrutural, que, sob o novo complexo de reestruturação produtiva, tenderia a disseminar, como excreção ideológica, um novo tipo de "egoísmo de fração", ou seja, o neocorporativismo setorial.

C) As Formas de Ser das Greves:

Rumo às Práticas Neocorporativas?

Observamos, com maior amplitude e intensidade, nos anos 80, o que poderia ser denominado explosão das greves nas mais diversas categorias assalariadas no país – dos operários industriais aos trabalhadores de "classe média", ou ainda dos trabalhadores da administração pública direta e indireta (no decorrer da década passada,

segundo Boito, o Brasil foi uma "espécie de campeão em estatística de greve"). Por exemplo, Noronha comprova, com vários dados estatísticos, a difusão e amplitude das greves de trabalhadores ocorridas no país na última década. Salaria ele:

Em 1978 foram deflagradas 118 greves, e dez anos depois elas passaram a somar 2 188. O número anual de grevistas aumentou sessenta vezes e, entre esses mesmos anos, o número de jornadas não trabalhadas (o indicador síntese de greves) pulou de 1,8 milhão para 132 milhões. (Noronha, 1991: 95)

Entretanto, o que é decisivo na análise das greves é perceber não apenas seus *dados quantitativos*, como é comum ocorrer nas análises sociológicas, mas sim a alteração nas *formas de ser* das greves (o que refletiria, de certo modo, a mutação das estratégias sindicais no país).

Por exemplo, segundo Antunes, as greves assumiram várias modalidades, ou ainda, formas de ser – greves por empresa, greves gerais por categoria, greve geral, greves com ocupação de fábricas. Entretanto, a tendência mais importante, refere-se ao aumento das "greves por empresa" em oposição às "greves gerais por categoria": "A partir de 1980 [afirma Antunes], aumentou o número de paralisações por empresas, chegando a representar 75,5% do total das greves desencadeadas em 1984 e 60,8% em 1985. (Antunes, 1991:17)

Para Antunes, o aumento das "greves por empresas" no decorrer dos anos 80 indicava, no seio do movimento sindical brasileiro, o avanço da tendência do "sindicalismo de resultados" (o "sindicalismo de resultados" assumiria uma expressão política clara com a criação da Força Sindical, em 1991). Por outro lado, no interior da própria CUT, sob a era neoliberal, desdobrar-se-ia uma tendência similar, de cariz neocorporativo, com o sindicalismo de participação, que privilegia estratégias propositivas; um novo sindicalismo, cada vez mais defensivo, disposto a incluir, em sua pauta de resistência, a parceria com o capital.

Nos anos 90, sob o novo complexo de reestruturação produtiva, tender-se-ia a privilegiar, cada vez mais, as “greves por empresas”, demonstrando o predomínio – inclusive no interior do sindicalismo da CUT – da política do “sindicalismo de resultados”.

O que veio a ser denominado “sindicalismo de resultado” seria, naquela época, contraposto a um “sindicalismo de confronto”. Enquanto o “sindicalismo de resultado” utilizava como eixo reivindicatório a greve por empresa, o sindicalismo de confronto privilegiava as greves gerais por categoria – nos moldes das greves metalúrgicas do ABC, entre 1978 e 1980 – cuja principal característica era o sindicato agir como representante “geral” do conjunto dos trabalhadores e não apenas de suas bases associativas (Pizzorno, 1976:950–951).

Na verdade, as greves nos anos 80 possuíam um claro sentido de resistência de classe à perda hiperinflacionária, com o predomínio de práticas sindicais de cariz “obreirista”, voltadas para demandas econômico-reivindicativas. Adotava-se, no caso da CUT, uma estratégia de confrontação, caracterizada por uma oposição sistemática às políticas governamentais e pela ênfase na mobilização de massas e na ação grevista. De certo modo, o cenário hiperinflacionário, de crise estrutural do Estado capitalista no Brasil, no contexto de redemocratização política, contribuiu para o predomínio do sindicalismo classista, de massas, de confronto, com as práticas “obreiristas”, seja de cariz socialista ou social-democrata, ocupando maior espaço político (o que veio, de fato, a caracterizar a CUT em seus primórdios).

Em suas análises do sindicalismo dos anos 80, alguns autores elaboraram críticas ao “sindicalismo de confronto”, chegando a salientar que, após uma década de explosão de greves, a situação da classe trabalhadora não mudara: “...a explosividade das greves dos anos 80 [considera Oliveira] não trouxe alterações substantivas na distribuição de

renda entre os assalariados, ainda que tenha evitado maiores perdas para os trabalhadores” (Oliveira, 1993:509).

Para Almeida, o sindicalismo de confronto “revelou suas limitações como um instrumento capaz de assegurar melhorias duradouras para os assalariados representados pelos sindicatos” (Almeida, 1996:32). Ou ainda, diriam Mattoso e Oliveira:

O aumento da mobilização sindical não se traduziu na superação da prática reativa–reivindicativa que certamente constitui um traço definidor da ação sindical em qualquer país, mas que no nosso caso passou a ser o único ponto de referência da ação sindical, indicando a ausência de definições no plano estratégico (Mattoso e Oliveira, 1990:119).

Os autores salientam também que a despeito “da maior capacidade de pressão dos trabalhadores, as ações no curto prazo nem sempre resultaram em conquistas: basta observar os resultados da década” (idem, *ibidem*)

Entretanto, o que tais autores não perceberam é que poderia ter sido pior. O verdadeiro valor político (e moral) das lutas sindicais dos anos 80, na perspectiva classista, consistiu em constituir, pelo menos em seu nível mais elementar, a consciência necessária de classe (e não um mero reconhecimento da legitimidade do papel social dos sindicatos). A busca de uma consciência necessária de classe pelos setores sindicais mais avançados da CUT e do PT, teve o seu ápice – e resultado político – em 1989, com o apoio massivo dado à candidatura de Luís Inácio “Lula” da Silva, da “Frente Brasil Popular”, à Presidência da República (Lula, que perdeu a eleição para o candidato neoliberal Collor de Mello, obteve, no 2º turno das eleições, 31.076.364 votos, ou seja, 37,86% dos votos válidos). Portanto, a “explosividade das greves”, “as ações de curto prazo”, “as práticas reativo–reivindicativas”, na perspectiva da consciência de classe, não se pode considerar que tenham sido em vão.

O amplo reconhecimento social do sindicalismo nos anos 80 decorreu de sua prática insubmissa e de confronto. Num cenário de uma economia hiperinflacionária, o sindicalismo da CUT tornou-se, na verdade, o principal baluarte de defesa imediata contra as perdas do padrão de vida dos trabalhadores assalariados no país. Foi cultivando a postura reativo-reivindicativa, intransigente e insubmissa, que conquistaram, contra a manipulação da mídia dominante, um espaço na opinião pública (é por isso que numa pesquisa da revista "Veja" de julho de 1988, os sindicatos, apesar das dificuldades da conjuntura, eram uma das instituições que mais desfrutavam da confiança da população brasileira) (Mattoso e Oliveira, 1990).

A derrota da candidatura apoiada pelo "novo sindicalismo", nas eleições presidenciais de 1989, significou, em última instância, a derrota do sindicalismo classista, de massas, e de confronto – e, por conseguinte, a derrota política da prática sindical "obreirista" – seja ela de cariz social-democrata ou socialista. É o seu revés político que contribuirá para impulsionar, sob a era neoliberal, uma nova ofensiva do capital na produção. Sob o novo complexo de reestruturação produtiva, num cenário de desemprego de massa e recessão da economia brasileira, imposta pela política neoliberal, tornar-se-iam claros os limites estruturais da prática sindical de confronto, de cariz classista. Como uma débil resposta política à crise do sindicalismo classista, de massas e de confronto, diante do novo "bloco histórico" instaurado pela era neoliberal (do qual é parte importante o novo complexo de reestruturação produtiva), desenvolvem-se as estratégias sindicais propositivas, de cariz neocorporativo. Elas surgem como uma verdadeira capitulação política – e ideológica – do trabalho diante da nova ofensiva do capital na produção.

D) Fortalecimento (ou a tentativa de consolidação) das organizações de base: o Avanço das Comissões de Fábricas

O que veio a ser denominado “novo sindicalismo”, nos anos 80, caracterizou-se por uma nova prática sindical, de organização da base, da construção da intervenção operária no locais de trabalho, considerada uma das principais debilidades do sindicalismo brasileiro. Jácome Rodrigues, ao tratar do sindicalismo nos anos 80, observou a “presença significativa” na vida nacional da organização dos empregados nos locais de trabalho, com a denominação de comissões de fábrica, comissões de empresa, conselho de representantes dos funcionários, comissões de garagem, etc. (Jácome Rodrigues, 1990).

Mas o desenvolvimento das novas organizações de base era, de certo modo, uma necessidade posta pelo complexo de reestruturação produtiva. A partir do desenvolvimento do processo de reestruturação produtiva nos anos 80 tornou-se claro, para as lideranças operárias das indústrias de ponta no país – tais como a indústria automobilística – que o campo da produção era um espaço decisivo da luta de classes, com o capital procurando criar (e desenvolver) novos tipos de controle do trabalho. Seria, portanto, onde o processo de reestruturação produtiva despontava com mais vigor, apesar de seu caráter incipiente (e seletivo), que tendiam a tomar impulso, a partir dos anos 80, as experiências de organização nos locais de trabalho.

O surgimento das novas organizações de base vinculavam-se, no entanto, a uma prática sindical de novo tipo, classista, de cariz socialista, que predominava na CUT dos anos 80. Por isso, a bandeira das comissões de fábrica tornava-se estratégica para as mais diversas correntes político-ideológicas do movimento sindical da CUT, que atuavam nas grandes indústrias. Seria nos pólos operários mais

organizados, tais como os metalúrgicos de São Paulo e São Bernardo, que tendeu a tomar corpo um acirrado debate político sobre a função das comissões de fábrica – o dilema político, naquela época, era participação ou controle? (Castro, 1988). Por um lado, correntes socialistas, que possuíam expressão política no novo sindicalismo, colocavam a necessidade do controle da produção pela classe operária, reconhecendo o campo da produção como um espaço da luta de classes. Por outro lado, parcelas do novo sindicalismo, de cariz social-democrata, salientavam a necessidade de apenas intervir – ou participar – num controle da produção sob a hegemonia capitalista. Este debate político seria traduzido, mais tarde, na discussão sobre a prática sindical a ser adotada diante do novo complexo de reestruturação produtiva e que demarcaria as linhas político-ideológicas entre setores socialistas revolucionário e social-democrata no interior da CUT.

Foram as novas organizações de base, sediadas principalmente no pólo industrial do ABC paulista, que permitiram, ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, ensaiar novas estratégias grevistas que utilizavam os potenciais de controle operário postos pelo complexo de reestruturação produtiva (é o caso, por exemplo, da Operação Vaca Brava, posta com a greve metalúrgica em 1985) (Zilbovicius, M et alii, 1986).

Entretanto, apesar da explosão do sindicalismo nos anos 80, a estrutura sindical no país ainda preservava, por diversos motivos, a fragilidade no plano organizativo. Continuavam a predominar os “sindicatos de porta de fábricas”, ou seja, sem qualquer acesso aos locais de trabalho e contando tão-somente com as campanhas salariais, os serviços assistenciais e as homologações para atrair os trabalhadores que pretendem representar (Oliveira, 1991:504).

E) Ampliação dos Espaços de Negociação Coletiva:

Os Paradoxos das Novas Relações Entre Capital e Trabalho

Uma das características do sindicalismo brasileiro nos anos 80 é ter ampliado os espaços de negociação coletiva. Numa perspectiva otimista, Barelli ressaltou que os anos 80 “historiam como o sindicato passa a ser interlocutor dos demais setores da sociedade, influenciando cada vez mais nas decisões. (Barelli, 1990: 12).

A ampliação dos espaços de negociação coletiva seria perceptível principalmente nos pólos mais desenvolvidos do sindicalismo, tais como o dos metalúrgicos do ABC. Surgiram, portanto, o que vários autores salientaram como sendo “novas relações de trabalho”, caracterizadas pelos novos espaços de negociação entre capital e trabalho. O próprio reconhecimento de comissões de fábrica, por exemplo, apontava para um novo tipo de relacionamento entre capital e trabalho, caracterizado, apesar disso, no decorrer da década passada, pelo antagonismo latente (e insubmisso) diante das estratégias do capital (algo que é qualitativamente diverso de uma “convergência antagônica”, como parece ocorrer na década seguinte).

Na verdade, o surgimento de “novas relações de trabalho” foi resultado da prática sindical classista de confronto, de massas, pois, na medida em que se desenvolvia o processo de reestruturação produtiva, era interesse do próprio capital criar um novo tipo de relação de trabalho de cariz cooperativo, adequado às novas exigências das tecnologias microeletrônicas, como demonstra o Programa intitulado “Trabalho Participativo”, implementado pela Ford, em São Bernardo, em 1986 (Silva, 1990).

Portanto, as “novas relações de trabalho” não eram um fato perene, como alguns autores da sociologia do trabalho parecem analisar, mas sim um aspecto contraditório da luta de classes no país, possuindo, portanto, um sentido ambivalente, ou – diríamos melhor – contraditório: por um lado, representava uma conquista operária, capaz de dar suporte à consciência de classe; por outro, representava uma nova estratégia do capital, ciente do poder integrador da negociação coletiva e da necessidade de uma classe operária participativa, tal como exigiam os novos paradigmas industriais vigentes no mundo capitalista desenvolvido.

F) As mudanças (e a conservação) da estrutura corporativista de Estado: o verdadeiro limite do sindicalismo no Brasil?

É nos anos 80 que ocorre um progressivo afrouxamento do controle governamental sobre a vida interna dos sindicatos. A Constituição de 1988 garantiu a autonomia sindical, embora tenha mantido sua unicidade. Na verdade, a mudança (e conservação) da estrutura sindical corporativista no país é mais um fato contraditório da luta de classes, não possuindo portanto um caráter perene, um significado único, tal como parece sugerir uma série de analistas sociais (inclusive de esquerda). A estrutura sindical que surge após 1988 é algo ambivalente – dependendo da correlação da luta de classes, ela serviu para o controle ou para a consolidação do poder sindical. É por isso que, no período de redemocratização política do país, a manutenção da estrutura corporativista no país não impediu a “explosão do sindicalismo” nos anos 80 (Frederico, 1993).

As diversas análises sobre o sindicalismo brasileiro nos anos 80, procuraram salientar que um dos principais limites do sindicalismo

brasileiro seria, por exemplo, a permanência da estrutura sindical corporativa, oriunda da Era Vargas. Foi sobre ela que se detiveram as várias análises do sindicalismo, salientando sua modificação (e conservação).

Por exemplo, Boito considerava que o principal limite do sindicalismo no Brasil era a permanência da estrutura sindical corporativa de Estado. Ele observava que, apesar deste "indubitável fortalecimento e ampliação do movimento sindical" no país, não poderíamos considerar tal quadro sindical como sendo uma ruptura com o "passado populista do sindicalismo brasileiro" (o que para Boito seria o verdadeiro limite do sindicalismo no Brasil). Divergindo da opinião de dirigentes sindicais de esquerda e da grande maioria dos estudiosos (Maria Hermínia Tavares de Almeida, José Álvaro Moisés, Francisco Weffort e Ricardo Maranhão), Boito defende que "o populismo ainda está vivo e penetra, de maneira desigual, amplos setores do movimento sindical brasileiro." Ele procurou demonstrar a persistência, ao longo dos anos 80 e início dos anos 90, da velha estrutura sindical corporativa implantada na década de 1930, "estrutura essa que foi e é o aparelho organizativo próprio e adequado à prática sindical populista e à ideologia populista que lhe corresponde" (Boito, 1991: 46).

Embora o modo de funcionamento e o papel do organismo sindical oficial tivessem mudado bastante na última década, com o "afrouxamento do controle governamental sobre a vida interna dos sindicatos", Boito salienta que isso não significa que estamos presenciando a crise profunda da estrutura sindical (e de sua superação). E ainda afirma que:

A estrutura sindical não conheceu nenhuma crise ao longo dos últimos anos, e que as transformações pelas quais passou representam não a sua extinção, mas sim a sua reforma, reforma que lhe permitiu sobreviver à crítica ideológica e prática a que foi submetida desde os anos 70. (Boito, 1991: 49)

Finalmente, Boito procura enfatizar que a estrutura sindical, mesmo reformada, desempenhava um papel de "limitar e moderar a luta sindical dos trabalhadores" (Boito, 1991).

A ênfase de Boito recai sobre as determinações políticas para explicar o desenvolvimento do sindicalismo no país, e a expressão dessas determinações, no caso do sindicalismo, é a estrutura sindical, entendida por ele como o sistema de relações que asseguram a subordinação dos sindicatos (oficiais) às cúpulas do aparelho de Estado – do Executivo, do Judiciário ou do Legislativo. E nesta estrutura sindical brasileira, reconhece como elemento essencial "a necessidade de reconhecimento oficial-legal do sindicato pelo Estado" (ou seja, a unicidade sindical, um dos elementos da estrutura sindical brasileira que não mudou após a Constituição de 1988).

Só que, após a Constituição de 1988, e sob a pressão do sindicalismo na década passada, a estrutura sindical corporativa passou por uma série de modificações. Desapareceu a tutela do Estado sobre os sindicatos, apesar de ser preservada a unicidade sindical. É por isso que Leôncio Martins Rodrigues, ao contrário de Boito, observava que presenciávamos, na verdade, "o início da crise, aparentemente irreversível, do modelo corporativo de organização sindical e de relação das classes entre si e delas com o poder estatal" (Rodrigues, 1990a:22).

Ou seja, para ele, o enfraquecimento do controle governamental sobre as organizações sindicais caracterizaria o declínio de um modelo (ele não fala em "estrutura sindical") denominado corporativista (pelo menos, corporativismo de Estado). Segundo Rodrigues, a Constituição de 1988, no seu artigo 8º, desferiu "um golpe profundo no modelo corporativo ao impossibilitar a intervenção do Estado nos assuntos internos dos sindicatos." E até mesmo previu que, mesmo aquela carac-

terística que Boito considerava como sendo a essencial da "estrutura sindical" populista – a unicidade sindical, tendia a extinguir-se. Diz ele:

Algumas das pilastras de sustentação do modelo corporativo – como a unicidade sindical, o controle sobre a organização sindical por parte do Ministério do Trabalho, os poderes normativos da Justiça do Trabalho, etc. – têm cada vez menos possibilidades de sobrevivência no interior de uma sociedade democrática e urbanizada. (Rodrigues, 1990a:22)

Estaríamos presenciando, portanto, um "sistema híbrido" no qual, segundo ele, "a autonomia das organizações sindicais deve conviver com a unicidade imposta por lei, e a liberdade de negociação e a arbitragem, com as funções normativas da Justiça do Trabalho." Por fim, salienta:

Acreditamos, contudo, que os elementos de natureza liberal acabarão por entrar em choque com os de natureza corporativa num contexto econômico, tecnológico, político e cultural em que os valores democráticos tendem a ser hegemônicos. (Rodrigues, 1990: 22–23)

Ora, o que Rodrigues não percebe é que o esboroamento do corporativismo de Estado tenderia a dar lugar, nas condições em que "os valores democráticos tendem a ser hegemônicos", a um novo tipo de corporativismo – o corporativismo de mercado, ou o denominado neocorporativismo societal (que, em nosso caso, assume um cariz setorial, principalmente nas condições do novo complexo de reestruturação produtiva).

Mais tarde, Boito iria reconhecer que, ao lado da preservação da estrutura corporativa oriunda da era Vargas, um dos principais limites do sindicalismo sob a era neoliberal seria dado pelo surgimento de um neocorporativismo de cariz societal.⁵ Nas novas condições do complexo de reestruturação produtiva, o controle do mercado é mais adequado

⁵ Mas, se quisermos ser mais precisos, o neocorporativismo que predomina, em nosso

para a integração operária à ordem do capital do que o velho controle estatal. O neocorporativismo societal, vigente sob o novo complexo de reestruturação produtiva, cumpriria, segundo Boito, a mesma função social do corporativismo estatal: a moderação das lutas dos trabalhadores.

Só que, em sua perspectiva, a passagem de um tipo de controle capitalista “estatal” para um controle capitalista “de mercado” teria como principal (e única?) determinação processos político-ideológicos. O que implicaria, em nível metodológico, dissolver as determinações ontológico-estruturais da crise do sindicalismo no Brasil, vendo-a apenas como uma crise política (e ideológica) da direção da CUT (e dos sindicatos sob orientação da corrente majoritária de cariz social-democrata).

Essa “cegueira analítica” das determinações ontológico-históricas do processo de constituição da subjetividade operária é que impede a perspectiva politicista de apreender os nexos essenciais da crise do sindicalismo em nossos dias, que se caracteriza não apenas pelo surgimento do sindicalismo de participação de cariz neocorporativo, como temos procurado salientar, mas pelo enfraquecimento estrutural da eficácia política da prática sindical “obreirista” de confronto com o capital no campo da produção, diante de um novo (e precário) mundo do trabalho.

Mas, se a estrutura sindical corporativa não poderia ser considerada, em sentido absoluto, como o verdadeiro limite do sindicalismo no Brasil, quais seriam as principais determinações sócio-históricas que tenderiam a comprometer o desenvolvimento do sindicalismo na década seguinte – os anos 90?

país, sob a era neoliberal, é de caráter setorial (Costa, 1994).

3. A Crise do Sindicalismo no Brasil

Sob a era neoliberal, ocorreu uma mudança qualitativa na direção social-democrata do “novo sindicalismo”, passando de uma orientação de confronto para uma orientação propositiva (é claro que, desde o III Congresso da CUT, em 1988, eram visíveis os potenciais neocorporativos no seio do setor dirigente do “novo sindicalismo”). É o que indica o desenvolvimento de um tipo de “sindicalismo de resultados” no interior da CUT, mais disposto ao diálogo que ao confronto com o capital. É a adoção de um neopragmatismo sindical, com a incorporação do discurso da “concertação social”, que apenas representa uma estratégia política de sobrevivência de parcelas organizadas da classe diante da ofensiva do capital na produção (cujo exemplo clássico é o sindicalismo dos metalúrgicos do ABC).

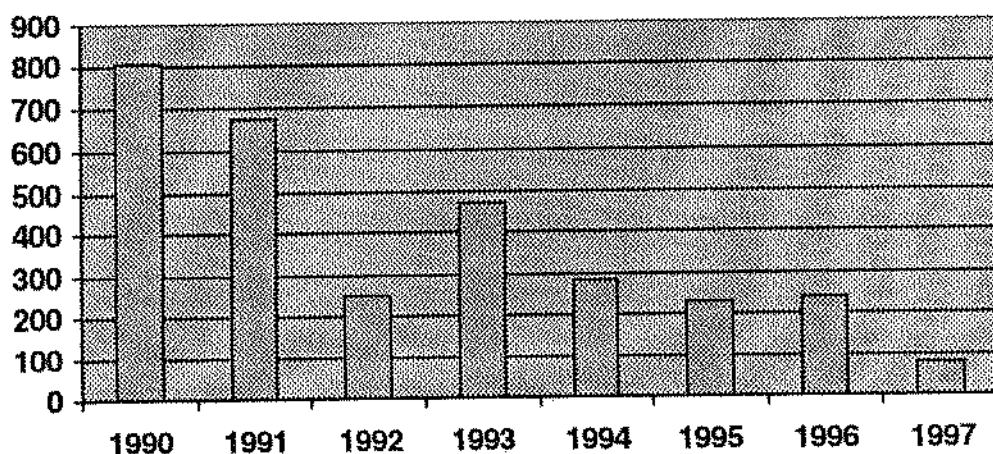
O sindicalismo brasileiro dos anos 90 tende a não demonstrar a mesma vitalidade política (ou de adesão de massas) da década passada, apesar de o índice de greves ainda ser significativo:

Nos primeiros anos desta década de noventa, houve queda do número de greves, mas, ainda assim, elas se mantiveram em patamares relativamente próximos aos da média do período mais recente, isto é, a partir de 1985 (Noronha, 1994: 331)

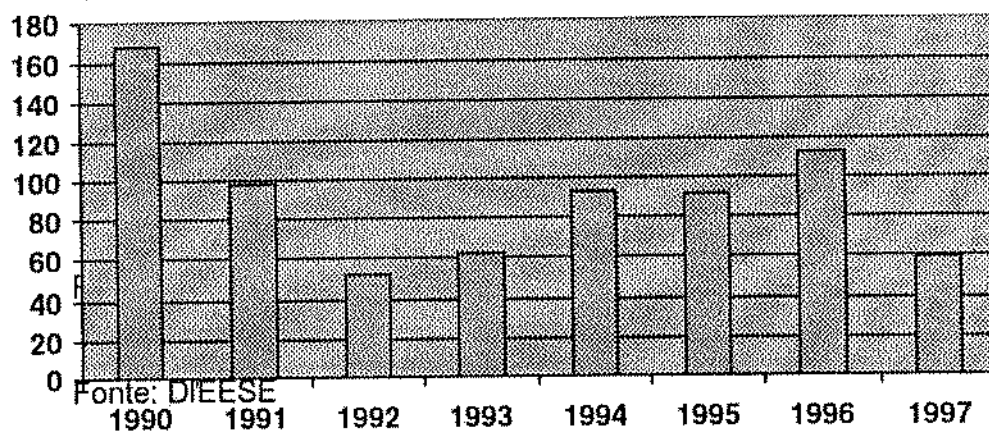
Entretanto, as próprias entidades sindicais reconhecem que entre 1990–1992, decresceu tanto o número de greves, como o de grevistas (DESEP/CUT, 1993). Uma das principais causas desse decréscimo nos primeiros anos dos anos 90 foi, sem dúvida, a profunda recessão e o desemprego crescente, decorrentes do Plano Collor I, que desarmaram o movimento sindical. Mas, não podemos deixar de lado a hipótese de que, a série de práticas inovadoras, de cariz organizacional, na indústria brasileira, que constitui um importante aspecto do novo complexo de

reestruturação produtiva, como destacamos antes, e a livre negociação de salários, com a concessão de abonos e antecipações salariais, de acordo com o espírito do toyotismo, tenham colaborado sobremaneira com o recuo das greves. É o que observamos, com maior clareza, após o Plano Real, em 1995, sob o governo Cardoso, no período de crescimento da economia brasileira, principalmente no setor industrial (tal como a indústria automobilística).

Número de Greves no Brasil (1990-1997)



Número de Grevistas no Brasil (1990-1997)
(em mil)



Pelo balanço das greves no Brasil, de 1990 a 1997, elaborado pelo DIEESE (que trabalhou com médias de janeiro a novembro de todos os anos, desde 1990) percebemos um recuo acentuado sob o novo complexo de reestruturação produtiva, a partir do governo Cardoso. A constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho, representado pelo desemprego estrutural e pela precarização de emprego e salários, e a instauração de um toyotismo sistêmico, principalmente nas grandes empresas, contribuíram para o refluxo significativo do movimento grevista (os dados de 1997 são parciais, mas revelam uma queda acentuada das greves – e uma queda ainda maior do número de grevistas). Se o número de greves ainda se mantém elevado, como percebemos pelo gráfico acima – em 1996, por exemplo, cerca de 112 – por outro lado, a queda do número de grevistas demonstra que as mobilizações gerais envolvendo categorias de trabalhadores ou todos os trabalhadores de uma grande empresa tendem a não ocorrer com maior frequência (o que significa que tendem a predominar as greves por empresa e, de certo modo, a diminuir a greve em grandes empresas, onde é clara, a presença do novo complexo de reestruturação produtiva)⁶.

É nesse contexto de ofensiva do capital na produção que a estratégia de ação sindical, baseada no confronto, tende a ser repensada. Impõe-se, cada vez mais, a necessidade, para os sindicalistas brasileiros vinculados à corrente majoritária da CUT – Articulação Sindical, de instaurar novos procedimentos de negociação

⁶ É curioso perceber que a mídia dominante tende a considerar a situação de crise do sindicalismo, em virtude do surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho, no bojo do incremento da prática de captura da subjetividade operária pelo capital, como sendo um avanço histórico das relações trabalhistas no país (Liliana Pinheiro, "Crise promove nova revolução trabalhista", O Estado de São Paulo, 19 de janeiro de 1998).

com o capital, inclusive procurando repensar o instrumento da greve, como ocorreu com os metalúrgicos, no Congresso de 1997.

Alguns autores constataram, a partir da década de 1990, a grande transformação político-ideológica do sindicalismo no Brasil. Jácome Rodrigues destaca a mudança no padrão de ação sindical da CUT, de um *sindicalismo da confrontação à cooperação conflitiva*, explicando-a como uma consequência inevitável da democratização do país e da burocratização que seria própria de todo sindicalismo (Jácome Rodrigues, 1993b).

Por outro lado, Boito salienta, o que seria a passagem de um sindicalismo de massa e de confronto para um sindicalismo neocorporativo de participação, apontando a trajetória da Central Única dos Trabalhadores (CUT) como exemplar dessa mudança:

desde o seu surgimento como movimento de massa em 1978, transitou de um sindicalismo que 'tendia' à ação unificada de amplos setores das classes trabalhadoras contra a política de desenvolvimento pró-monopolista e pró-imperialista do Estado burguês brasileiro – ou, pelo menos, contra a política salarial que era um aspecto fundamental da política de desenvolvimento – para uma ação sindical na qual os diferentes setores das classes trabalhadoras isolam-se em suas reivindicações específicas, desenvolvem uma nova segmentação corporativa, e procuram reduzir as perdas de seu setor particular numa conjuntura de crise, mesmo quando a redução das perdas implica a aceitação ativa da política de desenvolvimento pró-monopolista e pró-imperialista (Boito, 1994:23).

Boito se refere, com certeza, à experiência da Câmara Setorial do Setor Automotivo, levada a cabo pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, no período de 1992–1995 (um detalhe: a participação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC no “Acordo das Montadoras” ocorreu à revelia da deliberação da Executiva Nacional da CUT).

O que permanece central em tais análises do complexo de causalidades das mudanças (e desenvolvimento) do sindicalismo no

Brasil é a ênfase nas determinações político-ideológicas em detrimento da análise estrutural do processo de produção capitalista no Brasil, das transformações produtivas no complexo capitalista, de cariz tecnológico-organizacional, decorrentes do novo padrão de “acumulação flexível”. Deste modo, a transição de um sindicalismo de massa e confronto para um sindicalismo marcado pelo neocorporativismo e participação, segundo Boito, ocorre, principalmente, como resultado de acontecimentos políticos (de caráter pontual), desprezando a contribuição decisiva de um novo (e precário) mundo do trabalho (que surge com o complexo de reestruturação produtiva) para o desenvolvimento das práticas sindicais neocorporativas no Brasil (por exemplo, segundo Boito, a promulgação da Constituição de 1988 e a vitória da candidatura Fernando Collor de Melo, em 1989, seriam os acontecimentos políticos que incrementaram a tendência à segmentação corporativa, latente em setores importantes do sindicalismo da CUT). A partir do governo Collor, observa ele, as tendências neocorporativas de participação/negociação passaram a prosperar no sindicalismo brasileiro, a começar da crise de perspectiva política da CUT, decorrente da nova conjuntura político-ideológica no país: a política econômica recessiva, a crise do socialismo e a ofensiva ideológica do neoliberalismo, em escala internacional, atingiram, em cheio, a organização e a luta sindical no Brasil.

É claro que Boito reconhece, na conjuntura brasileira da época, o desenvolvimento de práticas inovadoras no mundo do trabalho, mas apenas enquanto componentes ideológicos da nova situação. A modernização, concorrência, privatização e abertura ao capital estrangeiro atingiam o desenvolvimento do sindicalismo brasileiro, segundo ele, apenas enquanto valores e idéias, que se fortaleciam, “em detrimento das bandeiras e concepções operárias, populares e

antiimperialistas, como luta de classes, reformas distributivas, soberania nacional e independência econômica" (Boito, 1994:26).

Portanto, sob a ofensiva do capital na produção, o movimento sindical brasileiro é levado não só a repensar sua linha de ação, mas, principalmente, a reconhecer, cada vez mais, os próprios limites intrínsecos da prática sindical convencional sob a mundialização do capital: as corporações transnacionais, tornam-se cada vez mais ágeis e capazes de desconstituir os obstáculos de resistência do sindicalismo organizado, seja através das inovações organizacionais e tecnológicas, seja através da descentralização produtiva.

Pode-se dizer que existe uma crise do sindicalismo no Brasil, cujo principal sintoma político-ideológico é, por um lado, o desenvolvimento do sindicalismo neocorporativista de participação e, por outro lado, a ineficácia estrutural das estratégias sindicais "obreiristas", de confronto, intrínsecas ao sindicalismo de classe. Na verdade, a crise do sindicalismo no Brasil é, na atual situação, o resultado político-ideológico da crise do mundo do trabalho (de caráter estrutural e não apenas conjuntural), caracterizado pelo surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho.

É devido à crise do sindicalismo no Brasil diante do novo complexo de reestruturação produtiva que alguns autores, que, na década passada, salientaram a "explosão" do sindicalismo no Brasil, mantêm-se, hoje, numa posição de interrogação sobre os rumos do sindicalismo no Brasil. É o caso, por exemplo, de Antunes, que, centrando-se ainda na dimensão político-ideológica do sindicalismo no país, reconhece, apesar disso, em 1993, os enormes desafios estruturais postos pela lógica do capital para o sindicalismo de classe no limiar do século XXI. Diz ele:

Como é possível pensar numa ação que não impeça o avanço tecnológico mas o faça em bases reais, com ciência e tecnologia de ponta desenvolvida em nosso país? Como é possível um caminho que recupere valores socialistas originais, verdadeiramente emancipadores? Que não aceite uma globalização e uma integração imposta pela lógica do capital, integradora para fora e desintegradora para dentro? Como é possível, hoje, articular valores inspirados num projeto que olha para uma sociedade para além do capital, mas que tem que dar respostas imediatas para a barbárie que assola o cotidiano do ser que vive do trabalho? (Antunes, 1993: 91)

Por outro lado, Leôncio Martins Rodrigues, a partir de uma perspectiva liberal, reconhece os desafios postos pelo novo cenário do capitalismo global (no qual o Brasil está integrado), e afirma que “as lideranças sindicais brasileiras deverão, se estivermos certos, preparar-se para atuar num cenário novo e instável que lhes coloca muitos desafios numa conjuntura econômica particularmente difícil”. Finalmente, conclui: “a mesma flexibilidade que se impõe aos empresários ante os requisitos trazidos pelas novas tecnologias e mudanças gerais do mercado impõe-se às lideranças sindicais” (Rodrigues, 1990a:40).

A última observação de Rodrigues pode indicar que, diante das transformações estruturais na economia e na sociedade capitalista, no limiar do século XXI, o sindicalismo no Brasil tenderá cada vez mais a incorporar, para si, a lógica do capital. Ou seja, perder os seus vínculos históricos com o movimento social de contestação à dominação capitalista (o que já ocorre nos principais países capitalistas desenvolvidos).

12

**Estratégias Sindicais Diante do
Novo Complexo de Reestruturação
Produtiva no Brasil
– Da Resistência à Concertação**

O desenvolvimento do novo complexo de reestruturação produtiva, a partir da era neoliberal, tenderá a colocar novas provocações para o sindicalismo no Brasil. A nova ofensiva do capital na produção constituiu um novo (e precário) mundo do trabalho que, por um lado, tende a colocar limites estruturais para a prática sindical de contestação à lógica do capital no campo da produção, e, por outro lado, tende a impulsionar o desenvolvimento de um sindicalismo de participação de cariz neocorporativo. A constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho colocara, às claras, os verdadeiros limites do sindicalismo moderno em se contrapor, a partir de si mesmo, à lógica perversa do capital no campo da produção.

A estrutura sindical no Brasil, corporativista, descentrada, descentralizada e desenraizada, apenas irá aprofundar as dimensões

da crise do sindicalismo no país, e não ser, em si mesma, a sua verdadeira causa. É o novo complexo de reestruturação produtiva, que surge na época da mundialização do capital, que irá debilitar, no sentido estrutural, o poder sindical no Brasil. É ele que irá pôr as determinações plenas da crise do sindicalismo sob a era neoliberal. Por isso, a análise das estratégias sindicais diante da reestruturação produtiva é um elo importante para apreendermos o que procuramos caracterizar como sendo o cerne essencial da crise do sindicalismo moderno – a rendição ideológico-política do trabalho organizado à lógica do capital no campo da produção: o desenvolvimento, como alternativa à lógica da contestação do capital, de um “defensivismo de novo tipo” – um sintoma claro da crise do sindicalismo.

É do nosso interesse apresentar, num primeiro momento, os desdobramentos da prática sindical dos operários metalúrgicos do ABC diante da reestruturação produtiva. Desde os anos 80, o sindicalismo no Brasil tendeu a adotar estratégias sindicais diante dessa reestruturação. Eram tentativas de se contrapor, de algum modo, às novas investidas do capital no campo da produção no Brasil. Na verdade, nos anos 80, o campo da produção surgiu como um espaço privilegiado da luta de classes.

Uma de nossas hipóteses é que, a partir dos anos 90, sob a era neoliberal, que impulsiona o novo complexo de reestruturação produtiva, a prática sindical metalúrgica no ABC, sob a orientação da tendência majoritária da CUT, tende a assumir, cada vez mais, um cariz neocorporativo, que tende a dissolver, pelo menos no aspecto objetivo, a perspectiva classista, contribuindo, de certo modo, para a posição da nova hegemonia do capital na produção. Se, por um lado, o “defensivismo de novo tipo” tende a contribuir para a preservação da base sindical, fortalecendo sua institucionalidade; por outro lado, não

impede a fragmentação de classe. Agindo assim, o “novo sindicalismo” tende apenas a reproduzir – ou melhor, repor – a sua própria debilidade num novo patamar histórico, tornando-se incapaz de constituir uma prática política coerente com a necessidade de um novo projeto de sociedade socialista.

1. Reestruturação Produtiva: A Condensação Material da Luta de Classes na Produção

O novo complexo de reestruturação produtiva possui um componente político-ideológico que tende a ser desconsiderado pela sociologia do trabalho (e pela engenharia de produção). Ou seja, tende-se a desprezar a sua função histórica de constituir uma nova hegemonia do capital na produção, articulando, para isso, coerção capitalista e consentimento operário (é o que observamos, por exemplo, com o toyotismo, o momento predominante do novo complexo de reestruturação produtiva e que surge como a nova estratégia de constituição da hegemonia capitalista na produção).

Deste modo, o processo de reestruturação produtiva é decorrente não apenas de alterações no padrão de concorrência intercapitalista, mas, principalmente, do processo de luta de classes na produção. É um componente importante da luta de classes, da constituição, portanto, de uma nova hegemonia do capital na produção, indispensável – apesar de não ser suficiente – para recompor o padrão de acumulação capitalista no país.

O novo complexo de reestruturação produtiva não é “neutro”, como parecem considerar algumas leituras sociológicas de cariz tecnologista. Ela ocorre no interior de uma sociedade de classes, cindida por interesses antagônicos de classes no campo da produção. É, na

verdade, uma nova forma da luta de classes sob o capitalismo tardio (é sob o desenvolvimento mais avançado da sociabilidade capitalista que o campo da produção se torna um espaço da luta de classes).

O complexo de reestruturação produtiva, portanto, atinge o processo de produção social e tende a (des)construir os espaços de efetividade do trabalho organizado, subsumindo-o, principalmente no plano ideológico, às necessidades da valorização do capital. Ele possui, portanto, um caráter dissolvente da perspectiva classista. O novo complexo de reestruturação produtiva constitui um campo ideológico, propício para a manipulação da subjetividade operária (o que consideramos como sendo a captura da subjetividade operária pela lógica do capital).

Deste modo, é a partir do incremento do processo de reestruturação produtiva que se (re)põe, tal como é próprio do processo de valorização, a plena efetivação da subsunção do trabalho ao capital. É a posição da subsunção real – no interior da qual ocorre a captura da subjetividade operária sob a pós-grande indústria – que torna claros a natureza da acumulação do capital, o enfraquecimento da classe e os limites do movimento operário, o qual tende a atuar (e a permanecer), se deixado por sua própria conta, no interior da lógica da valorização.¹

É claro que, como salientou Marx, o “capital é uma contradição viva”. Por isso, o novo complexo de reestruturação produtiva é permeado por uma série de contradições que criam a possibilidade objetiva – e apenas a possibilidade – de constituir movimentos de resistência (e luta) operária à lógica do capital. É claro que, da

¹ Em meados dos anos 70, na Itália, a Fiat instalou, em sua nova fábrica de Turim, as novas tecnologias microeletrônicas de produção, como uma resposta à luta de classes na produção, que tinha alcançado um elevado patamar. O principal objetivo da inovação capitalista era livrar-se da presença dos assalariados nos setores mais turbulentos: “o objetivo é o restabelecimento da ordem patronal; o custo em máquinas

resistência operária à negação do capital existe um longo percurso complexo de mediações sócio-políticas (e ideológicas) que não se reduzem à luta de classes no campo da É apenas no interior de tais contradições objetivas do processo produtivo do capital, que se pode erigir o complexo de negações, que é posto em movimento, vale salientar, apenas pela prévia ideação político-ideológica da classe.

Na perspectiva ontológica, apreendida pelo marxismo clássico, tais como em Rosa Luxemburg, Vladimir Lenin e Antonio Gramsci, entre outros, apenas a posição de contradições objetivas não conduz, por necessidade do processo, a um movimento de negação. É através da intervenção da subjetividade revolucionária que a negação pode surgir – e se desenvolver – no interior do processo de contraditoriedade do capital. Apenas a contradição é insuficiente para resultar num processo revolucionário. Este requer que um de seus elementos se constitua, dinamicamente, em determinação predominante do sentido e da direção do processo enquanto tal. Um dos elementos mais importantes do processo de contraditoriedade capitalista é a própria subjetividade antagônica de classe. Só quando ela se desenvolve – e predomina sobre os demais modos de subjetividade contingente de classe – é que confere dinamicamente uma direção ao processo de contradição, capaz de instaurar uma processualidade de negação do capital .

É a preservação dessa subjetividade antagônica do trabalho, capaz de erigir uma prévia ideação político-ideológica, para além da lógica do capital, que está sendo posta em jogo pelo novo complexo de reestruturação produtiva. O toyotismo, enquanto momento predominante desse novo complexo de reestruturação produtiva, possui como pressuposto político, o completo abandono, pelos “intelectuais orgânicos” da classe, da pretensão de controle operário da produção. É

sobe muito além do que teria sido necessário para a eficiência técnica máxima.”

a nova lógica da reestruturação produtiva que tende a operar, de modo inédito, a captura da subjetividade operária à lógica do capital (o que é, de certo modo, a contenção da própria possibilidade objetiva – e subjetiva – de a série de contradições vivas do capital ser operada em direção à sua própria negação).

O vínculo entre novo complexo de reestruturação produtiva e novo controle capitalista do trabalho – ou ainda reestruturação produtiva como a condensação material da luta de classes na produção – tornou-se perceptível, no caso do Brasil, principalmente a partir de 1985. Uma série de autores salientaram que a aceleração de mudanças tecnológico-organizacionais ocorreu, de modo claro, nas próprias bases operárias do “novo sindicalismo”, onde predominava uma maior resistência sindical à superexploração do trabalho: “é importante constatar que o desenvolvimento da automação microeletrônica nos núcleos mais dinâmicos da grande indústria se dá precisamente onde o movimento sindical tem conseguido acumular mais força. (Diaz,1988: 34)

Na verdade, a sociologia do trabalho salientava, naquela época, que a introdução das novas tecnologias microeletrônicas na produção (e de novas modalidades de organização do trabalho), estava voltada para a instauração de novas formas de controle social, capazes de recompor a hegemonia do capital na produção. Por isso, nas condições da luta de classes dos anos 80, era possível considerar o avanço do complexo de reestruturação produtiva como sendo uma resposta estratégica do capital à organização operária no campo da produção. Através da desvalorização da força de trabalho mais qualificada (e, portanto, mais organizada), o capital pode garantir um maior controle sobre a produção

(Lipietz, 1991: 64).

e os trabalhadores, num período de incremento da concorrência inter-capitalista:

os novos equipamentos permitem uma certa independentização das empresas em relação aos trabalhadores, possibilitando-lhes assegurar ritmos de trabalho mais regulares e a qualidade dos produtos de forma mais efetiva [...] (Leite, 1994: 166).

Portanto, a utilização da reestruturação produtiva é um recurso importante na luta do capital contra o trabalho organizado na produção, principalmente nos setores industriais, onde a organização operária é maior. Seus resultados político-ideológicos são visíveis a partir do novo complexo de reestruturação produtiva: a sujeição político-ideológica do trabalho organizado à lógica do capital, no contexto da debilitação da eficácia relativa das práticas sindicais classistas, diante do surgimento do novo (e precário) mundo do trabalho.

2. A Prática Sindical dos Metalúrgicos do ABC diante da Reestruturação Produtiva nos Anos 80

Apesar do desenvolvimento incipiente do processo de reestruturação produtiva nos anos 80, alguns sindicatos, tais como o Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (hoje, do ABC paulista), sofriam os seus resultados negativos: redução do coletivo dos trabalhadores, menor geração de postos de trabalho, "desqualificação" de segmentos de trabalhadores e intensificação do ritmo do trabalho (apesar de podermos constatar aspectos positivos, tais como uma maior proporção de trabalhadores qualificados, algumas melhorias nas condições de trabalho e contribuição para a queda da rotatividade).

Uma das preocupações do sindicalismo metalúrgico nos anos 80 era com o potencial irruptivo da automação microeletrônica sobre o

coletivo do trabalho, ocasionando o desemprego estrutural. Assim, por exemplo, no IV Congresso dos Metalúrgicos, em 1983, destacava-se a necessária “manutenção no emprego dos trabalhadores quando ocorrer renovação de tecnologia ou introdução de novas tecnologias”, e uma “política para o setor de tecnologia e informática que atenda aos interesses dos trabalhadores.” Entretanto, o ritmo de introdução da automação microeletrônica na indústria brasileira ainda era limitado, “tendo o tema sido alçado a uma posição destacada em razão do discurso empresarial, do exemplo da reestruturação nos países desenvolvidos e do intercâmbio do movimento sindical com os sindicatos europeus” (Bresciani, 1997:75).

Na verdade, eram as inovações organizacionais de cariz toyotista, tais como o CCQ – Círculos de Controle de Qualidade, que predominavam no cenário industrial. Nos CCQ's, que constituíam o aspecto palpável da reestruturação produtiva, concentrava-se a crítica (e resistência) dos sindicalistas. Por exemplo, desde o início dos anos 80, os operários da Volkswagen salientavam o combate aos CCQ, levados a cabo pela direção da montadora. De certo modo, sua implementação possuía um caráter de manipulação operária, voltado para o esvaziamento das Comissões de Fábrica (a implantação das Comissões de Fábrica era uma das principais bandeiras de luta dos metalúrgicos, desde o III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em 1978).²

Diante da automação microeletrônica, muito pouco difundida no cenário industrial do ABC paulista dos anos 80, o Sindicato dos

² É ilustrativa a posição da Comissão de Fábrica da Ford de São Bernardo sobre o programa “Trabalho Participativo”. Em uma Conferência Latino-Americana dos Trabalhadores da Ford, organizada em janeiro de 1986, em São Bernardo, a estratégia organizacional da empresa foi muito criticada como sendo uma estratégia da gerência para tornar os trabalhadores dóceis, tendo em vista que era do interesse da Ford implantar as “técnicas japonesas” de relações industriais na fábrica (Silva, 1991:287).

Metalúrgicos de São Bernardo reconheceu, desde cedo, a necessidade de elaborar um levantamento permanente de todos os dados relativos ao processo produtivo na fábrica, trazendo informações para o Sindicato, procurando conhecer o processo produtivo como uma das condições primordiais para a constituição de resistências diante da reestruturação produtiva, analisando dados concretos para negociar com as empresas os processos de automação (e inovações organizacionais), procurando deste modo garantir emprego, condições de trabalho e salários.

Para isso, era imprescindível a organização nos locais de trabalho, através de grupos e comissões de fábrica, de delegados sindicais, de CIPA's, de comissões de mobilização, etc. Era importante o intercâmbio com outras comissões de fábrica e órgãos de apoio, a criação de subcomissões de Produção, Tecnologia ou Automação e a organização de cursos sobre "novas tecnologias". Nas palavras do plano de trabalho do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em 1988, "era um aprendizado capaz de tornar a classe operária apta a dirigir o processo produtivo". Esta era a perspectiva de resistência sindical, pontual e localizada (ou o que Bresciani denominou "influência tácita"), com a classe intervindo na organização da produção e do trabalho, negociando-se, seja a instalação de novas tecnologias, seja a distribuição e o conteúdo de tarefas (Jácome Rodrigues, 1990: 132-172).³

Este era o tipo de ação sindical que caracterizava o sindicalismo metalúrgico nos anos 80, ainda com muitas dificuldades, tendo em vista

³ Bresciani denomina "influência tácita" a colocação de limites à usurpação do capital através de acordos informais. Deste modo, os operários colocariam limites à elevação do ritmo de produção, ao recurso às horas-extras, ao autoritarismo das chefias intermediárias e à prática da rotatividade. Nos anos 80, muitas vezes através de

a parca disponibilidade de “apoio técnico” do Sindicato.⁴ Um outro limite para a ação sindical de resistência contra a reestruturação produtiva era a incapacidade de levantar (e antecipar) as ações empresariais pelas Comissões de Fábrica (apesar de ter crescido, no decorrer da década, o número de Comissões de Fábrica com direito à informação) (Bresciani, 1994:168)⁵.

Portanto, a prática sindical dos metalúrgicos de São Bernardo, nos anos 80, diante da reestruturação produtiva, era caracterizada por uma postura de resistência sindical, inserida numa “estratégia de confronto” com o capital. Como observa Bresciani, “a década de 1980 é marcada pela resistência sindical às inovações” (Bresciani, 1997:76). O que tendia a predominar era uma concepção sindical de enfrentamento da reestruturação produtiva, na qual a classe operária surgia com autonomia para resistir e tentar influenciar, através da crescente organização no local de trabalho e de conhecimentos sobre o processo produtivo, a reestruturação produtiva, no sentido de acumular um maior poder de barganha contra o capital, capaz de garantir salários, empregos e condições de trabalho e, algumas vezes, voltado para o

negociação informal, os metalúrgicos de São Bernardo conseguiram tais avanços (Bresciani, 1994:156).

⁴ É importante salientar o papel da assessoria sindical – de organismos de apoio – do DIEESE, de caráter técnico-econômico. Eles subsidiavam o movimento sindical com análises e informações, procurando conhecer e discutir, o que estava ocorrendo na materialidade do capital. A partir da década de 1980, o Boletim do Dieese passa a ter uma seção intitulada “Linha de Produção”, um espaço dedicado a estudos e análises da reestruturação produtiva. Por exemplo, em documento do DIEESE, divulgado em 1983, tais como o texto “O Movimento Sindical frente a Automatização e a Robotização”, eram identificados os efeitos da reestruturação produtiva sobre o mundo do trabalho e propunham-se algumas medidas, no âmbito da negociação direta, para garantir emprego, salário e condições de trabalho. Além disso, a partir de 1985, tendiam a se incrementar no sindicalismo da CUT os intercâmbios com o sindicalismo dos países capitalistas centrais (de orientação social-democrata), um vínculo político não-desprezível para a própria compreensão da passagem de um “sindicalismo de confronto” para um “sindicalismo de participação”.

controle da produção (como dizia o documento sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em 1988, ainda imbuído do “espírito de contestação do capital”, “era um aprendizado capaz de tornar a classe operária apta a dirigir o processo produtivo”).

Algumas vezes, o sindicato tendia a utilizar seus conhecimentos do processo produtivo para garantir melhores condições de confronto com o capital, procurando aproveitar a “nova vulnerabilidade” das empresas, cujo maior exemplo é a Operação Vaca Brava, utilizada em 1985. Na verdade, a greve que durou 45 dias, apesar de seu caráter inovador no plano da organização tática contra a nova lógica do capital, manteve-se restrita à dimensão corporativa, tendo sua derrota contribuído para a demissão da maioria da vanguarda operária e, de certo modo, contribuído para o avanço da nova ofensiva do capital na produção. A cada derrota operária no plano da produção, o capital promovia uma “seletividade molecular” do coletivo operário, demitindo – e isolando – as lideranças sindicais mais avançadas. De 1985 para cá, é possível estimar que cerca de 70–80% da força de trabalho dos metalúrgicos do ABC paulista, incluindo os operários mais combativos e experientes, tenham sido substituídos (Soares, 1997:265, 287). O mais significativo nisso tudo era a postura política de enfrentar o capitalista, utilizando, ainda de modo limitado – e, portanto, corporativo – as próprias vulnerabilidades do capital criadas a partir da reestruturação produtiva. Era a busca de criar (ou reforçar), através de estratégias inovadoras de confronto com o capital, uma consciência necessária de classe.

Nos anos 80, a prática sindical, diante do processo de reestruturação produtiva, tendia a incorporar uma postura de *oposição*

⁵ O caso paradigmático é o da Comissão de Fábrica da Volkswagen de São Bernardo que conseguiu, pela primeira vez, em 1985, ter em seus estatutos o direito de receber informações sobre reestruturação produtiva.

resistente às estratégias do capital, com vistas a debilitar o coletivo operário, aumentar a intensidade do trabalho, etc. De certo modo, era uma prática sindical de resistência à reestruturação produtiva não apenas diferente em grau, mas em qualidade, da prática sindical vigente em nossos dias, onde predomina a busca da “concertação social”, onde se privilegia, portanto, a influência propositiva (mais adiante iremos caracterizar como principais estratégias sindicais, diante da reestruturação produtiva, a “influência defensiva” e a “influência propositiva”).

Portanto, nos anos 80, era possível constatar uma situação ambivalente, onde os sindicatos procuravam influenciar o processo, mas sem assumir ainda uma postura propositiva, de participação ativa no processo de produção capitalista. Entretanto, no decorrer da década passada, na medida em que avançam as novas estratégias capitalistas de produção, é possível verificar importantes alterações na prática sindical dos metalúrgicos. O abandono do “sindicalismo de confronto”, que caracterizou a época de surgimento do “novo sindicalismo”, de 1978–1980, é perceptível. A partir de 1987, consolidava-se uma nova orientação sindical dos metalúrgicos, mais defensiva e mais disposta, de certo modo, à negociação com o capital, procurando adequar a luta sindical à nova ofensiva do capital na produção (e às novas regras do “jogo democrático”). O III Congresso da CUT, em 1988, iria condensar as transformações políticas (e ideológicas) nas estratégias sindicais ocorridas no interior do “novo sindicalismo”. Segundo alguns analistas, o sindicalismo-CUT passa a adotar um padrão que privilegia a negociação, em contraste com a postura conflitiva e confrontacionista (é

no III Congresso da CUT, em 1988, que é levantado, como bandeira de luta, o Contrato Coletivo de Trabalho) (Rodrigues, 1995:121).⁶

Na verdade, a nova orientação do “novo sindicalismo”, em seu pólo metalúrgico, não abandonava o instrumento da greve, como se pode ver, por exemplo, pela greve dos metalúrgicos de 1989, mas procurava utilizá-la com pragmatismo político. Segundo avaliação dos dirigentes sindicalistas metalúrgicos, a partir da Nova República, em 1985, teria surgido um novo tipo de cotidiano na vida sindical, com a greve tornando-se algo incorporado à vida normal da sociedade:

A greve permanecia valendo como uma das mais importantes ferramentas de pressão dos assalariados. Mas não podia ser interpretada como único remédio para as mais distintas doenças da exploração nas fábricas. Não podia mais ser utilizada sem medir precisamente objetivos, correlação de forças, quadro conjuntural. Numa palavra: a greve não podia se tornar um dispositivo banal na vida dos sindicatos. (SMSBD, 1989:56)

Na medida em que se passava a ter uma nova concepção da arma da greve, procurava-se investir em novas programações culturais, planos de formação sindical e política, projetos de comunicação, imprensa, pesquisas e mesmo atividades de lazer, mas investia-se, principalmente, em nova assessoria sindical, do DIEESE, capaz de capacitar os sindicalistas a implementarem o que eles denominam “negociações estratégicas” com o capital, principalmente no campo da reestruturação produtiva.

⁶ Em 1988, alguns analistas liberais, como Rodrigues, já observavam que a proposta do contrato coletivo do trabalho, levantado pela CUT, a partir de 1988, iria contra os princípios originários do sindicalismo classista de cariz socialista, que privilegiava uma estratégia de confronto (Rodrigues, 1991).

3. Estratégias Sindicais e Reestruturação Produtiva nos Anos 90: A Prática da “Concertação Social”

No decorrer dos anos 90, a luta operária metalúrgica no ABC concentrou-se em buscar uma intervenção propositiva dos trabalhadores no processo decisório da reestruturação produtiva que ocorre no interior das empresas. Diante da ofensiva do capital na produção, o sindicato tende a exigir dos capitalistas, cada vez mais, os direitos de informação e consulta prévia dos planos de inovação, formas de participação e negociação, capazes de influenciar, no sentido propositivo, as transformações técnico-organizacionais, voltando-se para a garantia de emprego, salário e condições de trabalho, que podem ser alcançadas, por exemplo, segundo eles, através da melhoria da produtividade. Só que a produtividade e a competitividade devem ser alcançadas, segundo o sindicalismo propositivo, não através de recursos “espúrios”, de cortes da força de trabalho, mas através da nova valorização do trabalhador, visto como parceiro do capital. Para isso, exige-se das empresas estabilização da mão-de-obra, investimento em qualificação e treinamento, políticas de carreira e de compensações financeiras – como, por exemplo, participação em lucros ou resultados, compatíveis com os esforços despendidos pelos trabalhadores no cotidiano da produção.

Podemos conceber, na trajetória de luta dos operários metalúrgicos do ABC, de 1980 aos nossos dias, um “continuum”, não linear, que vai da “resistência” à “influência defensiva”, e que chega, portanto, nas condições políticas do sindicalismo dos metalúrgicos do ABC, na virada dos anos 90, à constituição de um novo tipo de estratégia sindical concebida como um *sindicalismo propositivo*, ou ainda um “sindicalismo de cooperação conflitiva” (Jácome Rodrigues),

ou sindicalismo marcado pelo neocorporativismo e pela participação (Boito). Estamos diante de uma inflexão político-ideológica decisiva na trajetória de luta dos metalúrgicos do ABC, que assume sedimentação sob a era neoliberal e com impactos importantes nas estratégias sindicais diante da reestruturação produtiva (o que analisaremos aqui, utilizando alguns exemplos importantes, ocorridos no período de 1990 a 1996). Segundo um ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Heiguierto Della Guiba Navarro, "as empresas estão mudando suas formas de administração da produção sem consultar os trabalhadores". E acrescenta: "Queremos participar desse processo" ("Mercedes Benz fecha Acordo com Sindicato do ABC", *Folha de São Paulo*, 18.03.1995)

Deste modo, na perspectiva sindical desenvolvida em São Bernardo, a ação sindical tem um papel essencial no sentido de intervir na dinâmica da implantação de novas formas de organizar e gerir a produção. Procura-se negociar contratos sobre o desenvolvimento e as aplicações das tecnologias informáticas na produção, sobre a implementação de novos métodos de organização produtiva, da terceirização e de novas modalidades de contrato de trabalho. Procura-se, ainda, instituir acordos coletivos por empresas. É por isso que, a partir dos anos 90, tendem a ocorrer "mudanças negociadas" em importantes montadoras, tais como Mercedes-Benz, Volkswagen e Ford (de São Bernardo), além de "mudanças negociadas" sobre a nova (e radical) terceirização.

Na verdade, na perspectiva da "concertação social", o campo da produção perde o estatuto do antagonismo de classe, constituindo, deste modo, o *locus* da convergência possível entre os interesses do capital e do trabalho.

– A “Influência Propositiva” na Mercedes-Benz:

Um Caso Exemplar

Um dos principais exemplos de “influência propositiva” é o caso de mudanças negociadas na Mercedes-Benz, ou seja, o acordo coletivo por empresa, voltado para a participação do sindicato no processo de reestruturação produtiva, que ocorreu entre o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a Mercedes-Benz em 1995 (o processo de discussão transcorria desde 1993) (Bresciani, 1997:80). É através dele que iremos perceber, por exemplo, os limites do sindicalismo de cariz propositivo diante da nova ofensiva do capital na produção. Para Bresciani,

a introdução do conceito (e da prática) de ‘trabalho em grupos semi-autônomos’ nas atividades produtivas da Mercedes-Benz em São Bernardo é um dos exemplos mais complexos de ação dos Metalúrgicos do ABC diante da perspectiva de mudança organizacional. (Bresciani, 1997:81)

Era do interesse da montadora implantar novos métodos de gerenciamento da produção, as denominadas “células de produção”, tendo por objetivo a melhoria da qualidade e produtividade. O apoio do sindicato, que possui uma consolidada organização por local de trabalho, tornava-se importante para a empresa.

Pelo acordo, assinado em 1995, a Mercedes-Benz implantaria “células de produção”, de 8 a 15 operários, com um coordenador eleito pelos próprios trabalhadores. Esse coordenador da produção teria um mandato de seis meses e só poderia ser reeleito uma vez. Ele ganharia 5% a mais do que os outros metalúrgicos e quando deixasse a função de coordenador perderia os 5%. A idéia da montadora era implantar, a partir de maio de 1995, cinco células-piloto na empresa e, depois, estendê-las para toda a empresa, que possuía, na época, cerca de 13.000 operários.

O sindicato participou, desde o início, do processo de treinamento e da sua implementação, discutida entre as partes. Comissão de fábrica e sindicato, segundo o relato de Bresciani, acompanharam as primeiras equipes a passar pelo programa, bem como as palestras feitas para os mestres e os supervisores.

A lógica da estratégia sindical, que caracterizaremos, mais adiante, como "influência propositiva", seria, segundo os sindicalistas, uma relação tipo "ganha-ganha" – a empresa obtém a melhoria da qualidade e produtividade, conseguida à custa do envolvimento operário na produção, e os trabalhadores, segundo o sindicato, obteriam a vantagem de poder escolher o coordenador da "célula de produção", além de negociar aumentos salariais.

Na perspectiva dos defensores da "influência propositiva", o acordo coletivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC com a Mercedes-Benz, para implantar mudanças organizacionais na sua planta industrial em São Bernardo, pode ser considerado um caso exemplar no país, pois, segundo eles, teria restringido o poder da empresa e assegurado direitos aos trabalhadores (da Mercedes-Benz):

...O acordo sobre a implantação do trabalho em grupos foi construído ao longo de dois anos de negociação. Tudo isso envolveu muita discussão, até mesmo sobre como deveria ser o processo de trabalho, e garantiu a preservação de empregos. (Bresciani e Salerno, 1996).

Entretanto, aconteceu algo que não estava na expectativa do Sindicato e da Comissão de fábrica. No segundo semestre de 1995, a Mercedes-Benz promoveu um processo de demissão em massa – 1.600 operários são demitidos (sem comunicação prévia à representação sindical), o que levou os sindicalistas a se afastarem da negociação das mudanças organizacionais na empresa.

Na verdade, o caso da Mercedes-Benz demonstrava os limites da “influência propositiva” diante da reestruturação produtiva nas condições da nova etapa do capitalismo mundial. Tornavam-se claros os limites da participação no campo das relações capitalistas de produção, que preservam intocados o poder decisório dos capitalistas, a hierarquia (e o controle) da produção (embora, em certos níveis operacionais, a ação sindical, como observa Bresciani, possa ter debilitado o controle gerencial sobre o ritmo das mudanças organizacionais).

Além disso, como reconhecem até mesmo Salerno e Bresciani, a experiência de “influência propositiva” na Mercedes-Benz tornou claro um outro limite da ação sindical de cariz neocorporativo (no caso, um neocorporativismo setorial):

...as demissões mostram, mais uma vez, os limites à ação sindical isolada em uma fábrica, sem um marco institucional que sustente tais ações, sem que o trabalho esteja articulado a uma concepção de sociedade, a políticas estruturais (industrial, econômica, agrária, educacional, etc) e ao sistema de relações de trabalho. Ou sem respaldo em outras fábricas, e na atuação mais abrangente do sindicato, confederação ou central sindical. (Bresciani e Salerno, 1996)

Entretanto, no caso da Mercedes-Benz, percebemos, de modo claro, não apenas os limites da ação sindical isolada numa fábrica, mas de uma ação sindical isolada nos marcos nacionais, tendo em vista que a decisão da dirupção do coletivo operário – a demissão de 1.600 operários – pode ter sido orientada pela matriz da Mercedes-Benz na Alemanha. Nesse caso, apesar da estratégia sindical propositiva, levada a cabo pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, do seu poder de pressão e da considerável capacidade organizativa demonstrada pelos operários metalúrgicos, a Mercedes-Benz decidiu seguir uma estratégia

de *low road*, baseando a sua estratégia competitiva no corte da força de trabalho.⁷

Além disso, na etapa da mundialização do capital, existe uma pressão política das corporações transnacionais para mudar o nível das articulações neocorporativas. Evitam-se contratos coletivos de trabalho articulados por categorias no plano nacional e incentiva-se os contratos coletivos de trabalho por empresa nos marcos nacionais. Deste modo, privilegia-se um tipo de neocorporativismo de cariz setorial. Na medida em que os sindicatos são levados, muitas vezes por suas estratégias políticas (ou pelas próprias circunstâncias adversas), a aceitar os acordos coletivos por empresa, o próprio poder de barganha do trabalho tende a debilitar-se, mais ainda, diante da reestruturação produtiva. Instaura-se um círculo vicioso perverso, onde a debilitação do poder sindical tende a jogá-lo mais ainda nas mãos do capital e a sua crescente integração à ordem capitalista tende a debilitar seu poder de colaborar para a instauração de obstáculos efetivos à sanha da valorização.

Entretanto, a experiência de "influência propositiva" na Mercedes-Benz não se encerrou com as demissões massivas ocorridas no segundo semestre de 1995. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e as comissões de fábrica, no início de 1996, tentara retomar a experiência, concentrando sua atenção na implementação dos grupos de trabalho, no bojo da avaliação do programa de treinamento, da eleição dos porta-vozes dos primeiros grupos-piloto, e na constituição de 13 novos-grupos. Enquanto o sindicato procurava negociar as mudanças organizacionais, por outro lado, a empresa continuava pressionando

⁷ Uma estratégia competitiva *low road* seria aquela em que a empresa consideraria o fator trabalho como um custo a ser cortado sempre que possível em vez de ser, como na estratégia competitiva *high road*, um bem ou um recurso no qual a empresa deve investir (Sengenberger e Pyke, 1992 Apud Leite, 1997).

para implementar novas demissões e conter custos, atingindo os trabalhadores.

Embora Bresciani e Salerno ressaltem que a experiência da Mercedes-Benz foi um caso exemplar, de avanço, o que se observa, como o próprio Bresciani constata depois, é que a “expectativa de mudança se transforma em progressiva frustração e progressivo descrédito” (Bresciani, 1997:82).

Em 1993, Salerno relatou uma experiência de “influência propositiva” conduzida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em uma fábrica mecânica em Diadema. Diz ele:

...após uma luta de resistência contra a polivalência multitask, perceberam que não haveria saída se não mudassem de postura, passando a elaborar propostas de como queriam trabalhar. Com apoio de assessoria técnica externa, reconstruíram o fluxo de produção, a atividade real de trabalho, os fluxos reais de informações. A partir daí elaboraram uma proposta de reorganização do trabalho com vista à elevação da qualificação, do controle do processo pelos operários, ao aumento da eficiência e qualidade, reivindicando contrapartidas com redução de jornada e reenquadramento funcional e salarial. (Salerno, 1993:14)

Entretanto, “a recessão e a abertura da economia” fizeram com que o processo fosse suspenso pela empresa. Ora, o que se percebe é que os defensores da “influência propositiva” tendem a imputar, de certo modo, a frustração e o descrédito de experiências de “mudança negociada”, tais como a da Mercedes-Benz ou mesmo a da fábrica mecânica em Diadema, não à lógica intrínseca da estratégia do capital, mas sim, de certo modo, a situações conjunturais como a política recessiva do início de 1995, sob o governo Cardoso, à abertura da economia, ou ainda, no caso da Mercedes-Benz, à competitividade com a fábrica da Volkswagen em Resende, às disputas entre concepções gerenciais da Filial da Mercedes-Benz no Brasil ou a decisões da matriz (que teriam levado a montadora a negar suas intenções originais).

Em nenhum momento é posto em dúvida, por exemplo, o valor da política sindical de "influência propositiva", que poderia estar, de certo modo, superestimando a disposição do capital em ceder a prerrogativas de controle da força de trabalho. Como princípio central, a estratégia do sindicalismo propositivo é considerada, pelos seus apologistas, de maior eficácia sindical – e política – que as estratégias sindicais classistas, de confronto, vigentes na década passada e vistas como inviáveis diante da nova situação da classe operária.

No início de 1997, procurou-se adotar a mesma política sindical de intervenção "propositiva", quando se implementaram mudanças negociadas na Volkswagen Anchieta, onde foram concretizados acordos para a constituição de "células de produção" e grupos de trabalho. Mas, aproveitando-se da crise asiática, que obrigou o governo Cardoso a adotar, pela segunda vez, medidas recessivas, a Volkswagen anunciou, no final do ano, a disposição de cortar 10.000 operários, caso não ocorra a redução de salários. O objetivo da corporação transnacional era reduzir custos de produção (e acelerar, de certo modo, o processo de reestruturação produtiva da planta Anchieta, considerada na opinião dos especialistas, atrasada em relação às fábricas de outras montadoras.). O sindicato se posicionou, de início, contra as demissões e contra a redução de salários. Finalmente concordou na adoção de um Programa de Demissões Voluntárias, que resultou no enxugamento de 10% do total de trabalhadores da Volkswagen em São Bernardo do Campo, e no corte de uma série de benefícios salariais.⁸

⁸ Em 1997, a Volkswagen perdeu a liderança do mercado de veículos no país para a Fiat. Um dado importante a ser considerado é que os salários pagos pela Volkswagen em São Bernardo do Campo são o dobro dos salários pagos pela Fiat em Betim, MG. A média salarial dos metalúrgicos na fábrica do ABC é de R\$ 1,4 mil

– Estratégias Sindicais Diante da Terceirização

No tocante à terceirização, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC mantém a orientação de exigir a participação dos trabalhadores, através das Comissões de Fábrica e delegados sindicais, em sua implementação. O objetivo, segundo eles, é instaurar uma ação reguladora dos sindicatos no processo de adoção da terceirização que impeça a precarização do emprego, dos salários e das condições de trabalho.

A postura dos sindicalistas é considerar o processo de terceirização como inevitável, acreditando que é possível, com pressão sindical, implementar um tipo de terceirização não-predatória, em que seja predominante um relacionamento entre o capital e o trabalho, do tipo “ganha-ganha”. O objetivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC é buscar a negociação e a contratação da forma pela qual a terceirização se dará, “colocando suas condições dentro de um espírito de efetiva modernização industrial e melhoria também da qualidade de vida dos trabalhadores.” (SMABC, 1993). Apesar disso, alguns sindicalistas reconhecem que a terceirização tende a debilitar, em si, a base de mobilização sindical (Faria, 1994).

Como exemplo de resistência sindical à terceirização no ABC paulista, temos as três greves, ocorridas em 1991, no parque industrial de São Bernardo do Campo, contra a terceirização. Uma delas ocorreu na empresa de Elevadores Otis, motivada pela demissão de 130 trabalhadores, entre os quais, estavam onze ferramenteiros, que receberam a orientação de tentar novo emprego numa empresa prestadora de serviços da Otis, que praticava um salário 2/3 menor (DIEESE, 1993). Ocorreram greves relacionadas à terceirização ainda na Mercedes-Benz, Sachs (que passou para terceiros sua área de

manutenção) e Van Leer (que transferiu cerca de 57% da área de ferramentaria e manutenção mecânica). Para o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o principal exemplo de negociação da terceirização é o ocorrido com a Volkswagen, que garantiu, através de acordo sindical, a negociação de qualquer transferência de atividades para terceiros.

De 23 a 25 de outubro de 1992, o Sindicato dos Metalúrgicos realizou o seminário "Terceirização e os Trabalhadores", com várias propostas para o movimento sindical intervir no processo de reestruturação produtiva. Uma destas propostas reconhecia a necessidade de o sindicalismo brasileiro incrementar a organização por local de trabalho, para intervir melhor no processo de inovação produtiva:

[Deve-se procurar] discutir política específica para a ampliação do número de comissões de fábrica e delegados sindicais, visando a aumentar representações de base, mapeamento e negociação do processo de reestruturação. (DIEESE, 1993)

Adota-se, por conseguinte, a estratégia sindical de constituir uma influência propositiva, capaz de criar um canal de negociação, pressionando contra os resultados perversos da reestruturação produtiva sobre o mundo do trabalho, procurando garantir empregos, salários e condições de trabalho, além de elaborar propostas alternativas capazes de resolver os problemas de custos da empresa.

Mas, o que se observa é que a estratégia de *resistência conflitiva* contra a terceirização tende a ser desprezada, o que é indicado pela redução de greves contra a terceirização nas indústrias metalúrgicas do ABC paulista, pelo menos desde 1992, em virtude dos acordos negociados pelo Sindicato e comissões de fábrica, que homologam e legitimam a terceirização, considerada, na maioria das vezes, como um fato consumado, no qual se procura negociar o tamanho das perdas –

ou a troca – dos postos de trabalho atingidos pela terceirização (Soares, 1996:316). Na verdade, o que se observa é que o Sindicato, muitas vezes, não consegue cumprir um dos lemas do sindicalismo propositivo – “atuar antes que as mudanças sejam um fato consumado”. O que demonstra que a terceirização, além de ser um aspecto da reestruturação produtiva que mais tem atraído a atenção sindical, é a que pega o sindicalismo brasileiro em suas maiores fraquezas estruturais e políticas, além de tornar claro o poder das prerrogativas do capital em processo diante de um sindicalismo em crise (Salerno, 1993).

4. Tipologias das Estratégias Sindicais

Diante da Reestruturação Produtiva

A partir da década de 1990, surgiu uma série de análises sociológicas das estratégias sindicais diante do novo complexo de reestruturação produtiva. Uma delas é apresentada por Salerno que constrói uma tipologia das práticas sindicais diante da reestruturação produtiva. Essa tipologia possui um conteúdo de polêmica política, até porque seu objetivo, de certo modo, é demonstrar o valor político da estratégia do “sindicalismo propositivo”, diante da reestruturação produtiva, conduzido pela tendência Articulação Sindical, que dirige o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e é hegemônica na CUT:

1. A primeira postura sindical diante da reestruturação produtiva, segundo Salerno, é aquela que ele considera “radical” de esquerda, que abdica de intervir, pois se recusa, segundo ele, a “gerir o capitalismo”. Deste modo, deixa à direção da empresa a definição dos rumos do processo de reestruturação produtiva. Haveria uma vertente do sindicalismo pelego que adotaria também essa recusa em intervir na

reestruturação produtiva, só que, para ele, essa vertente não merece consideração, uma vez que é politicamente inexpressiva.

2. Em seguida, ainda segundo Salerno, temos a postura sindical predominante no sindicalismo brasileiro – é aquela que atua apenas sobre os fatos consumados, procurando negociar para minimizar impactos, tendo em vista que não consegue (ou não pensa) intervir nos projetos empresariais já definidos e em execução. Atua em nível da distribuição (ganhos de produtividade, manutenção do emprego) ou, então, exigindo reciclagem/treinamento, a cargo da empresa. É uma atuação sempre *a posteriori*, após a ocorrência da mudança tecnológico-organizacional (os conteúdos das mudanças produtivas não são reivindicados). Na verdade, é uma postura de *resistência sindical*, ou, diríamos melhor, de defesa diante da sanha do capital. Ela caracteriza a maior parte das ações sindicais, protagonizadas pelo sindicalismo da CUT (e de outras centrais sindicais) e que, segundo o próprio Salerno, tem levado a conquistas importantes, com a realização de inúmeros acordos referentes a emprego e a acesso “antecipado à informação” sobre mudanças tecnológico-organizacionais, que resultem em prejuízos para os trabalhadores.

3. Finalmente, Salerno salienta a postura do sindicalismo propositivo, caracterizado pela intervenção/negociação antecipada diante do processo de reestruturação produtiva. Nesse caso, o sindicato “busca atuar antes que as mudanças sejam fato consumado.” Procura estabelecer critérios de reestruturação produtiva e negociá-los com o capital, apresentando os próprios projetos de mudanças tecnológico-organizacionais – *dizer como se quer trabalhar*, ao invés de como não se quer. Para Salerno, essa é a posição mais avançada do sindicalismo brasileiro, sendo capaz, inclusive, de promover a hegemonia do trabalho sobre o processo de reestruturação produtiva: “[t]er projeto para

organização da produção [afirma o autor] é estratégico para quem pensa em ter hegemonia na sociedade: isso é o que, em termos macro-ideológico, está por trás dessa posição" (Salerno, 1993:15).

Uma das características do sindicalismo propositivo, apresentado por Salerno, é o pragmatismo sindical, levado às últimas conseqüências, onde o problema da participação dos trabalhadores na gestão do capital é recolocado, mas, segundo ele, em termos "mais politizados".

Entretanto, qual é a política intrínseca à lógica do sindicalismo propositivo, do sindicalismo de participação, apresentado por Salerno? Ele mesmo o diz: "...explicitamente as partes [capital e trabalho – G.A] são reconhecidas e o conflito faz parte do jogo: não adiante só fazer proposta se não houver força para lutar por elas" (Salerno, 1993:15).

É importante observar que, para a nova postura sindical diante da reestruturação produtiva, a dimensão da "intervenção antecipada" – e não apenas o direito à informação – é deveras importante, pois demonstra, acima de tudo, iniciativa em propor, afirmar, ser positivo – o que pressupõe, em última instância, *incorporar, de modo pró-ativo, os pressupostos (e valores) da produção capitalista, dissolvendo qualquer atitude de antagonismo de classe, pelo menos no âmbito da produção* (o que vigora é a lógica do "jogo" entre as partes – capital e trabalho).⁹ É como se, no campo da produção, a luta e os antagonismos de classe tivesse sido deslocado (e perdido) o estatuto político. Algumas análises sociológicas, como a de Offe, Gorz e Habermas, podem dar sustentação "científica" à tal propositura política, principalmente Habermas, quando salienta que o "paradigma produtivo" perdeu a sua centralidade ontológica (Habermas, 1983).

⁹ Se utilizarmos a lógica da "teoria dos jogos", que possui implícita um viés pragmatista de cariz neopositivista, para que o jogo ocorra, é preciso, antes de tudo, que uma parte reconheça a legitimidade da outra e, depois, que o próprio conflito seja parte intrínseca do jogo (vale dizer, apenas o conflito não-antagônico, ou seja, aquele que pressupõe, antes de tudo, a própria existência das partes).

Se o conflito faz parte do "jogo", tornando-se, portanto, não-antagônico, ele – o "jogo" – jamais poderá, deste modo, ser posto como *um* dos pólos mediadores da negação do próprio "jogo" (que é, no aspecto lingüístico, apenas um eufemismo para a "lógica da exploração", da apropriação da mais-valia, intrínseca às sociedades capitalistas). Deste modo, o que se observa é a rejeição completa, no plano ideológico, da possibilidade objetiva de o trabalho "negar" – ou de se propor a negar – o capital, principalmente no campo da produção, e constituir um dos ideais políticos do sindicalismo classista, inscrito no Programa de Fundação da CUT (em 1983): uma sociedade "sem exploradores e sem explorados". É a recusa a colocar – em nível da prévia ideação política (e ideológica) dos "intelectuais orgânicos" da classe – como possibilidade estratégica, a luta pelo controle da produção capitalista. Em última instância, a negação da exploração pressupõe a negação do "sujeito" da exploração: o capital. O que não quer dizer que o movimento de negação do capital possa ocorrer tão-somente a partir da luta sindical – o que seria assumir um viés "obreirista". Na verdade, a luta sindical constitui *um* dos elos decisivos do movimento (e da luta) de classe, capazes de instaurar, a partir da produção, uma nova sociabilidade para além do capital. O que a prática sindical de participação tende a promover, no plano objetivo, é a "desconexão" do sindicalismo operário do movimento social da luta de classe, da contestação à ordem do capital no próprio campo da produção.

O "defensivismo de novo tipo", adotado pelo sindicalismo propositivo, é a plena captura da consciência operária pela consciência contingente da classe, incorporada (mesmo que preservando a dimensão conflitiva), à lógica do capital (é o que Jácome Rodrigues denomina "cooperação conflitiva"). Se pudéssemos desdobrar, num jogo

de linguagem, o que é a “cooperação conflitiva”, poderíamos considerá-la, a perpetuação, no plano da produção, de um “antagonismo estéril” (o que Oliveira traduziu, às avessas, como “antagonismo convergente” – ora, um “antagonismo convergente” é, *strictu sensu*, estéril, no plano da consciência de classe).

Deste modo, é possível considerar o sindicalismo propositivo como um desdobramento, no plano da ação sindical, de um neopragmatismo político, uma *realpolitik* incorporada à luta sindical, um desdobramento de uma “ética da responsabilidade”, utilizando a acepção de Weber, onde os próprios fins últimos da prática de classe tendem a serem revistos, adequando-se aos limites das regularidades institucionalizadas, ponderando, portanto, os meios que devem ser ajustados a um paradigma racional da ação, dado pela estrutura social (Weber, 1971).

Nesse caso, os conteúdos materiais contraditórios (e antagônicos) da produção capitalista tendem a ser esvaziados e postos num plano isomórfico (o que tende a reduzi-los, de certo modo, à racionalidade técnica e formal, sujeitos, portanto, à solução da engenharia de produção). É a partir daí que se vai tornar perene a relação capital e trabalho assalariado, pelo menos no plano da produção; melhor ainda, o próprio campo da produção capitalista tende a perder, nessa perspectiva, o seu potencial de negatividade da ordem capitalista: deixa de ser o terreno do “antagonismo negativo” da ordem do capital (incorporam, portanto, as análises sociológicas que anunciam a perda da centralidade do trabalho na esfera da sociabilidade capitalista).

Esta perspectiva político-ideológica, assumida pelas lideranças sindicais hegemônicas no interior da CUT, tende a bloquear as possibilidades objetivas de conceber algo para além do capital.

Incentiva-se a convergência de interesses entre capital e trabalho assalariado no campo da produção, através, por exemplo, da busca de um trabalho mais qualificado, estável, participativo e bem pago. Os sindicatos apareceriam, desta forma, como “peças” importantes para melhorar a produtividade do capital e dar mais eficiência às estratégias competitivas (Leite, 1997).¹⁰

¹⁰ Bresciani incorpora, em sua tipologia sociológica do sindicalismo diante da reestruturação produtiva, os pressupostos lógicos (e epistemológicos) do “sindicalismo propositivo”. Ele se concentra nos aspectos formais da relação capital e trabalho diante da reestruturação produtiva. A princípio, ele discrimina, por um lado, a postura de “resistência”, e, por outro lado, a postura de “influência”. Nesse caso, segundo ele, a resistência poderia ser “não-declarada” ou “explícita” e a influência poderia ser “tácita”, “contratada”, “legal” e “institucional”. Em sua exposição, Bresciani indica que, da *resistência* sindical em suas mais diversas formas, tais como a “resistência explícita”, “resistência não declarada”, passou-se à *influência*, que assume algumas formas básicas, segundo ele: “influência tácita”, “influência contratada”, “reconhecida” ou “declarada”, “influência legal” e “influência institucional” (Bresciani, 1994). Entretanto, vista numa perspectiva política (e histórica), a trajetória das estratégias sindicais diante da reestruturação produtiva não é tão linear (ou contínua) como parece (o próprio autor reconhece que persistem, ainda nos dias de hoje, formas de resistência explícita ou não-declarada). Além disso, é preciso salientar que existe uma diferença qualitativa decisiva entre a influência buscada sob o sindicalismo classista e a influência buscada sob o sindicalismo propositivo. Na última, o horizonte de classe é ocultado pelo “defensivismo de novo tipo”, pelo que denominaremos mais adiante “influência propositiva”, que tende a dissolver o horizonte anti-capitalista. Na verdade, um dos limites heurísticos das tipologias sociológicas é que tendem a abstrair o conteúdo político das estratégias sindicais, incorporando apenas os aspectos instrumentais de cada uma delas. Por exemplo, salientar apenas, como finalidade última da ação sindical, a *contratação*, implica manter a análise apenas no nível da forma jurídica, reduzindo a consciência de classe à consciência contingente de classe, não percebendo, portanto, o conteúdo material, onde estão postas as categorias da exploração e dos antagonismos de classe – enfim, do próprio processo de transformação sócio-histórica¹⁰. Em última instância, é o que faz o sindicalismo de resultados – seja em sua expressão conservadora (a Força Sindical), seja em sua expressão combativa (algumas orientações sindicais da CUT).

5. Estratégias Sindicais diante da Reestruturação Produtiva: Uma Abordagem Crítica

A título de análise, procuraremos apresentar uma caracterização alternativa das estratégias sindicais no Brasil diante da reestruturação produtiva. É importante analisar, por trás de cada uma delas, suas nuances políticas, discernindo-as a partir de seus impactos na luta (e na consciência) de classe (consideramos a luta de classes como uma condição ontológica da sociedade capitalista).

Deste modo, uma caracterização das estratégias sindicais diante da reestruturação produtiva deveria apreender não apenas os aspectos instrumentais, mas, principalmente, os aspectos ideológicos (e de certo modo, ontológicos) da constituição da subjetividade de classe (onde a dimensão da “consciência de classe necessária” não poderia ser reduzida à dimensão da “consciência de classe contingente”). É importante, nesse caso, ir além das contingências, para podermos apreender o valor político das práticas sindicais, apesar dela – a contingência (ou a razão instrumental) – ser intrínseca à própria ação sindical (Mészáros, 1993)¹¹.

¹¹ Ao utilizarmos a expressão “consciência de classe necessária” e “consciência de classe contingente” seguimos a distinção de Mészáros, Lukács (e Marx) entre consciência de classe atribuída ou “imputada” e consciência de classe “psicológica”, onde a consciência de classe necessária diz respeito à consciência de classe “atribuída ao proletariado” em virtude de seu interesse de classe, baseado na posição social objetiva dele na estrutura vigente da sociedade. É a consciência de classe adequada ao ser social do trabalho que existe como trabalho assalariado. É, portanto, a consciência do trabalhador de seu ser social enquanto ser enquistado no antagonismo estrutural necessário da sociedade capitalista, em oposição à contingência da consciência de grupo - ou da consciência de classe “psicológica” - que percebe somente uma parte mais ou menos limitada da confrontação global. A consciência de classe contingente – ou consciência de classe “psicológica” – diz respeito à contingência do “que este ou aquele proletário, ou mesmo todo proletariado, no momento, considera como sua meta”, utilizando as palavras de Marx. A distinção entre as duas formas de consciência de classe vincula-se à contradição entre a *existência* e a forma de *ser* social do trabalho que existe como trabalho assalariado (Mészáros, 1993:86-90)

Destacariamos as seguintes estratégias sindicais diante do processo de reestruturação produtiva:

A) a estratégia de “resistência operária” é própria da ação sindical, podendo assumir a forma de resistência “não-declarada” ou resistência “explícita” (Bresciani). Na verdade, ela é intrínseca à própria condição da prática sindical, já que a mera existência de sindicato pressupõe, pelo menos em princípio, algum tipo de resistência à usurpação do capital. Por exemplo, utilizando a tipologia das práticas sindicais salientada por Salerno poderíamos dizer que ela está presente, de certo modo, na postura 1, que diz que a reestruturação produtiva “é coisa do capitalismo” e “não vamos gerir o capitalismo”. Mesmo uma estratégia sindical de confronto às inovações produtivas, que abdica de intervir, no sentido propositivo, no processo de reestruturação produtiva, em virtude de razões políticas, não deixa de marcar uma posição de resistência – é o que pode ser considerado uma “resistência negativa”. É claro que a resistência à reestruturação produtiva não poderia se resumir apenas à negação da influência sobre o processo de mudanças tecnológico-organizacionais. Ele – o conceito de resistência – é algo mais complexo, que perpassa, portanto, diversos níveis da contingência operária (e sindical).

B) A estratégia de “influência defensiva” não deixa de ser um tipo de resistência de nível superior – o que poderíamos até caracterizar como sendo uma “resistência positiva”. Na verdade, até um certo ponto, a influência é uma resistência e a resistência não deixa de constituir uma influência, às vezes não-consciente (por exemplo, é o que Pateman verificou quando constatou a possibilidade de existir “influência” sem participação) (Pateman, 1992:97)¹². O que consideramos uma “influência

¹²O problema da tipologia de Bresciani, por exemplo, é tender a discriminar “resistência” e “influência” como processos descontínuos – ou desconexos – no plano de seus estatutos ontológicos.

defensiva" é resultado do acúmulo de organização da classe, que negocia e promove um tipo de "resistência positiva" sobre as mudanças tecnológico-organizacionais (é, utilizando a tipologia das práticas sindicais de Salerno, a postura 2 – "negociar para minimizar impactos"). De certo modo, em seus desdobramentos, a ação sindical centrada na "influência defensiva" pode e mesmo busca, chegar à contratação (o que Bresciani denominou "influência contratada"). Ela tende a assumir um caráter pontual, de cariz corporativo, o que é da própria natureza da ação sindical, resultado de esforços desenvolvidos no bojo de negociação coletiva e dissídios trabalhistas¹³.

De certo modo, a "influência defensiva" é a posição clássica de resistência operária às usurpações dos capitalistas, que propiciou, no decorrer do século XX, uma série de conquistas trabalhistas importantes para a classe operária. O crucial não é se atua ou não sobre fatos consumados, como parece considerar Salerno, mas se intervém, de certo modo, para garantir direitos do trabalho, para colocar obstáculos à sanha de valorização do capital – seja no plano tópico ou no plano institucional.

A estratégia sindical da "influência defensiva" pode assumir a forma de "participação parcial", ou mesmo de mera "influência" sem participação (Pateman, 1992: 97–99). Na verdade, o seu valor ético (e político) é preservar, em certos casos, o *sentido antagônico da relação capital e trabalho*, preservando uma autonomia ideológica (e política) da classe.

Um dos desdobramentos da "influência defensiva" seria o que Bresciani salientou como sendo a "influência legal". Ela reproduz, na

¹³ Por exemplo, Abramo enumera uma série de acordos coletivos, por empresa, ocorridos nos anos 80, onde os sindicatos conseguiram, por meio de negociação coletiva, obter alguns tipos de salvaguardas – tais como garantia de emprego, reciclagem/treinamento, etc – para os trabalhadores afetados pelas inovações técnico-organizacionais na empresa (Abramo, 1990)

dimensão política, mais geral, a colocação de obstáculos à sanha do capital (a redução da jornada de trabalho, por exemplo). Ao assumir um caráter político, ela possui um resultado generalizante, o que seria concebido como o próprio avanço da classe. A princípio, ela visaria a estabelecer, através de políticas governamentais, salvaguardas contra os efeitos das inovações técnico-organizacionais (a tentativa – frustrada – de introduzir emendas na Lei de Informática, em 1986, no sentido de permitir uma intervenção dos trabalhadores no processo de inovação tecnológica, é um exemplo). Nas condições da luta de classes é uma estratégia sindical que dependeria de um partido socialista (ou social-democrata), capaz de colocar a luta de classes no plano geral da política de classe, no terreno nacional-popular, e não apenas do campo da produção, de cariz corporativo.

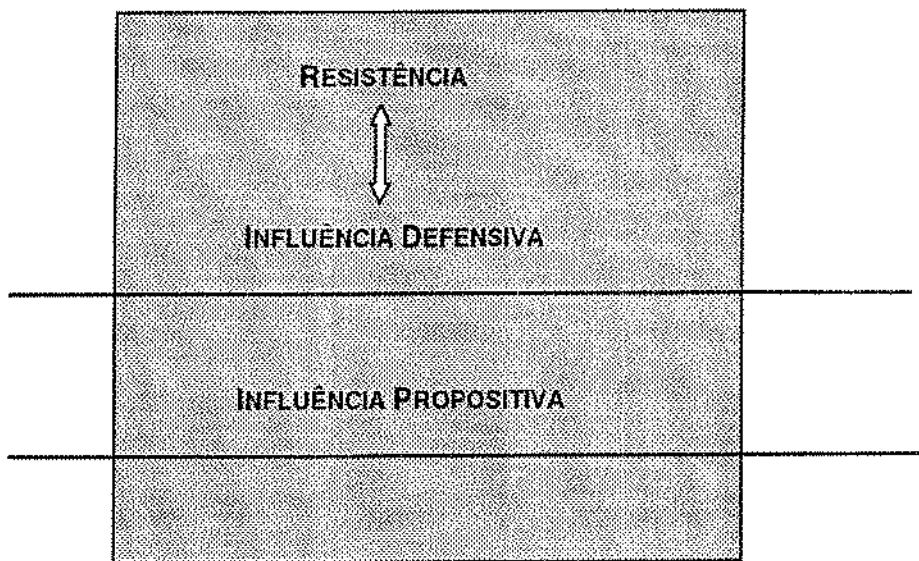
C. Finalmente, a estratégia da “influência propositiva” pode ser considerada, de certo modo, uma opção política alternativa à “influência defensiva”. Seria o que poderíamos considerar um “defensivismo de novo tipo” – mas que, para seus apologistas, surgiria como uma estratégia mais ofensiva. Na verdade, almeja ir além da própria “resistência” ou “influência defensiva”, só que para isso tende a incorporar, de modo a-crítico (e pró-ativo), a nível ideológico, em maior ou menor proporção, as condições pressupostas da lógica do capital.

Teria as características de um novo contrato entre o capital e o trabalho – uma “concertação social”. O seu cerne principal é salientar a importância decisiva da “intervenção antecipada” do trabalho sobre o processo de reestruturação produtiva, no plano “propositivo”. É como Salerno caracterizou a postura 3 de sua tipologia das práticas sindicais: “intervir/negociar antecipadamente”. O que significa, ter a disposição para apresentar propostas de gestão da produção capitalista que contribuam para uma relação democrática – diríamos melhor,

cooperativa – entre capital e trabalho (o que Jácome Rodrigues denominou de “cooperação conflitiva”).

Para Salerno, a postura sindical “propositiva” seria mesmo uma garantia de “hegemonia do trabalho”: “Ter projeto para a organização da produção é estratégico para quem pensa em ter hegemonia na sociedade...” (Salerno, 1993:12). Mas um projeto para a organização da produção que permaneça – e se efetive apenas – no campo restrito da fábrica, como têm sido, até agora, as experiências sindicais de “influência propositiva”, tende a incorporar, no sentido político, um obreirismo ingênuo (e obtuso), onde a suposta “hegemonia do trabalho” reduz-se a um instrumentalismo estreito, incapaz de dar um salto ético–político, e enraizado no terreno econômico–corporativo, sedimentado pelas próprias relações capitalistas de produção (Salerno, 1993:14).

Quadro da Ação Sindical Diante da Reestruturação Produtiva



Por outro lado, a estratégia sindical da “influência propositiva” tende, de certo modo, a desprezar um aspecto ineliminável da lógica da “participação” sob as relações capitalistas de produção – seu caráter

parcial. Quando as partes são desiguais, torna-se impossível uma “participação democrática”, no sentido rigoroso do termo (seria portanto mera ilusão – ou manipulação da subjetividade operária – acreditar na participação real do trabalho nas decisões do capital, ou colocá-lo como algo perene)¹⁴. Na verdade, a participação que existe – que Pateman considera como sendo uma “participação parcial” – ocorre apenas no aspecto operacional, e não estratégico, e se resume à influência e participação desprovida de um efetivo poder.¹⁵

Deste modo, a postura sindical da “influência propositiva” pode até conduzir, no plano cotidiano, a alguns avanços relativos na intervenção operária no campo da produção. Seriam, entretanto, avanços tópicos, operacionais, seguros (mas, estreitos), desarmando, de certo modo, a subjetividade operária diante do fetichismo da mercadoria (em certas situações críticas, demonstra seus limites

¹⁴ O grande viés das análises liberais, que sustentam a lógica do sindicalismo propositivo, é acreditar que possa ser possível, nas condições sócio-históricas da sociedade capitalista, caracterizada pelo antagonismo estrutural entre capital e trabalho assalariado, uma “pactuação entre iguais”. É o que está claro, por exemplo, na posição de Castro sobre o valor da experiência das câmaras setoriais. Diz ela: “A sua mera existência [a das câmaras setoriais-G.A.] documenta que a efetividade de novos modelos paradigmáticos põe em questão agentes sociais, terrenos de negociação e expectativas de conduta antes ausentes na regulação das condições de trabalho. Ao fazê-lo, abre caminho para novos experimentos de regulação; alguns tão avançados quanto as câmaras em seu esforço por trazer a *regulação para um espaço público da pactuação entre iguais*.” (o grifo é nosso) (Castro, 1997:6)

¹⁵ Quando salienta a “participação parcial” do trabalho, Pateman consegue apreender a natureza da participação sob as condições das relações capitalistas de produção, caracterizadas pela desigualdade estrutural entre capital e trabalho assalariado. Só que, ela se equivoca quando considera a intervenção operacional – e não estratégica – dos trabalhadores de uma empresa no local de trabalho, quando os trabalhadores operariam sem supervisão alguma, por parte da administração, através de grupos auto-regulados que tomariam suas próprias decisões quanto ao processo de trabalho cotidiano, como sendo um exemplo de “participação plena”. Ela despreza que, tal “participação plena” está subordinada às diretrizes estratégicas da alta administração da empresa. O capital continua possuindo o poder e as prerrogativas do processo decisório estratégico. O que coloca limites estruturais (e ontológicos) da “participação” no horizonte das relações sociais de produção capitalista (Pateman, p.98)

estruturais – como, por exemplo, no caso da experiência de “mudanças negociadas” na Mercedes–Bens, em 1995).¹⁶

A “influência propositiva”, na medida em que aceita os termos da lógica do capital, considera perene – mesmo que seja uma “perenidade conflitiva” – a relação entre capital e trabalho assalariado, dando legitimidade à própria lógica da produção destrutiva do capital (muitas vezes, de modo não-consciente – como diz Marx, “eles fazem, mas não o sabem”), aceitando ser co-partícipe da gestão da produção do capital, tende a assumir uma suposta eficácia tática que, em última instância, tende a perverter a dimensão estratégica da luta anti-capitalista no campo da produção (o que a torna adequada às estratégias sociais–democratas de cariz parlamentar–institucional).

De certo modo, um desdobramento da “influência propositiva” é o que Bresciani denominou “influência institucional”, ou seja, a participação das organizações de trabalhadores junto aos organismos do Estado ou fóruns tripartites, responsáveis pelas políticas públicas inerentes aos objetos de análise aqui abordados – política industrial e tecnológica, políticas setoriais, trabalhistas, etc. O que explica de certo modo, a importância dada aos fóruns tripartites, tais como as câmaras setoriais, pelo “sindicalismo propositivo” (Bresciani e Benites Filho, 1995).

O que é denominado “influência propositiva” pode assumir diversos níveis de implementação política; por exemplo, pode surgir como uma “implicação negociada” entre capital e trabalho (na acepção de Lipietz), não apenas por empresa (como ocorre no Japão), mas por

¹⁶ É curioso o que observou, na década de 1960, um crítico conservador, sobre as novas estratégias de participação na indústria, baseadas na Teoria das Relações Humanas da escola de administração e que, de certo modo, decorridos trinta anos, mantêm a sua atualidade. Diz Bell: “os fins da empresa continuam os mesmos, mas os métodos mudaram e os antigos moldes de coerção aberta foram substituídos pela

setor da economia (como na Alemanha) ou ainda em todo o sistema produtivo (tal como na Suécia). (Lipietz, 1992).

Na verdade, no contexto da mundialização do capital, o que tende a predominar são acordos setoriais ou por empresas, o que tende a restringir cada vez mais o horizonte de classe da "influência propositiva". Se no neocorporativismo societal, impulsionado pela social-democracia clássica, a "influência propositiva" era posta como colaboração de classe (já que se inseria num projeto político mais amplo, não restrito à dimensão sindical), sob o neocorporativismo setorial, de certo modo, ela é posta meramente como a própria negação das classes, surgindo apenas como um mero "defensivismo de novo tipo". Deste modo, dissolve-se a própria subjetividade operária na lógica do capital, a classe trabalhadora não surge em sua autonomia política – e muito menos ideológica, diante do capital.

Para concluir, é possível dizer que a posição de "resistência" e a de "influência defensiva" podem ser consideradas como desdobramentos ontológicos da prática sindical clássica, que expressam, de modo consciente (ou não), o movimento de colocação de obstáculos à exploração capitalista. Por conseguinte, a posição da "influência propositiva" pode ser considerada uma intervenção sindical de novo tipo, que tende a predominar, principalmente, nas condições da pós-grande indústria, sob o novo complexo de reestruturação produtiva, cujo momento predominante é o toyotismo.

Apesar de sua eficácia relativa, se comparada com a posição de "resistência" e de "influência defensiva", a "influência propositiva" tende a desenvolver potenciais negativos no plano da subjetividade de classe, principalmente na constituição de uma consciência de classe necessária, vinculada a uma perspectiva contestadora do capital, na

persuasão psicológica." (Bell, 1960) De certo modo, o sociólogo norte-americano, da ala

medida que possui, em seus desdobramentos, um conteúdo neocorporativo.

Portanto, o valor ontológico das práticas sindicais, centradas em “obstáculos resistentes” à sanha do capital, tais como a posição de “resistência” e de “influência defensiva”, possui, em comparação com a posição da “influência propositiva”, por exemplo uma dimensão estratégica, um valor moral, capaz de garantir, se articulado por um movimento político mais amplo, a elevação da consciência de classe, além de permitir o sentido contestador da ação sindical à lógica do capital na produção. É uma prática sindical que coloca a possibilidade objetiva – e apenas a possibilidade – de contribuir para a ação política que busca ir além dos próprios limites do sindicalismo.

É preciso salientar que a ação sindical, seja ela de “resistência”, de “influência defensiva” ou de “influência propositiva”, enquanto permanecer meramente no espaço da produção, inserida no campo econômico-corporativo, e não contribuir – e generalizar-se – para o movimento social (e político) de contestação à lógica do capital, possui limites estruturais, principalmente sob a mundialização do capital (Alves, 1992). A própria prévia ideação política (e ideológica) de contestação à lógica do capital, característica da prática sindical das tendências políticas do socialismo revolucionário, não é suficiente, apesar de necessária, para permitir que a luta sindical consiga elaborar, com sucesso, uma contra-hegemonia à lógica do capital e resistir à nova ofensiva do capital na produção (o que exigiria ir além do campo da produção). O que demonstra, portanto, o outro lado da crise do sindicalismo dos nossos dias – os limites do sindicalismo de classe, de confronto, num cenário de reação conservadora no campo político, e de

conservadora, antecipava o cerne manipulatório predominante no capitalismo tardio.

surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho no contexto da mundialização do capital.

6. Os Pressupostos da “Concertação Social” no Espaço da Produção

Para que se instaure um novo contrato social entre capital e trabalho assalariado, de cariz social-democrata – o que é denominado “concertação social” – alguns apologistas do sindicalismo propositivo, tais como Leite, Bresciani e Salerno, entre outros, colocam a necessidade de os sindicatos assumirem uma atitude ofensiva, no sentido de se “instrumentalizarem”, tanto no aspecto político-organizativo, quanto no aspecto político-ideológico, para poderem negociar a reestruturação produtiva com os capitalistas (o que eles denominam “negociação estratégica”).

1. No aspecto político-organizativo, seria importante a centralização e o fortalecimento dos sindicatos – em contraposição à fragmentação sindical, à divisão por categorias, à pouca centralização e à débil inserção no local de trabalho existente hoje no Brasil. O objetivo é tentar reproduzir, em nosso país, o potencial de intervenção do sindicalismo dos países capitalistas centrais, principalmente o sindicalismo europeu, de cariz social-democrata.¹⁷ Através da ampliação de espaços no interior das empresas, os sindicatos, por meio das

¹⁷ Por outro lado, na perspectiva internacional, mesmo o sindicalismo europeu de cariz social-democrata, modelo político dos apologistas da estratégia sindical “propositiva”, com seu poder tradicional de intervenção no local de trabalho, está encontrando, segundo Maggiolini, sérias dificuldades em sua luta para influenciar o processo de inovações tecnológicas. Por exemplo, em 1985, ele destacava a falta de competência das próprias organizações sindicais quanto à problemática das novas tecnologias e da indisposição das empresas para cumprir o direito à informação, consulta e negociação, posta pelos trabalhadores, temendo dificuldades, atrasos ou mesmo vazamento de informações sigilosas que as prejudiquem (Maggiolini, 1988).

representações por local de trabalho, procurariam intervir no processo produtivo, contribuindo, de certo modo, com propostas para melhorar a produtividade das empresas, sem usurpar os direitos do trabalho organizado. Seria imprescindível, nesse caso, a constituição de comissões paritárias, de acesso a maiores informações sobre o processo de inovações e controle sindical e/ou de comissões de trabalhadores, sobre as mudanças técnicas e organizacionais que afetem emprego, salário e qualificação dos trabalhadores. Deste modo, através de sua capacidade organizativa, o trabalho poderia ser reconhecido como um parceiro do capital.

Entretanto, para consolidar a capacidade organizativa, seria imprescindível uma nova materialidade institucional, o signo da modernidade entre capital e trabalho assalariado, que é o *contrato coletivo de trabalho articulado nacionalmente* (um mecanismo de racionalização do conflito capital-trabalho), capaz de instaurar relações democráticas de trabalho.

De certo modo, a lógica do sindicalismo propositivo incorpora a idéia de que a III Revolução Tecnológica é capaz de, por si só, alterar a racionalidade capitalista, tornando-a mais susceptível de instaurar uma "democracia industrial". A cooperação operária tornar-se-ia, cada vez mais, importante para o desempenho ótimo do novo paradigma industrial. Sob a III Revolução Tecnológica, firmar-se-ia a possibilidade objetiva de a racionalidade capitalista incorporar, cada vez mais, uma maior participação dos trabalhadores nas discussões do processo produtivo. Seria uma "cegueira da burguesia" não se submeter às novas exigências da produção capitalista. Pela primeira vez, "poderia haver uma convergência entre interesses dos sindicatos e dos trabalhadores e interesses das empresas no que se refere à busca de um trabalho mais qualificado, estável, participativo e bem pago..." (Leite, 1997:12).

Entretanto, impõe-se, segundo Leite, o seguinte “paradoxo da modernidade”: se a presença sindical é um importante fator de competitividade, por que as empresas tendem a considerar o fator trabalho um custo a ser cortado, sempre que possível?

Na perspectiva da sociologia do trabalho, a solução viria do próprio movimento sindical, capaz de “domar o capital” através de uma institucionalidade sindical democrática baseada no contrato coletivo de trabalho, em relações democráticas de trabalho, capazes de sedimentar um maior envolvimento operário, melhorando a produtividade e a qualidade (objetivos máximos, segundo eles dos novos paradigmas industriais). Apenas na medida em que se instrumentalize – no aspecto político-organizativo, o sindicalismo poderá servir de “parteiro” de um novo contrato social – não para uma nova ordem do Trabalho, mas para uma nova ordem do Capital, democrática e virtuosa, tanto em termos sociais quanto econômicos (Leite, 1997: 15).

2. Por outro lado, para a instauração do novo contrato social, capaz de “domar” as perversidades do capital, o trabalho teria que ceder – ou renunciar – às suas pretensões protagonicas. Assim, no aspecto político-ideológico, os sindicatos precisariam adotar uma estratégia sindical “propositiva” – ou seja, afirmativa, positiva, cooperativa – que seria destinada a pressionar os capitalistas a adotarem estratégias competitivas *high road*, em contraste com as estratégias competitivas *low road* (utilizando a acepção de Sengenberger e Pyke)¹⁸

Seria a pressão sindical, de um sindicalismo propositivo, ofensivo em intervir na gestão do capital, que poderia contribuir para que as empresas abandonem estratégias competitivas “espúrias”, *low road*,

¹⁸ As estratégias competitivas *high road* seriam aquelas em que a empresa não consideraria o fator trabalho como um custo a ser cortado sempre que possível, mas

voltadas para a diminuição dos custos com a mão-de-obra, utilizando, por outro lado, novas estratégias competitivas “autênticas”, *high road*, capazes de sedimentar a parceria entre capital e trabalho. Estas últimas

[s]ão, nesse sentido, aquelas que se baseiam em estabilização da mão-de-obra, em investimento em qualificação e treinamento, em políticas de carreira e compensação financeira compatíveis com os esforços despendidos pelos trabalhadores no cotidiano da produção. (Leite, 1997:12)

A adoção da estratégia sindical propositiva, seria, na perspectiva de Leite, a única saída da crise do sindicalismo diante da reestruturação produtiva. Resistir às inovações postas pela nova lógica do capital seria suicídio. Adotar concepções políticas da luta de classes na produção, ou estratégias sindicais “de confronto” com o capital, como diz ela, é contribuir para que as práticas empresariais marginalizem mais ainda os sindicatos (Leite, 1997:14).

Entretanto, a estratégia sindical de influência propositiva, adotada pelo sindicalismo metalúrgico do ABC, não é uma mera opção de bom senso do sindicalismo diante da reestruturação produtiva, como Leite parece sugerir, mas sim, acima de tudo, um projeto político de cariz social-democrata implementado pela corrente majoritária da CUT, hegemônica nos metalúrgicos do ABC (mas, vale salientar, uma social-democracia “revista” pela mundialização do capital).

A influência propositiva incorporaria, de certo modo, a lógica da social-democracia clássica. Nessa perspectiva, o sindicalismo – o trabalho organizado – surgiria, de certo modo, como o “agente civilizatório do capital”. Resta perguntar: seria a “vontade política” do trabalho, a sua disposição em ser parceiro “propositivo” com o capital,

antes como um bem ou um recurso no qual a empresa deve investir (Sengenberger e Pyke, 1992 Apud Leite, 1997).

condição necessária – e suficiente – para alterar o sentido da racionalidade capitalista na etapa da mundialização do capital ?

Em síntese, para que os sindicatos possam se fortalecer no interior do novo complexo de reestruturação produtiva, eles precisariam adquirir, por um lado, uma considerável capacidade organizativa, implantando-se nos locais de trabalho, adotando o contrato coletivo de trabalho, e, por outro lado, adotar uma nova visão de mundo política e ideológica (o que é mais essencial ainda, pois é esta nova prévia-ideação das práticas sindicais de participação com o capital que “cimentariam” a nova realidade da organização operária nos locais de trabalho – longe da idéia de um controle social da produção capitalista - e do contrato coletivo de trabalho articulado nacionalmente). Portanto, é imprescindível assumir uma postura sindical “propositiva” diante da reestruturação produtiva. Só deste modo eles poderiam sobreviver à crise geral do sindicalismo. Ou noutros termos, apenas os sindicatos que não resistirem, mas *se adaptarem, de modo ativo (e não passivo)*, à nova lógica do capital – ou seja, os sindicatos que assumirem uma estratégia mais “propositiva” – sobreviverão à nova etapa do capitalismo mundial:

Sendo assim, poder-se-ia pensar que, embora também perdendo seus efetivos (tendo em vista a própria diminuição das bases representadas em termos numéricos), alguns sindicatos poderiam estar em condições de manter sua capacidade de representação, já que, logrando desenvolver estratégias que representam os interesses dos trabalhadores no contexto de reestruturação de empresas, estariam em condições de assegurar elevada adesão de suas bases. (Leite, 1997:14)

Está claro, neste caso, que, para Leite, o exemplo-mor é o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que, apesar do encolhimento do número de trabalhadores da categoria metalúrgica no ABC,

principalmente de 1990 para cá, tendeu a se fortalecer, no plano social e político, adotando estratégias "propositivas".

Mas, o desenvolvimento de um sindicalismo de participação, de cariz neocorporativo é a expressão de uma crise do sindicalismo não apenas como um processo político-ideológico, mas, sim, como *um processo social objetivo, de ofensiva do capital na produção*, que conduz a uma crise do sindicalismo de classe. A profunda segmentação da vida sindical, a diminuição da base dos metalúrgicos do ABC, que estaria sendo acompanhada pelo adensamento das bases sociais (e corporativas) do sindicato, tenderia a levar o sindicato a incorporar, em sua prática sindical, como condição de sua própria sobrevivência política, uma lógica neocorporativa de participação, subsumida à lógica do capital. Na verdade, ao negar-se a incorporar um "espírito generalizador" de classe, o sindicalismo tende a manter-se, portanto, nos limites do sindicalismo, contribuindo e reforçando a profunda segmentação da vida sindical (e do mercado de trabalho), imposto pelo novo processo de reestruturação produtiva.

7. A (Breve) Experiência da Câmara Setorial do Setor Automotivo: Sintoma da Crise do Sindicalismo no Brasil?

É interessante destacar, no bojo da discussão das estratégias sindicais relativas à ofensiva do capital na produção no Brasil, a experiência da câmara setorial da indústria automotiva ocorrida de 1992 a 1995. É um exemplo de fórum tripartite (governo, trabalhadores e empresários), para a negociação da "reestruturação dos complexos industriais e a modernização das relações de trabalho" (na expressão do MICT) (Apud Guimarães, 1994a:18).

O que veio a ser denominado "Acordo das Montadoras" é um desdobramento, em nível superior, da "influência propositiva" de cariz institucional, salientada como um avanço nas relações entre capital e trabalho no país, por vários autores (Oliveira, Frederico, Leite, Castro, Bresciani, Salerno).

O Acordo das Montadoras ocorreu no período de 1992 a 1995, e, a partir do governo Cardoso, a experiência tripartite foi abandonada pelo governo, com a aquiescência passiva das montadoras. A partir de 1995 surge o Regime Automotivo que sepulta a experiência de negociações estratégicas entre capital e trabalho no setor automobilístico no Brasil e concede uma série de benefícios às montadoras (segundo pesquisa do IPEA, aumentou em 10% sua margem de lucro depois da adoção do regime automotivo, a partir de 1996).

Os acordos tripartites são parte da nova estratégia do sindicalismo brasileiro, liderado pela CUT, para enfrentar, de forma negociada, a ofensiva do capital na produção, principalmente em sua modalidade estratégica, cujo *locus* privilegiado não é apenas o local de trabalho, mas a empresa (ou o setor). Ao adotar o horizonte da empresa, as estratégias sindicais são levadas a incorporar uma estratégia propositiva (e afirmativa), aceitando ir além da mera discussão de salários e incorporando, por conseguinte, proposições típicas do capital. Os trabalhadores assalariados colocam-se, então, como um interlocutor preocupado com o destino da empresa, negociando, com os capitalistas, uma política setorial que leve em conta preços, mercados, modernização tecnológica, relações industriais, relações com o Estado, impostos, etc.

Segundo lideranças políticas e sindicais do PT, essa é uma nova forma de negociação entre capital e trabalho, ou ainda, numa perspectiva estratégica, como salienta Guimarães, um possível "modelo

de gestão do Estado, baseado nas negociações de políticas públicas”, com a perspectiva de instaurar um “capitalismo organizado”, em oposição à lógica liberal ainda presente no país (Guimarães, 1994: 21). É a plena percepção da parceria entre capital e trabalho, num tipo de estratégia “ganha-ganha” (segundo os apologistas do acordo tripartite; em última análise, todos ganham com o “Acordo das Montadoras” – empresários, trabalhadores e governo). Entretanto, não é uma estratégia sindical isolada no cenário internacional latino-americano. Ela se desenvolve em sintonia com a postura de “concertação social” adotada por vários sindicalismos de países da América do Sul sob a era neoliberal.

Está claro que ocorreram algumas pré-condições para a constituição de estratégias neocorporativas de cariz setorial na indústria automobilística no Brasil, a partir dos anos 90. Em primeiro lugar, uma situação de crise da indústria automobilística no país. O setor automobilístico, um dos principais setores da indústria brasileira, foi atingido pela política de liberalização comercial e de recessão ocorrida no governo Collor. As montadoras perderam seus horizontes de proteção, vendo reduzidas suas margens de lucro históricas no país. A seguir, desenvolveu-se uma disposição político-ideológica do sindicalismo metalúrgico do ABC, sob a direção da corrente Articulação Sindical, para instituir um novo estilo de “negociação estratégica” com o capital (incorporando o estilo da social-democracia européia). O cenário de crise do mundo do trabalho, em virtude da nova ofensiva do capital na produção, contribuiu sobremaneira para impulsionar as disposições neocorporativas no interior do “novo sindicalismo”. A saída da Ford Motores do ABCD paulista e as demissões massivas de metalúrgicos na recessão de 1990–1992, contribuíram para que as lideranças sindicais, temendo o espectro da desindustrialização do ABC paulista, provocada

pelas políticas neoliberais, adotassem um novo tipo de defensivismo, que privilegiava um relacionamento "propositivo" entre capital-trabalho (Arbix, 1996).

Para o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Acordo das Montadoras seria uma política sindical para tempos de crise recessiva, não implicando, segundo ele, nenhuma rendição da classe operária ao capital. Para Vicentinho, o acordo nasceu de um "equilíbrio de forças entre trabalhadores e empresários", de uma situação de crise, aberta com as medidas do governo Collor, que atinge indústrias e trabalhadores das indústrias. Deste modo, o Acordo das Montadoras não seria um produto da debilidade do movimento operário e sindical no Brasil. Entretanto, o próprio Vicentinho reconhece que, "não sabe o que seria da categoria sem esse acordo" (Silva, 1994: 191).

Na percepção de um dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o Acordo das Montadoras nasce da própria crise do sindicalismo mundial:

Com o risco da perda do emprego – seja em função da introdução de novas tecnologias, transferências de unidades fabris ou por qualquer outro motivo alegado – os trabalhadores se submetem à estratégia [do capital], buscando juntamente com as empresas soluções para manter taxas de produtividade e qualidade capazes de permitir maior competitividade de seus produtos no mercado internacional, a exemplo dos acordos setoriais firmados entre o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a indústria automobilística no Brasil (Bargas, 1994: 174–175).

Por outro lado, as tendências de esquerda da CUT, principalmente a CUT pela Base (hoje, ASS – Articulação Sindical Socialista), adotam uma posição contrária ao Acordo das Montadoras, identificando o acordo tripartite como um "pacto social localizado, modelo de um grande pacto social em nível nacional". A sua adoção, para eles, é um atalho, que visa a obter resultados concretos para uma parcela da classe, à custa da diminuição de impostos para as empresas,

que acabam tirando dinheiro destinado às obrigações sociais do Estado com educação, saúde, saneamento, moradia, etc. Possui, deste modo, um viés neocorporativista de cariz setorial. É um neocorporativismo de resultados (e tangíveis), que leva, segundo eles, ao esquecimento do ideário básico da CUT: a luta pelos "interesses históricos" da classe dos trabalhadores, isto é, a perspectiva rumo a uma nova sociedade socialista, sem exploração do homem pelo homem. Além disso, para eles, a política das câmaras setoriais, adotada pela tendência majoritária da CUT, reconhece ao capitalista o direito de existir, e de explorar, contanto que pague um reajuste mensal, de acordo com a inflação, e um reduzido aumento real. Deste modo, reconhece o dever de os trabalhadores serem explorados pelos capitalistas, contanto que estes se obriguem a respeitar algumas condições. Assim, a "política do possível" da participação nas câmaras setoriais representaria, para a esquerda socialista da CUT, uma mera adaptação pragmática à situação de dificuldades impostas pela conjuntura neoliberal, pela ofensiva do capital (Neto e Gianotti, 1993: 55–56).

Entretanto, para alguns analistas sociais, o Acordo das Montadoras é um marco nas relações de trabalho no Brasil. Por exemplo, Frederico salienta que elas rompem com o corporativismo varguista, traço dominante das relações trabalhistas no país, instaurando, portanto, uma nova modalidade de inserção operária no processo de luta de classes. Frederico afirma que "[a] iniciativa de participação nas Câmaras partiu dos trabalhadores e dos empresários, e o Estado apenas foi chamado para monitorar o acordo". (Frederico, 1994: 98).

Um dos maiores entusiastas do Acordo das Montadoras é Francisco de Oliveira: [o acordo é] "uma forma extremamente nova e inovadora das e nas relações capital–trabalho no Brasil". Através dele as

principais categorias sociais revelariam capacidade de comportamento estratégico, moldadas – quase impostas – pelas restrições da conjuntura do governo Collor, adversas a empresários e, principalmente, à classe operária (nesse caso, para Oliveira, os contendores – capital e trabalho – procuram manter seus interesses, mas identificam antes, na recessão, o inimigo principal) (Oliveira et alii, 1993: 6).

Mas não seria o Acordo das Montadoras, menos um resultado de comportamento estratégico das classes, do que um instinto de sobrevivência do capital (e do trabalho), que, em virtude das relações de poder inscritas nas sociedades capitalistas, tenderia a exercer, no plano ideológico (e político), uma debilitação perversa da perspectiva de classe na subjetividade operária?

Segundo Oliveira, o Acordo das Montadoras deu nascimento a uma “nova contratualidade” de efeitos irradiadores sobre o conjunto da sociedade e com incidência na política industrial, que passou a contar, pela primeira vez em nossa história, com a participação operária. Com isso, diz ele, modernizam-se as relações de trabalho no país: a contestação grevista (que Frederico identifica com o “obreirismo”), e que caracterizou o sindicalismo da CUT na década passada, estaria cedendo lugar à politização e à publicização das relações econômicas (Oliveira et alii, 1993).

Por outro lado, Bolto considera o acordo da câmara setorial da Indústria Automotiva como mera expressão do predomínio das tendências neocorporativas intrínsecas no sindicalismo brasileiro e não apreende nele nenhuma característica positiva. O neocorporativismo de participação/negociação segmentada ou, melhor ainda, neocorporativismo setorial, surgiu graças à ação consciente da corrente Articulação Sindical, majoritária na CUT, que vinha procurando transpor

para o Brasil algumas experiências do sindicalismo social-democrata europeu.

Uma das características centrais do novo corporativismo, prefigurado no Acordo das Montadoras, salientado por Boito, é que ele não tem articulado acordos tripartites na cúpula – governo, empresários e central sindical. Pelo contrário, ele tem multiplicado acordos tripartites setoriais na base, liberando, deste modo, forças centrífugas que esvaziam as instâncias centrais da CUT (Boito, 1994: 26).

Na verdade, como salientam Frederico (e Guimarães), a positividade do Acordo das Montadoras é ter rompido com a lógica do corporativismo de Estado, que sempre caracterizou o sindicalismo no Brasil. Só que, tais autores não salientam, a contento, que ele tende a instituir um “novo corporativismo”, mais adequado à nova etapa do capitalismo no Brasil, mas perverso para a perspectiva classista – um neocorporativismo setorial. Guimarães reconhece que a experiência da câmara setorial do setor automotivo no Brasil abre a possibilidade de instalar um novo corporativismo. Apesar disso, não deixa de reconhecer que, nas condições brasileiras, o neocorporativismo mantém um sentido de avanço relativo nas relações de trabalho no país, já que revê o corporativismo vigente, intransparente e burocrático, de herança fascista (Guimarães, 1994: 19).

É claro que os críticos do Acordo das Montadoras apreendem o seu sentido político, como temos salientado – a predominância do neocorporativismo - inscrito num projeto político da corrente Articulação Sindical, hegemônica na CUT. Entretanto, além disso, o que é óbvio, ele traduziria, no plano político-ideológico, *uma alteração estrutural da estratégia operária e sindical sob a era da mundialização do capital: a crise do sindicalismo diante do novo (e precário) mundo do trabalho, criado pela nova ofensiva do capital na produção, que tenderia a levar*

uma parcela majoritária do sindicalismo brasileiro à adoção da "concertação social" e a práticas neocorporativas, de parceria com o capital.

A própria base operária de sustentação sindical, em virtude da nova ofensiva do capital na produção, voltada para a captura da subjetividade operária, tenderia a se distanciar de estratégias sindicais orientadas para um confronto com o capital. Além disso, é claro, o confronto operário contra o capital, mantendo-se nos limites corporativos (e nacionais), tende a se mostrar ineficaz, no campo da resistência de classe, principalmente diante do poder do capital transnacional.

A própria eficácia tática do Acordo das Montadoras – proteger emprego e salários na indústria automobilística – com os principais itens negociados pelos trabalhadores na câmara setorial da indústria automobilística, pode ser contestável, e as posições apologéticas, que surgiram depois, podem ser consideradas mais um recurso de marketing político, no contexto da luta interna à CUT, do que algo que pudesse ser reconhecido como o verdadeiro caminho estratégico para a luta operária e sindical.

Por exemplo: será que o Acordo das Montadoras conseguiu pelo menos resistir, nos anos 90, a uma tendência generalizada na indústria automobilística internacional à dissociação de ritmos de crescimento entre produção e empregos?

Como reconhece Castro, entre 1981 e 1988, enquanto a produção de veículos cresceu 41,2%, nos Estados Unidos, o emprego aumentou apenas 8,6%; na Bélgica, esses valores foram respectivamente, 37,6% contra 8,4%; na Alemanha, 19,5% contra 10,6%. Na França, Itália e Inglaterra, assim como no Brasil, houve redução absoluta no número de trabalhadores (Castro, 1994: 121). Por isso, em 1994, os metalúrgicos passaram a contestar as promessas do

Acordo das Montadoras (o de 1992 e o de 1993), exigindo, por exemplo, mais empregos no setor automotivo. Eles denunciaram, na época, que nos últimos anos ocorreu o aumento da produção, sem que tenha havido crescimento significativo do nível de emprego. De acordo com o DIEESE, a produção de veículos, em julho de 1994, aumentou 13,93% em comparação com o mesmo mês do ano passado. O nível de emprego nas montadoras evoluiu, no mesmo período, 0,38% (pelo Acordo das Montadoras, de 1993, válido até 1995, as montadoras comprometeram-se a criar 91 000 novos postos de trabalho, mas o que houve de fato, de 1993 a 1995, foi a perda de 2.124 postos de trabalho). Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, “a indústria vem batendo recordes de produção sem alterar o nível de emprego”. (“Metalúrgicos querem a criação de novos empregos”, *Folha de São Paulo*, 15.02.1994).¹⁹ Além de reivindicar abertura de postos de trabalho, o que não ocorreu nos últimos anos, desde o segundo Acordo das Montadoras, em 1993, os sindicalistas dos ABC exigem a fixação de um índice de nacionalização dos veículos produzidos no país em 70% e a limitação das importações a 7% das vendas internas (em maio de 1994, tal índice chegou a 12%) (“Metalúrgicos querem mudar o acordo”, *O Estado de São Paulo*, 08.08.1994). A partir do governo Cardoso, surge em janeiro de 1995, um novo Acordo das Montadoras, que foi criticado pelos sindicalistas, que não conseguiram sequer colocar em pauta as demandas trabalhistas – por exemplo, emprego, salário, participação nos resultados, Contrato Coletivo de Trabalho. (“Centrais estudam deixar câmara”, *Folha de São Paulo*, 08.02.1995). A partir de

¹⁹ Na mesma linha de crítica, o Sindicato dos Metalúrgicos de S.Paulo, ligado à Força Sindical, reivindica criação de empregos. Segundo o vice-presidente do sindicato, “não é mais possível sustentar uma situação como a verificada em 93, na qual a produção cresceu 43,4% e o nível de emprego, pouco mais de 1%”. (“Metalúrgicos querem a criação de novos empregos”, *Folha de São Paulo*, 15.02.1994).

janeiro de 1996, o governo Cardoso criou o Regime Automotivo e baniu as câmaras setoriais da indústria automotiva no Brasil.

A prática sindical de uma "influência propositiva" contém sérios riscos de capitulação à lógica do capital. Num período de intensas transformações produtivas no país, a nova estratégia sindical tende a reduzir-se a uma postura de neocorporativismo setorial, surgindo mais como um subproduto ideológico da ofensiva do capital na produção, num setor de ponta da indústria brasileira (principalmente num contexto político de hegemonia neoliberal). É por isso que consideramos o Acordo das Montadoras uma expressão particular da crise do sindicalismo no Brasil, que, em nossos dias, surge não apenas pelo declínio da representatividade operária (o que não ocorre ainda no caso dos metalúrgicos do ABC), mas, principalmente, pela incapacidade estratégica dos sindicatos em se contraporem à lógica do capital, ou em irem além do mero comportamento protecionista, de cariz neocorporativo.

Por outro lado, surge a necessidade de ultrapassar a mera luta defensiva (e corporativa), intrínseca à prática dos sindicatos, tendo em vista que ela, por si, é incapaz de resolver (e enfrentar, pelo menos), do ponto de vista da classe, a contradição clássica posta pelo capital entre crescente racionalidade no interior da empresa e irracionalidade societária.

As estratégias sindicais vigentes contra a ofensiva do capital na produção no Brasil, de cariz neocorporativo e de participação com o capital, mantêm-se, portanto, no campo da defensividade, procurando discutir (e negociar), por segmentos, apenas os efeitos do movimento do capital em processo e não indo às verdadeiras causas que tendem a debilitar o mundo do trabalho e a incrementar a irracionalidade societária (o que implica discutir a gestão e o poder do Estado para além do

capital). Por isso, tais estratégias sindicais surgem apenas como um mero “defensivismo de novo tipo”, que mantém os limites históricos da prática sindical diante do processo de valorização, sendo, portanto, a longo prazo, impotentes para preservar a estrutura do mundo do trabalho, e, portanto, seu potencial de contribuir para o movimento social e político de contestação à ordem capitalista. Além disso, elas tendem a promover, no caso da prática sindical propositiva de cariz neocorporativo, a disjunção ideológica e política do sindicalismo dos movimentos sociais de contestação de classe.

O que demonstra que a crise do sindicalismo não significa o *débatte* institucional dos sindicatos, mas sim – e principalmente – o recolhimento, cada vez maior, do sindicalismo, à sua esfera corporativista, perdendo a sua dimensão de crítica à ordem do capital, incorporado pela lógica do mercado, com seus interesses particularistas e incapaz de pôr no seu horizonte algo que vá além do plano econômico-corporativo. É incapaz de realizar, pelo menos no campo da produção, onde se exerce uma dimensão central do estranhamento capitalista, a hegemonia de classe, a “catarse” ético-política da classe (Gramsci).

Considerações Finais

O novo complexo de reestruturação produtiva é um processo sócio-histórico estrutural que possui significativos desdobramentos na subjetividade da classe operária no Brasil. O principal deles é o surgimento de estratégias sindicais neocorporativas de cariz propositivo. O que as novas condições do complexo de reestruturação produtiva – com o surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho – fizeram foi contribuir para a concretização político-ideológico de tais práticas sindicais latentes no “novo sindicalismo”.

Por outro lado, a nova subjetividade contingente da classe operária se interage com as mutações estruturais no arcabouço capitalista, acelerando-as e contribuindo para o desenvolvimento de suas tendências predominantes sob a mundialização do capital. É o que procuramos caracterizar como sendo a passagem de um toyotismo restrito para um toyotismo sistêmico. Por isso, é um processo de desenvolvimento objetivo do capital, que, de certo modo, é impulsionado – e impulsiona – a nova disposição político-ideológica do “novo sindicalismo”.

Nos anos 80, o toyotismo restrito caracterizava os próprios limites do complexo de reestruturação produtiva no Brasil, que surgia, para muitos analistas, em sua aparência contingente, como uma vitalização do fordismo. Naquela época, predominava um sindicalismo de classe, de

confronto com o capital, que ainda não tinha sido atingido pela irrupção reestruturativa. É uma época de mobilizações operárias de massa, impulsionadas, com vigor, pela democratização política de um país capitalista que acumulava um lastro considerável de desigualdade e exclusão social e que se encontrava ainda protegido, através de uma série de dispositivos oriundos do padrão de industrialização substitutiva, da mundialização do capital. O mundo do trabalho ainda não havia sido avassalado pela nova ofensiva do capital na produção.

Nos anos 90, a alteração das condições da acumulação do capital, com a abertura comercial e o novo padrão de concorrência capitalista, que vincularam o Brasil à mundialização do capital, contribuíram para impulsionar as transformações produtivas das empresas. Ocorre o surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho e o desenvolvimento de um novo complexo de reestruturação produtiva na direção de um toyotismo sistêmico. As novas condições sócio-históricas postas pela política neoliberal salientaram as debilidades político-ideológica do sindicalismo brasileiro. Surgiram os seus verdadeiros limites diante das novas provocações do capital. É no decorrer dos anos 90 que se constituíram a série de elementos que irão caracterizar a crise do sindicalismo. O seu principal sintoma é o desenvolvimento de estratégias sindicais neocorporativas de cariz propositivo, que assinalam uma rendição ideológica (e política) a lógica do capital no campo da produção. É um comportamento sindical compatível com o momento predominante do complexo de reestruturação produtiva – o toyotismo – que exige um novo perfil da classe operária, pró-ativa e pró-positiva. Por outro lado, a crise do sindicalismo é caracterizada pelas dificuldades de desenvolvimento de estratégias sindicais de classe, de confronto com o capital, que caracterizou a CUT nos anos 80. Sob as novas condições sócio-

históricas da mundialização do capital, elas não conseguem ir além do espaço econômico-corporativo. Na verdade, diante das provocações do capital, o sindicalismo classista no Brasil, limitado em sua esclerose organizacional (e partidária), tem dificuldades crescentes em organizar a classe, fragmentada e debilitada - não apenas no plano objetivo-material, mas subjetivo-ideológico.

É claro que existem contradições candentes no decorrer desta processualidade social. A principal delas, que percorre o cenário do capitalismo mundial, principalmente no Brasil, é o desenvolvimento da contradição entre a *racionalidade intra-firma* - cujo principal exemplo é a produção enxuta, e a *irracionalidade social*, caracterizada pela produção destrutiva. Quando dizemos produção destrutiva do sistema do capital, dizemos, por outro lado, crescente manipulação social. Uma manipulação social que avassala não apenas a esfera do consumo, tal como caracterizou o capitalismo tardio, mas a esfera da produção, atingindo, hoje, de um novo modo, a existência da classe, complexificando os elos de mediação capazes de fazê-la perceber os seus interesses objetivos de classe. É a manipulação da subjetividade afetivo-intelectual da força de trabalho, que utiliza, de uma forma inédita, as suas faculdades espirituais para a consecução da produção capitalista. É esta nova realidade do capitalismo manipulatório no Brasil que conduz e impulsiona as lideranças sindicais social-democratas em suas estratégias propositivas, voltadas para "civilizar" (e "saciar") o capital. Mas o capital é insaciável.

Apesar disso, as contradições objetivas (e estruturais) da sociedade capitalista, que, no caso do Brasil, assumem dimensões perversas, não permitem que a lógica da produção enxuta, da nova racionalidade capitalista domine - e subordine, por completo - a subjetividade operária. Mesmo nas montadoras da indústria

automobilística, por exemplo, onde o novo complexo de reestruturação produtiva assumiu um maior desenvolvimento em seu empenho de capturar a subjetividade operária - existem insatisfações (e resistências moleculares) à nova ordem da produção capitalista.

No decorrer da nossa exposição não vislumbramos perspectivas imediatas de superação sócio-histórica do sistema do capital. Na verdade, cabe ao movimento social apresentar tais saídas. O que observamos, *hic et nunc*, é o avanço insaciável do processo de valorização, que funda (e é fundado) pela mundialização do capital. É claro que surgem, através das lutas sociais que renascem contra as políticas neoliberais, perspectivas da constituição de *barreiras* às usurpações do capital, através de estratégias sociais-democratas ou neosocialistas, ainda obscuras no plano programático. São as contradições sócio-históricas do "sujeito" capital, em suas múltiplas expressões, que impulsionam os sujeitos sociais subalternos a darem respostas à novas condições. A mundialização do capital, os novos nexos do capitalismo mundial, a "gaiola de ferro" da modernização, limitam as respostas que serão dadas. Limitam mas não as anulam em seu potencial de criar o novo, pois apesar de tudo ainda é o homem que faz a história. Na verdade, a nova etapa do capitalismo mundial, caracterizado pela produção destrutiva, impõe desafios cruciais que exigem respostas que se não operadas na direção de obstaculizar - e ir além - do movimento insaciável do sistema do capital, poderão apenas re-pôr a barbárie social.

O máximo que podemos fazer, a título de considerações finais, para além da tarefa de crítica, é indicar a necessidade da constituição de uma *resistência estratégica da classe trabalhadora*. Ela é uma idéia-valor capaz de preservar a perspectiva da consciência de classe necessária. Ao contrario da "resistência defensiva" e da "influência

propositiva”, características da prática sindical moderna em crise, ela articularia, a partir do campo da produção, a consciência de classe necessária – vinculada aos interesses (e ao *ser*) objetivos da classe – com a defesa da própria *existência* da classe, evitando, deste modo sua degradação física e moral. Ela impulsionaria a solidariedade como valor universal do proletariado, procurando reagir à fragmentação e a banalização cultural; cultivando o internacionalismo sem desprezar as tarefas nacionais-populares, cujo terreno está sob assalto das políticas neoliberais.

É claro que não estamos diante de um imperativo categórico, de cariz kantiano, de viés ético-gnosiológico, mas de um impulso ético-ontológico, onde a classe do trabalho enquanto trabalho assalariado, em suas diversas formas de existência, é obrigada a agir de acordo com seu modo de ser, sob pena de sucumbir na barbárie social que surge no horizonte do capitalismo mundial. No plano das disposições político-ideológica, da prévia ideação capaz de operar um movimento para além da perversidade social proporcionada pela produção destrutiva do capital, a prática sindical de influência propositiva, que mantém o horizonte da luta operária vinculado às exigências das corporações transnacionais, corre o risco de neutralizar os potenciais contestatórios do sindicalismo, de fazê-lo perder, com o predomínio de tais práticas políticas, seu elo histórico com o movimento social de contestação à lógica destrutiva do capital.

Bibliografia

- ABRAMO, Laís (1990). "Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço", *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, ANPCS, Rio de Janeiro.
- _____ e SILVA, Roque Aparecido da (1988). "O Movimento Sindical Metalúrgico em São Paulo: 1978-1986" In NEDER, Ricardo Toledo *et alii*, *Automação e Movimento Sindical no Brasil*, Editora Hucitec, CEDEC, São Paulo.
- AMATO NETO, J. (1993). *Desintegração vertical / terceirização e o novo padrão de relacionamento entre empresas: o caso do complexo automobilístico brasileiro*, Tese de Doutorado, USP, Escola Politécnica de São Paulo.
- ANFAVEA (1997)., *Anuário Estatístico da Indústria Automobilística Brasileira*, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, ANFAVEA, São Paulo.
- ANTUNES, Ricardo (1995). *Adeus Ao Trabalho? – Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*, Editora Cortez, São Paulo.

- _____. (1988). *A Rebeldia do Trabalho (O Confronto Operário no ABC Paulista: As Greves de 1978/1980)*., Editora ensaio, São Paulo.
- _____. (1991). *O Novo Sindicalismo*, Editora Brasil Urgente, São Paulo.
- _____. (1997). "Trabalho, Reestruturação Produtiva e Algumas Repercussões no Sindicalismo Brasileiro" In ANTUNES, Ricardo et alii, *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos – Reestruturação Produtiva no Brasil e na Inglaterra*, Editora Boitempo, São Paulo.
- _____. (1993). "A CUT entre o classismo e a social-democracia" In NETO, Sebastião L. e GIANNOTTI, Vito, *Para Onde Vai a CUT?*, Editora Scritta, Campinas.
- AOKI, Masahiko (1988). *Information, Incentives and Bargaining Structure in the Japanese Economy*, Cambridge University Press, Cambridge/New York
- AGLIETTA, Michel (1979). *Regulación y crisis del capitalismo - La Experiencia de los Estados Unidos*, Siglo Veintiuno editores, México.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (1996). *Crise Econômica e Interesses Organizados – O Sindicalismo no Brasil dos anos 80*, Edusp, São Paulo.
- ALVES, Giovanni (1995). "Nova Ofensiva do Capital, Crise do Sindicalismo e as Perspectivas do Trabalho – o Brasil nos Anos Noventa", In TEIXEIRA, Francisco (org.). e OLIVEIRA, Manfredo (org.)., *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva – As Novas Determinações do Mundo do Trabalho*, Editora Cortez/UECE, São Paulo.
- _____. (1993). "A Vigência do Capital: Crise Capitalista e Problemas Teórico-metodológicos do Pensamento Social centrado na Categoria do trabalho", *Temáticas*, IFCH, UNICAMP, Ano I, nº 1, Campinas.
- _____. (1996). "Crise do Fordismo, Sindicalismo e Flexibilidade do Trabalho", *Praxis*, jan-mai 96, nº6, São Paulo.

- _____ (1997) "A ironia da modernização - o 'sujeito' capital como estranhamento universal", *Estudos de Sociologia*, nº 2, Departamento de Sociologia, UNESP, Araraquara.
- _____ (1993). *Marx, Engels e os Limites do Sindicalismo*, Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, Campinas.
- ARBIX, Glauco (1995). *Uma Aposta no Futuro – Os primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística*, Scritta, Campinas
- _____ (1996). "Trabalho: Dois Modelos de Flexibilização", In *Lua Nova*, nº37, CEDEC, São Paulo
- _____ (1997). "A câmara banida" In Glauco ARBIX e Mauro ZILBOVICIUS (orgs.), *De JK a FHC – A Reinvenção dos Carros*, Editora Scritta, Campinas.
- _____ e ZILBOVICIUS, Mauro (1997). "O Consórcio Modular da VW: um novo modelo de produção?" In Glauco ARBIX e Mauro ZILBOVICIUS, (orgs.), *De JK a FHC – A Reinvenção dos Carros*, Editora Scritta, Campinas
- ARMSTRONG, P., GLYN, A., e HARRISON, J. (1984). *Capitalism since World War II*, Sage, London
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; DEDECCA, Claudio Salvadori e HENRIQUE, Wilnês (1996)., "Mercado de Trabalho e Exclusão Social no Brasil", In Carlos Alonso B. de Oliveira (org). et alii, *Crise e Trabalho no Brasil – Modernidade ou volta ao passado*, Scritta, Campinas
- BARGAS, Osvaldo Martines (1994). "Novas estratégias do capitalismo e movimento sindical" In Heloisa de Souza MARTINS e José Ricardo RAMALHO (orgs.), *Terceirização - Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho*, Editora Hucitec, Cedi-Nets, São Paulo.
- BERMAN, Marshall (1987). *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar*, Editora Companhia das Letras, São Paulo.
- BERNARDO, João (1987). *Capital, Sindicatos, Gestores*, Editora Vértice, São Paulo.

- BIELSCHOWSKY, Ricardo e STUMPO, Giovanni (1996). "A Internacionalização da Indústria Brasileira: Números e Reflexões Depois de Alguns Anos de Abertura", In Renato BAUMANN (org.), *O Brasil e a Economia Global*, Sobeet, Editora Campus, São Paulo.
- BIHR, Alain (1991). *Du "Grand Soir" a "L'Alternative" – Le Mouvement ouvrier européen en crise*, Les Éditions Ouvrières, Paris
- BOYER, Robert (1986). *La Flexibilité du travail en Europe*, Ed. La Découverte, Paris
- BOITO Jr., Armando (1991). "Reforma e persistência da Estrutura Sindical" In BOITO Jr., Armando, *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 90*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- _____ (1996). "Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil", *Crítica Marxista*, vol.1, nº 3, Editora brasiliense, São Paulo.
- _____ (1994). "De Volta para o Novo Corporativismo: A Trajetória política do Sindicalismo Brasileiro", *São Paulo Em Perspectiva*, vol. 8, nº3, jul-set/1994, SEADE, São Paulo.
- BOSI, Ecléa (org.). (1979). *A Condição Operária e Outros Temas Sobre a Opressão*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- BRAGA, Ruy (1997) *A Restauração do Capital - Um Estudo Sobre a Crise Contemporânea*, Editora Xamã, São Paulo.
- BRAGA, José Carlos de Souza (1993). "A Financeirização da Riqueza", *Economia e Sociedade*, Instituto de Economia/UNICAMP, Agosto/93, nº2, Campinas.
- BRESCIANI, Luis Paulo (1991). *Da Contratação à Resistência – Tecnologia, Trabalho e Ação Sindical no Brasil*, CNI/SESI, São Paulo.
- _____ (1997a). "Os Desejos e o Limite: Reestruturação Industrial e a ação sindical no complexo automotivo brasileiro" In LEITE, Márcia de Paula (org.), *O Trabalho em Movimento*, Editora Papirus, Campinas

- _____ (1997b). "Na Zona do Agrião: a nova agenda da negociação coletiva" In ARBIX, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro (org.), *De JK a FHC – A Reinvenção dos Carros*, Editora Scritta, Campinas.
- _____ e BENITES FILHO, Flávio Antonello (1995). *Negociações Tripartites na Itália e no Brasil*, LTr, São Paulo.
- BRUNHOFF, Suzanne de (1991). *A Hora do Mercado*, Editora da UNESP, São Paulo.
- CAMARGO, José Márcio (org.) (1996). *Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel (1984). *O Capitalismo Tardio - contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*, Editora brasiliense, São Paulo.
- CARVALHO, Ruy de Quadros (1987). *Tecnologia e Trabalho Industrial – As Implicações Sociais da Automação Microeletrônica na Indústria Automobilística*, LPM, Porto Alegre.
- _____ e SCHMITZ, Hubert (1990). "O Fordismo está vivo no Brasil" In *Novos Estudos Cebrap*, 27, Cebrap, São Paulo.
- CASTRO, Nadya Araújo (1996). "Reestruturação Produtiva e Relações Industriais: Desafios e Interpretações à Luz do Debate Norte-Americano Atual", *Revista Latinoamericana del Trabajo*, ano 2, nº 2, ALAST, México.
- _____ (1995). "Modernização e Trabalho no Complexo Automotivo Brasileiro" In Nadya Araújo de CASTRO (org.). *A Máquina e o Equilibrista – Inovações na Indústria Automobilística Brasileira*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- _____ (1997). "Reestruturação Produtiva, Novas Institucionalidades e Negociação da Flexibilidade", *São Paulo Em Perspectiva*, volume 11, nº 1, SEADE, São Paulo.
- CHASIN, José (1985). *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hipertardio*, Editora Ciências Humanas, São Paulo.

- CHANG, C. e SORRENTINO, C. (1991). "Union membership statistics in 12 countries", In *Monthly Labor Review*, LBS, Washington.
- COMIN, Alvaro Augusto *et alii* (1997). "As bases sociais do sindicalismo metalúrgico", In Glauco ARBIX e Mauro ZILBOVICIUS (org.), *De JK a FHC – A Reinvenção dos Carros*, Editora Scritta, Campinas.
- CORIAT, Benjamin (1994). *Pensar pelo Averso - O Modelo Japonês de Trabalho e Organização*, Editora Revan/UFRJ, Rio de Janeiro.
- _____(1993). "Ohno e a Escola Japonesa de Gestão da Produção: Um Ponto de Vista de Conjunto" In HIRATA, Helena (org.). *Sobre o "Modelo" Japones - Automatização, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho*, Edusp, São Paulo.
- COUTINHO, Luciano (1992). "A Terceira Revolução Industrial e tecnológica", *Economia e Sociedade*, Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas.
- ____e FERRAZ, João Carlos (coord.) (1994). *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira*, Editora Papirus, Campinas
- COSTA, Vanda Maria Ribeiro (1994). "Corporativismo societal: interesse de classe versus interesse setorial" In DAGNINO, Evelina (org.), *Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil*, Editora brasiliense, São Paulo.
- CHANG, C. e SORRENTINO, C. (1991). "Union membership statistics in 12 countries", In *Monthly Labor Review*, LBS, Washington
- CHESNAIS, François (1996). *A Mundialização do Capital*, Editora Xamã, São Paulo.
- DEDECCA, Claudio e MONTAGNER, Paula (1993). "Flexibilidade produtiva e das relações de trabalho - considerações sobre o caso brasileiro", *Texto para Discussão 29*, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas.
- DEL ROYO, Marcos (1998) *O Ocidente e seus Antípodas*, Editora Ícone, São Paulo.
- _____(1996) "A Crise do movimento operário", In Marcos Cezar FREITAS (org.), *A Reinvenção do Futuro*, Editora Cortez/USF, São Paulo.

- DIAS, Edmundo Fernandes (1996) "Capital e Trabalho: a nova dominação", In Vv.Aa., *A Ofensiva Neoliberal, Reestruturação Produtiva e Luta de Classes*, Brasília.
- DIAZ, Alvaro (1988)., "Crise e Modernização Tecnológica na Indústria Metal-mecânica brasileira", In NEDER, Ricardo Toledo et alii, *Automação e Movimento Sindical no Brasil*, Editora Hucitec, Cedec, São Paulo.
- DRUCK DE FARIA, Maria da Graça (1995)., *Terceirização: (Des)fordizando a Fábrica – Um Estudo do Complexo Petroquímico da Bahia*, Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, Campinas.
- DIEESE (1996)., *Globalização e Setor Automotivo – A Visão dos Trabalhadores*, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, São Bernardo do Campo.
- _____(1995)., "A Reestruturação Negociada na Indústria Automobilística Brasileira", Linha de Produção, *Boletim do DIEESE*, nº168, ano IV, março de 1995, São Paulo.
- _____(1994). *Trabalho e Reestruturação Produtiva – 10 Anos de Linha de Produção*, DIEESE, novembro de 1994, São Paulo.
- FARIA, Aparecido de (1994) "Um Desafio para o movimento sindical" In Heloisa de Souza MARTINS e José Ricardo RAMALHO (orgs)., *Terceirização - Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho*, Editora Hucitec, Cedi-Nets, São Paulo.
- FAUSTO, Ruy (1987). *Marx-Lógica&Política - Investigações para uma reconstrução do sentido da dialética*, tomo I, Editora brasiliense, São Paulo.
- _____(1989). "A 'Pós-Grande Indústria' nos Grundrisse (e para além deles).", *Lua Nova*, novembro/89, nº 19, CEDEC, São Paulo.
- FERRO, José Roberto (1992). "A Produção Enxuta no Brasil" In WOMACK, James P., JONES, Daniel T. & ROOS, Daniel, *A Máquina Que Mudou o Mundo*, Editora Campus

- FERRAZ, João Carlos, KUPFER, David, HAGUENAUER, Lia (1996). *Made in Brazil – Desafios Competitivos para a Indústria*, Editora Campus, São Paulo.
- FLEURY, Afonso Celso (1983). "Rotinização do Trabalho: O Caso das Indústrias Mecânicas", In FLEURY, Afonso Celso (org). e VARGAS, Nilton (org)., *Organização do Trabalho*, Editora Atlas, São Paulo.
- _____(1993). "Novas Tecnologias, Capacitação Tecnológica e Processo de Trabalho: Comparações entre o Modelo Japonês e o Brasileiro", In HIRATA, Helena (org.), *Sobre o "Modelo" Japonês - Automatização, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho*, Edusp, São Paulo.
- _____(1988). "Microeletrônica e Organização da Produção e do Trabalho na Empresa", *São Paulo em Perspectiva*, 2(3)., jul/set, SEADE, São Paulo.
- FORRESTER, Viviane (1997). *O Horror Econômico*, Editora da UNESP, São Paulo.
- FRANCO, Gustavo (1996). "A Inserção externa e o desenvolvimento", Paper reservado e sem formato final, outubro de 1996
- FREDERICO, Celso (1994). *Crise do Socialismo e Movimento Operário*, Editora Cortez, São Paulo.
- _____(1979) *Consciência Operária no Brasil*, Editora Ática, São Paulo.
- _____(1979) *A Vanguarda Operária*, Editora Símbolo, São Paulo.
- GALVAN, Cesare (1989). *Capital – Tecnologia & Questionamentos*, Shorin, João Pessoa.
- GITAHY, Leda (1993). "Inovação Tecnológica, Subcontratação e Mercado de Trabalho", Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais.
- GITAHY, Leda e RABELO, Flávio (1991)., "Educação e Desenvolvimento Tecnológico: O caso da indústria de Autopeças", *Textos para Discussão nº 11*, DPCT/IG/UNICAMP, Campinas.

- GITAHY, Leda; RABELO, Flávio e LEITE, Márcia (1992). "Reestruturação produtiva e a Empresa: Programas de Qualidade, Políticas de Gestão de Recursos Humanos e Relações Industriais", Estudo Temático nº 3, Projeto: Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira, Campinas, março de 1993
- GLYN, Andrew (1995). "Os custos da estabilidade: os países capitalistas avançados nos anos 80", In SADER, Emir (org.). *O Mundo Depois da Queda*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- GOLDENSTEIN, Lúcia (1994). *Repensando a Dependência*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- GOLDFIELD, Michael (1987). *The Decline of Organized Labor in the United States*, Chicago Press, Chicago.
- GORZ, André (1990). "O Futuro da Classe operária", *Revista Internacional, Quinzena*, São Paulo, nº 101, 16/09/90, Centro Pastoral Vergueiro, São Paulo.
- GOUVÊA, L. (1991)., *Modernização ou sucateamento ? – Política Indústria e de Comércio Exterior*, Círculo do Livro, São Paulo.
- GUIMARÃES, Ivan Gonçalves Ribeiro (1994). "Câmaras Setoriais: Histórico, Constituição e Perspectivas" In *São Paulo Em Perspectiva*, vol. 8, nº3, jul-set/1994, SEADE, São Paulo.
- GRAMSCI, Antonio (1984). *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- HABERMAS, Jürgen (1990)., *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*
- HARVEY, David (1992). *A Condição Pós-Moderna - Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural*, Editora Loyola, São Paulo.
- HUMPHREY, John (1982). *Fazendo o "Milagre" - Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística Brasileira*, Editora Vozes/CEBRAP, São Paulo.
- _____(1995). "O impacto das técnicas 'japonesas' de administração sobre o trabalho industrial no Brasil" In CASTRO, Nadya Araújo de

- (org). *A Máquina e o Equilibrista – Inovações na Indústria Automobilística Brasileira*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- _____. (1994). "A gestão de mão-de-obra e os sitsemas de produção no Terceiro Mundo", *Estudos Avançados*, Instituto Avançados da Universidade de São Paulo, Maio/Agosto de 1994, v.8, nº21, São Paulo.
- _____. (1993)., "Adaptando o 'Modelo Japonês' ao Brasil" In HIRATA, Helena (org.). *Sobre o "Modelo" Japônes - Automatização, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho*, Edusp, São Paulo.
- HOBSBAWN, Eric (1995). *Era dos extremos – O breve século XX (1914-1991)*., Editora Companhia das Letras, São Paulo.
- _____. (1988). *Mundos do Trabalho - Novos Estudos sobre História Operária*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- HIRATA, Helena (1983). "Receita japonesa, realidade brasileira", *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 2(2):61-5, julho de 1983
- _____. (1994). "Novos modelos de produção, qualidade e produtividade" In *Os Trabalhadores e o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade*, Seminários & Eventos, nº 1, Dieese, setembro de 1994.
- IANNI, Octávio (1988). *Estado e Capitalismo*, Editora brasiliense, São Paulo.
- _____. (1994) "O Mundo do Trabalho", *São Paulo Em Perspectiva*, vol.8, nº1, SEADE, São Paulo.
- JÁCOME RODRIGUES. Iram (1991). "As Comissões de Fábrica e o Movimento Sindical" In Armando BOLTO Jr (org)., *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- _____. (1990). *Comissão de Fábrica e Trabalhadores na Indústria*, Editora Cortez, São Paulo.
- _____. (1997a). "Comissões de Fábrica e Reestruturação Produtiva" In Glauco ARBIX e Mauro ZILBOVICIUS (org.)., *De JK a FHC – A Reinvenção dos Carros*, Editora Scritta, Campinas.

- _____. (1997b). "Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística" In ANTUNES, Ricardo et alii, *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos – Reestruturação Produtiva no Brasil e na Inglaterra*, Boitempo Editorial, São Paulo.
- _____. (1995) "O Sindicalismo Brasileiro: Da Confrontação à Cooperação Conflitiva", *São Paulo Em Perspectiva*, volume 9, nº 3, SEADE, São Paulo.
- _____. (1997) *Sindicalismo e Política - A Trajetória da CUT*, Editora Scritta/Fapesp, São Paulo.
- _____. e ARBIX, Glauco (1996). "Novas Estratégias Sindicais diante do desemprego", *São Paulo Em Perspectiva*, volume 10, nº1, SEADE, São Paulo.
- KANITZ, Stephen (1994). *O Brasil que dá certo*, Makron Books, São Paulo.
- KURZ, Robert (1992). *O Colapso da Modernização - Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- _____. (1997). *Os Últimos combates*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- KERN, H. e SCHUMANN, M. (1988). *El fin de la división del trabajo?*, Ministério del Trabajo y Seguridad Social, Madri.
- LASSERRE, Henri (1986). "La crise du syndicalisme aujourd'hui", *Les Temps Modernes*, nº 476, Gallimard, Paris.
- LEIRIA, Jerônimo Souto (1993). *Terceirização: Uma Alternativa de Flexibilidade Empresarial*, Sacra DC-Luzzato editores, Porto Alegre.
- LEITE, Elenice (1988). Inovação Tecnológica, Emprego e Qualificação na Indústria Mecânica. Trabalho apresentado no Seminário Padrões Tecnológicos e políticas de Gestão: Processos de Trabalho na Indústria Brasileira, São Paulo, FFLCH/USP, mimeo.
- LEITE, Marcia de Paula (1994). "Reestruturação Produtiva, Novas Tecnologias e Novas Formas de Gestão da Mão-de-Obra", In Carlos Alonso de OLIVEIRA (orgs). et alii, *O Mundo do Trabalho - Crise e Mudança no Final do Século*, Editora Scritta/Cesit, UNICAMP, Campinas.

- _____ (1994). *O Futuro do Trabalho – Novas Tecnologias e Subjetividade Operária*, Editora Scritta, Campinas.
- _____ (1995). "Inovação tecnológica e relações de trabalho: a experiência brasileira à luz do quadro internacional" In Nadya Araújo de CASTRO (org). *A Máquina e o Equilibrista – Inovações na Indústria Automobilística Brasileira*, editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- _____ (1997). "Reestruturação produtiva e Sindicatos: O Paradoxo da modernidade" In Marcia de Paula LEITE (org.), *O Trabalho em Movimento - Reestruturação Produtiva e Sindicatos no Brasil*, Papirus Editora, Campinas.
- _____ (1993). "Novas formas de gestão da mão-de-obra e sistemas participativos: Uma tendência à democratização das relações de trabalho?", *Educação e Sociedade*, nº45, agosto de 1993, Cedes, Editora Papirus, Campinas.
- LEITE, Marcia de Paula; SILVA, Roque da; BRESCIANI, Luis Paulo e CONCEIÇÃO, Jefferson José da (1996)., "Reestruturação Produtiva e Relações Industriais: Tendências do Setor Automotivo Brasileiro", *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, ano 2, núm.4, ALAST, México.
- LOJKINE, Jean (1995). *A Revolução Informacional*, Editora Cortez, São Paulo.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão (1993) "Reestruturação Produtiva, mercado de trabalho e condições de vida", *Educação e Sociedade*, Ano XIV, Agosto de 1993, Cedes, São Paulo.
- LUKÁCS, Georg (1981). *Ontologia Dell'essere Sociale*, Editori Riuniti, Roma.
- LIPIETZ, Alain (1991). *Audácia – Uma Alternativa Para o Século XXI*, Editora Nobel, São Paulo.
- _____ (1988). *Miragens e Milagres – Problemas da industrialização no Terceiro Mundo*, Editora Nobel, São Paulo.

- MAGGIOLINI, Piercarlo (1988). *As Negociações Trabalhistas e a introdução de inovações tecnológicas na Europa*, IBASE, Editora Vozes, Rio de Janeiro.
- MANDEL, Ernest (1990). *A Crise do Capital - Os fatos e sua interpretação marxista*, Editora ensaio, São Paulo.
- MATTOSO, Jorge (1995). *A Desordem do Trabalho*, Editora Scritta, Campinas.
- _____ e OLIVEIRA, Marco Antonio de. (1990). "Desenvolvimento Excludente, Crise Econômica e Sindicalismo", *São Paulo Em Perspectiva*, vol.4, nº3-4, jul./dez., 1990, SEADE, São Paulo.
- _____ e BALTAR, Paulo Eduardo (1996). "Transformações estruturais e emprego nos anos 90", *Cadernos do Cesit*, 21, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas.
- MARINI, Ruy Mauro (1973). *Dialéctica de la Dependencia*, Ediciones Era, Madri.
- MARTIN, Hans-Peter e SCHUMANN, Harald (1997). *A Armadilha da Globalização*, Editora Globo, São Paulo.
- MARX, Karl (1985). *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*., Editora Hucitec, São Paulo.
- _____ (1988). *O Capital – Crítica da Economia Política*, Livro 1, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- _____ (1987). *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse). 1857-1858*, Siglo Veintiuno Editores, México.
- MENELEU NETO, José (1996). "Desemprego e Luta de classes: As Novas Determinidades do Conceito Marxista de Exército Industrial de Reserva" In TEIXEIRA, Francisco (org.) e OLIVEIRA, Manfredo (org.), *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva – As Novas Determinações do Mundo do Trabalho*, Editora Cortez/UECE, São Paulo.
- MÉSZÁROS, István (1995). *Beyond Capital*, Merlin Press, London.
- _____ (1993). *Filosofia, Ideologia e Ciência Social - Ensaio de Negação e Afirmação*, Editora Ensaio, São Paulo.

- MOODY, Kim (1997). "American Labor: A Movement Again?", *Monthly Review*, vol.49, nº3, July-August 1997, Monthly Review Press, New York.
- MONTAGNER, Paula e BRANDÃO, Sandra Márcia Chagas (1994). "Recessão e Racionalização Produtiva: implicações para o mercado de trabalho", *São Paulo em Perspectiva*, SEADE, vol.8, nº 1, jan/mar.1994, São Paulo.
- MURRAY, Fergus (1983). "The Decentralization of Production - The Decline of the Mass-Collective Worker?", *Capital & Class*, nº 19, Londres.
- NAVARRO, Vicente (1993). "Produção e Estado de Bem-Estar: O Contexto Político das Reformas", *Lua Nova*, vol.28/29, CEDEC, São Paulo.
- NORONHA, Eduardo (1991). "A Explosão das Greves na Década de 80" In BOITO Jr., Armando (org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- _____ (1994). "Greves e Estratégias Sindicais no Brasil" In OLIVEIRA, Carlos Alonso de (orgs). et alii, *O Mundo do Trabalho - Crise e Mudança no Final do Século*, Editora Scritta, Cesit/UNICAMP, Campinas.
- OLIVEIRA, Francisco de (1989). *A Economia da Dependência Imperfeita*, Editora Nobel, São Paulo.
- _____ (1985). *Crítica à Razão Dualista*, Editora Vozes, Rio de Janeiro.
- _____ (1993). "Quanto melhor, melhor: o Acordo das Montadoras"; *Novos Estudos CEBRAP*, 36, CEBRAP, São Paulo.
- OLIVEIRA, Marco Antonio de (1994). "Avanços e Limites do Sindicalismo Brasileiro Recente", In Carlos Alonso de OLIVEIRA (orgs). et alii, *O Mundo do Trabalho - Crise e Mudança no Final de Século*, Editora Scritta/Cesit, UNICAMP, Campinas.
- OFFE, Claus (1989). *Capitalismo Desorganizado*, Editora brasiliense, São Paulo.
- PELIANO, J. C. et alii (1987). *Automação e Trabalho na Indústria Automobilística*, Editora UnB, Brasília.

- PATEMAN, Carole (1992) *Participação e Teoria Democrática*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- PETRAS, James (1995). *Ensaio Contra a Ordem*, Editora Scritta, Campinas.
- POLLERT, Anne (1988). "Dismantling Flexibility", *Capital and Class*, nº32, pp.42-75, Londres.
- POSTHUMA, Anne Caroline (1997). "Autopeças na encruzilhada: modernização desarticulada e desnacionalização", In Glauco ARBIX e Mauro ZILBOVICIUS (org.). *De JK a FHC – A Reinvenção dos Carros*, Editora Scritta, Campinas.
- PUIG., Carmen Soriano (1995). *O Rosto Moderno da Pobreza Global – As lições do GATT/OMC (A Rodada Uruguai)*, Editora Vozes, Rio de Janeiro.
- PIZZORNO, Alessandro (1976). "Fra Azione di Classe e Sistemi Corporativi" In *Problemi del Movimento Sindicale in Italia 1943-1973*, Fondazione Giancarlo Feltrinelli, Milão.
- RAMALHO, José Ricardo (1997). "Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil" In ANTUNES, Ricardo *et alii*, *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos – Reestruturação Produtiva no Brasil e na Inglaterra*, Boitempo Editorial, São Paulo.
- RACHID, Alessandra (1994). *O Brasil Imita o Japão? A Qualidade em empresas de autopeças*, Dissertação de Mestrado, IG/UNICAMP, Campinas.
- REVELLI, Marco (1995). "Economia e Modello Sociale Nel Passagio tra Fordismo e toyotismo", In INGRAO, Pietro (org). e ROSSANDA, Rossana (org.), *Appuntamenti di fine secolo*, Manifestalibri, Roma.
- RIFKIN, Jeremy (1995). *O Fim dos Empregos - O Declínio Inevitável dos Níveis dos Empregos e a Redução da Força Global de Trabalho*, Makron Books, São Paulo.
- RODRIGUES, Leôncio Martins (1992). "As transformações da sociedade contemporânea e o Futuro do sindicalismo" In VELLOSO, João Paulo dos Reis Velloso (org.). e RODRIGUES, Leôncio Martins

- (org.), *O Futuro do Sindicalismo*, Fórum Nacional, Nobel, São Paulo.
- _____(1990). *CUT: os militantes e a ideologia*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- ____e CARDOSO, Adalberto Moreira (1993). *Força Sindical – Uma Análise Sócio-política*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- ROSDOSLKY, Roman (1986). *Gênesis y Estructura de El Capital de Marx*, Siglo Veintiuno Editores, Madri.
- RUAS, Roberto (1994). "Novos Princípios Gerenciais e a Organização e Gestão do Trabalho", In *Reestruturação Produtiva no Brasil*, Cadernos Técnicos, CNI/SESI, Brasília.
- SADER, Emir e SANDRONI, Paulo (1981) "Lutas operárias e táticas da burguesia: 1978/1980", *Cadernos PUC*, 7, Pontificia Universidade Católica, São Paulo.
- SALERNO, Mario Sérgio (1995). "Flexibilidade e organização produtiva" In CASTRO, Nadya Araújo de (org). *A Máquina e o Equilibrista – Inovações na Indústria Automobilística Brasileira*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- _____(1987). "Produção, Trabalho e Participação: CCQ e Kanban numa Nova Imigração Japonesa", in FISCHER, Rosa Maria e FLEURY, Maria Teresa (orgs)., *Processo e Relações do Trabalho no Brasil*, Editora Atlas., São Paulo.
- _____(1993). "Modelo japonês, Trabalho brasileiro", In HIRATA, Helena (org.)., *Sobre o "Modelo" Japonês*, Edusp, São Paulo.
- _____(1993). "Reestruturação produtiva e Sindicatos", Trabalho Apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS, outubro de 1993, Caxambu.
- SMABC (1993). *Os Trabalhadores e a Terceirização, As Propostas dos metalúrgicos do ABC*, Sindicato dos metalúrgicos do ABC, fevereiro de 1993, São Bernardo do Campo

- _____. (1989). *História da Greve de 80*, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, São Bernardo do Campo.
- SCHOR, Judith (1991). *The overworked American*, USA, Basic Books, Washington.
- SCHMITZ, Hubert (1985). "A Microeletrônica: Suas implicações sobre o Emprego e Salário", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, nº 15(3), dezembro de 1985, IPEA, Rio de Janeiro.
- SHAIKEN, Harley (1990). "Tecnologia e Organização do Trabalho na Indústria Automobilística Mundial: um estudo de caso de fabricação avançada no México e nos Estados Unidos" In Rosa Maria Sales de M. SOARES (org.). *Gestão da Empresa: Automação e Competitividade*, IPEA, 129, Brasília.
- SILVA, Elizabeth Bortolaia (1994). "Pós-fordismo no Brasil", *Revista de Economia Política*, vol.14, nº 3 (55), julho-setembro 1994, São Paulo.
- _____. (1990). *Refazendo a Fábrica Fordista*, editora Hucitec, São Paulo.
- _____. (1992). "Crises e Mudanças na Indústria Automobilística Sul-Americana – A Autolatina em Foco", *Cadernos IG*, v.2, nº2, UNICAMP, Campinas.
- SILVA, Felipe Luiz Gomes da Silva (1997). "Gestão da força de trabalho e capital", *Estudos de Sociologia*, nº 3, UNESP, Araraquara.
- SINGER, Paul (1982). "Apresentação", In MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*, Coleção Os Economistas, Editora Abril, São Paulo.
- SIQUEIRA NETO, José Francisco (1996). "Flexibilização, Desregulamentação e Direito do Trabalho no Brasil", In Carlos Alonso B. de OLIVEIRA e Jorge Eduardo MATTOSO (org)., *Crise e Trabalho no Brasil – Modernidade ou volta do passado?*, Editora Scritta, Campinas.
- SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de (1988). "Os efeitos sociais da nova tecnologia nas fábricas", In Ricardo Toledo NEDER *et alii*, *Automação e Movimento Sindical no Brasil*, Editora Hucitec, Cedec, São Paulo.

- SOARES, José de Lima (1996) *Primeiro, o Verbo: Depois, as Demissões em Massa*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, IFCH, UNICAMP, Campinas.
- SUZIGAN, Wilson e KANDIR, Antônio (1985). "Indústria: Situação Atual, Perspectivas e Proposta de Política", *Revista Brasileira de Tecnologia*, vol.16, nº5, CNPq, Brasília
- TEIXEIRA, Francisco José Soares (1995). *Pensando Com Marx – Uma Leitura Crítico - Comentada de O Capital*, Editora Ensaio, São Paulo.
- _____(1996). "O Mundo Ideal (e Real). da Reestruturação Produtiva", mimeo, Fortaleza.
- URANI, André (1995) "Crescimento e Geração de Emprego e Renda no Brasil", *Lua Nova*, nº 35, CEDEC, São Paulo.
- WATANABE, Ben (1993). "Toyotismo – um novo padrão mundial de produção?", *Revista dos Metalúrgicos*, dezembro de 1993, CUT/CNM, São Paulo.
- WEBER, Max (1971), *Ensaio de Sociologia*, Editora Zahar, Rio de Janeiro.
- WOMACK, James P., JONES, Daniel T. & ROOS, Daniel (1992). *A Máquina Que Mudou o Mundo*, Editora Campus, São Paulo.
- WOOD, Stephen J. "Toyotismo e/ou Japonização" In HIRATA, Helena. *Sobre o "Modelo" Japonês - Automatização, Novas Formas de Organização e Relações de Trabalho*, EdUSP, São Paulo.
- ZILBOVICIUS, Mauro (1997) "Modelos de produção e produção de modelos" In Glauco ARBIX e Mauro ZILBOVICIUS (org.) *De JK a FHC – A Reinvenção dos Carros*, Editora Scritta, Campinas.